

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**MICHELA SAGRILLO PEGORETTI**

**ENTRE PRETÉRITO E PRESENTE, ENTRE TRANSFORMAÇÕES E  
PERMANÊNCIAS: INSERÇÃO URBANA E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS A  
PARTIR DA PRAÇA COSTA PEREIRA EM VITÓRIA/ES, BRASIL**

VITÓRIA  
2022

MICHELA SAGRILLO PEGORETTI

**ENTRE PRETÉRITO E PRESENTE, ENTRE TRANSFORMAÇÕES E  
PERMANÊNCIAS: INSERÇÃO URBANA E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS A  
PARTIR DA PRAÇA COSTA PEREIRA EM VITÓRIA/ES, BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eneida Maria Souza Mendonça

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

P376e Pegoretti, Michela Sagrillo, 1974-  
Entre pretérito e presente, entre transformações e permanências : inserção urbana e práticas socioespaciais a partir da praça Costa Pereira em Vitória/ES, Brasil / Michela Sagrillo Pegoretti. - 2022.  
299 f. : il.

Orientadora: Eneida Maria Souza Mendonça.  
Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Geografia Urbana. 2. Geografia Histórica. 3. Espaços Públicos. 4. Praças. I. Mendonça, Eneida Maria Souza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

---



Programa de Pós-Graduação em Geografia  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**ATA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – ATA Nº 36 - 29/09/2022**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 8h, na sala 208 do prédio Bárbara Weinberg, do Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN/UFES, reuniu-se a Comissão Examinadora de Defesa de Tese de Doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, composta pelos seguintes membros: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eneida Maria Souza Mendonça - UFES (Presidente da Comissão e Orientadora), Prof. Dr. Igor Martins Medeiros Robaina - UFES (Examinador Interno) e os Examinadores Externos, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Ribeiro Botechia - UFES, Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga - USP e o Prof. Dr. Vítor Manuel Araújo de Oliveira – Universidade Lusófona do Porto, estes por webconferência, conforme Portaria Normativa nº 08, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 de julho de 2021, para a apresentação da defesa da tese da discente **Michela Sagrillo Pegoretti**, intitulada **"ENTRE PRETÉRITO E PRESENTE, ENTRE TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: INSERÇÃO URBANA E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS A PARTIR DA PRAÇA COSTA PEREIRA EM VITÓRIA/ES, BRASIL"**. Finda a apresentação, a Presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição da candidata. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida tese nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Geografia e alertou que a aprovada somente terá direito ao título de Doutor após a entrega da versão final de sua tese, em papel e meio digital, à Secretaria do Programa. Encerrada a sessão, eu, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eneida Maria Souza Mendonça, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai com as devidas assinaturas.

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)**  
Orientadora e Presidente da Sessão

**Prof. Dr. Igor Martins Medeiros Robaina (UFES)**  
Examinador Interno

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Ribeiro Botechia (UFES)**  
Examinadora Externa

**Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga (USP)**  
Examinador Externo

**Prof. Dr. Vítor Manuel Araújo de Oliveira (Universidade Lusófona do Porto)**  
Examinador Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
ENEIDA MARIA SOUZA MENDONCA - SIAPE 297736  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR  
Em 06/10/2022 às 16:29

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/578266?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
FLAVIA RIBEIRO BOTECHIA - SIAPE 2345030  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR  
Em 07/10/2022 às 09:06

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/578622?tipoArquivo=O>

**MARTINS** Firmado  
**MEDEIROS** digitalmente por  
**ROBAINA** MARTINS  
**IGOR -** MEDEIROS  
**Y9226959V** ROBAINA IGOR -  
Y9226959V Y9226959V  
Fecha: 2022.10.09  
10:56:19 +02'00'



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
RAFAEL DE CASTRO CATÃO - SIAPE 1416049  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/CCHN  
Em 17/10/2022 às 14:39

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/584824?tipoArquivo=O>

A Vitor e Vinicius, com todo o meu amor de  
mãe.

## AGRADECIMENTOS

Este texto, em primeira pessoa do singular nesta seção, encerra simultaneamente liberdade, gratidão e resiliência. Afinal, esta empreitada envolveu a retomada nos estudos após doze anos de conclusão do mestrado. Nesse ínterim, fui diagnosticada com uma neoplasia, para a qual fui submetida à quimioterapia. Todavia, não estive sozinha.

Logo, cumpre-me elencar vários agradecimentos:

Aos meus pais, sempre amorosos e apoiadores; aos meus filhos Vitor e Vinicius, minha fortaleza; ao meu marido Geandro, companheiro de dias felizes e difíceis;

À minha orientadora Eneida Mendonça, amiga companheira que me conduziu com gentileza e sabedoria;

A Lorenzo Valfré e Cecilia Torezani, estudantes de iniciação científica que me acompanharam e apoiaram. À querida Cecilia minha gratidão pelos três anos de estudos que envolveram pesquisas de campo, aventuras pretéritas e produção de mapas, para a qual devo agradecer também a Rômulo Croce, Vitor Miranda e Camila Benezath Ferraz;

Agradeço às cinco alunas em pesquisa e aplicações tridimensionais pretéritas sobre o lugar: Isabella Egevarth, Laura Dadalto, Thaísa Ferreira, Ana Claudia Pinheiro e Sara Arcanjo.

A Tiago Alves, do Arquivo Público do Estado do ES, e a Giovana Valfré, do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória, cujo apoio me foi fundamental;

Às amigas que dialogaram, trocaram ideias e se envolveram, de alguma forma - Cláudia Melo, Tatiana Casado, Vivian Albani, Patricia Stelzer, Viviane Pimentel, Tania Crivilin, Michelly Ramos, Katiane Sales e Luciene Pessotti;

A Adriana Pegoretti, Gerlaine Pegoretti, Geandra Pegoretti, Juliana Pegoretti, Noelli Sagrillo, Margareth Simões, Patricia Pertel, Vanessa Pelissari, Beatriz Guimarães, Marcia Sanches, Solange Pesalli e Dras. Cintia Givigi, Amanda Vieira e Ingrid Rubim – companheiras que se mantiveram próximas e com cuja companhia pude contar em vários momentos – minha gratidão e minha fraternidade;

Aos professores da banca que aceitaram o convite e me apontaram caminhos mais seguros desde a qualificação. A paixão e o conhecimento de Vítor Oliveira e Flávia Botechia pelos estudos morfológicos e de Eugenio Queiroga e Igor Robaina pelos estudos acerca dos espaços livres públicos inspiraram-me e dotaram de mais significado esta trajetória;

Por fim, a Deus, que me sustentou para além de meus próprios limites, guiando-me em meus papéis de filha, mãe, esposa, professora e estudante.

“O tempo somente é porque algo acontece, e onde algo acontece o tempo está”

(MILTON SANTOS)

## RESUMO

A pesquisa aqui apresentada parte da problemática que envolve a denominada “crise” dos espaços livres públicos e das apropriações contemporâneas, intensas e diversificadas observadas na praça Costa Pereira no Centro de Vitória, cidade localizada no sudeste brasileiro. Recorrendo a condição da praça enquanto largo colonial formado pelos preceitos do urbanismo português, que guarda forte relação com o sítio físico, o objetivo geral da tese é verificar a participação da inserção urbana e das práticas socioespaciais na praça Costa Pereira, a partir das principais transformações ocorridas na transição dos séculos XIX e XX, examinando a condição de vivacidade do lugar diante do argumento de fragilização dos espaços livres públicos na contemporaneidade. Para tanto, recorre-se aos campos da Geografia Histórica e da Morfologia Urbana como possibilidades investigativas em abordagem metodológica de cunho indutivo por meio de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Enquanto as observações no presente são embasadas por visitas de campo, chega-se ao pretérito pelo exame de periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e estudos sobre a forma urbana a partir de quatro elementos morfológicos: sítio físico, via, largo/praça e edifício singular. Os resultados apontam que mesmo diante de sobreposições teciduais e inversão de valores culturais na ocasião que o largo colonial se transformou em praça ajardinada, há um sentido de centralidade embrionária que dialoga com o comportamento resiliente da forma dando suporte à permanência na qual certas práticas pretéritas chegaram ao presente subsidiadas por uma inserção urbana concebida de forma estratégica.

**Palavras chave:** práticas socioespaciais; inserção urbana; centralidade urbana; praça Costa Pereira

## ABSTRACT

The research presented here starts from the problem that involves the so-called "crisis" of public open spaces and contemporary, intense, and diversified appropriations observed in Costa Pereira square in downtown Vitória, a city located in southeastern Brazil. Using the condition of the square as a colonial square formed by the precepts of Portuguese urbanism, that maintains a strong relationship with the physical site, the general objective of the thesis is to verify the participation of urban insertion and socio-spatial practices in Costa Pereira square, from the main transformations that have taken place in the transition of the 19th and 20th centuries, examining the condition of the liveliness of the place in the face of the argument of the fragility of public spaces in contemporary times. In order to do so, the field of Historical Geography and Urban Morphology is used as investigative possibilities in an inductive methodological approach that brings together bibliographic, documentary and case study research. While the observations in the present are based on field visits, the past is reached by examining periodicals from the Digital Hemeroteca of the National Library and studies on the urban form from four morphological elements: physical site, road, square, and a single building. The results show that even in the face of tissue overlaps and inversion of cultural values when the colonial square became a garden square, there is a sense of embryonic centrality that dialogues with the resilient behavior of form, supporting the permanence in which certain past practices arrived to the present subsidized by an urban insertion conceived in a strategic way.

**keywords:** socio-spatial practices; urban insertion; urban centrality; Costa Pereira square

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da praça Costa Pereira em um contexto territorial .....	26
Figura 2 - Localização das 273 praças do município de Vitória .....	27
Figura 3 - Panorama da coleta de dados da pesquisa empírica em análise contemporânea e pretérita.....	40
Figura 4 - Abordagem geral de cada capítulo vinculado às etapas da pesquisa.....	45
Figura 5 - Cenários de vivacidade urbana distintos. À esquerda, Jornada Mundial da Juventude em Copacabana reunindo aproximadamente três milhões de pessoas no Rio de Janeiro (2013); à direita, praia de Copacabana em dia de semana, na pandemia (2020) .....	50
Figura 6 - Novas formas de apropriação do espaço público. À esquerda, o envoltório da praça Nilze Mendes tomado por foodtrucks no bairro Jardim Camburi em Vitória/ES; no centro, barracas de moradores em situação de rua na praça da Sé, em São Paulo e à direita, jovens se apropriando do Parque das Nações Indígenas para jogar Pokémon Go em Campo Grande, MS .....	58
Figura 7 - Práticas corriqueiras que fazem parte da dinâmica urbana da praça Costa Pereira, com destaque ao fundo para o Centro Cultural SESC Glória.....	68
Figura 8 - Estudos revelando espacialidade das práticas socioespaciais de uma estudante de Paris no século XVI.....	69
Figura 9 - Diferentes praças, da esquerda para a direita, as praças Times Square em Nova York, Georges Pompidou em Paris, Del Campo em Siena e Meidan Eman em Isfahan. ....	72
Figura 10 - Diferentes praças em uma mesma cidade, Vitória. Em sentido horário, as praças Costa Pereira (bairro Centro), Asdrubal Soares (bairro Jucutuquara), Regina Frigeri Furno (bairro Jardim da Penha) e Benedito Rodrigues da Cruz (bairro Mata da Praia).....	73
Figura 11 - Decomposição elementar do tecido urbano em Monsaraz, Portugal.....	74
Figura 12 - Aspectos de uso, acessibilidade e integração com o entorno da Praça Tiradentes em Curitiba, 1948. ....	75
Figura 13 - Aspectos de uso, acessibilidade e integração com o entorno da praça Costa Pereira, em Vitória, em meados do século XX.....	76
Figura 14 - Croquis gráficos feitos a partir de análise bibliográfica conceitual de praça pública .....	78
Figura 15 - Conjunto de acidentes geográficos de acordo com o relevo e a hidrografia .....	82
Figura 16 - Relação da topografia com a forma urbana da praça del Campo em Siena, Itália, que favorece uma tendência visível para ocupação humana .....	82
Figura 17 - Relação entre topografia e traçado urbano em Santarém, Campo de Ourique (Lisboa) e Baixa (Lisboa) .....	83
Figura 18 - Tipos de crescimento urbano retratados por Panerai. À esquerda, crescimento linear (Rio de Janeiro), no centro, crescimento descontínuo (Veneza) e à direita, crescimento contínuo (Amsterdã).....	84

Figura 19 - Relação entre cidade Alta e Baixa em Salvador (à esquerda - Urbs Salvador, gravura de 1671) e em Vitória (à direita - Prospecto da Vila de Victoria, 1767).....	85
Figura 20 - Largo de São Francisco em Mariana, MG, apresentando forte conexão do espaço livre público aberto e as duas Igrejas, São Francisco de Assis (à esquerda) e Nossa Senhora do Carmo (à direita).....	87
Figura 21 - À esquerda, planta de Salvador em meados do século XVI com destaque para a primeira Igreja construída na parte baixa e próxima ao mar (Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia). À direita, planta de Salvador no início do século XVII, com destaque para a inserção de três conventos indicando direção de expansão urbana. Elementos em vermelho e azul correspondem a estruturas religiosas .....	88
Figura 22 - À esquerda, tecidos homogêneos e à direita, elementos urbanos excepcionais de articulação da área central de Lisboa.....	90
Figura 23 - Centro de uma cidade medieval (Lübeck, na Alemanha) composto por quatro elementos morfológicos característicos das cidades medievais e portuguesas: o largo e a Igreja (1 e 4), a praça de mercado com a municipalidade (2) e a rua que passa tangente ao largo e à praça (3).....	91
Figura 24 - Rua da Direita no Centro do Rio de Janeiro e sua vida cotidiana no século XIX retratada por Johann Moritz Rugendas (à esquerda) e por Félix-Émile Taunay (à direita) .....	92
Figura 25 - Novos traçados de ruas sobre traçado urbano precedente em Paris, com destaque para as propriedades desapropriadas em 1868. ....	95
Figura 26 - Relações morfológicas e de ambiência urbana similares entre a avenida Central (1912), atual Rio Branco, no Rio de Janeiro (à esquerda) e avenida Capixaba (1930), atual Jerônimo Monteiro, em Vitória (à direita).....	96
Figura 27 - À esquerda, aspectos do acesso ao Passeio Público pintado por Karl Wilhelm von Thiermin, em 1835. À direita, a relação entre a implantação do Passeio Público do Rio de Janeiro e a paisagem marítima, com destaque também para o Largo da Lapa, em 1885 .....	98
Figura 28 - Teatro da Paz na praça da República, em Belém do Pará.....	99
Figura 29 - Praça da República, no Recife (PE) apresentando características da praça ajardinada.....	102
Figura 30 - Os tipos e subtipos principais de unidades de plano identificadas em Alwinck..	111
Figura 31 - Aspectos da transformação do traçado urbano no Rio de Janeiro .....	117
Figura 32 - Mapa da evolução de Ouro Preto em 7 períodos morfológicos.....	120
Figura 33 - À esquerda, mapas bases das plantas conjecturais com destaque para o eixo Maruípe. À direita, plantas conjecturais de 1911, 1946 e 1979 indicando a evolução do traçado urbano .....	120
Figura 34 - Organograma sintetizado do percurso teórico metodológico da tese .....	135
Figura 35 - Estudo para a evolução da estrutura urbana de Lisboa (2º Ciclo - fase de consolidação, período romano) com destaque para percurso de fundo de vale e de ligação, além de pontos de assentamento de cumeada (em vermelho) e de ponto nodal em fundo de vale ou cota alta (em azul) .....	136

Figura 36 - Indicação de malhas urbanas de cumeada, meia encosta, fundo de vale e em percurso costeiro com localização das Igrejas no Morro do Castelo. ....	137
Figura 37 - Inserção da praça como elemento de conexão e forte identidade na trama urbana de Ouro Preto. Da esquerda para a direita, 1º, 3º e 7º períodos morfológicos identificados..	139
Figura 38 - À esquerda, transformações morfológicas para abertura da praça Dom Afonso Henriques, no Porto, em 1940 e à direita, reconfiguração do largo da Feira em Coimbra, em 1950 .....	141
Figura 39 - À esquerda, destaque para a parcela da antiga cerca do Mosteiro Santa Cruz de Coimbra e à direita, relevo da cidade e a conformação topográfica que deu característica de encruzilhada à área .....	142
Figura 40 - Planejamento do traçado da rua da Carioca em 1972 e 1983 .....	143
Figura 41 - Parte do mapa do município de São Gonçalo (1938), onde se observam os traçados das estradas de ferro e o incipiente traçado viário urbano próximo à “Praça Gianelli” com destaque em seta .....	144
Figura 42 - À esquerda, em amarelo, as 185 praças (aproximadamente 68% do total), que a princípio, podem ser consideradas praças e em verde, as que foram desconsideradas. À direita, as Nove Regiões Administrativas da cidade de Vitória .....	149
Figura 43 - A Região Administrativa Centro e a seleção de praças internas e externas ao bairro Centro de Vitória.....	151
Figura 44 - À esquerda, praça Pedro Caetano (acesso restrito), no centro, praça Odilon Souza Barbosa (alargamento de calçada) e à direita, praça Manoel Silvino Monjardim (estacionamento).....	152
Figura 45 - Espaços livres públicos de Vitória de maior historicidade considerando as partes alta e baixa da cidade.....	153
Figura 46 - Inserção urbana das praças do Centro de Vitória pré selecionadas para a pesquisa .....	154
Figura 47 - À esquerda, praça da Misericórdia no início do século XX com práticas socioespaciais associadas a eventos cívicos, contendo em primeiro plano a Igreja da Misericórdia e ao fundo a Igreja da Matriz. À direita, praça João Clímaco, seu estacionamento e vista do Palácio da Cultura Sônia Cabral, antiga Igreja da Misericórdia .....	155
Figura 48 - Vista da porção ajardinada da praça e do estacionamento em frente ao atual Palácio do Governo do Estado, antigo Colégio dos Jesuítas.....	156
Figura 49 - À esquerda, vista da praça Oito de Setembro em meados do século XX com práticas socioespaciais associada a eventos cívicos. À direita, praça nos dias atuais contendo práticas vinculadas ao trânsito e permanência de pessoas.....	156
Figura 50 - Vista da praça Oito de Setembro e da avenida Jerônimo Monteiro, uma das vias metropolitanas que a ladeiam .....	157
Figura 51 - À esquerda, vista da praça Costa Pereira em meados do século XX com práticas socioespaciais associadas à passagem, permanência e transporte de pessoas em dia festivo. À direita, praça nos dias atuais contendo práticas vinculadas ao trânsito e permanência de pessoas.....	157

Figura 52 - À esquerda, a praça inserida entre vias de diferentes hierarquias, com destaque para a avenida Jerônimo Monteiro, em primeiro plano, e uma das vias que liga as Cidades Baixa e Alta, tendo ao fundo a Catedral Metropolitana de Vitória, antiga Igreja Matriz. À direita, a praça Costa Pereira e as práticas socioespaciais vinculadas ao comércio informal, permanência de pessoas e presença de moradores em situação de rua .....	158
Figura 53 - Inserção urbana do Centro de Vitória sob o ponto de vista das conexões urbanas .....	160
Figura 54 - À esquerda, rua Cosme Rolim margeando a Igreja São Gonçalo e à direita, capela de Santa Luzia, na Cidade Alta .....	161
Figura 55 - Mapa da Ociosidade no Centro de Vitória.....	164
Figura 56 - À esquerda, carnaval de rua na praça Costa Pereira em 2017 e à direita, bloco Regional da Nair na Beira-Mar no carnaval de 2020 .....	165
Figura 57 - À esquerda, concentração de uso comercial no município de Vitória e à direita, na Região Administrativa Centro de Vitória.....	166
Figura 58 - Panorama tridimensional da topografia e presença do mar no contexto urbano da Região Administrativa Centro de Vitória, com destaque em vermelho para a localização da praça Costa Pereira .....	168
Figura 59 - Aspectos tridimensionais do sítio físico e traçado urbano no Centro de Vitória, com destaque para a localização da praça Costa Pereira (seta vertical) e porção do Centro nomeada como Cidade Alta (linha tracejada). As setas horizontais indicam as ruas Sete de Setembro (à esquerda) e Graciano Neves (à direita) .....	169
Figura 60 - Mapa de Hierarquia Viária do Centro de Vitória com destaque em setas vermelhas para a localização da escadaria São Diogo (à esquerda), rua Sete de Setembro trecho de pedestre (no centro) e galeria Micheline (à direita).....	171
Figura 61 - À esquerda, escadaria São Diogo interligando Cidades Alta e Baixa pela praça Costa Pereira. À direita, o outro ângulo de visualização com Catedral Metropolitana de Vitória ao fundo.....	172
Figura 62 - Croqui da percepção de articulação viária protagonizada pela praça Costa Pereira a partir do Mapa de Hierarquia Viária.....	172
Figura 63 - Mapa de Uso do Solo do Centro de Vitória.....	173
Figura 64 - Decomposição dos principais usos do solo do Centro de Vitória.....	174
Figura 65 - À esquerda, o teatro Carlos Gomes e o antigo Edifício do IAPI enquadrados entre palmeiras e o morro da Fonte Grande e à direita, o teatro Glória, atual SESC Glória.....	175
Figura 66 - Mosaico de imagens do entorno da praça. À esquerda parte superior (1), casarios de fachada eclética e na parte inferior (2), o edifício Antenor Guimarães acompanhado de construções que perderam características arquitetônicas originais. À direita na parte superior (3), hotel Império e na parte inferior (4), destaque para os edifícios altos Álvares Cabral e Micheline.....	176
Figura 67 - Características do desenho urbano, mobiliário e vegetação da praça Costa Pereira .....	177

Figura 68 - Mapa figura fundo do sistema viário do Centro com destaque para a Praça Costa Pereira (linha tracejada).....	178
Figura 69 - Mapa figura fundo dos quarteirões do Centro com enfoque para a praça Costa Pereira (linha tracejada).....	178
Figura 70 - Mapa figura fundo do perfil fundiário do Centro com enfoque para a praça Costa Pereira (linha tracejada em vermelho), o parcelário do teatro Carlos Gomes (seta vermelha vertical), do teatro Sesc Glória (seta vermelha horizontal) e da área aterrada na década de 1950 (limitada pelo mar e linha pontilhada em vermelho).....	179
Figura 71 - Mapa figura fundo de cheios e vazios do Centro com enfoque para a praça Costa Pereira (linha tracejada) e Catedral Metropolitana de Vitória (seta vermelha).....	180
Figura 72 - Práticas socioespaciais cotidianas contemporâneas na praça Costa Pereira no período vespertino mapeadas em 10 de maio de 14:00h às 16:00h.....	182
Figura 73 - Práticas socioespaciais cotidianas contemporâneas na praça Costa Pereira no período matutino mapeadas em 18 de junho de 7:30h às 9:30h.....	183
Figura 74 - Práticas socioespaciais cotidianas contemporâneas na praça Costa Pereira no período noturno mapeadas em 18 de junho de 18:30h às 19:30h.....	184
Figura 75 - Práticas socioespaciais cotidianas contemporâneas na praça Costa Pereira nos períodos matutino, à esquerda (destaque: comércio informal/deslocamento); vespertino, no centro (destaque: moradia/interação social) e noturno, à direita (destaque: comércio informal/interação social).....	185
Figura 76 - À esquerda, cartografia de 1631 evidenciando aspectos geográficos da Vila da Vitória e à direita, cartografia de 1853 com destaque para a ocupação inicial ao sul da ilha	187
Figura 77 - Panorama de Vitória no século XIX vendo-se em primeiro plano o braço de mar que tomava toda a área do atual Parque Moscoso com destaque para a representatividade das construções religiosas: Igreja Matriz à esquerda, Igreja São Gonçalo ao centro e Igreja São Tiago à direita, com morro do Penedo ao fundo .....	190
Figura 78 - Espacialização das edificações singulares e principais espaços livres públicos do Centro de Vitória em 1767 .....	191
Figura 79 - Espacialização das edificações singulares (em preto) e principais espaços livres públicos (em verde) do Centro de Vitória em 1895 .....	192
Figura 80 - Planta de 1895 com destaque para as áreas alagáveis sujeitas a aterros, o Capimho (circundada à esquerda) e a Prainha (circundada à direita). As setas indicam os limites da urbis: A Santa Casa de Misericórdia (à esquerda) e a direção do Forte de São João (à direita) .....	193
Figura 81 - Espacialização das edificações singulares (em preto) e principais espaços livres públicos (em verde) do Centro de Vitória em 1910 .....	194
Figura 82 - Processo de aterramento do Campinho.....	194
Figura 83 - Processo de aterramento do Pelames e posterior abertura de vias na década de 1920 .....	195

Figura 84 - À esquerda, processo de remodelação da rua Sete de Setembro em 1924 e à direita, confluência das ruas Sete de Setembro e Graciano Neves na já inaugurada praça Costa Pereira.....	196
Figura 85 - Aspectos do cais da Alfândega e da rua do Comércio já aterrada, antigo Porto dos Padres.....	197
Figura 86 - Espacialização das edificações singulares (em preto) e principais espaços livres públicos (em verde) do Centro de Vitória em 1928 .....	198
Figura 87 - Avenida Capichaba, já aberta, e sua relação com a praça Costa Pereira .....	199
Figura 88 - Esquema retratando apreensão sobre linhas e polos de crescimento a partir da Morfogênese de Vitória .....	201
Figura 89 - Síntese dos fatos importantes e pertinentes contidos nos Relatórios de Governo entre 1881 e 1904 .....	204
Figura 90 - Síntese dos fatos importantes e pertinentes contidos nos Relatórios de Governo entre 1905 e 1917 .....	204
Figura 91 - Síntese dos fatos importantes e pertinentes contidos nos Relatórios de Governo entre 1918 e 1930 .....	205
Figura 92 - Noticiários acerca de atividades circenses evidenciando a relação com o largo da Conceição e com práticas socioespaciais de adultos (também escravos) e crianças.....	208
Figura 93 - Presença de chafariz na Cidade Alta (1908) (à esquerda), e na praça Costa Pereira (à direita), sem data .....	209
Figura 94 - Publicação retrata a presença de pessoas em situação de rua no largo da Conceição .....	210
Figura 95 - Práticas socioespaciais no largo da Conceição (à esquerda) e a ambiência urbana do lugar nas proximidades, tendo ao alto a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (à direita).....	211
Figura 96 - Teatro Melpômene (à esquerda), teatro Carlos Gomes (à direita) e práticas socioespaciais.....	213
Figura 97 - Atividades circenses em frente ao teatro Melpômene .....	213
Figura 98 - Festa da Primavera em 1927 na praça Costa Pereira .....	214
Figura 99 - À esquerda, práticas de footing e namoro na praça Costa Pereira. À direita, dicas de modos de como se vestir para passeios na praça e reuniões em clubes.....	215
Figura 100 - Ação policial requerida para conter algazarras de meninos que parecem incomodar moradores no/do largo da Conceição .....	216
Figura 101 - Notícias indicam o largo/prança como pulsante localidade comercial e de referência .....	217
Figura 102 - À esquerda, itinerário da procissão de Corpus Christi passando pela praça Costa Pereira e à direita, itinerário de festas carnavalescas passando pelo largo da Conceição .....	218
Figura 103 - Circulação urbana retratando a apropriação da rua pelo pedestre mesmo com vias implementadas visando o tráfego de bondes e veículos .....	219

Figura 104 - Pintura da vila no século XIX indicando forte relação do assentamento com a água e o local que fora a Prainha, tendo destaque à direita para a Igreja do Rosário, à esquerda para a Igreja Matriz e no centro, a provável localização da capela de Nossa Senhora da Conceição (em vermelho).....	221
Figura 105 - Planta da Cidade de Victoria em 1873.....	223
Figura 106 - Bacia e fluxo de drenagem na regional Centro, com destaque para as nascentes (em numeração azul), os fluxos acumulados (em linha azul) e a praça Costa Pereira (em amarelo).....	224
Figura 107 - Obras de infraestrutura na praça Costa Pereira no início do século XX modificam o cenário marcado por alagadiços e insalubridade do sítio físico .....	226
Figura 108 - À esquerda, críticas sobre a localização do teatro e à direita, a argumentação do governo sobre a fragilidade da área escolhida.....	226
Figura 109 - À esquerda, demolições para construção da praça Costa Pereira e à direita, obras de infra estrutura e remodelação urbana da referida praça, com visual de uma parte do terreno sobre o qual se implantou o teatro Glória em 1932.....	227
Figura 110 - Principais processos de aterro sobre o sítio físico no entorno da praça Costa Pereira.....	228
Figura 111 - Plantas de figura-fundo de sistema viário (à esquerda) e quarteirões (à direita) da cartografia de 1767, com destaque para o largo da Conceição e a capela de Nossa Senhora da Conceição .....	229
Figura 112 - Plantas de figura-fundo de sistema viário (à esquerda), quarteirões (à direita) e perfil fundiário (abaixo) da cartografia de 1895, com destaque para o largo da Conceição e a capela de Nossa Senhora da Conceição.....	231
Figura 113 - Estrutura urbana de Vitória no século XIX .....	233
Figura 114 - Plantas de figura-fundo de sistema viário (à esquerda) e quarteirões (à direita) da cartografia de 1910, com destaque para o largo da Conceição e para o teatro Melpômene (abaixo).....	235
Figura 115 - Aspectos do tecido urbano da vila de Vitória, datado de 1910, com destaque para a imponência do teatro Melpômene no contexto urbano.....	236
Figura 116 - Trecho do Plano Geral da Cidade de 1917 elaborado pelo governo municipal de Henrique de Novaes (1916-1920).....	237
Figura 117 - À esquerda, aspectos da praça da Independência antes da implantação do novo desenho com edificações transitórias entre a arquitetura colonial e eclética. À direita, a nova configuração da praça com edificações ecléticas, tendo ao fundo o banco Hipotecário, na esquina, e o teatro Glória. Abaixo, aspectos paisagísticos e entorno já bem definidos. ....	239
Figura 118 - Plantas de figura-fundo de sistema viária (à esquerda), quarteirões (à direita) da cartografia de 1928 .....	239
Figura 119 - Planta Cadastral da Zona Urbana da Cidade de Vitoria em 1933 com indicação de características do parcelário, onde as setas indicam o comportamento das parcelas no entorno da praça e círculo tracejado aponta a localização do teatro Carlos Gomes e área livre adjacente .....	241

Figura 120 - À esquerda, confluência das ruas Sete de Setembro e Graciano Neves dão notoriedade ao hotel Império situado na esquina, com presença de pedreira ainda compondo o cenário da praça Costa Pereira recém inaugurada. À direita, a localização da escadaria São Diogo ao lado do edifício Antenor Guimarães construídos no lugar da antiga pedra.....	242
Figura 121 - À esquerda, relatos do estado de ruínas e à direita, o descontentamento dos fieis na ocasião do traslado da imagem da santa para a Igreja Matriz .....	246
Figura 122 - À esquerda, indícios de que descaso em realizar as obras da capela. À direita, relato de possível fraude com as verbas da capela .....	246
Figura 123 - Parte do documento do livro de Tombo registrando a processo de autorização para desapropriação da capela .....	247
Figura 124 - À esquerda, a cruz e o frontão identificando a capela (em vermelho) e as edificações que foram demolidas para acomodação do teatro (em azul); no centro, a ausência da cruz e do frontão, símbolos expressivos da capela e à direita, o processo de demolição da capela (em vermelho) .....	249
Figura 125 - À esquerda, posição do edifício singular e contorno do entorno imediato em 1767. À direita, posição do edifício singular e contorno do entorno imediato em 1895.....	249
Figura 126 - Planta de Situação do teatro Melpômene em 1895.....	251
Figura 127 - Drenagem da rua Sete de Setembro e desmontagem do teatro em 1924.....	252
Figura 128 - Projeto de Urbanização da praça da Independência .....	254
Figura 129 - À esquerda, posição do edifício singular e contorno do entorno imediato em 1910. À direita, posição do edifício singular e contorno do entorno imediato em 1928.....	255
Figura 130 - Esquema geométrico resultante da análise morfológica do edifício singular a partir das quatro principais cartografias consideradas.....	256
Figura 131 - Apresentação de palhaços na praça Costa Pereira e o sentido de persistência da atividade circense em outro formato .....	259
Figura 132 - Relação atual do sítio no qual a praça se insere com os cursos d'água da cartografia de 1895 .....	261
Figura 133 - À esquerda, aspectos do sítio físico (1895); no centro, a relação entre o sítio físico e o parcelamento com destaque para as edificações religiosas e, à direita, o traçado urbano atual do Centro de Vitória. ....	262
Figura 134 - Praça Costa Pereira como elemento bi articulador de dois traçados distintos...	263
Figura 135 - Cartografias de 1767, 1895, 1910 e 1928 (da esquerda para a direita e de cima para baixo) mostrando as vias que tendem a convergir para a área de estudo, com destaque em laranja para as que se comportam como mais persistentes e em cinza, aquelas que surgiram para cada cartografia considerada.....	264
Figura 136 - Destaque em laranja para as vias mais persistentes sobre imagem de satélite atual considerando as cartografias examinadas.....	264
Figura 137 - Sobreposições cartográficas. À esquerda/acima entre 1767 (cor alaranjada) e 1895 (cor goiaba); à direita/acima entre 1895(cor goiaba) e 1910 (cor rosa); à esquerda/abaixo entre 1910 (cor rosa) e 1928 (cor amarela) e, à direita/abaixo, entre 1767 (cor alaranjada) e	

1928 (cor amarela). Destaque em círculo tracejado para o traçado viário próximo ao mar, sendo as setas da última sobreposição indicativas das ruas Marcelino Duarte (seta à esquerda), Barão de Itapemirim (seta ao centro) e Gonçalves Dias (seta à direita).....	266
Figura 138 - Croqui com esquema representativo das conexões mais persistentes entre colina, Fonte Grande e espaço livre público/edifício singular, com destaque para a presença gradativa do mar e áreas aterradas.....	267
Figura 139 - Aspectos da adaptação da ladeira da Pedra para conexão entre a Cidade Alta e Baixa pela praça Costa Pereira .....	268
Figura 140 - Subprocessos de sedimentação e sobreposição a partir dos eixos de crescimento que se interceptam na praça Costa Pereira .....	272

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Listagem dos 28 periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional analisados.....	42
Quadro 2 - Exemplificação do quadro utilizado na análise dos periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. ....	43
Quadro 3 - Resumo analítico dos principais processos morfológicos e suas derivações: sub processos e comportamento da forma .....	129
Quadro 4 - Síntese analítica dos sub processos considerados .....	130
Quadro 5 - Apreensões analíticas sobre o sítio físico.....	145
Quadro 6 - Apreensões analíticas sobre o edifício singular .....	146
Quadro 7 - Apreensões analíticas sobre o espaço livre público .....	146
Quadro 8 - Quadro síntese das principais práticas socioespaciais mapeadas entre 1870 e 1939 a partir da pesquisa nos periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional .....	202
Quadro 9 - Permanências e apagamentos de práticas socioespaciais na relação pretérito x presente.....	259
Quadro 10 - Subprocessos morfológicos e o comportamento da forma na praça Costa Pereira a partir das análises cartográficas da evolução do tecido urbano .....	271

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de redução de praças por região administrativa de Vitória, a partir da primeira aproximação de análise considerando as 273 praças oficialmente nomeadas pela municipalidade.....	150
--	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>Abordagem Metodológica .....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ASPECTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>1.1 Para além do Espaço Público .....</b>	<b>49</b>
1.1.1 O sentido de esfera pública .....	59
<b>1.2 Práticas socioespaciais e cotidianas .....</b>	<b>64</b>
<b>1.3 Praças públicas, largos coloniais e inserção urbana .....</b>	<b>71</b>
1.3.1 Inserção urbana dos largos coloniais à luz do urbanismo medieval português .....	80
1.3.1.1 O edifício singular .....	86
1.3.1.2 A rua e o largo colonial brasileiro .....	89
1.3.2 Inserção urbana das praças públicas ajardinadas à luz da cidade moderna .....	94
1.3.2.1 O sítio físico.....	97
1.3.2.2 O edifício singular .....	99
1.3.2.3 A rua e a praça ajardinada brasileira .....	101
<b>CAPÍTULO 2 - ESTUDOS DA FORMA URBANA .....</b>	<b>104</b>
<b>2.1 Geografia Histórica e Morfologia Urbana: aproximações e apontamentos .....</b>	<b>104</b>
2.1.1 Breve contexto sobre a Geografia Histórica .....	104
2.1.2 Breve contexto sobre os estudos da Forma Urbana .....	106
2.1.2.1 Antecedentes contextuais associados à Geografia e as principais abordagens morfológicas a nível internacional.....	107
2.1.2.2 Aspectos conceituais sobre o estudo da Forma Urbana.....	113
2.1.3 Contribuições para o processo investigativo a partir de experiências brasileiras .....	116
2.1.3.1 Operacionalização da pesquisa em Geografia Histórica.....	118
<b>2.2 A forma, o tempo e os processos morfológicos .....</b>	<b>122</b>
2.2.1 (Sub) processos morfológicos e as propriedades do Tecido Urbano.....	127
<b>2.3 As áreas centrais e o sentido de centralidade urbana .....</b>	<b>131</b>
<b>2.4 Estudos correlatos .....</b>	<b>136</b>
2.4.1 Análises sintetizadas acerca dos elementos morfológicos.....	144
<b>CAPÍTULO 3 - O DUETO CENTRO DE VITÓRIA E PRAÇA COSTA PEREIRA SOB OLHAR CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>148</b>
<b>3.1 O caminho de escolha da Praça Costa Pereira como objeto de estudo da tese ..</b>	<b>148</b>
<b>3.2 Centros de Vitória: potencialidades, problemáticas e dinâmicas urbanas .....</b>	<b>159</b>

3.3	Caracterizações morfológicas do Centro de Vitória e da Praça Costa Pereira	168
3.4	Praças Costa Pereira: práticas socioespaciais contemporâneas.....	181
<b>CAPÍTULO 4: O LARGO DA CONCEIÇÃO: PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS SOB OLHAR PRETÉRITO .....</b>		
4.1	Evolução urbana do Centro de Vitória e de seus espaços livres de uso público: breve contexto .....	187
4.1.1	Processos de transformações nos espaços livres públicos.....	189
4.2	A seleção de uma periodização pretérita .....	201
4.3	Práticas socioespaciais .....	206
<b>CAPÍTULO 5: O LARGO DA CONCEIÇÃO: INSERÇÃO URBANA SOB OLHAR PRETÉRITO.....</b>		
5.1	O sítio físico .....	221
5.2	As vias, o largo e a praça .....	228
5.3	O edifício singular .....	243
<b>CAPÍTULO 6: TEMPOS ENTRELAÇADOS E O LEGADO DA CENTRALIDADE URBANA .....</b>		
6.1	Subprocessos morfológicos e o Comportamento da forma na evolução tecidual da praça Costa Pereira .....	269
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>		274
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		279
<b>APÊNDICES.....</b>		298

## INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada se insere no **campo da Geografia Histórica Urbana**, subárea de conhecimento da Geografia, cujos estudos vinculam-se à evolução das formas espaciais sob o ponto de vista das paisagens, tendo como embasamento as relações de dependência entre espaço e tempo que pressupõe, segundo Santos (1996), a indissociável presença da materialidade e suas diversas formas e a condição da forma enquanto forma conteúdo. Nesta perspectiva, a pesquisa também se insere no **campo da Morfologia Urbana** enquanto “ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenômenos que lhe deram origem” (LAMAS, 2011, p. 37) na medida em que utiliza de suas possibilidades investigativas sob a ótica do tempo e da materialidade das formas espaciais em perspectiva evolutiva e histórica, considerando inclusive a produção do espaço urbano neste contexto.

Expostos os campos da pesquisa a título de contextualização inicial da tese, é necessário ainda esclarecer, brevemente, os recortes temático, espacial e temporal inerentes. Sendo assim, o **recorte temático** refere-se à participação da **inserção urbana** e das **práticas socioespaciais** em praça pública a partir da história, inserindo a condição de vivacidade<sup>1</sup> urbana contemporânea como desafio do debate da denominada “fragilização ou crise” dos espaços livres de uso público. Para tanto, o tema se aproxima da compreensão do sentido de “esfera pública” e da “praça pública” dos centros urbanos tradicionais como uma das suas possibilidades de espacialização. Por conseguinte, o **recorte espacial** analítico aponta como objeto empírico a praça Costa Pereira, que, de largo colonial à praça pública na transição dos séculos XIX e XX, período que corresponde **ao recorte temporal**<sup>2</sup> proposto, mantém-se como importante espaço da esfera pública do Centro de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo no sudeste brasileiro (Figura 01).

### a) Recorte espacial

O interesse pessoal pela “praça” enquanto elemento morfológico de forte relação com a dinâmica da vida urbana das cidades desencadeou observações e olhares mais atentos, em campo ou por aproximações em imagens de satélite, entre as 273 praças de Vitória, assim oficialmente denominadas pela municipalidade. Distribuídas pelo território entre sua porção

<sup>1</sup> O termo vivacidade foi usado seguindo definição do dicionário *online* da língua portuguesa: “característica ou particularidade do que tem vida; que contém vitalidade; que expressa vigor ou força” (VIVACIDADE, 2022).

<sup>2</sup> O recorte temporal específico estabelecido entre 1882 e 1928 será explicado mais adiante, neste capítulo.

insular e continental (Figura 02), a totalidade das praças divergem-se também quanto à função, longevidade, inserção e natureza de apropriação. Esta primeira aproximação foi essencial para se estabelecer um panorama geral das praças existentes e estabelecer pré-seleções a partir de sua função, onde quase 1/3 delas foram descartadas como praça pública por não cumprir a tarefa ou atividade esperada da forma analisada<sup>3</sup>.

Figura 1 - Localização da praça Costa Pereira em um contexto territorial



**MOSAICO ESCALAR DA PRAÇA COSTA PEREIRA EM CONTEXTO GEOGRÁFICO NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E DO BAIRRO**

N  
 UTM - ZONA 24 SUL - SIRGAS 2000  
 Fonte Cartográfica: Geoweb Vitória e  
 Instituto Jones

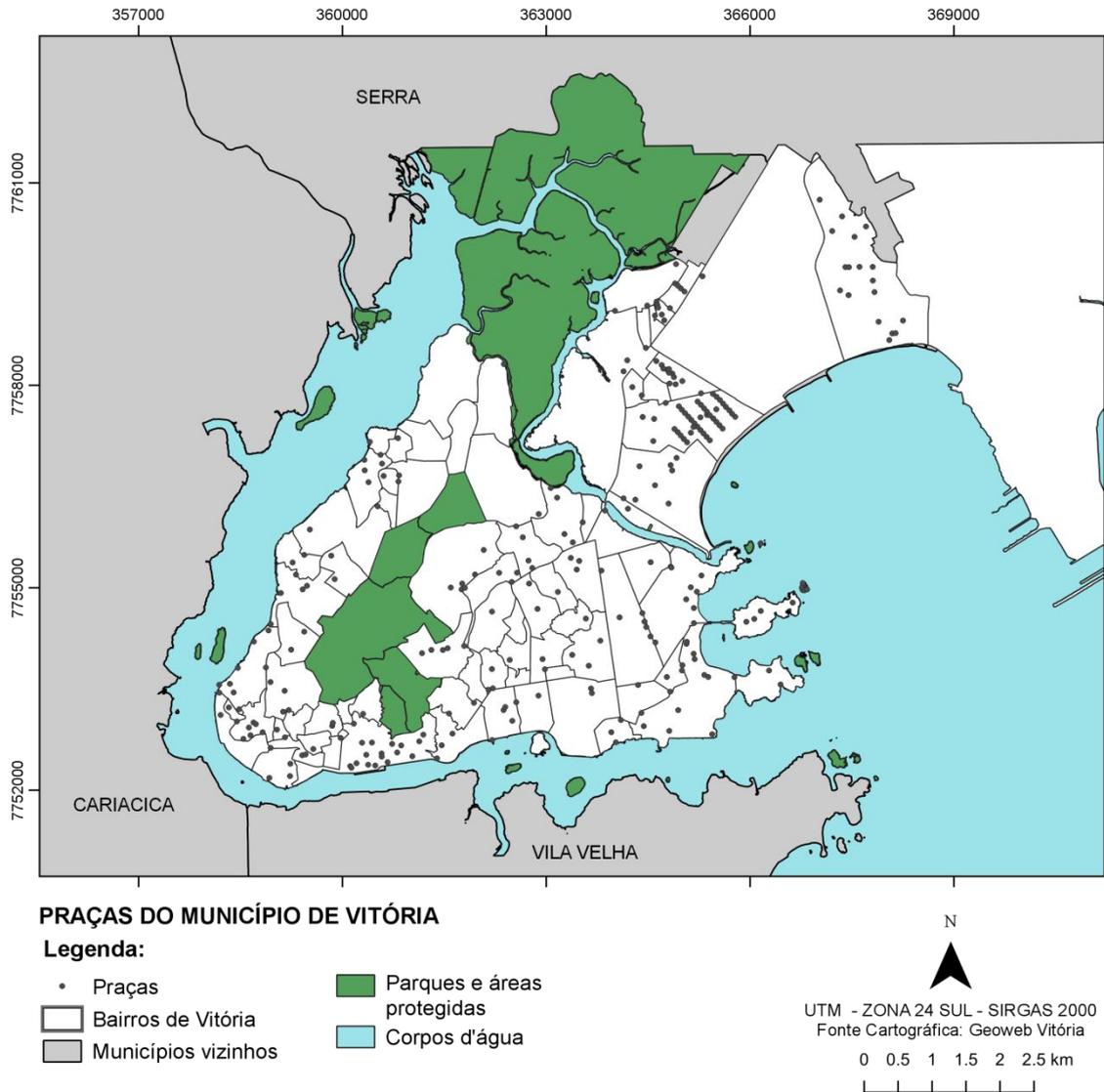
Fonte: Elaborado por Cecília Torezani (2010) a partir de dados geoespaciais da plataforma *GeoWeb* Vitória

Na verdade, a condição de Vitória enquanto cidade fundada ainda no século XVI e, portanto, com quase 500 anos de história, parece justificar não só a diversidade de praças encontradas, mas também a pesquisa nos campos supracitados. A capital capixaba passou por diferentes processos de expansão que iniciaram em sua parte insular e se expandiram para sua porção continental, podendo ser considerada, a partir de estudos da forma urbana, como palimpsesto (CONZEN, 1969-2022), resultado da materialização do passado e do presente em processo cronológico construtivo que se acumula no mesmo sítio natural. Tal característica

<sup>3</sup> A explanação acerca da análise que parte das 273 praças existentes será tratada posteriormente, no capítulo 3 da tese.

reflete a longevidade da área de estudo, inserindo-a com forte potencial para investigações morfológicas na perspectiva da Geografia Histórica.

Figura 2 - Localização das 273 praças do município de Vitória



Fonte: Elaborado por Cecília Torezani (2020) a partir de dados geoespaciais da plataforma *GeoWeb* Vitória

Considerando a pré-seleção que partiu das 273 praças, a análise tendeu a se aproximar das praças localizadas em sua porção mais remota, ou seja, o denominado Centro de Vitória, na tentativa de construir outra pré-seleção a partir do presente, mas que recorreu à história do lugar como aporte justificativo para apontamento dos espaços livres de uso público de maior historicidade. A intenção foi alcançar, paulatinamente, um único objeto tomado como **estudo de caso** da tese, representativo sob o ponto de vista da investigação a partir da Morfologia Urbana.

Neste processo gradativo de aproximação que apontou três praças passíveis de investigação, (praças João Clímaco, Oito de Setembro e Costa Pereira), a vivacidade urbana e cotidiana identificada na praça Costa Pereira aliada às características de sua inserção urbana, a colocaram em patamar estratégico que condicionou sua escolha como **estudo de caso** da tese. Soma-se, a atmosfera de permanência de pessoas na praça durante todo o dia, que acaba despertando o interesse pelos estudos de sua inserção urbana em retrospectiva histórica, no intuito de descobrir o que, de fato, a torna tão singular.

Neste sentido, o debate recorrente sobre a denominada “fragilização” ou “crise” dos espaços ditos públicos (SENNETT, 2020; BORJA; MUXÍ, 2000) que acaba ganhando potência para o caso das áreas de maior historicidade, também vitimizadas pelo estigma do “esvaziamento e decadência das áreas centrais” se revela pertinente como ponto de partida para o recorte temático da pesquisa.

Essa tese procura questionar argumentos que generalizam esse debate, tendo como referências estudos que sinalizam um “potencial crescimento da esfera pública” na contemporaneidade e “novas e diversas formas de apropriações intrínsecas à vida cotidiana” (QUEIROGA, 2001; 2012; MACEDO, 2001; GEHL, 2013). A postura aqui defendida considera a atual pandemia do novo coronavírus – COVID 19 como uma condição temporária que, apesar de ter fragilizado a vivência e dinâmicas nos espaços públicos pela imposição do isolamento social, tende a se esmaecer e, oportunamente, favorecer retomadas neste sentido. A tese busca, portanto, argumentos mais específicos, menos generalistas e vinculados à própria história do lugar, que possam justificar determinados padrões de comportamento nos denominados “espaços públicos” contemporâneos, tendo como objeto de estudo uma das principais praças da capital capixaba, cuja dinâmica urbana parece desafiar os debates supramencionados.

## **b) Recorte temático**

As especificidades observadas e inserção urbana da praça Costa Pereira desencadeou um questionamento aparentemente simples, mas que balizou a pesquisa:

O que está acontecendo ali?

A pergunta pressupõe uma “ação” e o advérbio “ali” pressupõe uma “localização geográfica”. Assim, endossando os caminhos e escolhas realizados até aqui, **práticas socioespaciais** e **inserção urbana** constituíram-se nas duas variáveis da pesquisa, investigadas sob o viés morfológico a partir do objeto praça pública.

O conceito de praça é entendido como elemento que pressupõe vontade e desenho de uma forma como um lugar intencional da vida social (LAMAS, 2011) e que teve papel nodal estratégico na organização espacial das primeiras cidades brasileiras, na condição de largos (ROBBA; MACEDO, 2010; MARX, 1980). Sob o ponto de vista da diferença das praças entre si, Dias Coelho (DIAS COELHO; LAMAS, 2007, p. 30) traz a abordagem das características de sua origem:

Um dos fatores que mais distingue as praças entre si é o próprio processo que as origina, isto é, se foram o resultado de um processo evolutivo que foi sedimentando progressivamente a sua forma ou, pelo contrário, se foram construídas a partir de um projeto integralmente pré-concebido.

A exemplo de Vitória, tais cidades guardam, da sua formação original, premissas da urbanística portuguesa concebidas sob estreita relação do traçado urbano com as características topográficas do sítio, tendo templos religiosos e largos como um dos elementos estratégicos e ordenadores deste traçado (TEIXEIRA, 2012). O autor considera que nos extremos de vias importantes ou em pontos de inflexão associados aos edifícios singulares, se implantaram espaços urbanos com características de centralidade, habitualmente traduzidos como praças públicas e a partir da qual se definiam o traçado das ruas e dos quarteirões e se estruturava todo o plano da cidade.

A partir desta perspectiva, e considerando a relação dialética do traçado com o sítio na urbanística portuguesa, soma-se a condição do largo/praça como ponto nodal e de legibilidade urbana<sup>4</sup> (LYNCH, 1980), parâmetros capazes de descrever características morfológicas e de auxiliar a apreensão de determinadas escolhas geográficas sobre o território e das dinâmicas sociais intrínsecas a tais escolhas.

Dado o exposto, nota-se a relação da praça como elemento potencializador da modelagem do traçado das cidades coloniais brasileiras e de forte participação em aspectos de centralidade urbana. Interessa destacar também a condição das práticas socioespaciais destes tradicionais espaços públicos no Brasil que acolheram, simultaneamente, a vida sacra e mundana, civil e militar, abarcando todos os elementos da estratificação social (MARX, 1980).

Os estudos da forma urbana são apontados como estratégia investigadora da tese, tendo no “tempo” e na “forma” seus principais conceitos para subsídios da análise à luz das

---

<sup>4</sup> Legibilidade e ponto nodal são entendidos, respectivamente, como “facilidade de compreensão de partes da cidade em um padrão coerente” e; “pontos estratégicos que podem apresentar-se na cidade”, locais de concentração de atividades ou convergência física do tecido urbano (LYNCH, 1980, p. 2).

transformações do largo em praça. Recorre-se, neste contexto, aos conceitos e análises de Dias Coelho (2013) acerca dos elementos morfológicos da forma urbana. O autor acredita que a interpretação da cidade deve abranger duas abordagens: a análise de sua forma e a justificativa a partir dos acontecimentos que lhe deram origem, compreendendo que as particularidades e diversidade dos tecidos urbanos revelam a natureza dos espaços que o compõem, e isso implica no exercício de decomposição dos seus elementos urbanos<sup>5</sup>. É nesta perspectiva da análise da elementaridade dos componentes morfológicos que a pesquisa empírica se enquadra, mas não se restringe. Nestes termos, o sítio físico, a praça, a rua e o edifício singular são tomados como análises mais pertinentes ao se examinar processos de transformação e permanência na virada dos séculos XIX e XX.

No que tange à inserção urbana e práticas socioespaciais considerando os estudos da forma urbana, ressalta-se a articulação de Lamas (2011, p. 28) acerca da importância da forma com aspectos ligados a uso e apropriação do espaço: “as formas não tem apenas a ver com concepções estéticas, ideológicas, culturais ou arquitetônicas, mas encontram-se indissociavelmente ligadas a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço, e à vida comunitária dos cidadãos”. O autor destaca, pois, não só a materialidade da forma, mas também as ações que lhes são intrínsecas.

Nesta linha de raciocínio, Gomes (2012) enfatiza que um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar além da configuração física, as práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem, já que o espaço público é uma das possibilidades de análise do espaço, onde a variedade de práticas e suas especificidades quanto a percursos, signos e comunicação podem ser aplicadas para melhor conhecimento das dinâmicas sociais.

O que se busca alcançar, portanto, na análise da inserção urbana e das práticas socioespaciais é sua relação com processos de transformação e permanência morfológicas e com a própria produção do espaço urbano sob o ponto de vista de fenômenos estruturais da formação de uma sociedade. No âmbito geográfico, interessa resgatar ainda alguns conceitos básicos a partir da obra de Santos (1996) que passam necessariamente pela compreensão do espaço geográfico, entendido como conjunto indissociável de sistema de objetos e de ações, podendo ser interpretados a partir de diferentes escalas capazes de extrapolar o tempo presente, tomando o passado e o futuro, em conjunto. Assim sendo, a análise geográfica deve apreender, segundo o autor, quatro categorias: a organização espacial de uma dada sociedade em um determinado momento (forma), sua dinâmica espacial (função), ao modo como os

---

<sup>5</sup> Elementos urbanos são enquadrados, pelo autor, a partir dos tradicionais elementos morfológicos, a saber: o tecido, o traçado, a malha, a praça, a rua, o quarteirão, a parcela, o edifício singular e o edifício comum.

objetos estão organizados na inter-relação das partes de um todo (estrutura) sob condições de transformação através do tempo (processo). Ademais, a forma deve ser tomada como forma conteúdo, repleta de significados e sujeitas a mudanças estruturais ao longo do tempo.

A interdependência das quatro categorias como base teórica a partir da qual se pode discutir os fenômenos espaciais em totalidade a qualquer tempo (SANTOS, 2008), parece se associar à compreensão da organização espacial e sua evolução e a processos históricos de transformação do largo em praça, no caso desta pesquisa. Adere-se, de certo modo, aos estudos da forma urbana que não negligenciam, em perspectiva histórica, os agentes da produção do espaço e os processos temporais.

Para Moudon (2015), o papel dos morfologistas é estudar “a concretização de ideias e intenções à medida que estas tomam forma sobre o solo moldando as nossas cidades”. Complementa analisando que tais estudos podem ser realizados em diferentes níveis de resolução, entendidos aqui como escalas de abordagem do edifício à cidade ou região, usando necessariamente como instrumentos de investigação morfológica a forma, a resolução e o tempo.

Nos termos de Santos (2008, p. 70):

Num dado tempo, num momento discreto, estes elementos podem ser vistos em termos de forma, função e estrutura. Mas, ao longo do tempo, deve-se acrescentar a ideia de processo, agindo e reagindo sobre os conteúdos desse espaço. A dimensão do tempo histórico, quando variados fatores têm uma maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada, proporciona uma compreensão evolutiva da organização espacial.

Portanto, a categoria tempo/processo se insere como variável imprescindível na compreensão evolutiva da forma enquanto forma conteúdo, apresentando forte relação com a Geografia Histórica e a Morfologia Urbana.

### **c) Recorte temporal**

A origem da ocupação portuguesa de Vitória se deu em sua porção insular, ao sul, onde foram implantadas, no século XVI, as primeiras edificações em área de topografia elevada e neste contexto também se formaram seus primeiros espaços livres públicos<sup>6</sup>, vinculados principalmente às construções de caráter religioso.

---

<sup>6</sup> Os espaços livres públicos do período colonial brasileiro receberam determinadas terminologias como adros, rossios, terreiros e largos (MACEDO, 2003).

O acesso à ilha, que a princípio foi estabelecido à oeste, acabou ganhando evidência ao sul da ilha na área plana e próxima ao mar, restrita à presença de vários trapiches e seus pequenos atracadouros na borda do canal, movimentados a princípio, por uma economia de subsistência (MIRANDA, 2009). O território manteve-se sem grandes transformações físicas e econômicas até começar a receber, em sua parte plana e baixa, seus primeiros aterros no século XVIII. Foi neste século que se inaugurou a relação do edifício de caráter religioso de menor prestígio<sup>7</sup> com seu espaço público fronteiriço quando, a partir da construção da capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha em 1755<sup>8</sup>, o largo ali existente passou a ser denominado de largo da Conceição.

Posteriormente, entre os séculos XIX e XX e sob os princípios do Higienismo e ideais de ordenamento e aformoseamento da cidade na recém-criada República (CANAL FILHO, 2004), o largo veio a se transformar em praça Costa Pereira<sup>9</sup> caracterizada por fortes influências europeias em seu desenho, à luz dos ideais da modernidade urbana e da ascensão da burguesia emergente. Tal mudança parece ultrapassar as questões terminológicas e morfológicas, estando imbuída por inúmeros processos vinculados à burguesia em ascensão que vigoravam e se contrapunham à cidade colonial.

Cabe destacar, neste contexto de transformações modernizadoras, a demolição do edifício de caráter popular-religioso – a capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha - e a construção de novos edifícios singulares, de caráter aristocrático-cultural – o teatro Melpômene, em 1896, o teatro Carlos Gomes, em 1928 e o teatro Glória em 1932 – como marcas significativas da passagem do largo à praça, as quais assumem, minimamente, triplo sentido: funcional, social e simbólico.

Considerando o exposto, o recorte temporal da pesquisa foi determinado após análise das práticas socioespaciais rastreadas a partir de periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional cujo panorama temporal das diferentes categorias de práticas, ano a ano e entre 1831 e 1961 (anos disponíveis para pesquisa), ajudaram a apontar o recorte temporal da pesquisa. Assim, considerou-se importante marcar o início do recorte temporal para exame da inserção urbana a partir das práticas socioespaciais com a inauguração do Jardim Municipal na parte baixa, em 1882, e o término com a inauguração da praça Costa Pereira em 1928,

<sup>7</sup> Os edifícios religiosos de menor prestígio eram aqueles vinculados as irmandades de pardos e negros e ficavam situadas nas imediações do Centro, ou seja, nas periferias imediatas das áreas centrais (VASCONCELOS, 2009).

<sup>8</sup> Há registros de aterros já nesta data, vinculados à viabilização da construção da referida capela (DAEMON, 2010).

<sup>9</sup> A toponímia largo da Conceição foi sendo alterada, posteriormente, recebendo terminologias como largo Costa Pereira, praça do Theatro, praça da Independência e praça Costa Pereira.

fechando um ciclo de transformações significativas na passagem do largo em praça. Na verdade, o Jardim Municipal, localizado próximo da área de estudo, é considerado o primeiro espaço público ajardinado e com função de lazer da capital capixaba (BELLINI, 2014). Já, as implantações do teatro Carlos Gomes (1927) e da praça (1928) asseguram o remate de grandes transformações ocorridas nesta transição. Portanto, **o recorte ficou enquadrado, sob o ponto de vista da análise da inserção urbana, entre 1882 e 1928**. Vale ressaltar que tal recorte “salta” no tempo e alcança os dias atuais como forma de estabelecer análise dialógica entre pretérito e presente, entre processos de transformações e permanências, a partir das hipóteses levantadas. Ao mesmo tempo, quando necessário, procura-se esclarecer determinadas circunstâncias específicas em tempos ainda mais pretéritos ao recorte principal<sup>10</sup>.

#### **d) Perguntas de Pesquisa**

Busca-se, então, construir uma narrativa que permita reflexão acerca da vivacidade urbana identificada na Praça Costa Pereira, mesmo diante da problematização ligada às sociedades atuais – a suposta “crise do espaço público” - recorrendo ao processo de idealização e produção deste espaço público em tempo pretérito, ainda enquanto largo colonial à luz da urbanística portuguesa e considerando sua transformação em praça pública. A intenção é aferir o fundamento morfológico e embrionário associado à inserção urbana e práticas socioespaciais de outrora que avançam no tempo para buscar compreender, sob o ponto de vista de uma determinada persistência e sentido de continuidade, as dinâmicas atuais.

Assim sendo, a **lacuna de conhecimento** passa pela verificação da relação com que determinadas praças públicas dotadas de vivacidade urbana desafiam a crise dos espaços livres públicos localizados em áreas centrais de cidades fundadas pelos portugueses no Brasil.

Especificamente sobre Vitória, apesar de algumas publicações e estudos se debruçarem sobre estudos da forma urbana na sua área central (MENDONÇA, 2013; MELO et al., 2017), inclusive nas praças ali inseridas (VALFRÉ; PEGORETTI; MENDONÇA, 2018; BOTECHIA, 2018a) ou mesmo considerando estudos de práticas em recorte temporal similar ao aqui proposto (CASADO; MENDONÇA; GOMES, 2020; BELLINI, 2014), não há

---

<sup>10</sup> A ideia de se extrapolar a pesquisa para além do recorte principal proposto buscando, quando oportuno, voltar ou saltar no tempo no processo investigativo, é apoiada na abordagem sobre periodização de pesquisa em Geografia Histórica a partir de Vasconcelos (2009b), conforme será explanado no capítulo 02.

estudos que apreendam as relações entre práticas socioespaciais e inserção urbana da praça Costa Pereira em específico, sob perspectiva histórica e capazes de revelar, de forma inédita, o sustentáculo de sua vivacidade, mesmo diante da suposta “crise do espaço público”.

Por conseguinte, elaboram-se as seguintes **perguntas de pesquisa**: O que sustenta, do ponto de vista morfológico, a vivacidade das práticas socioespaciais na praça Costa Pereira? Qual a relação entre inserção urbana e práticas socioespaciais na transformação do largo em praça? Como o passado e o presente dialogam no que diz respeito ao tempo, à forma e às transformações ocorridas? Para responder a tais questões, a perspectiva histórica é inserida como fio condutor sobre possíveis relações de dependência entre passado e presente, capazes de subsidiar reflexões para preencher a lacuna de conhecimento exposta.

#### e) **Objetivos**

O **objetivo geral** da pesquisa é verificar a participação da inserção urbana e das práticas socioespaciais na Praça Costa Pereira a partir da história e das principais transformações ocorridas, examinando a condição de vivacidade do lugar diante do argumento de fragilização dos espaços públicos na contemporaneidade.

Para atingir o objetivo geral, são traçados os seguintes **objetivos específicos**:

- Compreender a relação da Praça Costa Pereira e de sua inserção embrionária enquanto largo do período colonial à luz do conceito de espaço da esfera da vida pública;
- Investigar a historicidade das práticas socioespaciais e sua relação com a inserção urbana em tempos pretéritos sob o ponto de vista morfológico;
- Interpretar a correspondência temporal entre as condições socioespaciais pretéritas do lugar e aquelas associadas às condições atuais.

#### f) **Construção de hipóteses**

Trabalha-se com a **hipótese central** de que o fundamento morfológico e embrionário vinculado à inserção urbana e às práticas socioespaciais, ali instauradas e consolidadas historicamente<sup>11</sup>, esteja associado ao sentido primitivo de centralidade urbana que veio a se fortalecer com a transformação do largo em praça, se mantendo coesa, mesmo diante de

---

<sup>11</sup> Segundo Rossi (1996) o método histórico se mostra como aquele mais indicado acerca da dedução de qualquer hipótese debruçada sobre a cidade.

transformações morfológicas significativas ali acumuladas. Acredita-se ainda que o atributo de centralidade inerente à Praça Costa Pereira se comporte, no presente, como réplica, pulsante, de um contexto escalar mais amplo, ou seja, do próprio Centro de Vitória, endossando a condição da praça enquanto espaço da esfera pública que desafia determinadas assertivas negativas sobre espaços livres públicos e áreas centrais.

Soma-se ainda outra hipótese, complementar à primeira, de que a centralidade urbana esteja associada ao sítio físico enquanto local de encontro de águas, que se consolidou como ponto de interseção do traçado urbano, o que lhe confere configuração urbana estratégica de forte conexão, na cidade, entre partes baixa e alta do Centro. Em suma, a tese se fundamenta na centralidade urbana enquanto elemento de persistência temporal e espacial, de atratividade urbana e humana.

Interessa ressaltar que a análise sobre o tempo pretérito remete à possibilidade de compreensão das intenções implícitas nos processos de ocupação urbana para além dos levantamentos inerentes à localização geográfica, já que o sítio não define nem explica tudo, e por isso não deve ser entendido de maneira isolada ou determinista das formas. É necessário considerar a lógica de produção do espaço, ou seja, os agentes, interesses e estratégias envolvidos nesse processo. Assim, a “situação” geográfica passou a ser compreendida em um âmbito estrutural mais amplo, endossada pela análise da percepção da centralidade sob o ponto de vista das práticas socioespaciais.

#### **g) Justificativa**

A importância clássica das relações entre espaço e tempo na Geografia e, particularmente na própria Geografia Histórica, respalda as intenções de estudos, a partir do presente, em praças públicas, a tempos pretéritos. Soma-se, no âmbito da perspectiva histórica, a forte contribuição teórica metodológica que a Morfologia Urbana é capaz de oferecer, na medida em que tempo, espaço e materialidade também, neste campo, ganham aderência. Nestes termos, as perspectivas interdisciplinares são inseridas como complementares e não concorrentes, haja vista a inerência de ambas na complexa produção do espaço urbano.

Ao longo do século XX e com difusão crescente na passagem deste para o século XXI, despontou a morfologia urbana como uma ciência que trata de compreender o processo de transformação da forma urbana ao longo do tempo e dos agentes e processos responsáveis por sua transformação (OLIVEIRA, 2018a). Assim, a morfologia urbana, com mais de um século

de história, enquadra-se como campo emergente e interdisciplinar, envolvendo conceitos de geografia, história, ciências sociais, arquitetura e urbanismo, com forte relação com a prática do planejamento e do desenho urbanos e vêm se consolidando com forte arcabouço teórico metodológico, variados conceitos e técnicas e diferentes abordagens morfológicas (GIMMLER NETTO; COSTA; LIMA, 2014; OLIVEIRA, 2018a e c).

É válido destacar que tais escolas não eram, até pouco tempo, referenciadas pelos estudiosos no Brasil, mas vêm ganhando adeptos, como estudantes e pesquisadores vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo de universidades brasileiras, haja vista as publicações com enfoque nas abordagens destas escolas nos últimos eventos do PNUM no Brasil, em 2015, 2017 e 2019<sup>12</sup>. Decerto, o legado destas escolas tem se relevado no âmbito acadêmico e promete reverberar como suporte de investigação em outros campos do saber. Como exemplificação destaca-se as publicações na temática da Morfologia Urbana publicadas em um dos mais importantes eventos da Geografia Urbana no país, o SIMPURB<sup>13</sup>. Assim, constata-se que a Morfologia Urbana oferece sólidas possibilidades investigativas em perspectiva histórica estabelecendo fortes laços com a Geografia Histórica.

Considera-se, pois, que o estudo dos processos históricos representado pela análise da praça e suas transformações morfológicas, possam contribuir na compreensão da própria dinâmica da cidade, desdobrando-se em interpretações sobre processos mais amplos da produção do espaço urbano. Dada a importância dos estudos da forma urbana em áreas centrais, interessa potencializar a contribuição de pressupostos morfológicos neste sentido.

Segundo Abreu (1998) o peso material e simbólico das formas urbanas herdadas do passado não é neutro e deve ser bem contextualizado em análise que ultrapasse uma abordagem local e focal, visto que aí estão concatenados processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Há de se salientar também o peso histórico sob o ponto de vista propositivo, já que, conhecer a cidade e reconstituir sua história é também orientar uma maneira de projetar (BOTECHIA, 2017).

---

<sup>12</sup> A ocorrência anual do PNUM (*Portuguese-Language Network of Urban Morphology* - Rede Lusófona de Morfologia Urbana) em Portugal ganhou alternância entre este país e o Brasil a partir de 2015.

<sup>13</sup> Em 2019, os trabalhos de Botechia (2019a) intitulado “De que tempo é este lugar? ou sobre a persistência das formas urbanas em Vitória” e de Pegoretti e Torezani (2019) intitulado “A forma urbana em perspectiva morfológica: um olhar a partir da praça Costa Pereira, Vitória/ES” tratavam de estudos da forma urbana para a capital capixaba, respectivamente nos bairros Maruípe (avenida Maruípe) e Centro (praça Costa Pereira) e foram apresentados no Grupo de Trabalho da Geografia Histórica Urbana coordenado, entre outros, pelo professor Pedro Vasconcelos, um dos expoentes deste campo no Brasil. Na ocasião, o geógrafo destacou a importância da abordagem apresentada e a contribuição da Morfologia Urbana no contexto da Geografia Histórica.

No campo morfológico, para além da forte relação com a prática do planeamento e do desenho urbanos que podem apontar boas interpretações para se pensar o futuro, a lógica com as quais os elementos morfológicos como ruas, praças, quarteirões, lotes e edifícios são agrupados dá origem a diferentes tecidos urbanos que, compreendidos desde sua formação, oferecem possibilidades de abordagens analíticas ou propositivas pertinentes (OLIVEIRA, 2018a). Além disso, há de se pensar na importância que o resgate histórico de certos espaços livres como os largos e as praças oferecem, no âmbito das reflexões sobre a questão pública.

Dado o exposto, além de modelos de interpretação e tipificações ou de concepções mais burocráticas do planeamento urbanístico, pretende-se contribuir, com a tese, em alternativas futuras como resposta a uma sociedade em constante mutação. Considera-se ainda, neste contexto, que a pandemia do novo coronavírus – COVID 19 e os desafios impostos pelas cidades do século XXI, das mais diferentes ordens, necessitem de instrumentos impulsionadores de concepções projetuais inovadoras.

A **relevância científica** da tese a partir do preenchimento da **lacuna de conhecimento** identificada associa-se ao apontamento de elementos pretéritos que possam justificar a vivacidade urbana da Praça Costa Pereira e revelar, de forma inédita, uma possível relação entre passado e presente no que tange a aspectos da centralidade urbana. Tais elementos podem reverberar reflexões e apuramento do olhar acerca do próprio Centro de Vitória, ávido por vivacidade, abrindo perspectivas de planeamento urbano e políticas públicas voltadas ao enriquecimento da vida urbana e humana. Soma-se a possibilidade da replicação para outros espaços livre públicos ou mesmo para outras cidades do período colonial brasileiro acerca da abordagem e investigação metodológicas aqui empreendidas e dos resultados alcançados.

Apointa-se, ainda, a **relevância social** da pesquisa, pautada em aspectos da percepção dos espaços livres públicos que, essenciais ao bom ambiente urbano, podem, ao participar da esfera pública, alavancar ou mesmo (re)estabelecer a relação entre o indivíduo e o domínio público. Com isso, soma-se o desafio de extrapolar a problematização da denominada “crise dos espaços públicos” e justificar a necessidade de atualização de tal abordagem, considerando que exemplos construídos que herdamos possam subsidiar novas concepções espaciais.

Por fim, a análise interpretativa da forma urbana como estratégia metodológica ainda pouco discutida na Geografia Urbana, fortalece este campo do saber, abrindo perspectivas para que as duas ciências possam caminhar juntas. A tese procura, assim, ressaltar a importância dialógica das variáveis da pesquisa sob a ótica do legado de espacialidades passadas, oferecendo, concomitantemente, por meio das investigações morfológicas, aporte

teórico metodológico que possa contribuir de certa maneira para a construção da Geografia Histórica Urbana Brasileira.

### **Abordagem Metodológica**

O método geral de pesquisa que proporciona a base lógica da investigação da tese é o método indutivo (GIL, 2008) o qual, partindo do caso particular, cujas causas advindas da observação de fatos ou fenômenos, ainda desconhecidos, vinculam-se a resultados aplicáveis em outros contextos. Assim, o objeto empírico da pesquisa posiciona-se como caso particular a ser investigado e que trará reflexões rebatíveis para uma realidade ampla e mais complexa em se tratando de espaço livre público em área central de cidade brasileira do período colonial português e capital de estado.

Além do método indutivo, a pesquisa utilizará métodos específicos que indicam os meios técnicos de investigação em relação à obtenção, tratamento e validação dos dados, a saber: o observacional e o comparativo. O observacional consiste na observação do fenômeno explorado como algo que acontece ou já aconteceu e o método comparativo, investiga fenômenos visando ressaltar as diferenças e similaridades entre eles, possibilitando o estudo de grupamentos sociais separados pelo tempo e pelo espaço (GIL, 2008). Assim, o método observacional foi aplicado a partir do presente, alcançando análises pretéritas na medida em que possa ser estabelecido um diálogo entre a observação mais apurada e possíveis pistas deixadas, usando para tanto a própria cartografia; e o método comparativo se ancora no diálogo no qual as práticas socioespaciais e a inserção urbana pretéritas estabelecem com o tempo presente.

O nível de pesquisa é do tipo exploratório. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar uma visão geral de maneira a aproximar-se do fato explorado, visando desenvolver conceitos e ideias a partir de hipóteses pesquisáveis. Neste enquadramento, empregou-se o levantamento bibliográfico, documental e o estudo de caso como técnicas de coleta de dados.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de livros, teses, dissertações e artigos publicados em periódicos e anais de eventos considerando os temas chaves para a discussão pretendida a partir do objeto praça pública, do recorte temático da pesquisa e da abordagem teórica metodológica proposta. Já, a pesquisa documental refere-se a dados históricos e primários, obtidos nas publicações de periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e em Relatórios de Governo do Estado Republicano os quais foram utilizados como

suporte ao contexto político e econômico em relação ao recorte temporal proposto. Utilizou-se também da cartografia, inclusive sobre camadas a partir de recursos tecnológicos e georreferenciados, e da iconografia como fontes documentais primárias e apoio imprescindível à apreensão dos acontecimentos, dinâmicas e configurações morfológicas pretéritas. O estudo de caso, por sua vez, enquadra-se na definição de uma única praça para análise, de forma a permitir seu conhecimento amplo, detalhado e profundo.

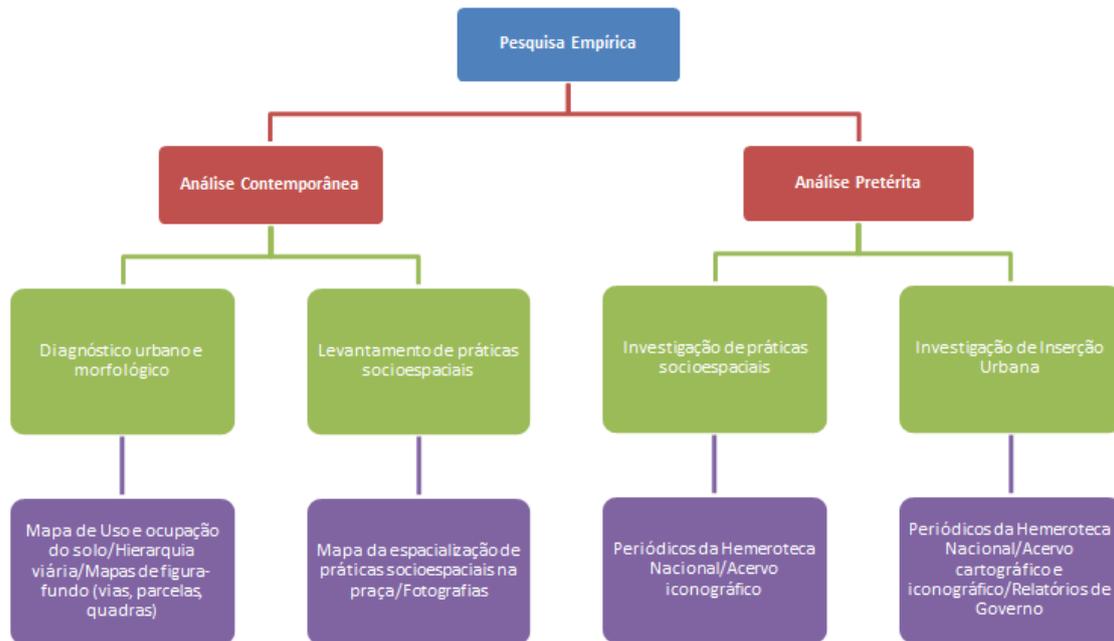
Buscou-se também acervo de instituições que pudessem auxiliar na coleta de dados além da bibliografia clássica já considerada. Nestes termos, foram realizadas pesquisas nos Livros Administrativos e de Tombo no acervo do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória a respeito da existência da capela de Nossa Senhora da Conceição, no Arquivo Público do Estado do ES e na sede do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Espírito Santo (IPHAN) para alcançar registros bibliográficos, cartográficos e iconográficos. Estes, também foram coletados em base digital tanto do Arquivo Público do Estado do ES, quanto do Instituto de Pesquisa Jones dos Santos Neves, além de capturados em *sites* e redes sociais pessoais que divulgam a história do lugar por meio deste recurso.

No que tange aos procedimentos metodológicos e ferramentas de análise sobre estudos da forma urbana em específico, aponta-se a importância da cartografia como um dos instrumentos de inventário do domínio português sobre o território capixaba que buscou, por meio da observação direta, retratar por prospectos e plantas, a hidrografia e os principais acidentes topográficos da ilha, principalmente no século XVIII (MIRANDA, 2009). Na verdade, para o caso das cidades coloniais, a cartografia, a iconografia e as análises e interpretações gráficas são consideradas atualmente recursos teórico-metodológicos fundamentais para sua compreensão e de seus fenômenos urbanos (SOUZA, 2009). Ademais, os recursos tecnológicos em modelos georreferenciados e tridimensionais vêm proporcionando muitas possibilidades de associar sobreposição de camadas históricas a partir de diferentes bases cartográficas, viabilizando interpretações geográficas vinculadas a processos de transformação, permanências e apagamentos sobre o território, para além de uma análise isolada.

#### **a) Pesquisa empírica**

Estabelecidos os procedimentos metodológicos gerais, passa-se para explanação mais detalhada da coleta de dados da pesquisa empírica, realizada em viés retrospectivo, partindo do presente (Figura 03).

Figura 3 - Panorama da coleta de dados da pesquisa empírica em análise contemporânea e pretérita



Fonte: Elaborado pela autora, 2020

Na análise contemporânea, utilizou-se a base cartográfica do ano 2007 disponibilizada no DWG (formato nativo da ferramenta *AutoCAD*) para a produção dos mapas de uso e ocupação do solo, hierarquia viária e de figura-fundo. Os dados referentes ao uso do solo e hierarquia viária foram coletados em visitas de campo e complementados com informações disponibilizadas pelas plataformas *GeoWeb* e Prefeitura de Vitória, quando necessário. Em relação à hierarquia, a intenção foi conhecer melhor os fluxos na praça e seu entorno, mesmo porque a classificação disponibilizada pela prefeitura somente indica vias arteriais metropolitanas no entorno da área de estudo, pressupondo-se que todas as demais sejam de nível local, o que difere do constatado *in loco*. Já em relação ao sítio físico, a base topográfica disponibilizada pela Prefeitura de Vitória na plataforma *GeoWeb* ofereceu subsídio para elaboração em imagem bi e tridimensional da topografia. Por meio dos programas *QGIS* e *ARQ GIS*, algumas análises foram realizadas com sobreposições de mapas georreferenciados, extrapolando o sentido isolado de análise a partir da cartografia.

O mapeamento das práticas foi realizado por visitas e observações cotidianas na Praça Costa Pereira e entorno num contexto anterior a pandemia do novo coronavírus COVID-19, nos meses de maio, junho e dezembro de 2019, em período matutino, vespertino e noturno, em seis dias de análise durante a semana e no sábado. Nas ocasiões, mapearam-se apropriações, fluxos de pedestres, uso do solo, hierarquia viária e foram identificadas edificações singulares de elevado potencial de atratividade de pessoas. Os dados coletados

foram lançados em mapas do bairro Centro obtidos pela plataforma *GeoWeb*. Especificamente em relação ao mapeamento de fluxos e práticas socioespaciais na Praça Costa Pereira, os dados foram lançados em planta da praça desenhada no *software* AutoCAD e fornecida pela Prefeitura Municipal de Vitória. Vale ressaltar que o método de coleta de dados baseou-se em ferramentas de observação e registros manuais *in loco* (GEHL; SVARRE, 2018), recorrendo-se ao uso de fotografias digitais como subsídio de registros de campo.

Interessa ainda considerar que o avanço da pandemia impossibilitou visitas de campo sistematizadas no ano de 2020, mas que foram de certa forma retomadas sem sistematização analítica em aproximadamente dez visitas de campo entre os meses de julho e agosto de 2021<sup>14</sup> no período matutino, oportunizando, dadas as restrições dos períodos vespertinos e noturnos, conferência de incidência e espacialização das práticas verificadas e mapeadas em 2019.

Já, as práticas pretéritas, da condição da praça Costa Pereira enquanto largo da Conceição no século XIX e enquanto praça recém inaugurada no século XX, foram mapeadas a partir da pesquisa em periódicos capixabas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, levando em consideração a ocorrência de determinadas palavras chaves que remetiam ao lugar, conforme será explanado adiante. Visando análise da inserção urbana pretérita, a aproximação com a área objeto de estudo se deu principalmente sobre as bases de dados cartográficas e georreferenciadas de 1767, 1895, 1910 e 1928, ocasionalmente sobrepostas.

## **b) Especificidades da coleta de dados em fontes primárias**

### **b.1) Periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**

A decisão de utilização dos periódicos para levantar práticas socioespaciais pretéritas e ainda contextos de inserção urbana<sup>15</sup> pretendeu buscar a diversidade e cercar várias possibilidades analíticas, já que tais jornais contemplam abordagens desde aquelas mais institucionalizadas até as de caráter mais popular, oferecendo perfis de opiniões distintas, inclusive contra e a favor da administração do poder público vigente. Ademais, tal busca foi

---

<sup>14</sup> As visitas ao Centro de Vitória em 2021 se deram em decorrência de Projeto de Extensão do Centro Universitário FAESA coordenado pela autora e pela professora doutora Viviane Pimentel, cujo objetivo foi mapear imóveis subutilizados e abandonados no contexto da pandemia. As visitas contemplavam pontos de encontro com alunos na praça Costa Pereira ou passavam por ela em percursos pré-definidos, possibilitando verificar novamente a dinâmica urbana do lugar.

<sup>15</sup> Referências bibliográficas também auxiliaram na apreensão de práticas e inserção urbana em tempos pretéritos.

estimulada pelo quadro de isolamento social instaurado a partir de 2020<sup>16</sup>, que impediu a presença de pesquisadores nos acervos públicos documentais da capital capixaba.

A coleta de dados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional partiu de duas palavras chaves principais: largo da Conceição e Praça Costa Pereira e, apoiada na leitura dos próprios periódicos e naquela relacionada à história do lugar, alcançou um universo de onze palavras chaves, quais sejam: Porto das Lanchas, Prainha, Reguinho, largo da Igrejinha<sup>17</sup>, largo da Conceição, largo Costa Pereira, largo do Theatro, praça José Marcellino, praça Costa Pereira, praça do Theatro e praça da Independência.

A coleta rastreou um total de 5405<sup>18</sup> ocorrências em 28 periódicos (Quadro 01) a partir de um universo de 99 periódicos disponibilizados entre os anos 1830<sup>19</sup> e 1961, visando criar um panorama amplo das ocorrências e diversidade das práticas socioespaciais capazes de balizar e dar subsídio à indicação do recorte temporal específico da pesquisa (APÊNDICE A). No capítulo 4 apresenta-se tal resultado entre os anos de 1870 e 1939, considerados extremos suficientes para se apreender o processo de escolha do recorte da pesquisa, ou seja, entre 1882 e 1928.

Quadro 1 - Listagem dos 28 periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional analisados

<b>Periódicos da Hemeroteca Nacional que continham as palavras chaves da pesquisa</b>		
A Assembléia Legislativa Provincial do ES (1830 a 1888)	Mensagens do Governador do ES (1892 a 1930)	Diário da manhã (1908 a 1937)
Correio da Victoria (1849 a 1872)	Almanak do Estado ES (1899)	Jornal oficial (1905 a 1907)
Jornal da Victoria (1864 a 1869)	O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso (1890 a 1911)	O olho (1912)
O Estandarte (1868 a 1873)	Relatorio Presidente Estados Brasileiros (1892 a 1930)	O Sabe Tudo (1921)
A actualidade (1878)	Lucifer (1884)	O Estado (1921 a 1922)
A Idea (1878)	O horizonte (1880 a 1885)	Sirela (1926)
O Espirito –Santense (1870 a 1889)	O Constitucional (1885 a 1889)	Vida Capichaba (1925 a 1940)
A Folha da Victoria (1883 a 1888)	Commercio do ES (1892 a 1910)	Folha Capixaba (1945 a 1961)
A província do ES (1882 a 1889)	Mensagem Governador ES (1892 a 1930)	Folha do Povo (1952 a 1953)
Diario do ES-Ordem e Progresso (1889)		

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN DIGITAL)

<sup>16</sup> No ano de 2020 iniciou-se a pesquisa empírica pretérita da tese.

<sup>17</sup> Estas três primeiras palavras referem-se ao termo pelo qual a localidade em análise fora conhecida em tempos pretéritos.

<sup>18</sup> Foram poucas as ocorrências encontradas que não se referiam ao objeto de estudo, a exemplo da palavra chave “praça da Independência” que ora referia-se aquela de mesmo nome em outro Estado. Além disso, foi capturada uma série de ocorrências repetidas, principalmente quando se tratavam de anúncios de comércio e serviços na praça.

<sup>19</sup> Apesar de 1830 se referir ao primeiro ano disponível para pesquisa, a análise partiu de 1833, ano da primeira ocorrência encontrada.

Os dados coletados foram organizados por periódico e respectiva inscrição de cada palavra chave onde havia disponibilidade de anotações sobre “aspectos da inserção urbana” e/ou “práticas socioespaciais” (Quadro 02). As práticas identificadas foram agrupadas em 11 categorias, ano a ano, a fim de se ter um panorama de sua ocorrência, cujo resultado gráfico reverberou na periodização da pesquisa como um todo, do pretérito ao contemporâneo, a ser detalhada no capítulo 3. Em relação à inserção urbana, a coleta de dados também permitiu a tabulação de informações sobre o sítio físico e as condições de circulação urbana, consideradas estratégias sob o ponto desta análise (Quadro 02).

Quadro 2 - Exemplificação do quadro utilizado na análise dos periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<b>PERIÓDICO: Commercio do Espirito Santo (ES) - 1892 a 1910</b>			
<b>PALAVRA CHAVE: largo Costa Pereira</b>			
<b>Ano</b>	<b>Conteúdo: aspectos da inserção urbana</b>	<b>Conteúdo: práticas socioespaciais</b>	<b>Link para acesso</b>
1896	Pedido de doação do material da Igreja desapropriada para construção de uma nova Igreja	Caso de agressão física no largo	<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=229687&amp;pesq=%22Largo%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=5579">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=229687&amp;pesq=%22Largo%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=5579</a>
			<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=229687&amp;pesq=%22Largo%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=5675">http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=229687&amp;pesq=%22Largo%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=5675</a>
1897	Crítica da população contra gastos governamentais, que incluem a construção do teatro Melpômene no largo da Conceição	bandas de música pelas ruas, passando pelo largo da Conceição	<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229687&amp;Pesq=%22Largo%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=6183">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229687&amp;Pesq=%22Largo%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=6183</a>
			<a href="http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229687&amp;Pesq=%22Largo%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=6307">http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229687&amp;Pesq=%22Largo%20Costa%20Pereira%22&amp;pagfis=6307</a>

Fonte: Elaborado pela autora e por Cecília Torezani (2021) a partir de sistematização de dados disponibilizados em periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN DIGITAL)

Interessa salientar, por fim, que a definição de utilização dos periódicos para coleta de dados e análise não descarta a possibilidade de outras práticas e respectivas incidências temporais terem existido para além das identificadas nestas publicações e resultados.

### c) Relatórios de Governo

A pesquisa nos relatórios de governo em ambiente virtual disponibilizado pelo Arquivo Público do Estado do ES (ESPÍRITO SANTO, 2020) objetivou construir um panorama sócio-político da capital a fim de contextualizar as análises das práticas e inserção urbana a partir do objeto de estudo<sup>20</sup>.

Os relatórios pesquisados abarcam os períodos imperial e republicano de governo e foram consultados entre os anos de 1881 e 1930 sendo esta a última data disponível para consulta<sup>21</sup>. Os principais fatos e acontecimentos identificados nos relatórios foram montados em uma linha do tempo que indica também, quando possível, a situação econômica do Estado nas seguintes circunstâncias: instabilidade econômica, situação econômica mediana e prosperidade econômica<sup>22</sup>. Alguns acontecimentos externos a este acervo documental, considerados pertinentes, também foram inseridos na linha do tempo para melhor compreensão dos aspectos políticos e econômicos em panorama mais amplo.

### d) Estrutura da tese

A pesquisa é apresentada em quatro grandes etapas, quais sejam: Revisão Bibliográfica (Etapa 1), Estratégias Investigativas (Etapa 2), Estudo de Caso (Etapa 3) e Resultados e Discussões (Etapa 4). A Figura 04 sintetiza as quatro etapas, apontando as abordagens para seus capítulos correspondentes.

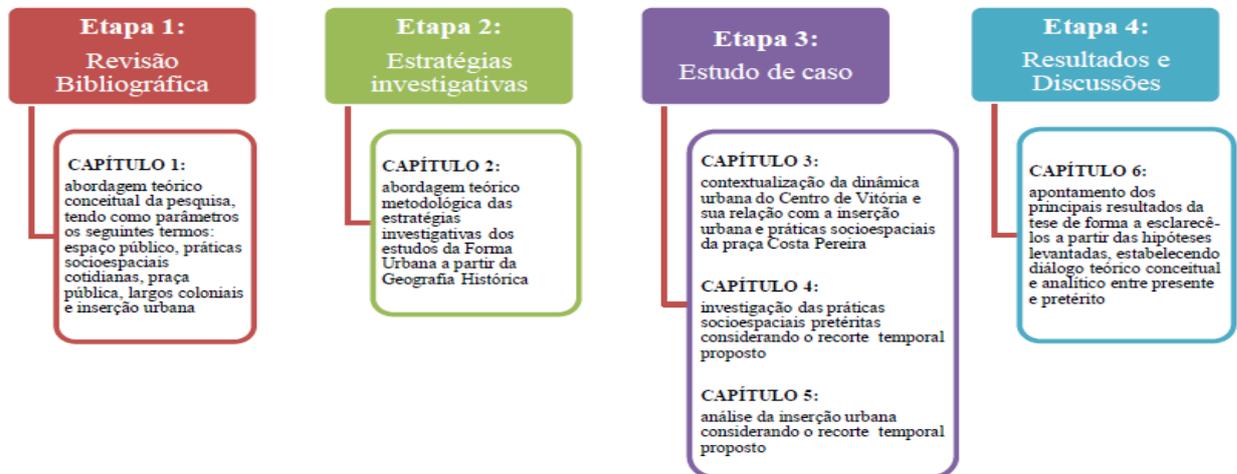
---

<sup>20</sup> Desta forma, para cada relatório consultado, foram realizados fichamentos contendo, informações do tipo: nome e período do presidente correspondente; planos, projetos e obras/investimentos previstos ou realizados; situação financeira do estado; crises econômicas em âmbito estadual, nacional e internacional; acontecimentos históricos marcantes e, listagem de necessidades, problemáticas e transformações no ambiente urbano.

<sup>21</sup> A partir de 1930 instaura-se, no Brasil, o Estado Novo, o que pode justificar a ausência de relatórios a partir de então.

<sup>22</sup> Tal periodização foi elaborada em conjunto com a pesquisa de iniciação científica da aluna Cecília Coutinho Torezani intitulada "Identificando o uso comum na praça Costa Pereira, Vitória, ES". A tese caminhou entre os anos de 2019 a 2021 fazendo interlocução com a aluna e suas pesquisas, que resultaram na publicação de três artigos (PEGORETTI; TOREZANI, 2019; PEGORETTI; TOREZANI; MENDONÇA, 2021; TOREZANI; PEGORETTI; MENDONÇA, 2021).

Figura 4 - Abordagem geral de cada capítulo vinculado às etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

O **Capítulo 1** traz a abordagem teórica conceitual da pesquisa, tendo como parâmetros os seguintes termos: espaço público, práticas socioespaciais cotidianas, praça pública, largos coloniais e inserção urbana. Nesta perspectiva, insere-se a abordagem de autores que questionam a denominada “crise dos espaços públicos” (QUEIROGA et al., 2009, MACEDO, 2001), e também daqueles que a defendem e/ou se ancoram em tal temática (SENNETT, 2020; BORJA; MUXÍ, 2000; ROLNIK, 2000; GOMES, 2012; DUARTE, 2016; SERPA, 2007), inclusive articulando-a como reflexo de certo “esvaziamento de áreas centrais” (VILLAÇA, 1998; VARGA; CASTILHO, 2006).

Como ponto de partida para tal debate tem-se a importância histórica dos espaços livres de uso público (HOLANDA, 2020; 2000) iluminada pelo cenário de pandemia recentemente instaurado a nível mundial. A abordagem do conceito de “esfera pública” tende a ultrapassar o conceito de “espaço público” por meio do pensamento de dois filósofos: Hannah Arendt (2001) e Jünger Habermas (2003), referenciando também estudos de Queiroga (2012), Valverde (2007), Serpa (2007) e Gomes (2012).

Em relação às práticas socioespaciais, a revisão bibliográfica se deu a partir dos esforços empreendidos por Henri Lefebvre (1991; 2000) e Michel de Certeau (2008) sobre os conceitos de ‘espaço social’ e ‘práticas cotidianas’. Recorreu-se aos geógrafos brasileiros para assimilação do caráter social e cotidiano do espaço e adotou-se a terminologia “práticas socioespaciais” (SOUZA, 2018) que podem ser interpretadas como práticas cotidianas dotadas de sentido enquanto lugar (CARLOS, 2007; 2011) e enquanto uma das possibilidades de espacialização da esfera pública (QUEIROGA, 2012).

O capítulo também discorre sobre o conceito de praça pública, cuja análise procura explorar tanto o ponto de vista morfológico (ROBBA; MACEDO, 2010; LAMAS, 2011; DIAS COELHO; LAMAS, 2007; MARX, 1980) quanto o geográfico, sobretudo a partir de Milton Santos (SANTOS, 1996) e Gomes (2012). Recorre-se, por último, ao panorama contextual sobre os quais se fundamenta a inserção urbana ao se tratar dos largos coloniais (MARX, 1980, 1991; TEIXEIRA, 2012; TEIXEIRA; VALLA, 1999; DIAS COELHO, 2013; VASCONCELOS, 2009; ROBBA; MACEDO, 2010) e das praças ajardinadas (VILLAÇA, 2012; ROMERO, 2004; DUARTE, 2016; BENEVOLO, 2005; ABREU, 2013; BENCHIMOL, 1992; MACEDO, 2003; 2001; MARX, 1980; 1991; ROBBA; MACEDO, 2010).

O **Capítulo 2**, por sua vez, contextualiza a Geografia Histórica a partir de autores brasileiros (SANTOS, 1996; MAIA, 2019; ABREU, 2000) e a Morfologia Urbana a partir das principais abordagens morfológicas a nível internacional (MOUDON, 2015; KROPF, 2009) para então recorrer ao vínculo entre Morfologia Urbana e Geografia Alemã (HOFMEISTER, 2004; WHITEHAND, 2001, OLIVEIRA; MONTEIRO, 2014). Nestes termos, enfatiza-se a abordagem histórico-geográfica defendida por Conzen (1969-2022) como estratégia investigativa norteadora no que diz respeito à persistência morfológica do plano urbano. Também são debatidos conceitos de Morfologia Urbana (LAMAS, 2011; OLIVEIRA, 2018a; COSTA; GIMMLER NETTO, 2015) não desprezando as questões que tocam a produção social do espaço urbano sob o ponto de vista das organizações espaciais (LEFEBVRE, 2000), GOTTIDIENER (2016) e CARLOS (2007; 2011), apontando o papel das práticas socioespaciais neste contexto (GOMES, 2012, CASTELLS, 2000).

A título de dialogar com as especificidades da realidade brasileira, duas obras são consideradas por conter forte aderência aos estudos da forma urbana: “A evolução urbana do Rio de Janeiro” de Mauricio de Abreu (2013) e “Salvador: transformações e permanências (1549-1999)” de Pedro Vasconcellos (2016). Sob o ponto de vista especulativo, a ideia da periodização como fundamentação da pesquisa em Geografia Histórica (SANTOS, 1996; LEVY, 2005, VASCONCELOS, 2009) é tratada como estratégica, encontrando na proposta metodológica do geógrafo Pedro Vasconcelos (periodização, contextos, agente e análise espacial) uma escolha a ser seguida. Soma-se a isso, a importância dada aos vestígios deixados pelo tempo (ABREU, 1998; ROSSA, 2002) e a apreensão de contextos empíricos onde Geografia Histórica e Morfologia Urbana se entrelaçam, demonstrados em estudos brasileiros de Stael Costa e Maria Manoela Gimmler Netto (2015) para Ouro Preto e Flávia Botechia (2017; 2018b) para Vitória.

O capítulo também articula as questões da forma e do tempo com os principais processos morfológicos considerados: transformação e permanência (LEVY, 2005; LAMAS, 2011; ROSSI, 2001; CARLOS, 2007; 2011), atentando-se para a importância da carga valoral simbólica (CONZEN, 1969-2022; LEVY, 2005; CASTELLS, 2000; SERRA, 1987) e da participação da dimensão temporal (MARAT MENDES, 2015; ROSSI, 2001; DIAS COELHO, 2018) na abordagem. Fechando as estratégias investigativas sob o ponto de vista da análise espacial, a título de maior aderência com a tese, tomam-se como referência os estudos de Carlos Dias Coelho (2018) e de Teresa Marat Mendes (2015) que tratam, respectivamente, da evolução do tecido urbano e das propriedades da forma urbana, cujo exame é dado a partir dos principais elementos morfológicos considerados: o sítio físico, os espaços livres públicos e o edifício singular.

Antes de se passar aos sete estudos correlatos que contemplam experiências temáticas a nível nacional e internacional e, visando apreender questões acerca da hipótese levantada, o capítulo recorre ainda à análise das áreas centrais e ao sentido de centralidade urbana (FARRET, 2006; SPOSITO, 1991; CASTELLS, 2000; PANERAI, 2014; SERPA, 2016; CARLOS, 2007; ROSSA, 2002; FERNANDES, 2018). Por fim, há um exercício de síntese investigativa para cada elemento morfológico considerado e que se respalda nas principais abordagens pesquisadas à luz da permanência morfológica e da centralidade urbana.

Já o **Capítulo 3** parte da trajetória que culminou na seleção da praça Costa Pereira como objeto de estudo da tese. Em seguida, foca na abordagem contemporânea do Centro de Vitória, apontando aspectos da atualidade associados a problemáticas e potencialidades, assim como aos atributos que desencadeiam e articulam seu sentido de centralidade. É feita uma caracterização morfológica do Centro com mapas de hierarquia viária, uso do solo e de figura-fundo do sistema viário, quarteirões, perfil fundiário e cheios e vazios, tendo como fio norteador de análise a praça Costa Pereira. O capítulo finaliza indicando a espacialização das práticas socioespaciais contemporâneas na praça Costa Pereira, realizadas a partir de pesquisas de campo.

A partir daqui, os **Capítulos 4 e 5** tratam, respectivamente, da análise das práticas socioespaciais e da inserção urbana, reportando-se à história do lugar e ao tempo pretérito e considerando não só o recorte temporal proposto, mas também possíveis contextos precedentes. De forma breve e a título de contextualização espacial e temporal sobre o objeto de estudo na escala do bairro, foi relatada no capítulo 4 a evolução urbana do Centro de Vitória sob o olhar de seus principais espaços livre de uso público (DAEMON, 2010; ELTON, 1999; DERENZI, 1995; BELLINI, 2014; FREITAS; AZEVEDO, 2010; FERRAZ,

2019). Em seguida, aponta-se a relação entre as práticas socioespaciais encontradas nos periódicos locais e os dois períodos históricos selecionados para a análise empírica mais aprofundada. As práticas e aspectos de inserção urbana são categorizados e mostrados em um quadro síntese e os dois períodos são contextualizados com um panorama dos principais fatos e acontecimentos históricos trazidos pelos relatórios de Governo entre 1881 e 1930.

Apoiando-se em bibliografia local, no acervo iconográfico e nas principais cartografias disponibilizadas (1767, 1895, 1910 e 1928); a análise empírica abrange as práticas socioespaciais em cada um dos períodos, procedimento também adotado para o caso da análise da inserção urbana, no capítulo 5. Neste, a investigação considerou os quatro elementos morfológicos tomados para estudo (sítio físico, vias, largo/praça e edifício singular).

Por fim, o **Capítulo 6** percorre os resultados e discussões da tese na medida em que expõe os entrelaçamentos analíticos entre tempos pretéritos e presentes à luz das práticas socioespaciais e da inserção urbana. Ao mesmo tempo, extrai dados para examinar os processos de transformações e permanências morfológicas (DIAS COELHO, 2018; MARAT MENDES, 2015) capazes de dialogar com a questão norteadora da tese e sua hipótese inerente.

## CAPÍTULO 1 - ASPECTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS

### 1.1 Para além do Espaço Público

Debates e discussões acerca das temáticas relacionadas aos “espaços públicos” apresentam-se pertinentes não só em função da polissemia intrínseca ao termo que requer reflexões sobre o papel da dimensão pública no espaço urbano, mas também em função da complexidade do arranjo socioespacial inerente à vida contemporânea. A partir do século XIX, paulatinamente, publicações nacionais e internacionais se posicionaram sobre reflexões acerca dos “tradicionais espaços públicos”<sup>23</sup> na medida em que fenômenos da Modernidade ganhavam a cena. Valverde (2007) traça um panorama neste sentido, que vai da perspectiva urbanística à geográfica, passando pela reflexão da origem filosófica da noção do termo<sup>24</sup>, cuja condução tem certa aderência com a discussão aqui pretendida. No entanto, toma-se como ponto de partida o ano de 2020.

Recentemente, o cenário de pandemia instaurado em nível mundial desencadeou, em um primeiro momento, dinâmicas urbanas desprovidas de vivacidade e de certa forma embasada em parâmetros de controle de circulação urbana<sup>25</sup>, que desencadearam estranhamento abrupto e imprevisível<sup>26</sup> que muito se contrapunham às dinâmicas urbanas anteriores e contemporâneas (Figura 21), desencadeando muitas e variadas possibilidades de reflexão sobre a reconfiguração da cidade, e de seu domínio público (HOLANDA, 2020; LING, 2020). No contexto dos discursos que, na ocasião, especulavam sobre o papel das densidades urbanas das grandes cidades por meio de situações que tendiam à valorização do campo ou à necessidade de se repensar a arquitetura da densidade das cidades (BRÉVILLE, 2020<sup>27</sup>; SENNETT, 2020<sup>28</sup>), Holanda (2020) se posiciona contrariamente, recorrendo à

<sup>23</sup> O termo “espaços públicos”, quando usado no desenvolvimento do texto, terá como referência os “espaços livres de uso público” como praças, ruas, orlas e parques; não cabendo, na ocasião do uso do termo, reflexões profundas sobre a dimensão pública do espaço urbano, cuja análise, no entanto, será contemplada a posteriori.

<sup>24</sup> De modo geral, enquanto a perspectiva urbanística trabalha reflexões, críticas e projeções de ordenamento a partir da concretude do espaço público; a perspectiva filosófica se apoia em um discurso pautado na coesão social e política. Já na geografia, a abordagem se dá na maneira pela qual a denominada luta de classes se exprime através do espaço público (VALVERDE, 2007).

<sup>25</sup> Em relação ao “controle” mencionado há de se ressaltar certa aderência com os princípios do Higienismo os quais, segundo Pechman (2002, p. 391) estabeleceram uma “política de esquadramento do espaço urbano e de controle da circulação das pessoas”.

<sup>26</sup> Na visão de Carlos (2007) o estranhamento provocado pelas mudanças do uso do espaço e de uma nova organização do tempo na vida cotidiana coloca o indivíduo diante de situações mutantes inesperadas.

<sup>27</sup> O autor em seu artigo intitulado “A vingança do campo” faz uma crítica à imprensa francesa e também norte americana e britânica ao analisar as novas formas de retorno ao campo exclusivamente pelo prisma das classes mais abastadas e suas vantagens e facilidades com o trabalho em *home office* e com o comércio *online*, não considerando pois a luta clássica e prioritária contra a expansão urbana e a favor dos

história para afirmar que demonizar a cidade e indicar sua reconfiguração visando uma menor densidade urbana, por exemplo, é um equívoco.

Ressalta, pois, a qualidade dos tradicionais espaços públicos e das áreas urbanas densas e multifacetadas como salutaras a qualquer tempo. Soma-se, neste panorama, a abordagem do mesmo autor no que diz respeito ao resgate do aspecto público vinculado aos elementos históricos como ruas e praças (HOLANDA et al., 2000). Neste aspecto retrospectivo, tem também destaque a abordagem de Rossa ao indicar que “grave é quando se considera o tecido urbano do passado como meramente histórico, ou seja, apenas como um testemunho e não como uma realidade, opção ou variável do presente” (ROSSA, 2002, p. 36). Outra consideração importante é estabelecida a partir de Abreu (1998) sobre a necessidade de se preservar a “memória urbana” em todas as suas dimensões, para além das formas materiais herdadas, ressaltando aí aspectos que não deixam marcas, sujeitas à apreensão.

Figura 5 - Cenários de vivacidade urbana distintos. À esquerda, Jornada Mundial da Juventude em Copacabana reunindo aproximadamente três milhões de pessoas no Rio de Janeiro (2013); à direita, praia de Copacabana em dia de semana, na pandemia (2020)



Fontes: J Missionária (2013); G1 (2022)

---

adensamentos, haja vista que estes novos padrões de deslocamento também poderiam potencializar a maior dependência por carros, além daquela associada à valorização aos gigantes da internet, em favor do capital.

<sup>28</sup> O texto de Sennett publicado em 2020 originalmente com o título “*The State of exception becomes the norm*” traz um apanhado de considerações acerca das cidades na pandemia questionando a mídia que coloca “doença e morte” como destino inevitável; as desavenças das desigualdades sociais entre a classe média que pode se proteger e a classe pobre que precisa se expor; a necessidade de se conciliar cidades verdes e cidades saudáveis, entre outros aspectos. No entanto, se embasa nas regras de controle das cidades e de seus espaços públicos pelos poderes dirigentes como norma imposta que pode se estender para além do término da pandemia, haja vista precedente histórico recente que após o “11 de setembro” regulamentou reuniões públicas e controles de acesso aos edifícios nos Estados Unidos. Especula também a arquitetura da densidade: “para prevenir ou inibir futuras pandemias, é possível que nós tenhamos que encontrar novas configurações de densidade que permitiriam às pessoas se comunicar, ver seus vizinhos, participar da vida urbana mesmo que elas devam temporariamente que se manterem distantes umas das outras” (SENNETT, 2020, s/p).

Na verdade, em uma visão mais abrangente, o advento dos princípios da modernidade trouxe, entre outras questões, novas configurações morfológicas e novas formas de apropriação de seus tradicionais espaços públicos (JACOBS, 2011), desdobrando-se, ao que parece, na recorrente temática sobre sua fragilização, declínio ou enfraquecimento. Soma-se como causas, neste contexto, o avanço técnico-científico-informacional<sup>29</sup> acelerado e a presença cada vez mais expressiva de espaços urbanos fragmentados e controlados os quais, intrínsecos ao processo de urbanização, subsidiam, segundo Queiroga (2012), o posicionamento de autores que enfatizam tal “crise”. Para o caso brasileiro, segundo o autor, as causas ainda se fundamentam na desigualdade social e no aumento de violência urbana provocados pela urbanização contemporânea brasileira<sup>30</sup>.

É válido resgatar, no entanto, que tal abordagem negativa sobre os espaços públicos reporta-se ao século XIX, quando teóricos do urbanismo<sup>31</sup> lançavam olhares sobre a cidade pós industrial em perspectiva crítica e intelectual, onde se destacam, entre outros, os modelos<sup>32</sup> progressista e culturalista<sup>33</sup>. Enquanto o modelo progressista<sup>34</sup> era pautado por princípios de higiene, recusando qualquer herança artística do passado e com forte separação das funções da cidade, onde as relações no espaço público seriam mediadas pela racionalidade e por uma lógica funcional; o modelo culturalista preconizava uma lógica apoiada em outros valores, tendo como ponto ideológico o conceito de cultura, tradição e história, e não o de progresso (CHOAY, 2003).

A valorização do passado embasou críticas sobre os espaços públicos idealizados pelos progressistas que suprimiram da cidade sua dimensão histórica, a exemplo do que fez o urbanista culturalista Camillo Sitte no final do século XIX, particularmente em se tratando das praças públicas<sup>35</sup>. Na visão de Choay (2003), o referido urbanista argumentava que a única razão de ser do espaço público referia-se ao fato de proporcionar mais ar e luz, sendo

<sup>29</sup> O termo “técnico-científico-informacional” é entendido a partir de Santos (1996).

<sup>30</sup> O autor considera o recorte temporal que vai da década de 1970 (Governo Geisel) até 2010 (final da vigência do governo Lula) para se referir ao que denominada “urbanização contemporânea brasileira”.

<sup>31</sup> O aparecimento do Urbanismo enquanto ciência no final do século XIX/início do século XX, se caracteriza pelo caráter reflexivo e crítico acerca dos problemas de ordem física e social causados pela revolução industrial nas grandes cidades (CHOAY, 2003, GONÇALVES JUNIOR, 2008).

<sup>32</sup> Os modelos eram “tipos e projeções espaciais, de imagens da cidade futura” (CHOAY, 2003, p. 7), cujos pensadores depositavam conhecimento acumulado, técnico e construtivo, sobre o espaço físico das cidades do futuro.

<sup>33</sup> Há de se relativizar a demarcação rígida e contrastante dos dois modelos (CHOAY, 2003).

<sup>34</sup> O modelo progressista foi a principal corrente do urbanismo moderno e teve como um dos seus maiores expoentes o arquiteto urbanista Le Corbusier e como manifesto doutrinário a Carta de Atenas contendo uma série de exigências quanto ao controle urbanístico dentro dos preceitos de higiene, estabelecendo as divisões das funções das cidades entre moradia, trabalho, circulação e lazer (HAROUEL, 1990).

<sup>35</sup> O autor enaltece as qualidades estéticas, inclusive morfológicas, das praças da Antiguidade e do período medieval guardadas pela vivacidade da vida pública e critica as idealizadas nas cidades modernas, desprovidas de significação e estética (SITTE, 1992).

desprovidos de vida cotidiana, por vezes limitados a estacionamentos e sem diálogo com o entorno.

A abordagem de Jane Jacobs em meados do século XX (2011) abre uma crítica direta ao urbanismo moderno no que tange à perspectiva funcionalista do solo implantada nas grandes cidades com relação aos espaços dotados de mono funcionalidade e com usos fragmentados, favorecendo a desintegração dos vários elementos morfológicos. A autora anunciou que tal cenário poria fim ao espaço público e à vida da cidade. Ressalta, pois, a presença de pessoas nas ruas associada a usos do solo diversificados, como grandes aliados à dinâmica da vida urbana e ao controle da insegurança.

A primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem política – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados (JACOBS, 2011, p. 32).

Uma publicação relevante no que diz respeito à temática da “crise dos espaços públicos” é a obra “O declínio do homem público”, de Richard Sennett, publicada em 1974 (SENNETT, 2014). Na seção que intitula “espaço público morto” enfatiza sua inércia e a fragilização de sua função, de permanência à passagem. O autor comenta, dentro do campo da Arquitetura e do Urbanismo, sobre arranha céus projetados sem diálogo com as especificidades do local, não estimulando a relação dos usuários com seu entorno e com a vida na rua. Soma-se a isso, a concepção de espaços públicos como praças que não promovem interações sociais, e, portanto, mostram-se alheios a sua natureza própria, onde a forma fica em desacordo com a função.

Segundo o autor, “quanto maior a intimidade, menor a sociabilidade” (SENNETT, 2014, p. 325). Nestes termos, justifica o isolamento social das sociedades contemporâneas a partir da valorização da intimidade e da privacidade da vida, que tem suas origens já no século XVIII:

Foi a geração nascida após a Segunda Guerra Mundial que se voltou para dentro de si ao se libertar das repressões sexuais. É nessa mesma geração que se operou a maior parte da destruição física do domínio público. A tese deste livro é a de que esses sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada ficaram por muito tempo incubados. São resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista (SENNETT, 2014, p. 30).

Olhares que apontam na mesma direção são inseridos por Borja e Muxí (2000). Para os autores, o quase desaparecimento do espaço público como espaço de cidadania a partir do

século XX, resulta da própria dinâmica do sistema capitalista e é causado por três processos negativos que se reforçam mutuamente: dissolução, fragmentação e privatização. A dissolução refere-se à urbanização desigual e ao enfraquecimento ou especialização dos centros urbanos. A fragmentação associa-se ao modelo funcionalista que produz a multiplicação de elementos dispersos e monovalentes em um território cortado por vias (meios) de comunicação. A privatização, por sua vez, diz respeito à formação de *guetos* de acordo com as classes sociais, dos condomínios de alta classe às favelas e a substituição de ruas, praças e mercados por *shopping centers*. Tais privatizações promovem exclusão social e aumentam as desigualdades (BORJA; MUXÍ, 2000). Estes três processos dialogam, de certo modo, com as abordagens de Jane Jacobs e Richard Sennet e também com outras publicações, inclusive no Brasil.

As discussões que Villaça (1998), Vargas e Castilho (2006), Corrêa (2004), Rolnik (2000) e Duarte (2016) trazem, por exemplo, parecem vir ao encontro dos processos nomeados de dissolução, fragmentação e privatização, identificados por Borja e Muxí (2000). Em relação à “dissolução”, recorre-se à abordagem das razões que alavancaram processos de esvaziamento de caráter comercial, habitacional e institucional de áreas centrais no final do século XX. Naquela ocasião, segundo Villaça (1998), centros de médias e grandes cidades do território brasileiro acabaram perdendo seu poder de atratividade, onde a chamada “decadência” do centro principal caracterizou-se como processo comum a todas as metrópoles.

As causas deste processo, para Vargas e Castilho (2006), remetem à expansão urbana, associada à formação de uma rede de subcentros<sup>36</sup>, corroborando para acelerar processos de deterioração e degradação<sup>37</sup>. Segundo Corrêa (1992), desde a década de 1920 e sobretudo após a segunda Guerra Mundial, áreas centrais tem sofrido um crescimento espacialmente descentralizado, viabilizado pelos meios de transportes mais flexíveis e estimulado por interesses imobiliários, industriais e comerciais, onde o capital demanda de novos espaços, novos mercados e novos investimentos.

Nesta mesma linha de raciocínio, Villaça (1988) acrescenta os desejos da burguesia local como protagonista deste processo já que fora capaz de, a partir de interesses de segregação, comandar a estruturação do espaço, condicionando o mercado imobiliário. Apesar de todo o esforço posterior no âmbito das intervenções e projetos para as áreas centrais

---

<sup>36</sup> Os subcentros podem se apresentar com especificidades funcionais e características próprias socioespaciais (SERPA, 2016)

<sup>37</sup> A deterioração e degradação urbana estão geralmente associadas, segundo Vargas e Castilho (2006), à perda de função, dano de estruturas físicas ou baixa do nível das transações econômicas de um determinado lugar.

brasileiras (FARRET, 2006), é inerente dizer que tal cenário favoreceu o “estigma do abandono dos centros urbanos” das grandes cidades e de seus tradicionais espaços públicos, e que tem na mídia e no senso comum ainda forte adesão.

Em relação à ideia de “fragmentação”, para Rolnik (2000), o processo de urbanização brasileiro induziu um planejamento que resultou em baixa prioridade ao espaço público e seu papel como local que representa o espírito da coletividade e da cidadania. A autora discute pois, tal fato, articulando-o com a importância dada às infra estruturas viárias e de saneamento no âmbito do que se considera público.

Já, Duarte (2016) enfatiza que o modelo criado pelo urbanismo moderno evidenciou processos de segregação socioespacial introduzindo uma nova escala de convivência urbana que, à custa da destruição do tecido urbano tradicional, esvazia os espaços públicos à vista da dissolução das partes no todo, ou seja, da completa desarticulação entre as partes constituintes dos tradicionais elementos morfológicos. Acrescenta, pois, partindo para o aspecto da “privatização” e considerando o contexto das “cidades contemporâneas brasileiras”<sup>38</sup> dois fenômenos marcantes da configuração espacial que surgem como “resposta reativa aos impactos negativos produzidos pelo tráfego motorizado sobre o cotidiano” (DUARTE, 2016, p. 14): os *shoppings-centers* e os condomínios fechados<sup>39</sup>.

Sob modelo de *guetos*, tais fenômenos revelam “o fosso econômico e social estabelecido entre as classes dominantes e as classes dominadas” (DUARTE, 2016, p. 129). Neste sentido, o autor avança e procura provar que a classe dominante tenta escapar às mazelas produzidas pela violência, miséria e congestionamentos urbanos em “territórios seguros”, reproduzindo no interior dos mesmos, na forma de privatização e controle, elementos morfológicos da cidade tradicional como a rua, a quadra e a praça. Tal fato sugere, ainda que na dependência do automóvel e na ressalva de um panorama negativo caracterizado por segregação socioespacial ou auto segregação; a procura pela desaceleração dos fluxos e movimentos, revelando uma nova lógica de produção do espaço urbano por meio da recuperação de antigas lições herdadas do tecido urbano tradicional<sup>40</sup> (DUARTE, 2016). Neste sentido, a abordagem dialoga com a perspectiva de Holanda et al. (2000) no que se

---

<sup>38</sup> Cidade contemporânea na abordagem do autor parece estar associada a um período de tempo que compreende fenômenos mais recentes da produção do espaço urbano.

<sup>39</sup> A abordagem do autor também aponta a formação e consolidação de “favelas” que, mesmo em outro contexto social, formam em conjunto com os condomínios fechados e *shoppings centers* mecanismos de defesa contra os prejuízos provocados pelo urbanismo moderno (DUARTE, 2016).

<sup>40</sup> O autor enfatiza que as favelas, constituídas pelas classes dominadas, também estejam interessadas nesta retomada.

refere a importância do resgate da dimensão pública de elementos morfológicos tradicionais da cidade, a exemplo da praça pública.

Soma-se à abordagem de Duarte, o fato de tais estruturas espaciais reafirmarem uma conduta de negação dos tradicionais espaços públicos não só pelas classes dominantes, mas também pelo capital imobiliário em uma sinergia que tende a fragilizar, infelizmente, a vida pública e valorizar relações capitalistas. Conforme orienta Carlos (2007, p. 49), “[...] é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada [...] que impõem uma determinada configuração ao espaço urbano”.

Nos termos de Borja e Muxí (2000), o espaço público não provoca ou gera conflitos, mas é o lugar onde os problemas e injustiças sociais, econômicas e políticas são evidentes. É nesta perspectiva que se inserem as abordagens de Gomes (2012) e Serpa (2007). Quanto à dimensão física dos espaços públicos Gomes (2012, p. 164) diz:

O lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público deste espaço [...], “Ele também é um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde estes problemas são assinalados e significados.

Observa-se na visão do autor que há divergências e complexidades intrínsecas às práticas no espaço público, mas, ao contrário do que afirma Borja, sua dimensão física não é mera espectadora da dinâmica pública que ali ocorre, participando de alguma forma deste contexto, em relação dialética, o que de fato se considera relevante: “ao mesmo tempo em que esses lugares modificam o sentido das práticas, eles são simultaneamente transformados por elas” (GOMES, 2012, p. 165).

A análise de Gomes guarda, pois, forte relação com a compreensão do espaço enquanto forma conteúdo, conjunto dos sistemas de objetos e ações, conceitos que, conforme contextualizado na introdução norteiam as considerações acerca do entendimento do espaço geográfico (SANTOS 1996). Gomes (2012), no entanto, contextualiza a fragilização desses espaços por meio do denominado “recoo da cidadania” como recoo paralelo do espaço público, enfatizando ser necessário “retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refundá-la como um espaço da política” (2012, p. 161).

Na visão do autor, as transformações advindas da urbanização provocaram novos arranjos físicos e novas formas de se construir a vida coletiva caracterizados por quatro principais processos: (1) processo de apropriação privada de toda ordem; (2) progressão das

entidades territoriais; (3) emuralhamento da vida social e (4) crescimento das ilhas utópicas<sup>41</sup>. O autor, com isso, argumenta que o livre acesso pressupõe a não exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles de interesse comum e discorre sobre o papel dos tradicionais espaços públicos como *locus* da cidadania<sup>42</sup> assegurando direitos e deveres aos indivíduos. Em conjunto, o exercício da cidadania e a acessibilidade plena são inseridos como parâmetros fundamentais da vida pública.

Serpa (2007) corrobora com tal abordagem ao dizer que os “espaços públicos” possuem diferentes graus de acessibilidade e apropriação nas cidades e, teoricamente comuns a todos, vão sendo apropriados de modo seletivo e diferenciado pelos diversos agentes e grupos<sup>43</sup>. Para ele, “os processos de apropriação dos espaços públicos na cidade contemporânea são condicionados por representações segregacionistas” (SERPA, 2007, p. 68), onde usuários usam limites e barreiras simbólicas, formando espaços territorializados (classes e frações de classe) entre diferentes grupos e indivíduos, mediados por relações de indiferença e auto isolamento, onde o território acaba por representar “exatamente o contrário da ideia de espaço público” (SERPA, 2007, p. 69). Os autores trazem, com isso, pressupostos de que modelos seletivos de apropriação sugerem certa fragilização da vida pública.

A análise, até aqui, desponta três aspectos que parecem se destacar sob o ponto de vista das problemáticas que envolvem os espaços públicos: (1) a valorização da privatização da vida; (2) a fragilização dos tradicionais espaços públicos a partir do urbanismo moderno e, (3) as novas formas de apropriação do espaço urbano como aspectos articuladores de retração da cidadania. Cabe aqui um questionamento intrigante dada a vivacidade urbana facilmente notada em algumas praças do Centro de Vitória, a exemplo da Praça Costa Pereira:

Estariam os tradicionais espaços públicos de hoje em dia ainda em decadência ou em processo de metamorfose?

Questionando o discurso da tal “crise”, Queiroga (2012) aponta que a “urbanização contemporânea brasileira apresenta-se como quadro potencial para o fortalecimento da esfera pública no país” (2012, p. 261), haja vista a possibilidade criada por maiores oportunidades de

---

<sup>41</sup> O autor exemplifica os quatro processos da seguinte forma: (1) setor informal da economia, guardadores de carros, fechamento de ruas ou bairros inteiros; (2) gangues, narcotraficantes, comunidades evangélicas em praça, torcidas de futebol em dias de jogos; (3) lazer em *shoppings*, condomínios fechados, uso de transporte particular e de equipamento e serviços de comunicação privada que facilitam o acesso ao confinamento e, (4) condomínios fechados, isolados, cidades dentro de cidades onde o homem público se reproduz no espaço privado.

<sup>42</sup> A abordagem do espaço público enquanto formação e expressão da cidadania também é considerada por Borja e Muxí (2000) e Delgado (2001).

<sup>43</sup> O autor se embasa em estudos de Bourdieu (2007).

se participar da esfera pública na medida em que se observa vida pública em cidades de hierarquias distintas, em bairros e lugares públicos configurados em diferentes contextos socioespaciais. Tal apontamento do autor não despreza, entretanto, as especificidades e processos de ordem econômica e hegemônica que, ao incidir sobre o território dotado de especificidades, podem apresentar cenários controversos, que neste caso acabam tendo aderência às abordagens já relatadas.

O autor considera que há sim transformações nas práticas cotidianas dos habitantes metropolitanos, porém não acredita no “declínio do homem público” e sim em mudanças na esfera pública, deslocamentos de práticas espaciais públicas, hibridismos e novas complexidades que, em virtude da alteração de demandas tradicionais relacionadas aos espaços livres de uso público, expressam alterações em hábitos ou mesmo revelam outros novos, associados a novas formas urbanas que sugerem novas formas de apropriações<sup>44</sup> (QUEIROGA et al., 2009).

Acrescentam-se, nestes termos, as apropriações de práticas socioespaciais associadas à habitação e que se distanciam das funções tradicionais destes tradicionais espaços públicos, onde moradores em situação de rua acabam povoando também praças públicas. Exibem, pois, o acirramento das desigualdades socioespaciais presentes em muitas cidades brasileiras e as complexidades inerentes à fragilidade do processo de produção do espaço urbano.

Na mesma tendência de Queiroga, de acordo com Macedo (2001, p. 158) “não existe a morte do espaço público, mas a recodificação e a especialização de suas formas de apropriação, que são adequadas às formas de arranjos sociais que se configuram”. A Figura 06 expõe cenário de apropriações que parecem conciliar com novos padrões revelados em contextos urbanos contemporâneos e mais recentes.

---

<sup>44</sup> O autor cita como um dos exemplos, tendências contemporâneas dadas pelas novas dinâmicas de interação a partir dos meios de telecomunicação alterando significativamente a esfera pública no tocando aos espaços livres urbanos (Queiroga et al., 2009).

Figura 6 - Novas formas de apropriação do espaço público. À esquerda, o envoltório da praça Nilze Mendes tomado por *foodtrucks* no bairro Jardim Camburi em Vitória/ES; no centro, barracas de moradores em situação de rua na praça da Sé, em São Paulo e à direita, jovens se apropriando do Parque das Nações Indígenas para jogar *Pokémon Go* em Campo Grande, MS



Fontes: Elaborado pela autora (2022); Bittencourt (2021); Mesquita (2016)

Dado o exposto e no esforço de dialogar com os autores considerando a realidade brasileira, há de ressaltar cinco apontamentos importantes para a compreensão do contexto até aqui discutido: (1) as circunstâncias reflexivas não se tratam de negar totalmente a “crise dos espaços públicos”, mas de não generalizá-la; (2) a relativização da “crise dos espaços públicos”, haja vista a questão de escala territorial, heterogeneidades e especificidades no território e nas dinâmicas urbanas; (3) os recorrentes noticiários e publicações tendenciosos da imprensa acerca da insegurança nos espaços públicos vinculados a parâmetros de violência urbana, mostrando-se alheios a um discurso que pudesse embalar o fortalecimento da identidade cidadina a partir das apropriações dos tradicionais espaços públicos; (4) as apropriações que vêm tomando ruas e praças no Brasil com muita ênfase a partir deste século, seja para atividades associadas à manifestação política ou atos de ativismos sociais<sup>45</sup> ou àquelas destinadas ao lazer e à prática de esportes<sup>46</sup> e; (5) as possibilidades reflexivas a partir da apropriação seletiva dos tradicionais espaços públicos.

Assim, apropriações contemporâneas portam-se como desafiantes de um contexto negativo sobre os tradicionais espaços públicos, que tem na própria praça Costa Pereira um objeto de estudo estratégico e promissor. Abre-se, portanto, posicionamento de que os espaços públicos não estejam “mortos”, mas sim passando por contínua transformação/ reapropriação/ reconstrução ou mesmo metamorfose. Interessa refletir, portanto, no sentido de estabelecer uma contribuição ao discurso para além de críticas e análises já instauradas. Há de se

<sup>45</sup> Nos últimos anos (sobretudo a partir de 2013) percebem-se, com frequência, manifestações de cunho político nas ruas, que despontam numa dualidade entre aquelas contra e a favor do governo vigente, alavancados pelas redes sociais.

<sup>46</sup> Neste caso em específico, cita-se como exemplo a avenida Paulista, em São Paulo, e a avenida Dante Micheline, em Vitória, que são fechadas aos domingos para prática do lazer pela população e a externalização de exercícios físicos e práticas esportivas para espaços livres de uso público (portanto, não confinados), observada no contexto da pandemia.

considerar abordagens capazes de envolver proposição, projeção e novas alternativas factíveis que possam dialogar com aspectos complexos e negativos ainda vigentes, ou mesmo ressaltar/enaltecer/revelar situações positivas identificadas por todo o território nacional, não restrita a uma análise escalar padrão, mas valorizando a reflexão a partir do que a própria história ensina.

O enfoque a seguir procura ainda refletir a respeito da terminologia “espaços públicos” e sua gênese conceitual sob o ponto de vista filosófico, a ponto de compreender o papel da dimensão pública ao considerar a praça, por exemplo, como objeto de análise da tese.

### 1.1.1 O SENTIDO DE ESFERA PÚBLICA

A perspectiva urbanística da noção de “público” se desenvolve a partir da materialização dos elementos tradicionalmente nomeados como “espaços públicos” como parques, praças, largos, ruas, entre outros. Para além dos trabalhos acadêmicos, muitos autores também se apropriam desta expressão inclusive na própria titulação de suas obras não só no Brasil, mas também no âmbito das publicações internacionais<sup>47</sup>.

Fica nítida a polissemia do termo conforme ponto de vista de Gomes (2012) quando questiona o senso comum ao considerar a dicotomia clássica entre o que se entende por público e por privado, alertando que existem situações de interações sociais que podem ser relativizadas para além do limite tradicional ou de um contexto físico que conjecture um “espaço público”. Acrescenta também a condição dada pelo livre acesso já que edificações como hospitais e escolas não deixam de ter seu caráter público mesmo sendo providos por acessos mais controlados (GOMES, 2012).

Segundo Delgado (2001), o entendimento errôneo e clássico (espaço público x espaço privado) daria ao espaço público características ópticas, apenas de visibilidade como território de exposição (ou de risco). No entendimento do autor, para além de outras nomenclaturas também usadas (espaço coletivo, compartilhado, comum), seria prudente sempre considerar o espaço público como “espaço social” nos parâmetros de Lefebvre<sup>48</sup>.

Nestes termos, Borja e Muxí (2000) reconhecem o espaço público como espaços de transição, criados ao redor de uma edificação ou de uma determinada zona hospitalar ou

---

<sup>47</sup> O espaço público na cidade contemporânea (SERPA, 2007); Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público (ALEX, 2008); *El espacio público, ciudad y ciudadanía* (BORJA; MUXÍ, 2000); *Public Spaces Urban Spaces: the Dimensions of Urban Design* (CARMONA et al., 2010); *El espacio publico como ideología* (DELGADO, 2011); entre outras.

<sup>48</sup> A abordagem de Lefebvre será brevemente exposta neste capítulo, a seguir.

universitária, por exemplo. No entanto, os estudos de Queiroga (2001) apontam uma possibilidade de que o “público” possa ser reconhecido para além do limite e do entorno destes locais, quando reconhece espaços públicos que se privatizam em decorrência de apropriações cotidianas seletivas e, do contrário e mais interessante, espaços privados que se “pracializam”<sup>49</sup>.

Queiroga (2012) em sua tese de livre-docência, baseado em uma série de estudos em especial os dos filósofos Hanna Arendt e Jünger Habermas, abre reflexão para o conceito de “esfera pública”, o qual abrange outros espaços para além daqueles tradicionalmente classificados como públicos. Estes, por sua vez, ficam entendidos, segundo o autor, apenas a título de propriedade pública, vinculados à esfera pública ou não.

De fato, a noção de “esfera pública” foi dada inicialmente por estes dois teóricos que inspiraram outras ciências a desenvolver abordagens individualizadas: Hannah Arendt em 1958 em sua obra “A Condição Humana” (ARENDR, 2001) e Jünger Habermas em 1962 em sua tese de livre-docência intitulada “Mudança estrutural da esfera pública” (HABERMAS, 2003). Suas concepções nos levam a apreender a “esfera pública” como “esfera da ação” (política). Não cabe aqui a análise profunda e detalhada de suas obras, mas a visão geral da origem do termo, algumas vezes tratado de forma equivocada, onde “esfera pública” é usado como sinônimo de “espaço público”. A breve abordagem a partir da filosofia é encarada como ponto de partida a partir de uma recontextualização, dada as necessidades próprias de uma pesquisa empírica e tendo como objeto de estudo a materialização de um espaço público.

Pois bem, a visão de Arendt (2001) tomada a partir da Grécia Antiga tem profunda relação com a organização do poder na cidade. Para ela, a esfera pública está associada como lugar da ação<sup>50</sup> de natureza política e coletiva que se realiza através da palavra e do discurso, manifestada pela co-presença de indivíduos livres<sup>51</sup> interagindo-se com seus pares, fato que fundamenta o âmbito político e a possibilidade de uma vida em liberdade. Assim, a vida na *polis* era o lugar da grandeza da existência humana, onde “todos” eram iguais. Já a esfera privada representava o centro da desigualdade, da hierarquia, da força (ARENDR, 2001).

---

<sup>49</sup> O conceito de “pracialidade” foi desenvolvido na tese de Queiroga (2009) e se constitui em ações típicas das praças observadas em outros locais públicos ou mesmo privados.

<sup>50</sup> Entre as atividades humanas fundamentais enquadradas no que autora denomina de *vita activa* (ação, trabalho e labor), a ação é a única que não pode existir fora da sociedade dos homens e da presença de outros já que o trabalho (relacionado ao artificialismo da existência humana) e o labor (relacionado às atividades biológicas do homem) estão restritos ao âmbito privado das necessidades.

<sup>51</sup> Eram excluídos deste contexto homens sem bens, mulheres e escravos. Estes, no entanto, no papel de escravos no trabalho doméstico, viabilizavam o tempo livre e a participação dos homens livres na vida pública.

A autora aponta uma progressiva desvalorização da esfera de vida pública provocada pela era moderna, que contribuiu para a completa extinção da diferença da vida privada e pública devido à submersão de ambas na esfera social enquanto elemento central das estruturas econômicas a qual conjecturou uma sociedade de operários e de assalariados<sup>52</sup>, onde se concentram em torno da única necessidade para manter a sobrevivência agora: o “labor”, contrastando com a “ação” que marcara a vida pública na Antiguidade. Assim, o surgimento da sociedade de massa passou a privilegiar ao invés da ação e do discurso, um comportamento padrão, deixando de lado a racionalidade. Os interesses particulares a partir daí foram incorporados a espaços da vida pública, descaracterizando a esfera pública e seus pressupostos.

Considera-se que, na abordagem de Arendt, dois pontos são fundamentais no que diz respeito à condição pública da vida: a ação de natureza política na busca de valores cívicos e a co-presença de pessoas como pré-requisito para tal ação. Outro ponto a ser destacado para reflexão é a restrição dada a certas categorias da sociedade na vida pública da Antiguidade Clássica, o que nos remonta a ideia de seletividade. Desta forma, ao que parece, a noção de “público” pode ser compreendida como “algo comum” implícito nestas práticas-ações, a partir das interações sociais entre os envolvidos.

Apesar de se considerar que sob o ponto de vista da autora há certa fragilização no sentido da espacialização a partir do conceito, tais apontamentos para além da noção de discurso e deliberação políticos, se reportados à materialidade dos espaços tradicionalmente considerados públicos no Brasil, como as praças, dialogam com a condição pública associada à co-presença, ou seja, as interações de indivíduos ou grupos sociais por meio de práticas socioespaciais. Soma-se sob o aspecto da exclusão de certas classes, o rebatimento nas possibilidades restritivas que tais interações possam alcançar no que tange aspectos de seletividade sob o ponto de vista do domínio público, o que pode ter embasado muitas das considerações sobre a crise nos espaços público aqui já inseridas.

Enquanto Arendt (2001) propõe um modelo de constituição da esfera pública pautado na realidade da Antiguidade Clássica e estabelece a esfera pública condicionada à ação política exclusivamente, Habermas (2003) faz sua abordagem a partir da era moderna e da sociedade burguesa. Assim, no contexto das sociedades capitalistas, a esfera pública criada é mais complexa e ampla, ultrapassando a ação política arentiana, já que vai abranger demandas

---

<sup>52</sup> A formação de uma esfera pública burguesa está vinculada ao contexto europeu. No Brasil, tal classe se consolidou somente no século XX, originária da elite agrária (RANGEL, 1981 *apud* QUEIROGA, 2012).

do mundo da vida, inclusive da esfera privada, constituindo-se como mediadora entre Estado e sociedade, por meio da burguesia.

Na interpretação de Cassete (2008) a partir de Habermas, o fato de a esfera pública estar entre o Estado e a sociedade é justificado pelo contrapeso à autoridade estatal dado pela sociedade burguesa culta e letrada que acaba tornando pública sua esfera privada da vida por meio de discussões em cafés, salões e outros espaços afins como forma de questionar o sistema de dominação vigente. Forma-se então uma esfera distinta do Estado, onde a questão pública tem como fundamento central a racionalização. Assim, a esfera privada é valorizada na esfera pública, por meio de discussões racionais, mas sem o controle das decisões (que cabem ao Estado). Nota-se aqui certa tendência de espacialização do conceito, quando do relato das práticas advindas em espaços físicos apropriados pela burguesia em ascensão.

Os dois teóricos destacam a necessidade da distinção entre aquilo que é público e o que é privado nas sociedades contemporâneas, visto que é papel da esfera pública se posicionar como intermediária entre os poderes públicos e os interesses privados. Na opinião dos dois filósofos, quando a distinção deixa de existir na era moderna com o estabelecimento dos Estados Nacionais, a esfera pública perde seu sentido.

Em suma, enquanto a esfera pública de Arendt é a do discurso/consenso sobre assuntos de interesse comum e não privados, excluindo desta abordagem o Estado enquanto ente que impõe hierarquias; a de Habermas é a da deliberação de diversos aspectos, não apenas do âmbito político, mas também da esfera e interesses privados, onde o Estado exerce a função da tomada de decisões em relação às propostas levantadas na esfera pública burguesa. Nos dois casos a ação política mostra-se como essencial.

Há de se reconhecer outras abordagens que, baseados nestes filósofos articulam, de certa forma, a vida pública à ação política. Angelo Serpa (2007) considera o espaço público aquele compreendido como espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade, sendo também analisado como mercadoria para consumo de poucos, dentro da lógica de (re)produção do sistema capitalista na escala mundial. O autor relativiza a ação política enquanto “possibilidade”, tendo como foco uma análise mercadológica e capitalista. Já, Gomes (2012, p. 161) a partir do que defende como “reco da cidadania”, enfatiza: “o desafio é, portanto, o de retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refundá-la como um espaço da política”.

Queiroga (2012), no entanto, avança em relação ao estudo inicial de Habermas na perspectiva de abordagens complementares do autor em obras posteriormente publicadas<sup>53</sup> e, reportando a reflexão para a realidade brasileira e contemporânea na condição de arquiteto urbanista, considera que a esfera pública geral é toda a vida em público (debate político, ação comunicativa, inclusive cotidiana e em espaços virtuais e privados – linguagem verbal e não verbal intrínseca à comunicação em público<sup>54</sup>) e abrange nela a esfera pública política, em movimento dialético. Assim, baseado em Habermas, o autor amplia o escopo de análise da esfera pública para além da ação política, no âmbito de uma esfera pública geral, ambas podendo ser apreendidas tanto em espaços de propriedade pública como privadas<sup>55</sup>.

Considera, pois, que “Há que se observar e reconhecer qualidades na vida “em público” mesmo nas ações cotidianas não intencionalmente políticas [...]” (QUEIROGA, 2012, p.49).

A partir dos filósofos, entende-se que o espaço público tende a não ser tratado como possibilidade espacializada, havendo aparente predomínio de uma estrutura teórica reflexiva. Valverde (2007, p. 67), no intuito de repensar a espacialidade da dimensão social sob o ponto de vista filosófico e geográfico, por exemplo, ressalta a partir dos dois filósofos que “[...] há certa negligência ou contingência da dimensão espacial dentro da noção de espaço público” e que coube à geografia<sup>56</sup> a “[...] análise da forte associação existente entre a dimensão social e o valor da espacialidade [...]”. Forte contribuição teve Gomes (2012, p. 165) ao considerar que:

---

<sup>53</sup> Destacam-se dentre as obras, a “Teoria da Ação Comunicativa”, publicada na década de 1983 e a obra “Entre naturalismo y religión”, publicada em 2005, obras não tão exploradas em estudos no Brasil. Segundo Queiroga (2012), a “Teoria da ação comunicativa” trata da ação não apenas como ação política em sentido estrito como na proposta de Arendt, mas uma política com caráter mais geral, com ação pautada em discursos (debates, consensos), própria do cotidiano, do então denominado mundo vivido, e que se contrapõe à razão opressora dos atores econômicos-hegemônicos e do Estado. Já, a obra “*Entre naturalismo y religión*” apresenta uma discussão entre dois tipos de esfera pública: uma de caráter geral - também denominada de espaço público - e outra de caráter específico: a esfera pública política ou espaço público político. Enquanto a primeira evolui questões de representação, da visibilidade pública de indivíduos e grupos sociais, a segunda é aquela definida desde a obra *Mudança Estrutura da Esfera Pública*, onde a esfera pública está associada à ação (política).

<sup>54</sup> Em relação à linguagem não verbal, o autor destaca os modos de comportamentos que vão da maneira de se vestir, de se apropriar, e de estabelecer práticas espaciais às novas formas de comunicação e representação possibilitadas pelos meios de comunicação na sociedade contemporânea.

<sup>55</sup> A concepção de que os espaços privados possam ser espaços da esfera pública não é consenso entre pesquisadores dos espaços públicos no Brasil.

<sup>56</sup> Acredita-se que outras ciências também tenham debruçado sobre reflexões neste sentido, como o próprio Urbanismo.

O espaço físico é preenchido por um vocabulário que se declina a partir de diferentes “lugares” e de variadas práticas. Como essas práticas são relacionais, pois se desenvolvem sob um espaço comum, sua interpretação depende do contexto no qual se inscrevem. Igualmente, elas são orientadas segundo a localização; todavia, ao mesmo tempo, que esses lugares modificam o sentido das práticas, eles são simultaneamente transformados por elas. Eis aí toda a complexidade desse espaço e talvez todo o desafio no qual ele se constitui para a análise das ciências sociais.

Em contraponto ao que foi analisado anteriormente em relação à questão da fragilização da espacialidade, Queiroga (2012) confere as possibilidades da esfera pública em manifestar-se em espaços livres de uso público não necessariamente institucionalizado como tal, nem tampouco com intenções exclusivamente políticas. No entanto, considera a importância das relações sociais vinculadas à sua espacialidade inerente. Acredita-se, portanto, que interações sociais possam sustentar o sentido público como reveladoras de certa vivacidade urbana alcançando dinâmicas e espacialidades para além de um espaço público institucionalizado, devendo, por isso, ser apreendidas em um estudo de cunho empírico.

## 1.2 Práticas socioespaciais e cotidianas

A posição a partir do qual se delinea a ideia de práticas socioespaciais deriva dos conceitos de ‘espaço social’ de Henri Lefebvre (1991; 2000) e ‘práticas cotidianas’ de Michel de Certeau (2008)<sup>57</sup>. Estas abordagens atribuem peso significativo ao caráter não passivo da ação social, o que a distingue da ideia de um comportamento qualquer.

De forma breve, Lefebvre em “A produção do espaço” dá ao espaço um caráter social e busca provar que o espaço não é um espaço mental ou físico e não existe em si mesmo; o espaço (social) é um produto (social) que incorpora também atos sociais, ações, práticas, relações sociais de reprodução da vida e de produção do trabalho<sup>58</sup>. Já em “A vida cotidiana no mundo moderno”, de antemão, o autor deixa registrado que o discurso filosófico descreve e analisa o cotidiano como próprio deste campo do saber, indicando sua complexidade de análise: “[...] para o filósofo que assumiu e aprendeu a atitude filosófica (contemplação, especulação) a vida cotidiana oculta o misterioso e o admirável que escapam os sistemas elaborados<sup>59</sup>. Os filósofos se surpreendem com ela mais do que qualquer outra coisa da

<sup>57</sup> Soma-se, no entanto, a abordagem analítica de “ação social” impressa por Milton Santos (1996) quando considera o espaço enquanto sistemas de objetos e de ações, conforme já abordado anteriormente.

<sup>58</sup> Segundo Lefebvre, o espaço é ao mesmo tempo concebido, percebido e vivido. Tal abordagem será discutida, de certa forma, a partir da Geografia Urbana.

<sup>59</sup> Neste sentido, recorre-se à análise de Carlos (2017, p. 12) quando estabelece o termo “ordem estabelecida” como o “modo como a cidade vai se reproduzindo a partir da reprodução que se realiza pela ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e aquelas da gestão política, às vezes de modo

natureza ou da arte” (LEVEBVRE, 1991, p. 23). Válido acrescentar a observação do autor em não se restringir o cotidiano a aspectos repetitivos, articulando-o, ao que parece, à (re)constituição das relações sociais na (re)produção do espaço em seu sentido amplo mediada também por um processo temporal (LEFEBVRE, 1991, p. 24):

Em sua trivialidade o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade, etc. O estudo da atividade criadora (da *produção* no sentido mais amplo) conduz à análise da reprodução, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos.

O autor ainda considera a relação das práticas cotidianas como práticas sociais quando afirma que “é na vida cotidiana que se situa o núcleo social, o centro real da práxis” (LEFEBVRE, 1991, p. 38) e que “a crítica da vida cotidiana implica, pois, concepções e apreciações em escala de conjunto social” (LEFEBVRE, 1991, p. 34).

O ponto de partida a partir de Lefebvre sugere dois apontamentos para a compreensão inicial das práticas no contexto urbano: (1) toda a prática executada por indivíduos ou grupos no espaço urbano é uma prática social; (2) práticas cotidianas não se referem necessariamente a práticas quaisquer, banais, de fácil interpretação, tampouco repetitivas, apreensões estas aparentemente inerentes ao senso comum; (3) as práticas não estão associadas à passividade ou dominação, sendo imbuídas de intenções ocultas como resposta a um sistema posto ou imposto.

Nestas palavras, recorre-se aos aportes de Michel de Certeau (2008) em “A invenção do cotidiano” vinculados à vida cotidiana, muitas vezes silenciosa e quase invisível, inventada pelo homem ordinário como reação a certo contexto de dominação. Assim sendo, considera que o cotidiano se inventa com uma variedade de práticas a partir da criatividade e da astúcia do homem ordinário e da sua experiência com o espaço: “Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (“maneiras de fazer”) a “uma outra espacialidade” (uma experiência antropológica, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada” (CERTEAU, 2008, p. 172).

Percebe-se que o autor aproxima-se da abordagem de Lefebvre ao considerar questões relacionadas com passividade e dominação como contrárias à ideia de cotidiano. Além disso,

---

conflitante, em outros momentos de forma convergente [...], mas em ambos os casos orientando e reorganizando o processo de reprodução espacial através da realização da divisão socioespacial do trabalho, da hierarquização dos lugares e da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado”.

discute características inerentes às práticas cotidianas do espaço para além daquelas associadas à ação de indivíduos ou grupos (maneiras de fazer), na medida em que considera os contextos culturais (da experiência no espaço) e das dinâmicas do movimento (mobilidade da cidade) como pontos analíticos pertinentes. Neste contexto enfatiza sua ideia de que “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 2008, p. 202), ou seja, fruto de diferentes maneiras de fazer com as quais o ser humano se reinventa.

As práticas, para ele, “[...] compõem, no limite, a rede de uma anti disciplina [...]” (CERTEAU, 2008, 42). Com esta abordagem, o autor insere as práticas enquanto ação que não se pacifica diante do sistema de produção dominante, tendendo a modificar ou desviar a verdade imposta<sup>60</sup>. Reconhece-se, assim, a partir do autor, a dimensão política das práticas que bem dialoga com a abordagem dos dois filósofos do espaço público acerca da ação política a ele vinculada. Neste sentido, a ação (como discurso, como prática) está concatenada a uma questão social e política.

Sob um ponto de vista mais empírico, interessa destacar que Certeau empenha-se em exemplificar as práticas sociais por modos de caminhar na cidade ou mesmo como expressão linguística, mas sempre imbuídas de sentido, de intenção do subconsciente. Conjectura que o ato de caminhar, por exemplo, é “[...] um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre, [...], uma realização espacial do lugar<sup>61</sup>. Nestes termos, os trajetos de caminhada também pressupõem ausências, improbabilidades, desejos e escolhas capazes de alterar sentidos e direções, a depender da experiência humana com este espaço.

É com esta abordagem que se investe na discussão considerando a Geografia Urbana brasileira e certas análises de práticas socioespaciais a partir de sua materialização no “espaço público”. Estudos de Corrêa (2004), por exemplo, tratam das práticas espaciais como produto das ações humanas individuais e espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais com interesses específicos<sup>62</sup>, em um período de tempo limitado. Souza (2018), embasado na notável contribuição do filósofo Henri Lefebvre a propósito da ideia de prática espacial como ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço, adota o termo práticas socioespaciais. A partir de reflexões investigativas de caráter empírico, assim como fez Corrêa (2007), Souza

---

<sup>60</sup> O autor separa as práticas em dois conjuntos de formalidades: táticas, ou seja, aquelas realizadas pelas relações de poder, controle e produção presentes no espaço e, em contraponto, as estratégicas, que se impõem a uma ordem formal estabelecida.

<sup>61</sup> O ato de caminhar é um dos componentes de um sistema espacial mais amplo e complexo, que contempla, por exemplo, o sistema linguístico para além do ato em si.

<sup>62</sup> Os estudos do autor estão vinculados à tipologia de práticas espaciais a partir das grandes corporações empresariais, como a Souza Cruz (CORREA, 1992).

(2018) também considera que “a prática espacial é uma prática social” (SOUZA, 2018, p. 239) e que toda prática social é uma ação ou conjunto delas no âmbito das relações sociais.

Assim sendo, o autor sugere a ação de práticas socioespaciais no âmbito político, visando a transformação da realidade, já aqui discutida, a partir do momento que classifica alguns tipos gerais de práticas insurgentes<sup>63</sup> como ideia de ação ou conjunto de ações, dotada de sentido entre indivíduos ou grupos sociais<sup>64</sup>, e que, incidindo em diferentes escalas, são imbuídas de espacialidades próprias e relações de poder. Entre Correa (2007) e Souza (2018), percebe-se que o conceito de práticas espaciais admite derivações: empresariais capitalistas e insurgentes, respectivamente, mas não dispensam o sentido de ação intencionada, conforme apontam Lefebvre e Certeau.

Interessa evidenciar também a abordagem das práticas socioespaciais como elemento participativo na produção do espaço urbano. Segundo Corrêa (2004, p.43), “a produção do espaço é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesse, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflito entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade”. Carlos (2011, 2017) acrescenta a questão de que a produção do espaço enquanto produção ininterrupta da vida está associada à apropriação e esta às relações que ocorrem no plano do morar criando necessidades e desejos.

Para a autora, a ação cotidiana refere-se a uma prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros (Figura 07), por vezes banais e acidentais, que têm a casa como centro articulador com o bairro, a praça, a rua, ou seja, lugares onde o indivíduo se locomove, trabalha, perambula, compra, passeia e executa suas relações sociais e de vizinhança<sup>65</sup> capazes de criar laços profundos de identidade entre os habitantes e os lugares. A autora, pois, não desconsidera as ações repetitivas e habituais, mas as relaciona com o sentido de lugar como conjunto de sentidos<sup>66</sup> marcados pelo uso<sup>67</sup>. Defende que “a experiência espaço temporal tem uma corporeidade” (CARLOS, 2011, p. 44) e que “a relação entre habitante e a cidade através da vida cotidiana se realiza enquanto ação relacionada as possibilidades e os limites do uso do lugar, num determinado momento histórico” (CARLOS, 2017, p. 29).

---

<sup>63</sup> Práticas insurgentes estão relacionadas pelo autor no contexto da temática dos ativismos sociais (SOUZA, 2018)

<sup>64</sup> A ação enquanto ação social dotada de sentido ou significado é defendida por Weber (WEBER, 1995, apud SOUZA, 2018)

<sup>65</sup> Carlos (2017) denomina estes atos corriqueiros de “relação cotidiana mais fina”.

<sup>66</sup> O conjunto de sentidos refere-se a potencialidade dos cinco sentidos através dos quais o corpo usa o espaço, cria e percebe seus referenciais dando-lhe sentido (CARLOS, 2017).

<sup>67</sup> Relações entre uso e lugar serão abordados em seguida, tendo como foco o conceito de praça pública.

Figura 7 - Práticas corriqueiras que fazem parte da dinâmica urbana da praça Costa Pereira, com destaque ao fundo para o Centro Cultural SESC Glória



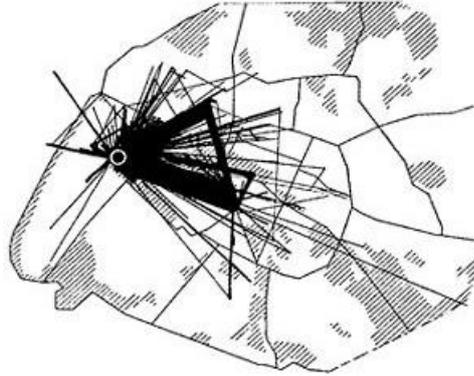
Fonte: Autoria de Cecilia Torezani (2019)

É através de seu corpo, de seus sentidos que o homem constrói e usa os lugares – um espaço usado em um tempo definido pela ação cotidiana. A autora aponta que a trama de relações e práticas sociais se revelam na trama de lugares em espaços circunscritos e exemplifica mencionando estudos de Chombard de Lauwe<sup>68</sup> contendo trajetos sobre os quais se revelam as práticas socioespaciais onde se desenrola a vida de uma estudante de Paris durante um ano (Figura 08). Neste caso entende-se que as práticas também possam se caracterizar em uma escala de tempo alargada, desde que dotada de certa periodicidade. Acrescenta-se nesta perspectiva de percursos impressos, o papel da circulação urbana enquanto prática socioespacial.

---

<sup>68</sup> In Paris et l'agglomération parisienne, PUF, citada no livro International e Situationniste, Librairie Arthène Fayard, Paris 1997, página 28, apud Carlos (2007).

Figura 8 - Estudos revelando espacialidade das práticas socioespaciais de uma estudante de Paris no século XVI



Fonte: Jacques (2003)

Para Duarte (2006, p. 128), a circulação é o meio pelo qual acontece a vida urbana e não um fim em si mesmo.

A circulação implica na ideia de um movimento, de uma ação, da qual participam, interagindo, o movimento e o repouso. A circulação não se define somente por aquilo que passa, mas também pelo que permanece, [...] surge então como uma prática sócio-espacial que aciona, simultaneamente, os fluxos e os fixos, o tempo e o espaço.

O autor considera que se pode atribuir à circulação o papel de articulação transitiva dos significados presentes na forma espacial, tendo a partir da cidade, a rua como suporte e o corpo como mediação desta prática e como instrumento de apropriação do espaço. Cabe aqui a ressalva da importância dos elementos morfológicos “rua” e “praça” como inerentes ao contexto abordado, sob o ponto de vista das espacialidades das práticas socioespaciais.

Para além da circulação urbana, outro ponto forte de apreensão é a imagem mental da cidade construída pelos seus habitantes na qual participam os tradicionais espaços públicos, a arquitetura e o território revelado em paisagens como constituintes das experiências visíveis ou não, dada pela vida cotidiana (ROSSA, 2002). Sob viés das relações sociais de produção do espaço urbano, segundo Carlos (2011, 2017) a reprodução da vida está relacionada às necessidades da sociedade para a construção do humano. Já, a reprodução do espaço relaciona-se às necessidades da reprodução do capital e sob o poder do Estado favorecendo transformações nos modelos de apropriação e empobrecimento das relações sociais intrínsecas à reprodução da vida, onde a relação entre as pessoas passa a ser substituída por relações moderadas pela mercadoria. É nestes termos que a autora insere a reflexão do desenvolvimento da vida cotidiana na escala da metrópole vinculada à “passividade presa ao

universo normatizado relegado a modelos reprodutivos de comportamentos” (CARLOS, 2007, p. 224) os quais desencadeiam relações cotidianas em padrões homogêneos.

Assim, ela exemplifica tal fato apontando que mudanças nas apropriações cotidianas se associam às rápidas transformações morfológicas que destroem os referenciais que sustentam a vida cotidiana<sup>69</sup>, ocasionam a perda (ou ofuscação) de identidade do habitante com o lugar e, oportunamente, a privatização da vida que substitui ruas, praças e o comércio local. A autora também traz a ideia do estranhamento do indivíduo com a metrópole, que só será invertida quando houver possibilidade de se projetar uma vida passível de ser realizada em parâmetros contrários à lógica da reprodução imposta.

Acredita-se que há de se relativizar tal análise na medida em que se observam, mesmo em metrópoles, transformações que não prejudicam os referenciais que consolidam a experiência da vida cotidiana. Soma-se a esse aspecto, a possibilidade de se questionar, no caso empírico desta tese, a possível resiliência das práticas socioespaciais no tempo, mesmo diante de transformações morfológicas e estruturantes de forte significado, contrariando tal abordagem.

Outro ponto de análise refere-se às ações comunicativas associadas a um “modo de vida cotidiano”. Uma articulação interessante entre a ação política no espaço público e as práticas sociais é dada por Serpa (2007) ao indicar que, no contexto do que se considera público, os agentes (cidadãos) devem estabelecer, com o espaço, uma co-presença e um agir comunicacional que não está relacionado a palavras, mas a um vocabulário que se declina a partir de diferentes e variadas práticas que são interdependentes.

Em suma, elencam-se os seguintes apontamentos para a tese a partir do contexto exposto: (1) práticas espaciais são necessariamente sociais e “circunstancialmente” cotidianas já que dependem da experiência do corpo com o espaço urbano em parâmetros que, quando desprovidos de coação, manipulação e normatização, tornam-se mais salutareos (2) os trajetos impressos pela prática estão imbuídos de significados; (3) as práticas cotidianas enquanto produto da vida podem ser categorizadas a partir da observação de uma realidade, como aquelas relacionadas ao lazer, trabalho, afazeres domésticos, atividades econômicas, atividades de ócio e a própria circulação urbana.

Portanto, as práticas espaciais e cotidianas podem ser tratadas como protagonistas do produto da ação comunicativa na esfera pública (que se dá pela linguagem verbal ou não verbal, por convívio harmônico ou gerador de conflito, por atitudes voluntárias ou

---

<sup>69</sup> A autora corrobora tais argumentos por meio de sua tese de doutoramento quando analisa a implantação da Operação Urbana Faria Lima (OUFL) em São Paulo, destacando os múltiplos aspectos intrínsecos a este fato.

aparentemente involuntárias) que, espacializada, oportuniza à praça e à rua um papel protagonista a qualquer tempo.

### 1.3 Praças públicas, largos coloniais e inserção urbana

Consideradas como um dos principais elementos morfológicos da cidade<sup>70</sup> e um dos componentes do sistema de espaços livres públicos<sup>71</sup>, as praças públicas, assim denominadas à luz dos ideais de modernidade na transição entre os séculos XIX e XX no Brasil, tiveram aqui sua origem no processo de colonização portuguesa<sup>72</sup> associada a uma variedade de toponímias<sup>73</sup>, a exemplo de “largo” colonial.

Dotada historicamente de forte sentido de socialização urbana, a dimensão simbólica, no entanto, não deve ser desconsiderada sob olhar dos principais períodos históricos e seus grandes feitos urbanos (BENEVOLLO, 2005)<sup>74</sup>. A discussão apresentada pretende contemplar os conceitos de “praça” associados aos campos da Morfologia Urbana e da Geografia Urbana. Interessa destacar que os conceitos vão de aspectos da configuração física relacionados às características de dinâmicas socioespaciais, à apreensão mais complexa do ponto de vista do tratamento analítico do espaço.

Para Lamas (2011), a praça não é uma estrutura acidentalmente criada, já que pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa, “a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária” (p. 102). Apoiando-se em parâmetros da ideologia ocidental, segundo o autor, as praças possuem características de centralidade com vocação para atrair pessoas e facilitar encontros, tendo sua configuração em formato

<sup>70</sup> Para Lamas (2011), o solo, o traçado, a rua, o lote, os edifícios, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o monumento, a árvore e a vegetação, o mobiliário urbano e a praça constituem os elementos morfológicos do espaço urbano.

<sup>71</sup> Os espaços livres públicos fazem parte de um sistema maior denominado Sistema de Espaços Livres (SEL). O termo “espaço livre” remete à definição proposta por Magnoli (1982), que considera todos os espaços livres de edificação, como praças, parques, ruas, bem como terrenos vazios e áreas de lazer privadas. Segundo Queiroga (2011), os sistemas de espaços livres urbanos são “os elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intra-urbana à regional” (2011, p.27) sendo eles, portanto, de ordem pública ou privada.

<sup>72</sup> A partir daí, as praças foram apresentando várias funções (religiosa, militar, de mercado, cívica) a depender também dos edifícios do seu envoltório.

<sup>73</sup> Rocio, adro, terreiro e pátio foram algumas outras toponímias impressas à origem da praça nas cidades coloniais portuguesas (MARX, 1980).

<sup>74</sup> A formação das praças nos principais períodos da história apresenta características distintas quanto à forma, significado e apropriação que, influenciados por aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; formaram o centro político social (na Antiguidade Greco-romana), o centro de mercado (na Idade Média), o centro artístico (no Renascimento) e o próprio monumento urbano (no Barroco) (BENEVOLO, 2005).

geralmente pavimentado e fechado por estruturas de elevada densidade, para onde as ruas convergem ou tangenciam (LAMAS, 2011).

É claro que tais definições morfológicas não contemplam todas as praças, haja vista a possibilidade de discutir sobre aquelas que fogem a estes padrões clássicos assimilados pelo senso comum, se pensarmos em bairros desprovidos de infra estrutura, por exemplo, onde muitos destes espaços livres foram simplesmente adaptados como tais, sem um desenho prévio ou uma intenção formal. Segundo Dias Coelho e Lamas (2007), há exemplos de praças claramente representativos por sua natureza enquanto outros se manifestam a partir de um contexto mínimo, fato que insere a dúvida da sua inclusão na terminologia. No entanto, considerando a história das cidades e suas especificidades culturais, percebe-se que, em panorama amplo, as praças apresentam configurações especiais e distintas entre si e dentro de si (Figuras 09 e 10).

Figura 9 - Diferentes praças, da esquerda para a direita, as praças Times Square em Nova York, Georges Pompidou em Paris, Del Campo em Siena e Meidan Eman em Isfahan.



Fonte: Oliveira (2018b), a partir de *Google Earth*

Figura 10 - Diferentes praças em uma mesma cidade, Vitória. Em sentido horário, as praças Costa Pereira (bairro Centro), Asdrubal Soares (bairro Jucutuquara), Regina Frigeri Furno (bairro Jardim da Penha) e Benedito Rodrigues da Cruz (bairro Mata da Praia)

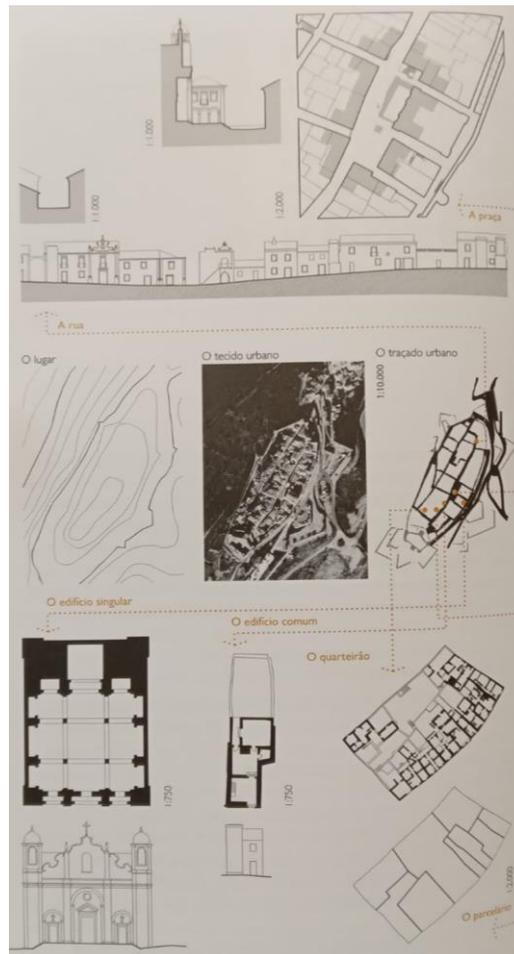


Fonte: *Google Earth* (2019)

Nos estudos morfológicos de Rob Krier, por exemplo (KRIER, 1975, apud DEL RIO, 1990), ressalta-se que a riqueza dos espaços urbanos, como a rua e a praça, não depende apenas de sua qualidade espacial, mas na maneira como estes espaços se encadeiam, se organizam e se apresentam geometricamente<sup>75</sup>. Tais estudos têm forte aderência com aqueles feitos por Dias Coelho (2013) em sua obra “Elementos Urbanos” que apresentam aspectos da decomposição do tecido urbano em uma representação sistemática (Figura 11).

<sup>75</sup> Nesses estudos, Krier elaborou desenhos das tipologias de praças de cidades europeias na lógica do desenho urbano.

Figura 11 - Decomposição elementar do tecido urbano em Monsaraz, Portugal



Fonte: Dias Coelho (2013)

Sob este prisma, interessa inserir o conceito do autor ao considerar a praça como “elemento de exceção urbana”<sup>76</sup>, de caráter excepcional e finito e fortemente associado à dimensão coletiva na cidade. Para ele, tal elemento morfológico apresenta-se com superioridade hierárquica não só por estes atributos, mas também pelas diferentes funções que são capazes de acolher como participante de um contexto mais amplo – a cidade: “artefato uno que possui um caráter próprio e indissociável do contexto onde se insere” (DIAS COELHO; LAMAS, 2007).

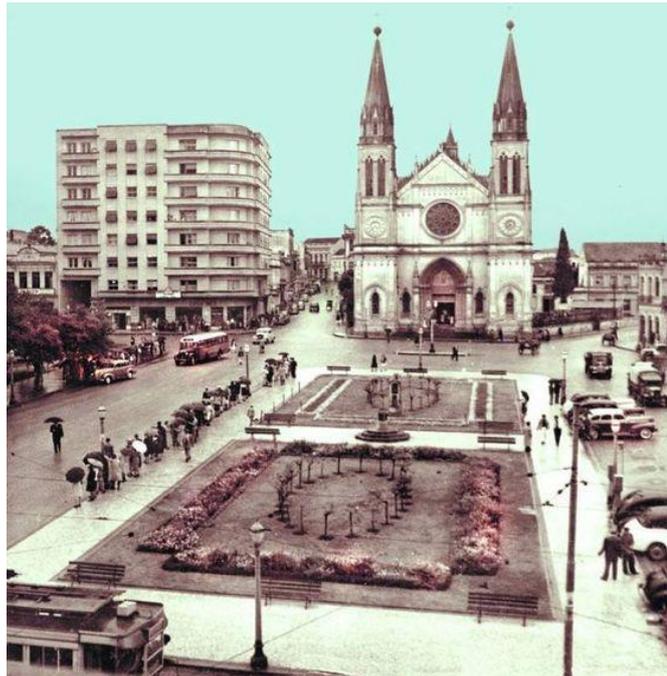
Teixeira (2012, p. 99) diz que as praças são nós de articulação da malha urbana e “desempenham papel fulcral na estruturação dos espaços urbanos, traduzindo sua importância funcional e simbólica” já que, como local de sociabilidade, condensam anseios políticos, sociais e econômicos associados ao aparecimento e estruturação das cidades, podendo estar vinculadas também a espaços residuais e periféricos.

<sup>76</sup> Conceito também encontrado em Marx (1980).

Em se tratando do seu destaque morfológico, Macedo (2001) usa de certa forma esta condição excepcional quando considera a praça um marco urbano na configuração das cidades. O autor acrescenta, pois, ao conceito, aspectos das práticas socioespaciais: “praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (ROBBA; MACEDO, 2010). Os autores consideram duas premissas básicas para tal conceito: uso e acessibilidade.

Pode-se considerar, pois, uma terceira premissa: a integração com o entorno<sup>77</sup>. Para Alex (2008), as praças são estruturas urbanas que se moldam como ponto de convergência de fluxos, tendo como vocação ser um local privilegiado em que se concretiza o rito social, espaço público de convívio e inclusão; “não é apenas um espaço físico aberto, mas também um centro social integrado ao tecido urbano. Sua importância refere-se ao seu valor histórico, bem como a sua participação contínua na vida da cidade” (2008, p. 23) (Figuras 12 e 13).

Figura 12 - Aspectos de uso, acessibilidade e integração com o entorno da Praça Tiradentes em Curitiba, 1948.



Fonte: Assunção (2022)

---

<sup>77</sup> A integração com o entorno pressupõe a relação da praça com o tecido urbano que será abordada no próximo capítulo.

Figura 13 - Aspectos de uso, acessibilidade e integração com o entorno da praça Costa Pereira, em Vitória, em meados do século XX



Fonte: Santos (2020)

Já, baseado em conceitos de Milton Santos, a abordagem de Queiroga (2001) nos leva a refletir sobre a importância da praça como objeto dotado de conteúdo e “síntese dos lugares”, guardando estreita relação dos edifícios com seu entorno que abrangem sistemas de usos e significados. Soma-se à esta, a abordagem de Robba e Macedo (2010), ao considerar a praça pública como espaço que condensa diferentes experiências sociais, onde se exacerbam os conflitos, percepções e ambiguidades, onde o todo se reitera em suas partes<sup>78</sup>. Nestas palavras, passa-se à apreensão do termo a partir de uma análise geográfica focada nos estudos de Milton Santos.

O todo, segundo Santos (1996) só pode ser conhecido através do conhecimento das partes e vice versa. Assim, ele analisa o espaço a partir da indissociabilidade entre forma e conteúdo, entre sistema de objetos e de ações, não considerados isoladamente, mas interagindo-se, onde “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 1996, p. 39). Para ele, tomada forma-conteúdo<sup>79</sup> pela presença da ação, a forma é capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, da dialética social.

<sup>78</sup> Parâmetros de ambiguidades e conflitos nos espaços públicos guardam a discussão anteriormente já apresentada.

<sup>79</sup> Segundo o autor, a ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social.

Os objetos<sup>80</sup> se criam fora do homem, são elementos exteriores e tornam-se instrumento material da vida humana. Já as ações resultam de necessidades, naturais ou criadas, materiais ou criadas, as quais conduzem os homens a agir e levam a funções que, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos que se materializam nas formas urbanas, por exemplo (SANTOS, 1996). No entanto, as ações humanas dependem também do caráter humano do meio, o que nos leva a resgatar fatores diversos que justificam novas formas de vivenciar os espaços públicos na contemporaneidade, conforme já discutido. O autor argumenta, ainda, que as ações são mais eficazes quando os objetos a ela associados são mais adequados.

Neste contexto, há de se ressaltar três pontos importantes de análise: (1) a praça pública enquanto elemento morfológico de superioridade hierárquica na malha urbana com potencial a marco arquitetônico quando se analisa sob a perspectiva do tecido urbano e da pujança em relação à representatividade social; (2) a praça pública como objeto técnico (articulada às vias que a circunda, aos edifícios que a ladeiam e aos elementos que a compõem), imbuída de ações aqui interpretadas enquanto prática socioespacial, dotada de intenções também subjacentes e relativizadas por contextos estruturais mais amplos<sup>81</sup>, que desencadeiam, na vida cotidiana, modos de (re) produção do espaço urbano; (3) a inadequação/desarticulação entre “objeto” e “ação” como fator preponderante de certa fragilização das praças públicas quando tomadas como estacionamento, por exemplo.

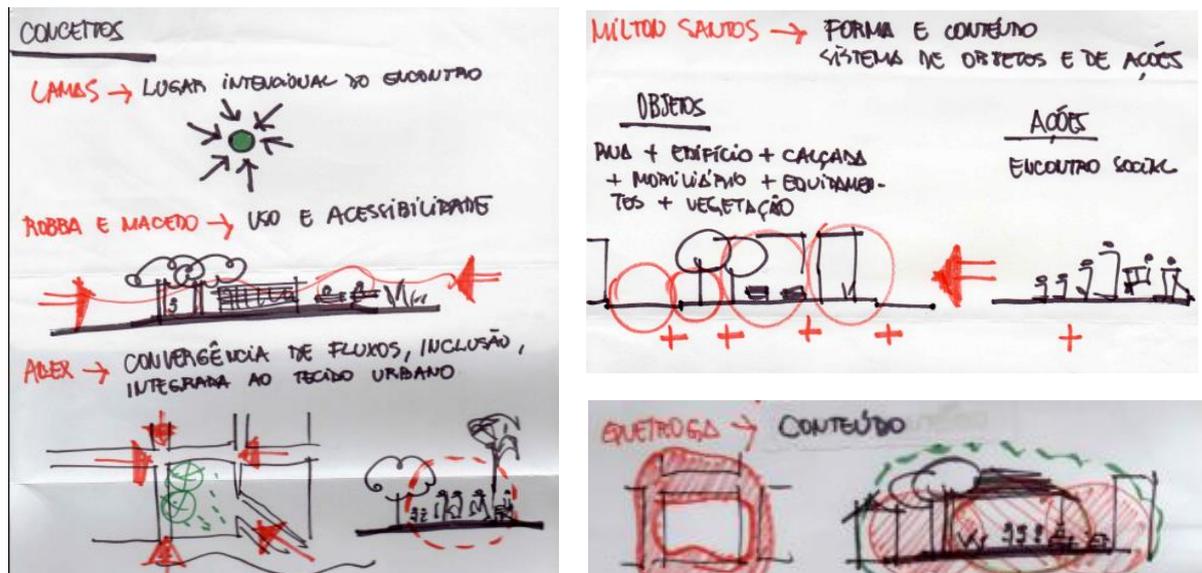
Os croquis a seguir representam um esforço gráfico realizado pela autora, na condição de arquiteta urbanista, para apreensão dos conceitos supracitadas, a partir da materialização do objeto “praça pública” (Figura 14).

---

<sup>80</sup> Em termos materiais, o autor cita o objeto técnico dentro do sistema de objetos, considerando como exemplos *shopping center*, vias, estacionamentos e sistema de transporte e atividades que os fazem existir.

<sup>81</sup> A exemplo de aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos e ideológicos.

Figura 14 - Croquis gráficos feitos a partir de análise bibliográfica conceitual de praça pública



Fonte: Elaborado pela autora

A partir da conceituação apresentada, é necessário discutir alguns pressupostos capazes de contextualizar a condição da praça enquanto *locus* da esfera pública. Queiroga (2012) propõe considerar “lugar público” todo aquele em que se estabelece a esfera pública, independente de se tratar de espaços públicos ou privados. Se o lugar é o espaço da co-presença, o lugar público se constitui enquanto espacialidade da esfera pública em situação co-presencial.

Em se tratando de “lugar”, Carlos (2007; 2011) articula o termo com a vida cotidiana. Para a autora, o homem constrói e usa os lugares pela ação cotidiana dos seus deslocamentos e este lugar deve ser compreendido para além de sua forma e função, considerando os sentidos impressos pelo seu uso e a participação do corpo nesta interação, conforme já comentado.

O protagonismo dos usos e apropriações remetidos à condição pública por meio do agir comunicacional, conforme discutido nos termos da esfera pública, confere possibilidades à ocorrência do “lugar público” nos estudos de Queiroga. Já, a condição de sentidos impressos pelos usos através do corpo confere possibilidades à ocorrência do “lugar” nos estudos de Carlos. Trazendo o foco da abordagem para a praça pública, o sentido de “uso/apropriação” parece desencadear considerações importantes a partir dos debates acerca de fragilização e seletividade nos espaços públicos e as condições que determinariam tais espaços como “lugares”.

Baseado em Queiroga, ao que parece, quando as apropriações não ocorrem, a praça deixa de ter a chance de exercer o papel de *locus* da esfera pública. Mas, mesmo sem uso

intenso, as praças podem apresentar outros papéis em se tratando das dimensões simbólicas e físico-ambientais<sup>82</sup> (QUEIROGA, 2012). Há de se ressaltar o papel simbólico capaz de conectar lugares e criar significados (BORJA; MUXÍ, 2000), haja vista a existência de conformações morfológicas inerentes ao contexto identitário e até histórico no qual certas praças se enquadram<sup>83</sup>. Por este ângulo, posiciona-se de forma a relativizar as afirmações de Carlos sobre o “lugar” enquanto entidade impressa necessariamente pelos sentidos que o uso seja capaz de proporcionar.

Pelo visto, a questão da imagem e simbolismo proporcionados pelos espaços livres de uso público pode ter aderência com a questão de “lugar” para além de usos e apropriações identificáveis, ou seja, quando se considera a noção de memória coletiva e pertencimento inerentes aos aspectos exclusivamente simbólicos nos quais determinadas praças podem apresentar.

Outra abordagem diz respeito às praças com acesso físico restrito ou apropriadas de forma seletiva. No primeiro caso, dá-se o questionamento do seu papel como praça pública fidedigna já que tal fato desencadeia fragilização do domínio público, a menos nos momentos de livre acesso<sup>84</sup>. No segundo caso, acredita-se que a seletividade não deixe de se caracterizar como uma apropriação, no entanto ela exclui as possibilidades de conflito.

Então, conforme exposto, toda praça é espaço público<sup>85</sup>, mas nem toda praça é espacialização da esfera pública e nem toda praça, assim nomeada, acomoda-se nesta função quando apresenta características de restrição física. No caso de restrição simbólica, fragilizam-se como espaço público. Por mais que certas circunstâncias desponham fragilização em relação à cidadania e ao sentido público do lugar, há de se considerar não só a não generalização dos fatos enquanto retrato de uma crise, como também contextos específicos e sujeitos a transformações que regem comportamentos e práticas na vida urbana.

Enfim, parte-se para um conceito próprio, concatenado a partir do conjunto de aspectos expostos: a praça pública é uma interseção e ponto de conexão de objetos, pessoas e/ou acontecimentos podendo ser embalada por práticas socioespaciais de natureza e

---

<sup>82</sup> A dimensão físico-ambiental reporta-se às questões de drenagem pluvial, amenização microclimática, alimento da fauna e conservação de espécies vegetais que podem ocorrer (QUEIROGA, 2012).

<sup>83</sup> Exemplo típico pode ser tomado pela praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, que não acolhe apropriação cotidiana, mas mesmo assim não deixa de ser representativa e simbólica no contexto da capital federal. Outro exemplo é a praça do Papa em Vitória/ES, a qual, concebida como uma grande área sem mobiliários típicos, tem sua importância simbólica no contexto capixaba, até mesmo porque, em situações esporádicas, acolhe grandes manifestações populares e *shows* musicais.

<sup>84</sup> Nesta tese, nas primeiras aproximações com as praças de Vitória, tal condição indicou a não classificação da praça enquanto espaço público fidedigno do território, conforme será explanado no capítulo 3.

<sup>85</sup> Exceção deve ser dada a canteiros, rotatórias, estacionamentos e outros elementos que não se configuram com a função de praça.

intenções diversas, com forte sentido de vivacidade ao oportunizar experiências humanas e urbanas que ali podem se tornar públicas.

A partir do exposto, as abordagens a seguir acerca da inserção urbana dos largos coloniais e das praças ajardinadas pretendem, como recorte conceitual, potencializar a análise sob o ponto de vista das especificidades de **quatro elementos morfológicos** entendidos como os mais pertinentes para a análise empírica: o sítio físico, a rua, o largo/prança e o edifício singular.

### 1.3.1 INSERÇÃO URBANA DOS LARGOS COLONIAIS À LUZ DO URBANISMO MEDIEVAL PORTUGUÊS

Na opinião de Rossa (2002), a urbanística portuguesa apresenta um “inequívoco desígnio de unidade” destacando-se entre as demais potências coloniais apostadas na América e cujo exemplar mais notável fora da Europa são as cidades coloniais brasileiras e suas variadas e ricas realizações<sup>86</sup>. De fato, “O urbanismo português criou uma identidade, que se consubstancia em um conjunto de invariantes morfológicas e de processos de concepção e de construção que, ao longo do tempo e do espaço, caracterizam indelevelmente, suas cidades” à luz de uma unidade morfológica (TEIXEIRA, 2012, p. 180), o que não foi diferente para o caso brasileiro.

Aqui, a colonização portuguesa teve na fundação das vilas e cidades apoio físico para viabilização das intenções de conquista e/ou exploração em relação ao território, quase sempre associada à presença de fortes e muralhas como estratégia de defesa e controle. As cidades ofereciam proteção aos colonos e tiveram suas construções como referências dos espaços urbanos de suas sociedades de origem, com modelos e traçados urbanos adaptados às especificidades locais do sítio físico<sup>87</sup> (TEIXEIRA, 2012). Sendo assim, segundo o autor, “A cidade portuguesa é sempre pensada no sítio e com o sítio” (2012, p. 14). Tal adaptabilidade, no entanto, não significa que as cidades não fossem racionalmente pensadas e construídas, ainda que por vezes paulatinamente.

#### a) O sítio físico

---

<sup>86</sup> As cidades coloniais portuguesas do século XVI a XVIII eram parte integrante do movimento de expansão ultramarina, apresentavam particularidades quanto à fundação, mas partilhavam com dos mesmos modelos de referência portuguesa, vernáculos e/ou eruditos (TEIXEIRA; VALLA, 1999).

<sup>87</sup> Segundo Marx (1980), a escolha do sítio junto ao litoral era feita em local suficientemente propício em relação à remanso, profundidade e manobras.

Estudos sobre o sítio físico natural evidenciam-se como suporte analítico de grande valor para compreensão da inserção urbana. Entendido por Lamas (2011) como “solo pavimento”, ou seja, a topografia e modelação do terreno, é retratado por Oliveira (2018c) em um sentido mais amplo como um dos componentes do “contexto físico natural”<sup>88</sup>, condicionador inicial das implantações dos assentamentos humanos.

As adaptações ao sítio físico referem-se às necessidades humanas e sociais geradas pelas relações sociais que são dinâmicas e, para além de um carácter funcionalista, estão associadas às relações culturais (SERRA, 1987) e este é um ponto de análise fundamental que leva à compreensão de adaptações preexistentes. Partindo do entendimento de que os povos indígenas mais se acomodam ao espaço natural do que o transformam, modificando muito pouco seu ambiente (SERRA, 1987; REIS FILHO, 1968), entende-se que o sítio físico aqui encontrado quando da chegada dos portugueses no Brasil pode ser compreendido como “já adaptado” à cultura indígena. É neste sentido que o aspecto geográfico de caminhos ou trilhas indígenas pode estar associado a adaptações viárias subsequentes conforme sugere estudo de Botechia (2018b) para a capital capixaba, a ser exemplificado no próximo capítulo.

Segundo Fernandes<sup>89</sup> (2018), as vias podem ser incorporadas no traçado urbano porque são preexistentes ou porque são concebidas como ligação estratégica na fundação da cidade<sup>90</sup>. Assim sendo, o sítio, o caminho e o tempo são considerados matrizes elementares do traçado, “referência primária para a organização do espaço urbano” (FERNANDES, 2018, p. 74).

Por mais que haja adaptações cujos “parâmetros serão cada vez mais aqueles da própria aglomeração e cada vez menos aqueles do espaço natural que, na verdade, vai sendo constantemente modificado” (SERRA, 1987, p. 85), o relevo e a hidrografia<sup>91</sup> acabam marcando a forma urbana e condicionando traçados urbanos (Figura 15,16 e 17).

---

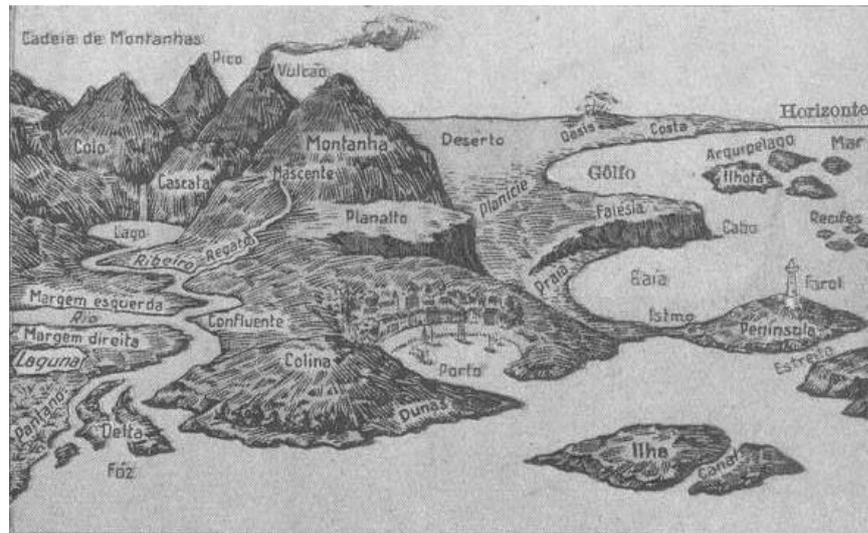
<sup>88</sup> O contexto físico natural abrange a aptidão do solo e do subsolo, o clima, a exposição solar e eólica e o tipo de paisagem natural (OLIVEIRA, 2018). Para Serra, “o relevo, a hidrografia, o clima, os materiais de construção disponíveis, a fertilidade do solo circundante, a existência de minérios, a ocorrência de água, a disponibilidade de outros tipos de matérias primas etc” constituem as variáveis que compõem a forma do espaço natural (SERRA, 1987, p.85)

<sup>89</sup> O autor faz parte da equipe coordenada por Carlos Dias Coelho no FORMA URBIS Lab, em Portugal.

<sup>90</sup> O autor baseia-se em Gianfranco Caniggia a partir da abordagem da condição essencial do caminho como elemento primeiro dos traçados elementares.

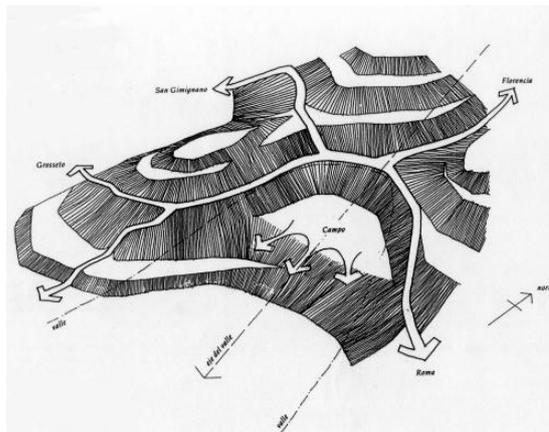
<sup>91</sup> “Algumas características básicas serão sempre levadas em consideração, dentre elas as declividades excessivas, as áreas inundáveis e os cursos d’água, os ventos dominantes e a orientação das encostas” (SERRA, 1987, p. 85).

Figura 15 - Conjunto de acidentes geográficos de acordo com o relevo e a hidrografia



Fonte: Sá (1931, *apud* GURREIRO, 2001)

Figura 16 - Relação da topografia com a forma urbana da praça del Campo in Siena, Itália, que favorece uma tendência visível para ocupação humana



Fonte: Baker (1988, *apud* GUERREIRO, 2001)

Figura 17 - Relação entre topografia e traçado urbano em Santarém, Campo de Ourique (Lisboa) e Baixa (Lisboa)



Fonte: Dias Coelho (2013)

Em se tratando da topografia acidentada, a leitura das linhas de festo e talvegue<sup>92</sup> parece ser estratégica para compreender a relação da evolução da cidade com seu o sítio<sup>93</sup> e seu traçado urbano (PANERAI, 2014; GUERREIRO, 2001)<sup>94</sup>. Os pontos de ramificação de linhas de talvegue são denominados de “centros de encontro” e as de linha de festo, “centros de distribuição”. Estes pontos são estratégicos sob o ponto de vista dos traçados urbanos<sup>95</sup> e constituem meios de locomoção e acessibilidade privilegiados, sendo ponto de encontro de percursos, águas ou seres vivos (GUERREIRO, 2001). De acordo com a autora, os talvegues, por exemplo, deságuam no mar tendo forte relação com o desenvolvimento urbano e com potencial de serem caminhos naturais e, no caso de fundos de vale, eixos centralizadores.

<sup>92</sup> As linhas de festo (também denominadas linhas de cumeeira, espigão ou interflúvio), correspondem àquela de cota mais alta e divisora de águas. Já as de talvegue, unem os pontos de cota mais baixa, se comportando como drenagem natural das águas.

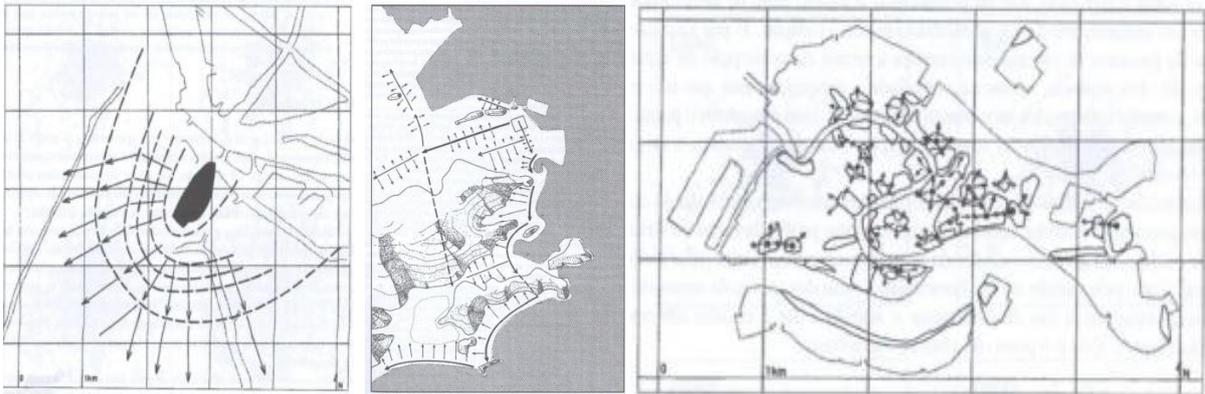
<sup>93</sup> Panerai (2014) acrescenta que a observação dos cursos d’água refazem cenas de montanha e que a imaginação dos deslocamentos anteriores à mecanização também são oportunos à análise urbana.

<sup>94</sup> Na verdade, a relação com o traçado tende a percorrer a menor distância possível, utilizando sempre a menor inclinação, o que acaba fazendo com que sejam feitos sobre linhas de festo e de talvegue ou meia encosta e paralelos às curvas de nível (que garantem maior horizontalidade no percurso) (GUERREIRO, 2001).

<sup>95</sup> A própria tessitura viária cumpria o papel de sistema coletor e de escoamento na ocasião de aproveitamento das linhas de vale e cumeada para se estabelecer os trajetos urbanos (MARX, 1980).

Os traçados urbanos vinculados ao relevo e à hidrografia podem ter análise ancorada na abordagem de Panerai (2014) sobre o fenômeno de crescimento das aglomerações urbanas relacionados a elementos reguladores de dois tipos: aqueles que organizam a expansão (linhas e polos de crescimento<sup>96</sup>) e aqueles que a contêm (barreiras e limites de crescimento<sup>97</sup>) (Figura 18).

Figura 18 - Tipos de crescimento urbano retratados por Panerai. À esquerda, crescimento linear (Rio de Janeiro), no centro, crescimento descontínuo (Veneza) e à direita, crescimento contínuo (Amsterdã)



Fonte: Panerai (2014)

No que se refere às linhas de crescimento, Panerai (2014) diz que podem ser ancoradas, por exemplo, em um caminho antigo, córregos e canais preexistentes enquanto as barreiras ou limites podem implicar em diferenças de tecido urbano ao serem transponíveis. Neste aspecto, mesmo com tal distinção, sob olhar de Dias Coelho (2013) é interessante considerar que pode haver formação de um objeto classificado como indivisível pela relação de continuidade, ou seja, quando se analisa o todo. Ademais, este autor afirma que o relevo, em situações menos bruscas sob o ponto de vista topográfico, também participa da acomodação do traçado<sup>98</sup>.

<sup>96</sup> As linhas de crescimento se efetuam segundo uma ou várias direções, podendo ser esta, por exemplo, uma estrada e pode haver ainda crescimentos do tipo secundário que se dão em linhas perpendiculares ou paralelas ao eixo principal de crescimento; o polo de crescimento é, ao mesmo tempo, a origem, acumulação histórica e simbólica, a referência do crescimento. Quando a aglomeração se amplia, outros polos se conectam com o polo origem (PANERAI, 2014).

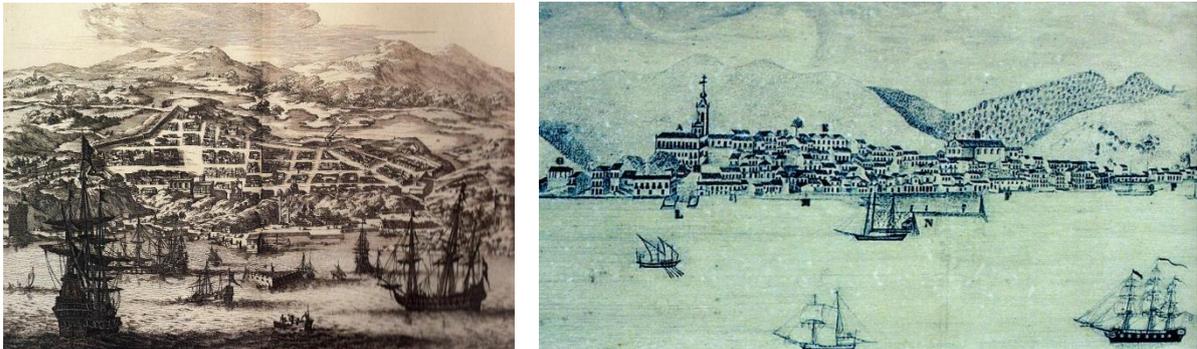
<sup>97</sup> Limite de crescimento é um obstáculo natural ou construído que impede a expansão da aglomeração, podendo ser o limite do ponto de partida de um crescimento oposto, como arrabaldes, por exemplo. Tais limites são visíveis quando ultrapassados, pois marcam a diferença entre o tecido urbano anterior e aquele posterior. Já, a barreira de crescimento diz respeito a um obstáculo que impede o crescimento do tecido urbano sob a forma de uma soma de crescimentos lineares e pode ser constituída por obstáculos geográficos (relevo, cursos d'água, lago, floresta) ou por obstáculos construídos, como estrada ou ferrovia, por exemplo) (PANERAI, 2014).

<sup>98</sup> Os estudos de Dias Coelho (2013) a partir do traçado de Lisboa apontam que arquiteturas singulares, portas de muralhas ou pontes de rios participam do traçado de forma impeditiva ou condicional, mesmo nos relevos mais regulares.

Nas cidades coloniais brasileiras e litorâneas, o traçado foi avançando em direção a obstáculos como várzeas em processos que tendiam a aterros (MARX, 1980) e, encontrou junto a locais próximos à praia e cursos d'água, uma maneira de crescimento e urbanização dadas pelas facilidades de acesso, principalmente no caso de presença de cursos d'água ou portos, e situação plana do sítio (REIS FILHO, 1968)<sup>99</sup>.

Articulando a questão do sítio com a urbanística portuguesa, vale destacar que geralmente os primeiros núcleos defensivos localizavam-se em uma colina topograficamente dominante onde eram implantados os edifícios singulares<sup>100</sup>, marcando a paisagem na linha de cumeeada ou de vale (TEIXEIRA, 2012; MARX, 1980). Nesta ocasião, houve uma relação estreita entre as denominadas cidades Alta e Baixa<sup>101</sup> (Figura 19).

Figura 19 - Relação entre cidade Alta e Baixa em Salvador (à esquerda - Urbs Salvador, gravura de 1671) e em Vitória (à direita - Prospecto da Vila de Victoria, 1767)



Fontes: Livro de Montanus (1671, *apud* REIS FILHO, 2001); Arquivo Histórico do Exército (1767, *apud* REIS FILHO, 2001)

Tal divisão marcou a fundação de várias vilas e cidades brasileiras<sup>102</sup> e estabelecia a relação de poder na sociedade, ficando as instituições de maior hierarquia social (política, institucional, militar e religiosa) instaladas na parte alta e dominante, por vezes associada à arquitetura notável. Já, na parte baixa, o núcleo de ocupação se desenvolvia junto à praia, vinculado a atividades comerciais e portuárias, de caráter menos aristocrático e contendo

<sup>99</sup> Segundo o autor, a conquista em áreas planas se deu depois de dominado o novo território e escravizada a sua população.

<sup>100</sup> A localização de edifícios religiosos era estratégica e procurava afirmar o poder da Igreja em relação aos poderes civis. Tal localização também era respaldada por regulamentações sobre a localização de estabelecimentos religiosos na cidade cujos critérios consideravam a condição do sítio físico (alto, livre de umidade e desviado, quando possível, de locais insalubres) e a distância entre dois conventos (TEIXEIRA e VALLA, 1999; MARX, 1991).

<sup>101</sup> Estas distintas porções implicaram na existência de ladeiras, elementos de conexão importantes na cidade colonial brasileira e também de caminhos sinuosos em declive acentuado que se tornaram chamarizes não só para os cidadãos, mas especialmente para o comércio atraído pela possibilidade de circulação urbana (MARX, 1980).

<sup>102</sup> A exemplo de Salvador, Vitória, Olinda, São Paulo e Rio de Janeiro (no Brasil) e Lisboa, Porto e Coimbra (em Portugal) (MARX, 1980; TEIXEIRA; VALLA, 1999).

habitações de mais baixo padrão (VASCONCELOS, 2009; TEIXEIRA, 2012). Essa configuração parece ser um ponto forte do papel da Igreja acerca da inserção urbana de seus templos e entidades religiosas.

#### 1.3.1.1 O edifício singular

Destacados por sua forma ou por sua função, os edifícios singulares materializam os paradigmas ideológicos das culturas responsáveis por sua edificação, com programas construtivos mais ricos e complexos dotados de simbolismo (MARTINS, 2018)<sup>103</sup>. Interpretados por Lamas (2011) como “monumento” tais edifícios destacam-se não só pela forma, mas também pela presença marcante na cidade, o que parece delegar característica peculiar a sua localização. Para Rossi (2001) os monumentos são “elementos primários” e ao contrário das residências (elementos secundários) têm características mais permanentes e estáveis, garantindo a continuidade da forma urbana.

Geralmente no dueto largo e Igreja, esta última é implantada à margem da malha, num posicionamento lateral ou de topo e não adentra no tecido (DIAS COELHO; LAMAS, 2007). Para além desta marginalidade, o posicionamento do edifício religioso parece ampliar a conexão entre vias e largo, concedendo a este forte relação de interseção nodal desprovida de rigidez no traçado, mas imbuída de significado. Tal relação se fortalece devido às apropriações que ali acontecem e passam a atrair, segundo Marx (1980), outras tipologias construtivas como edifícios públicos, comerciais e casarios, destacando-se na paisagem urbana colonial.

Não deixa dúvida a força simbólica e tecidual alcançada na dinâmica urbana pelos adros/largos e respectivos templos religiosos criando “um conjunto articulado de vazio e construção que, por vezes, alcançou o patamar da mais alta expressão artística” (MARX, 1991, p. 23). Tal configuração conjectura, ao que parece, uma tentativa de unidade e pujança no que tange à sociabilidade urbana, mas que não teria se restringido aos templos principais (Figura 20).

---

<sup>103</sup> O autor faz parte da equipe coordenada por Carlos Dias Coelho no FORMA URBIS Lab, em Portugal.

Figura 20 - Largo de São Francisco em Mariana, MG, apresentando forte conexão do espaço livre público aberto e as duas Igrejas, São Francisco de Assis (à esquerda) e Nossa Senhora do Carmo (à direita)



Fonte: Minas Gerais (2020)

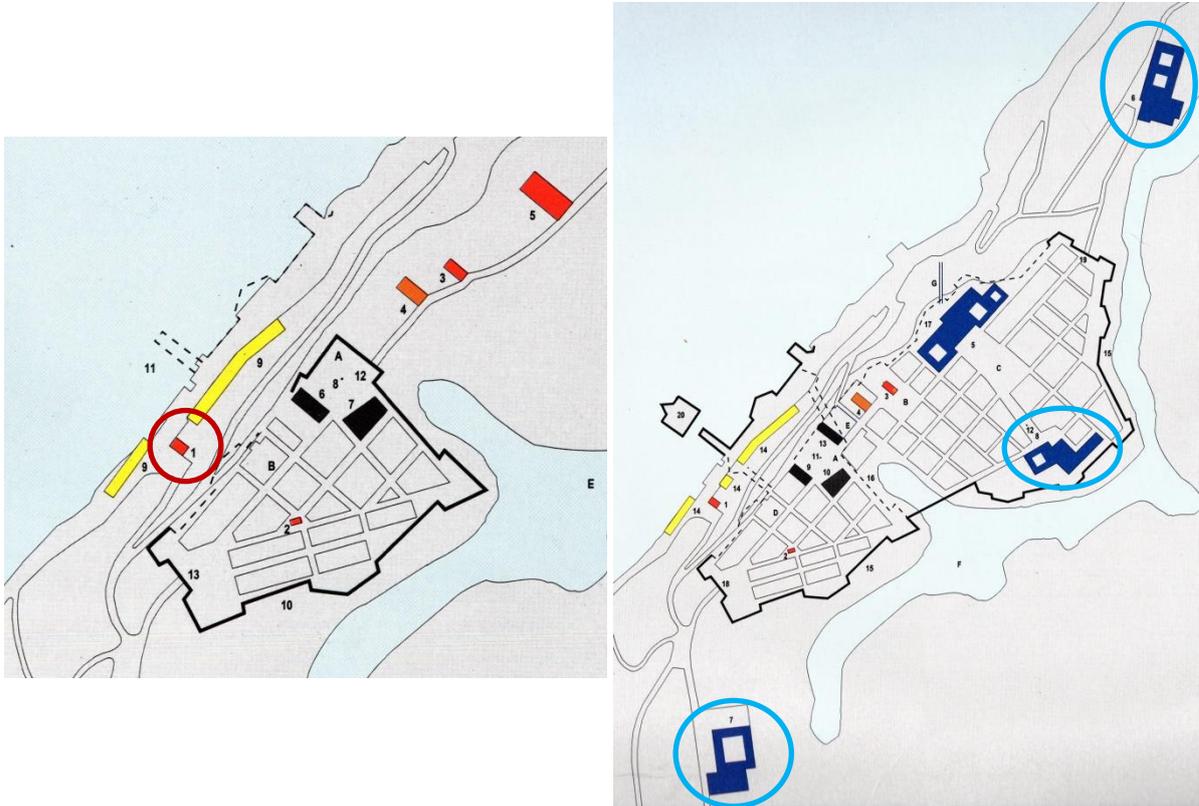
Na verdade, nem sempre ricos foram os templos, já que singelas capelas também se configuraram, na opinião de Marx (1980), como veículo de expansão urbana e controle religioso. Assim, erguidas por alguma irmandade modesta, assumiam muitas vezes o papel de “embrião urbano” implantado como oportunidade para expansão do território com certa vocação associada à centralidade, já que “[...] atraindo novas construções, exerciam um efeito de polarização” (MARX, 1991, p. 92)<sup>104</sup>, dedução também aceita por Teixeira e Valla (1999).

Estes autores enfatizam o crescimento dos primeiros núcleos urbanos em direção aos conventos<sup>105</sup>, estrategicamente posicionados em áreas periféricas, podendo se adensar a partir dos mesmos (Figura 21). Não se pode deixar de mencionar, para além da localização geográfica privilegiada oportunizando o realce de aspectos simbólicos e religiosos, que havia “procedimentos e interesses fundiários, outra realidade subjacente, tão forte quanto a natural, porém oposta, ou seja, de ordem social” (MARX, 1991, p. 95) nas intenções de expansão urbana. Acredita-se, neste caso, que a ordem seja mais imobiliária e econômica do que propriamente social.

<sup>104</sup> Nas palavras de Serra (1987), o sítio é provido de certas condições físicas que tem valor de uso para determinadas atividades humanas.

<sup>105</sup> Além de igrejas, capelas e conventos; mosteiros, paços, oratórios, colégios, hospitais, cemitérios, cabildos, casas paroquiais, palácios episcopais e sedes de congregação também representavam a influência da igreja católica sobre o território, inclusive em relação às condições fundiárias e de parcelamento do solo (MARX, 1980).

Figura 21 - À esquerda, planta de Salvador em meados do século XVI com destaque para a primeira Igreja construída na parte baixa e próxima ao mar (Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia). À direita, planta de Salvador no início do século XVII, com destaque para a inserção de três conventos indicando direção de expansão urbana. Elementos em vermelho e azul correspondem a estruturas religiosas



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Teixeira e Valla (1999)

De acordo com Vasconcelos (2009) e Marx (1980), o Estado e a Igreja aparecem como principais agentes modeladores das cidades coloniais brasileiras<sup>106</sup>. Tais entidades concederam ao catolicismo, religião oficial e incorporada pelo governo, a interferência direta sobre o tecido e desenho urbanos<sup>107</sup>. As orientações canônicas eram responsáveis por uma série de critérios em relação à inserção urbana dos templos, a exemplo da localização<sup>108</sup>, orientação, utilidade, características de composição e abrangência de seus adros (MARX, 2003):

<sup>106</sup> Em relação às igrejas e outras estruturas religiosas, parecem ter mais destaque na cena urbana, estruturando com seus adros e largos, a malha urbana colonial. Os símbolos da organização do estado, por sua vez, eram discretos, a exemplo das Casas de Câmara e Cadeia, representação da arquitetura civil nos séculos que marcaram a vida colonial (MARX, 1980).

<sup>107</sup> Enquanto as normas e procedimentos eclesiásticos eram claramente percebidos e aceitos pela importação dos costumes e das práticas do reino, a Coroa propriamente dita apresentava vagas determinações civis com cartas forais e deliberações casuísticas, confusas e limitadas, delegando à Igreja o desenvolvimento inicial dos arraiais, vilas e cidades (MARX, 2003).

<sup>108</sup> Em relação à localização, a preferência eram sítios altos sem presença de umidade e insalubridade (MARX, 1989; 2003).

[...] à existência do foro privilegiado para o clero somava-se ainda sua prerrogativa de conceder ou não licença para o erguimento e a frequência dos templos de toda espécie. Como estes constituíam o ponto alto duma rua, dum setor, representavam a casa comum de congregações de religiosos ou de irmandades de leigos ou eram a própria “matriz” duma freguesia ou paróquia, torna-se compreensível a influência que tiveram sobre o tecido urbano (MARX, 2003, p. 31).

Interessa destacar a exigência de espaços abertos de expressão relativa em frente às construções religiosas no sentido que se mantivessem a certa distância de casas particulares para que pudessem “andar as procissões ao redor delas, considerando não só o destaque maior do edifício como a possibilidade de uso ou contorno pelos préstitos” (MARX, 1991, p. 22, 23).

Tal exigência reverbera sobre a forte participação da Igreja na vida cotidiana colonial, cujas práticas socioespaciais mantiveram certa preponderância sobre a vida cotidiana nos espaços livres de uso público, haja vista a frequência de acontecimentos e eventos religiosos associadas a um calendário litúrgico, a exemplo das procissões sujeitas a datas, horários, procedimentos e condutas advindos do controle normativo por parte dos bispados e arcebispados (MARX, 2003)<sup>109</sup>. Sendo assim, segundo o autor, ruas e largos serviram a aspectos não só de circulação e acesso, mas àqueles relacionados ao poder religioso, onde ruas estratégicas para eventos tendiam a maior controle e atenção das autoridades. Aos poucos, do sagrado ao profano, tais práticas foram se alterando, marcando a laicização da vida pública.

### 1.3.1.2 A rua e o largo colonial brasileiro

As vias são canais de circulação (LYNCH, 2007), elementos facilmente identificáveis que ordenam a disposição dos quarteirões, conectam os vários espaços da cidade e se configuram, de acordo com Lamas (2011), em diferentes níveis e escalas, da avenida à via de pedestre. Para além de um aspecto mais morfológico, muitos autores defendem a redescoberta das ruas como espaço social e conector (ao invés de divisor) de elementos que pertencem à coletividade, enfatizando sua possível associação com a qualidade da vida urbana (CARMONA et al., 2010).

---

<sup>109</sup> Há registros em São Paulo das exigências de caiação de casas e muros, decoração de portas janelas e balcões, revestimento do leito com ramos e folhas e ornato dos frontispícios/autoridades na ocasião da procissão de Corpus Christi. Neste contexto, determinadas ruas recebiam atenção e controle maior por parte das autoridades (MARX, 2003).

Os trabalhos desenvolvidos por Carlos Dias Coelho e sua equipe despontam importantes contribuições para o estudo deste elemento morfológico<sup>110</sup>: a rua é considerada como [...] “qualquer elemento do espaço público da cidade que constitua um canal ou corredor [...], elemento morfológico linear e contínuo do espaço público da cidade, ao mesmo tempo percurso e morada, itinerário e lugar” (PROENÇA, 2018, p. 101)<sup>111</sup>. Isso confere à rua vocação para além de seu peculiar aspecto físico de “sulco”.

Já, a “praça pública” associada à presença de estruturas religiosas independentes, até este momento entendida como largo, distingue-se, morfológicamente, de espaços canais formados pelas ruas, mas assume com ela papel importante na articulação da organização e crescimento urbanos (DIAS COELHO; LAMAS, 2007). De acordo com Dias Coelho, especificamente em relação à identidade formal a partir da articulação da praça com o tecido urbano, há três condições possíveis: como elemento gerador do traçado, como elemento articulador de dois tecidos ou como elemento sobreposto ou mesmo autônomo a partir de uma estrutura urbana precedente (DIAS COELHO; LAMAS, 2007; DIAS COELHO, 2013). Sob esse aspecto, é válido mostrar a função de articulação que praças e ruas/avenidas/eixos, ou seja, elementos de relevância urbana no tecido são capazes de desempenhar, sem necessariamente pertencer a nenhum dos tecidos existentes (Figura 22).

Figura 22 - À esquerda, tecidos homogêneos e à direita, elementos urbanos excepcionais de articulação da área central de Lisboa



Fonte: Dias Coelho, 2013

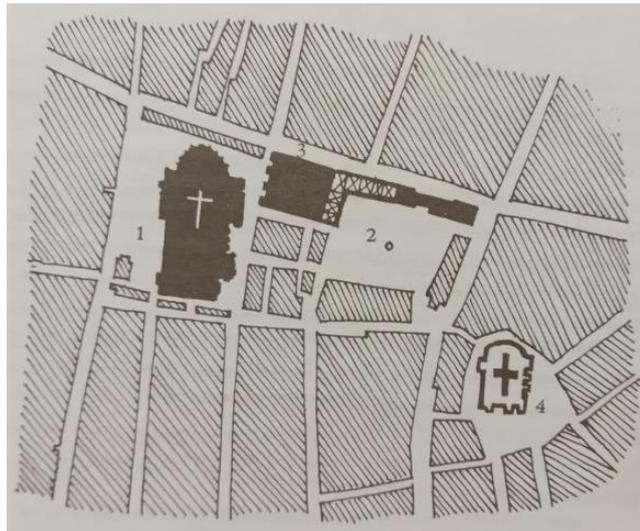
<sup>110</sup> Tais estudos desenvolvidos pelo grupo de investigação FORMA URBIS Lab, em Portugal, apontam três grandes famílias de toponímias para as denominadas “ruas” a partir de uma metodologia desenvolvida e aplicada para a cidade de Lisboa: os tipos geo-toponímicos relacionados à posição geográfica (a exemplo de alto, costa e esplanada); os tipos funcio-toponímicos com origem na função urbana (a exemplo de avenidas, cais, passeio e travessa) e os tipos morfo-toponímicos cuja origem provém da forma (a exemplo de beco, boqueirão, alameda, rua, calçada, cunhal e escadaria).

<sup>111</sup> O autor faz parte da equipe coordenada por Carlos Dias Coelho no FORMA URBIS Lab, em Portugal.

Para Teixeira (2012), nos pontos de inflexão associados aos edifícios singulares se implantaram espaços urbanos com características de centralidade a partir do qual definiam o traçado das ruas e dos quarteirões e se estruturava todo o plano da cidade<sup>112</sup>. Tal constatação confere ao conjunto largo/edifício singular peculiar relação como elemento gerador do traçado urbano.

Os largos<sup>113</sup> eram espaços secos, se assemelham ao conceito de praça europeia e apresentavam características irregulares, singelas e articuladas a uma trama viária modesta (ROBBA; MACEDO, 2010). Para Marx (1980, p. 43) “os largos são uma continuação das ruas, um determinado trecho e momento seu diante das construções mais significativas, o seu clímax, [...] polos de atração e de densificação do tecido urbano” (ROSSA, 2002, p.228) (Figura 23).

Figura 23 - Centro de uma cidade medieval (Lübeck, na Alemanha) composto por quatro elementos morfológicos característicos das cidades medievais e portuguesas: o largo e a Igreja (1 e 4), a praça de mercado com a municipalidade (2) e a rua que passa tangente ao largo e à praça (3)



Fonte: Benevolo (2005)

Por mais que as práticas socioespaciais religiosas fossem relevantes e frequentes, os espaços livres públicos também acolhiam outras variadas e animadas práticas que não se restringiam ao limite físico da igreja, tampouco do largo. Além disso, não evidenciavam exclusivamente atividades religiosas.

<sup>112</sup> Segundo Vasconcelos (2009), os prédios da principal ordem religiosa, a dos jesuítas, assim como as irmandades de maior prestígio como as da Santa Casa de Misericórdia e as ordens terceiras de São Francisco e do Carmo e seus conventos, geralmente tinham localização central. Já, as irmandades de pardos e negros ficavam situadas nas imediações do centro, ou seja, nas periferias imediatas das áreas centrais.

<sup>113</sup> Também denominados de adros quando fronteiros às Igrejas.

A prática da religião saiu das igrejas e ganhou os seus adros e as ruas<sup>114</sup> mais distantes. Envolveu a cidade como festa pública, acontecimento social e manifestação de arte. Teve nos autos-da-fé, num certo período, e nas procissões, ainda vivas, manifestações típicas, correspondentes às imagens dos santos que permanentemente zelavam as ruas. Esse transbordar do rito religioso por todo o espaço público da cidade tinha grande alcance político - sociocultural (MARX, 1980, p. 95).

Outro fator positivo refere-se à apropriação associada dos que ali praticavam suas atividades cotidianas acolhidas, simultaneamente, pela vida sacra e mundana, civil e militar e abarcando todos os elementos da estratificação social<sup>115</sup>.

[...] era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial (MARX, 1980, p. 22)

Interessa destacar que a circulação urbana na ocasião se caracterizou pela fluidez democrática do referido espaço público, não só devido à ausência de elemento de segregação do pedestre, como passeios, mas também pela ocorrência de apropriações diversificadas o que reforça seu sentido de centralidade urbana, aqui entendido sob o aspecto geométrico, funcional e das apropriações de ordem inclusiva (Figura 24).

Figura 24 - Rua da Direita no Centro do Rio de Janeiro e sua vida cotidiana no século XIX retratada por Johann Moritz Rugendas (à esquerda) e por Félix-Émile Taunay (à direita)



Fontes: Rio de Janeiro (2018); Pinacoteca de São Paulo, *apud Google Arts & Culture* (2018)

<sup>114</sup> A extensão das atividades religiosas para além das igrejas propriamente ditas chegou a ser proibida no Brasil holandês e gerou conflitos entre irmandades em Minas Gerais (MARX, 1980).

<sup>115</sup> Neste ponto, para além das características morfológicas semelhantes entre a forma de origem dos núcleos urbanos medievais europeus e a formação das cidades coloniais brasileiras, cabe destacar aspectos distintos no que tange às apropriações de diferentes estratos sociais destes espaços públicos, no caso do Brasil (MARX, 1980).

Neste contexto, que aponta as principais características dos quatro elementos morfológicos à vista dos objetivos da tese, destacam-se cinco apontamentos: (1) a condição de importância dada a sítios alagadiços quando apresentassem, por exemplo, aspectos ligados à boa acessibilidade e possível conexão urbana; (2) a força do conjunto largo - via - edifício singular e religioso em relação dialógica com as práticas socioespaciais, reforçando a condição deste trio morfológico enquanto forma dotada de conteúdo, enquanto espaço da esfera pública e enquanto lugar da vida urbana; (3) a relação de unidade tecidual e identidade deste trio no processo de formação progressiva da aglomeração o qual, provido de forte inserção urbana com intuito polarizador e centralizador, fica sujeito a nortear a hipótese da tese; (4) a condição da capela como edifício singular, não por seu padrão construtivo, mas pela importância simbólica na trama urbana encontrando por meio do poderio religioso sobre o território, uma forma de se expressar e; (5) a condição do trio morfológico como conexão de um sistema maior de rede de espaços livres públicos que parece ter força suficiente para sustentar as práticas diversificadas e próprias do lugar, enquanto atributos da esfera pública ao longo do tempo.

Pois bem, já anunciando o próximo tópico, acrescenta-se a falta de um controle mais rigoroso por parte do Estado sobre a configuração destes espaços públicos, fato que se reverte no caso da reforma das cidades à luz dos ideais republicanos, cujas intervenções vão inaugurar novas práticas socioespaciais principalmente no início do século XX. Na verdade, tal mudança já era sinal do domínio do capitalismo e da burguesia sobre os espaços urbanos, instaurando a separação da Igreja e do Estado e relegando o poder religioso em favor do poder político (VILLAÇA, 2012; ABREU, 2013).

Logo, o advento republicano<sup>116</sup> no final do século XIX retratou a classe burguesa, composta pelas elites econômica e política, como agente em potencial dos desejos sobre as transformações dos centros urbanos de capitais brasileiras. Tais transformações, caracterizadas sobretudo por novas configurações morfológicas, vislumbravam, entre outros aspectos, gradativa reformulação dos espaços livres de uso público, especialmente praças e avenidas.

---

<sup>116</sup> A Proclamação da República no Brasil se deu no ano de 1889, final do século XIX.

### 1.3.2 INSERÇÃO URBANA DAS PRAÇAS PÚBLICAS AJARDINADAS À LUZ DA CIDADE MODERNA

As novas formas de controle social sobre o espaço urbano estão enraizadas no projeto de modernização da Europa que se fortalece no século XIX em decorrência do fenômeno de industrialização, consolidando assim, as bases do capital industrial. Na verdade, a racionalização do processo produtivo associado a avanços da técnica e da ciência estimularam reflexões críticas de vários campos disciplinares<sup>117</sup> que apontaram a grave crise urbana advinda do processo de expansão e crescimento das cidades desencadeadas pela Revolução Industrial<sup>118</sup>.

Tal crise referia-se principalmente aos aspectos de insalubridade, pobreza e funcionalidades incompatíveis frente às novas demandas e exigências da vida moderna e que culminaram, sob o comando da burguesia, em intervenções urbanas bruscas (ou mesmo ideias de cidades utópicas) visando sanear e organizar as cidades (DUARTE, 2006; BENEVOLO, 2005). Além disso, ressalta-se a preocupação da burguesia em relação à ameaça que tal ambiente caótico poderia lhes proporcionar no que se refere a epidemias e doenças contagiosas (BENEVOLO, 2005).

Nestes termos, um exemplo de intervenção urbana de grande envergadura foram os planos do Barão Haussmann para Paris<sup>119</sup> (1853-1870) baseados nos princípios do Higienismo<sup>120</sup> que, ao visar o progresso e adequação urbana aos novos tempos, tenderam a negar a cidade tradicional, disseminar dela os aspectos insalubres e criar uma ampla rede de vias arteriais que seccionaram todo o território da cidade, sobrepondo-se à trama existente (Figura 25).

---

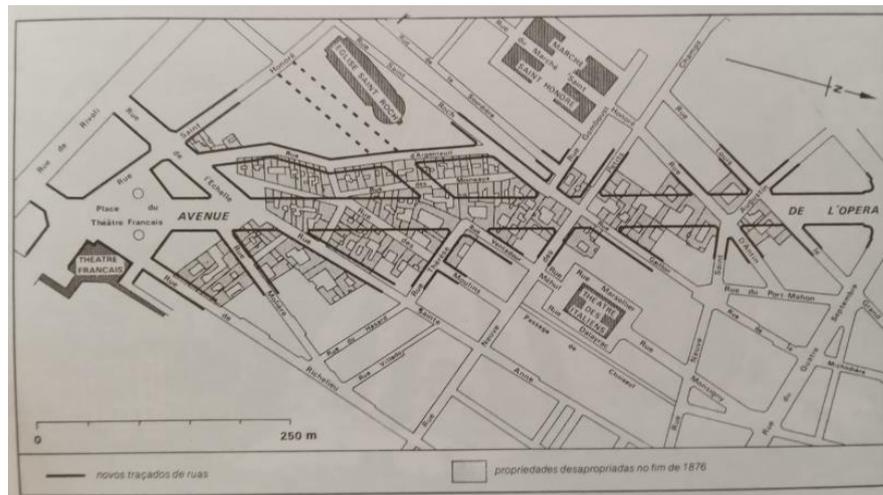
<sup>117</sup> Dentre os campos o autor cita a filosofia, a sociologia, a medicina, a economia e o urbanismo (DUARTE, 2006).

<sup>118</sup> A Revolução Industrial começa na Inglaterra já a partir do século XVIII (HAROUEL, 2004).

<sup>119</sup> O Plano do Barão Georges-Eugène Haussmann para Paris previa, entre aspectos, a inserção de avenidas *boulevares* e de espaços verdes alicerçados em obras de saneamento básico de grande vulto; além da demolição de edificações históricas, construção de edifícios mais altos e de bairros novos destinados à burguesia. Em conjunto, tal contexto acabou por expulsar a população modesta da área central parisiense (HAROUEL, 2004).

<sup>120</sup> Segundo Charles (2016), o Higienismo tem suas origens já no século XIX com os avanços da medicina e grandes revoluções médicas (pasteuriana, freudiana e ambiental) em conjunto com a gradativa transformação dos espaços urbanos e tiveram nos médicos e nos engenheiros agentes propulsores da reorganização das cidades. Em termos aplicativos do princípio Higienista, o autor cita, entre outras intervenções, a do barão Haussmann para Paris que acabou se difundindo inclusive no Brasil.

Figura 25 - Novos traçados de ruas sobre traçado urbano precedente em Paris, com destaque para as propriedades desapropriadas em 1868.



Fonte: Benevolo (2005)

Interessa resgatar alguns apontamentos que Pechman (2002) faz sobre a política urbana pautada pelo Higienismo<sup>121</sup> que, ao procurar suprimir a dimensão histórica da cidade e alavancar nela um modelo marcado por padronização, reduziu-a a preocupações técnico-funcionais as quais, por vezes, ignoravam a topografia e seu papel preponderante nas cidades tradicionais.

Na América Latina, de acordo com Romero (2004), mudanças significativas na fisionomia edilícia e nos costumes e comportamentos sociais inspirados na capital francesa foram observadas nas principais capitais de importância administrativa, política e econômica e que guardavam, simultaneamente o papel de porto, a exemplo de Montevideú, Buenos Aires, Panamá, Havana e San Juan de Puerto Rico e Rio de Janeiro.

Segundo Villaça (1999-2015), este período no Brasil foi marcado, no âmbito do planejamento urbano, pelos planos de melhoramento e embelezamento, que herdaram a forma urbana monumental e destruíram a forma urbana colonial. A reforma urbana do prefeito Francisco Pereira Passos para a capital carioca (1902-1906)<sup>122</sup> é considerada um exemplo

<sup>121</sup> O autor ressalta que o Urbanismo nasce com o Higienismo caminhando entre os campos da medicina (preocupação com as epidemias) e da engenharia (preocupação com solução dos problemas técnicos da cidade). Como ciência da cidade propriamente dita se desencadeia apenas na primeira década do século XX na França e na Inglaterra, com os urbanistas, na ocasião em que aos problemas urbanos se articulam os de ordem social nos parâmetros do denominado urbanismo moderno, que inaugura um novo campo político e novas formas de poder e de dominação. No Brasil, segundo o autor, o grupo hegemônico que arca com os custos dos planos urbanos “via no urbanismo a configuração de um novo campo político, através do qual se faria a atualização das novas formas de dominação” despolitizando, assim, as questões sociais, reduzidas à mera administração da cidade (PECHMAN, 2002, p. 409).

<sup>122</sup> O Rio de Janeiro ainda possuía uma condição colonial-escravista com área central desprovida de um porto moderno e construções suntuosas. Na medida em que o país despontava como maior produtor de café do mundo, a elite econômica e política se viu na necessidade de se criar uma nova capital, símbolo de sua importância (ABREU, 2013). Visando maior desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas,

emblemático e radical e mostrou as necessidades do capital e das classes dominantes de se expressarem, simbolicamente, no (e através do) espaço urbano. Nestes termos, segundo Pechman (2002, p.395) outras questões, para além do embelezamento e saneamento urbanos almejados, foram subjugadas à produção de uma “civilidade higienizada” apoiada na vocação do Rio de Janeiro “para a capitalidade e para o cosmopolismo”.

Nas palavras de Abreu (2013, p. 142) a reforma urbana de Passos foi o “primeiro grande exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais permitiam a presença de pobres na área mais valorizada da cidade”<sup>123</sup>. Ao que parece, a intervenção inspirou diretamente as transformações entre os séculos XIX e XX no Centro da capital capixaba (Figura 26):

O período Passos (aqui incluídas as obras realizadas pela União) foi, pois, um período revolucionador da forma urbana carioca, que passou a adquirir, a partir de então, uma fisionomia totalmente nova e condizente com as determinações econômicas e ideológicas do momento (ABREU, 2013, p. 62).

Figura 26 - Relações morfológicas e de ambiência urbana similares entre a avenida Central (1912), atual Rio Branco, no Rio de Janeiro (à esquerda) e avenida Capixaba (1930), atual Jerônimo Monteiro, em Vitória (à direita)



Fontes: Acervo da Biblioteca Nacional; Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves

a reforma urbana comandada pelo prefeito Francisco Pereira Passos consistiu, entre outras ações, em demolições cortiços, casas anti-higiênicas e quarteirões inteiros, devastamento de morros, desapropriações, reforma de praças e largos, abertura de avenidas e, obras de saneamento básico de grandes proporções. Teve como característica marcante a transformação da forma urbana como solução das contradições vigentes, principalmente em relação ao centro urbano velho, adequando-se às exigências do modo de produção capitalista (ROMERO, 2004; ABREU, 2013).

<sup>123</sup> Tal reforma foi inspirada pelo Higienismo que, no Brasil, segundo Benchimol (1992, p. 115) “organiza-se com o poder político” e foi caracterizado pela medicina social enquanto medicina preventiva, estabelecendo estreita relação com o contexto urbano já que se concentrava no ambiente que o cercava e não no indivíduo e seu corpo. As ações no Rio de Janeiro tinham como foco causas naturais ligadas a peculiaridades geográficas onde pântanos e morros eram condenados devido a fatores como promoção de miasmas e impedimento de ventos, respectivamente. Como solução, aterros e arrasamento de morros foram realizados. Outras causas estavam relacionadas à própria funcionalidade geral da cidade onde habitações coletivas pobres de áreas centrais desprovidas de saneamento e boas condições de iluminação e ventilação foram alvo estratégico.

Vale ressaltar que a sinergia do “novo tempo” rumo ao progresso refletiu como símbolo da vida urbana da era moderna atingindo também mudanças nos aspectos político, sócio econômico e ideológico, para além das transformações urbanísticas (BENCHIMOL, 1992). Esta atmosfera acabou atingindo cidades provincianas, como Vitória, à medida que os meios de comunicação se tornavam mais acessíveis: “Almejava-se também o gênero de vida mundano que os romances e os jornais difundiam, e um certo tipo de anonimato que caracterizava a existência da grande cidade, graças ao qual a vida parecia mais livre e a possibilidade da aventura mais fácil” (ROMERO, 2004, p. 294)

No entanto, a gênese desta intenção remete ao século XVIII quando alguns espaços livres públicos começaram a ser tratados como jardins abertos destinados a um público restrito representado pela nova burguesia que ia se enriquecendo pela exportação de café. O Passeio Público do Rio de Janeiro foi o primeiro jardim urbano construído no Brasil pelos portugueses (1779-1783)<sup>124</sup> diferenciando-se daqueles espaços livres públicos típicos do período colonial. Na medida em que a capital carioca despontava como cidade de importância econômica, sua reforma em 1862 foi embalada pelos hábitos culturais europeus, que passaram a ser incorporados, gradativamente, às praças, avenidas, passeios e jardins (MACEDO, 2003).

### 1.3.2.1 O sítio físico

No processo de transformação da cidade colonial para a cidade moderna, o polo de crescimento a partir da morfogênese<sup>125</sup> ficou marcado no tecido como “um lugar singular, um local de concentração que indicava à acumulação histórica, o valor comercial, a carga simbólica” (PANERAI, 2014, p. 62). Com isso, os processos de remodelação urbana eram alavancados pelo destaque dado aos monumentos e espaços públicos já existentes.

Percebe-se ainda que tal transição, na esfera da passagem do largo em praça, se dá a partir de uma mesma localização geográfica, observada em vários exemplares país afora, inclusive em Vitória. Tal fato exhibe a importância das inserções urbanas pré-existentes e, ao

---

<sup>124</sup> Segundo os autores, o Passeio Público do Rio de Janeiro representa uma geração de espaços públicos ajardinados que floresceram ao longo do século XVIII, inspirados em modelos europeus. Devido à ausência de hábito brasileiro em se frequentar jardins públicos, esteve por aproximadamente 80 anos sem uso e mal conservado até ser reformado em 1862. Segundo Marx (1980), ele foi inaugurado logo depois do Passeio Público de Lisboa em 1764, este concebido como parte da reconstrução da capital do reino.

<sup>125</sup> A morfogênese refere-se à origem da forma, própria dos centros históricos dotados de maior historicidade, como é o caso do Centro de Vitória (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). Segundo dicionário aplicado por Conzen (1969-2022) o termo refere-se ao estudo do processo morfológico da paisagem sustentado por atributos funcionais, ambientais e humanos ao longo do tempo.

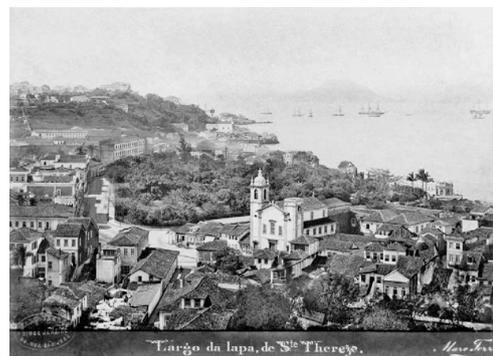
que tudo indica, já estratégicas, conforme elaboração inicial da hipótese da tese aqui apresentada. Notável contribuição neste sentido é endossada a partir da abordagem de Marx (1991, p. 13):

Quando se acentua a secularização e quando advém com a república a separação da Igreja e do Estado, a presença decisiva e a grande influência dos estabelecimentos eclesiásticos não desapareceram, embora tendam a arrefecer ainda mais. Perdem, com muitas funções e prerrogativas, a importância relativa, mas não podem perder sua posição geográfica eminente, sua privilegiada localização urbana, a significação de seus adros no tecido urbano, bem como das ruas que levam até eles. Nem diminui o valor dos lotes privilegiados a sua volta, ou a excelência do casario vizinho, que provavelmente vai logo sucumbir para que outras construções maiores e mais sofisticadas acompanhem de perto a moda arquitetônica ou a tendência dos negócios na cidade.

Tendendo ao comportamento em relação às adaptações ao sítio físico, Fernandes (2013) salienta que as operações urbanas entre os séculos XIX e XX, quando na ocupação dos fundos de vale que se relacionam aos principais caminhos preexistentes, por exemplo, usavam uma mesma lógica de organização para o suporte estrutural da composição urbana.

O exemplo do Passeio Público do Rio de Janeiro no que tange aos aspectos do paisagismo parece responder a dois critérios importantes na concepção de espaços públicos posteriores, inclusive em Vitória: a procura por terras firmes em sítios marcados por áreas alagadas e pantanosas e não propícias à construção e arruamentos (MARX, 1980), e o surgimento, a partir de então, de locais desenhados para a apreciação da paisagem marítima.

Figura 27 - À esquerda, aspectos do acesso ao Passeio Público pintado por Karl Wilhelm von Thiermin, em 1835. À direita, a relação entre a implantação do Passeio Público do Rio de Janeiro e a paisagem marítima, com destaque também para o Largo da Lapa, em 1885



Fontes: Enciclopédia Itaú Cultura (2021); Acervo Instituto Moreira Salles (*apud* ARAGÃO; SANDEVILLE JÚNIOR, 2012)

Com isso, pode-se pressupor que a adaptação ao sítio físico precedente assim como a localização dos edifícios singulares e seus espaços fronteiriços foram incorporadas às novas transformações, mesmo diante de processos de aterros de grande vulto ou de novas

concepções ideológicas, conferindo à inserção urbana pretérita caráter estratégico e de continuidade. Ademais, houve uma preocupação paralela por espaços livres dotados de vegetação que se articularam, sob viés estratégico de inserção, ao traçado que estava sendo implantado, na ocasião.

### 1.3.2.2 O edifício singular

Em relação a este período de transição entre os séculos XIX e XX, Marx (1980) salienta que, nas cidades brasileiras no início da República, com o Estado separado da Igreja; os prédios públicos voltados à educação e à cultura tiveram amplo significado político, econômico e social como importante marco do viver urbano e da relação entre o homem e seu tempo livre. Os teatros, por exemplo, eram considerados “pontos de honra da cultura urbana” (1980, p.82), principalmente das elites das capitais (Figura 28). Ao que se observam, tais construções emolduraram o papel cultural e elitizado da inaugurada concepção de praça eclética. Além dos teatros e das praças ajardinadas, novas construções e práticas foram incorporados ao estilo de vida vindouro e enaltecido pela nova burguesia embalada na Belle Èpoque<sup>126</sup> como clubes, restaurantes, cafés e passeios de coches (ROMERO, 2004).

Figura 28 - Teatro da Paz na praça da República, em Belém do Pará



Fonte: IPatrimônio, 2022

<sup>126</sup> Segundo o autor, este estilo de vida foi terminando depois da Primeira Guerra Mundial.

De acordo com Villaça (2012, p. 107), a mudança é evidenciada em usos “ideológico e simbólico (monumentalidade)” dos centros urbanos, que encontram na arquitetura suntuosa<sup>127</sup> e nos generosos espaços públicos associados a amplas perspectivas visuais, uma forma de exaltação do poder (ROMERO, 2004; VILLAÇA, 2012). Neste processo, muitas construções foram demolidas, principalmente aquelas de caráter mais singelo ou que ameaçavam, sob o ponto de vista da salubridade, a vida da cidade ou as intenções subjacentes à expansão urbana.

Em relação às residências, o novo momento inaugurou um desprestígio dos velhos hábitos de construir e habitar<sup>128</sup>. A inspiração no ecletismo com apoio das massas imigradas acaba embasando as novas construções ou mesmo viabilizando adaptações ecléticas às fachadas dos casarios existentes, dotando-o de nova “roupagem”<sup>129</sup>. Neste caso, a nova arquitetura inserida sobre o mesmo parcelário colonial<sup>130</sup> revela a persistência do modelo de implantação típico da urbanística portuguesa no início do século XX<sup>131</sup> (REIS FILHO, 2010), mesmo diante de mudanças significativas nas vias e quarteirões.

Quanto aos monumentos, Rossi (2001) sugere que se portam como catalizadores da evolução urbana e que tal atributo pode ser aplicado na escolha pela potencialização da importância de um determinado lugar:

Os elementos primários não são apenas monumentos, como não são apenas atividades fixas; num sentido geral, são aqueles *elementos capazes de acelerar o processo de urbanização* de uma cidade e, referindo-os a um território mais vasto, elementos caracterizantes dos processos de transformação espacial do território. Eles agem frequentemente como catalisadores. Originalmente, sua presença só se pode identificar com uma função (e, nesse caso, coincidem com as atividades fixas), mas logo se elevam a um valor mais significativo. Nem sempre, contudo, são fatos físicos, construídos, detectáveis: podemos considerar, por exemplo, o lugar de um acontecimento que por sua importância deu lugar a transformações espaciais (ROSSI, 2001, p. 116-117).

---

<sup>127</sup> Para Rossi (2001, p. 142), “Os monumentos são pontos de referência da dinâmica urbana”.

<sup>128</sup> Segundo Reis Filho (2010), surge, paulatinamente a partir da segunda metade do século XIX, uma tipologia arquitetônica que irá substituir o beiral por platibandas, calhas ou condutores, com inserção de vidros nas fachadas. Com a proclamação da República e o fim da escravidão, a inspiração no ecletismo com apoio das massas imigradas foi aos poucos mudando a forma de implantação no lote, passando a conter afastamentos laterais e frontais, principalmente a partir de 1914 (1ª Guerra Mundial).

<sup>129</sup> Tal fato foi observado, por exemplo, em Vitória, onde construções já existentes foram apenas remodeladas em suas fachadas para se adaptarem ao novo momento (PRADO, 2002).

<sup>130</sup> O modelo era caracterizado pela construção no alinhamento da rua e sem afastamentos laterais em lotes estreitos e profundos (REIS FILHO, 2010).

<sup>131</sup> Segundo Reis Filho (2010), apenas a partir de 1914 as transformações nos modelos de implantação do lote foram mais significativas.

Neste contexto à mercê de grandes intervenções e consequentes desapropriações, o sistema de terras não seria mais feito pela concessão do Estado, mas pelo regime de compra e venda<sup>132</sup>, pela oportunidade do negócio particular, pela valência do lucro.

A formação, a conformação e a transformação de nossas cidades refletem também certo tipo de apropriação do solo, que se impôs logo no início, pendurou por mais de três séculos e se exauriu, ou foi substituído por outro, ao longo do século XIX. Da concessão das terras da Ordem de Cristo, da Coroa, passou-se ao regime da compra e venda. Do grande concessionário de latifúndios ou do pequeno de chãos citadinos alcançou-se o humilde ou o soberbo proprietário. O surgimento da rede urbana e de cada um de seus elos dependeu do sistema sesmarial e, agora, de sua recente superação. O tecido urbano, não somente viário, mas antes parcelar, expressou a antiga e a nova maneira de domínio fundiário. O evoluir de cada centro e de todos em conjunto exprime essa ruptura crucial (MARX, 1991, p. 136)

Neste novo momento, o poder público se tornou também proprietário e fiador embalado pelas leis de mercado. Com a fragilização da Igreja sobre as decisões do tecido urbano, a capela foi deixando de ser uma forma de acesso à terra, passando a ser contextualizada apenas por razões espirituais e assistenciais (MARX, 1991), ou mesmo sendo acometida por demolições, conforme ocorreu em Vitória.

### 1.3.2.3 A rua e a praça ajardinada brasileira

A praça ajardinada e as ruas que irão margeá-la surgem nas áreas centrais e bairros de elite no momento de transição entre o modelo de urbanização colonial e o modelo de cidade moderna, ou seja, entre os séculos XIX e XX<sup>133</sup>. Segundo Macedo (2003), este movimento marca o momento do Ecletismo no Brasil<sup>134</sup> e a busca por padrões europeus dos jardins ingleses e franceses, aqui adaptados em menor proporção devido à impossibilidade de recursos, mas que se disseminaram entre as principais cidades brasileiras.

Em termos morfológicos, largos e ruas coloniais foram sendo aos poucos descaracterizados e acometidos por processo de redesenho, enaltecido pela retidão das formas, correção do curso das ruas e do contorno dos largos, inserção de vegetação e de inéditos

<sup>132</sup> A Lei de Terras de 1850 regeu as questões de compra e venda para se obter e transmitir a terra e o conceito de propriedade privada (MARX, 1991).

<sup>133</sup> Segundo Robba e Macedo (2010), as praças ajardinadas e bastante arborizadas foram inseridas no país no último quartel do século XIX e principalmente com o advento da República.

<sup>134</sup> De acordo com Macedo (2003, p. 30) o Ecletismo é uma “linha de projetos da arquitetura paisagística brasileira [...] que engloba desde os jardins do final do século XVIII até as grandes praças ajardinadas construídas nas primeiras décadas do século XX”, caracterizando-se pela adaptação a vários estilos e influências.

mobiliários urbanos em um cenário ajardinado e paisagístico até então não presenciados (ROBBA; MACEDO, 2010) (Figura 29).

Figura 29 - Praça da República, no Recife (PE) apresentando características da praça ajardinada



Fonte: Robba e Macedo (2010)

Um ponto importante desta nova conformação de praça refere-se à alteração que ela promove nos largos que passam a exercer função de passeio, convivência social e contemplação da natureza, ainda que processada e humanizada. Estabeleceu-se, assim, um padrão de modernidade urbana e de qualidade do espaço livre, cujas práticas inseridas passaram a receber regras de condutas e comportamentos rígidas e hierarquizadas, inaugurando uma forte tendência à exibição pública e enaltecimento/ostentação do poder pela elite burguesa (ROBBA; MACEDO, 2010; MACEDO, 2003) que foram subsidiados por processos de segregação socioespacial oportunos ao momento promissor (BENCHIMOL, 1992)<sup>135</sup>.

Neste contexto, na opinião de Carmona *et al.* (2010), a vida urbana se fragilizou com a importância dada aos veículos, especialmente o automóvel, trazendo alterações significativas na circulação urbana (DUARTE, 2006; CARMONA et al 2010). Na verdade, tal momento inaugurou a presença de calçadas e eliminou das ruas, o pedestre, impondo altas velocidades no fluxo, fato que muito difere da cidade tradicional marcada pela mobilidade natural e lenta dos corpos humanos e forças de tração animal (DUARTE, 2006).

<sup>135</sup> Sob este ponto de vista, interessa apontar o exemplo da construção da avenida Central no Rio de Janeiro, cuja intenção não era apenas favorecer a mobilidade mas também proceder a remoção da população empobrecida e de ambulantes nas vias e calçadas (BENCHIMOL, 1992).

Enfim, nessa abordagem que mais uma vez aponta as principais características dos quatro elementos morfológicos à vista das transformações do largo colonial em praça pública, destacam-se quatro apontamentos: (1) O forte papel do Estado sobre o urbano e suas transformações associados às novas condições sociais, econômicas, políticas e ideológicas que encontraram no argumento das transformações morfológicas e estéticas inadiáveis, uma maneira de reorganizar a cidade segundo preceitos de segregação socioespacial e acumulação do capital; (2) possíveis relações com parâmetros de centralidade diante da persistência de certos elementos no contexto da inserção urbana; (3) a forte importância que a inserção dos largos coloniais já apresentava antes de sua transformação em praça pública e, (4) a condição de legibilidade urbana dada pela permanência de um trio morfológico, mesmo com nova roupagem: praça - via - edifício singular e cultural.

## CAPÍTULO 2 - ESTUDOS DA FORMA URBANA

### 2.1 Geografia Histórica e Morfologia Urbana: aproximações e apontamentos

Reconhecida e legitimada como um campo da Geografia, a Geografia Histórica tem se posicionado com grandes perspectivas de investigação sobre o objeto geográfico e com forte relação com os estudos da Forma Urbana como procedimento metodológico investigativo, haja vista a condição do fator tempo como fio condutor de análise em ambos os casos. Nestes termos, pretende-se expor as principais abordagens destes dois campos temáticos no sentido de estabelecer, entre os mesmos, relações de proximidade e complementariedade.

#### 2.1.1 BREVE CONTEXTO SOBRE A GEOGRAFIA HISTÓRICA

Segundo Maia (2019), as relações entre Geografia e História foram relatadas por vários estudos já no início do século XX sem pretensão de se estabelecer, na ocasião, uma subárea do conhecimento<sup>136</sup>. Para a autora, o parâmetro para o entendimento da ideia central da pesquisa em Geografia História está baseado na obra do geógrafo Willian Norton, intitulada “*Historical analyses in Geography*”. Tal obra ressalta o percurso da Geografia Histórica relacionado com os estudos da transformação da paisagem e da evolução das formas espaciais destacando três perspectivas de abordagens: o estudo do passado, o estudo das mudanças ao longo do tempo e do passado no presente. Nesses termos, vale ressaltar as considerações de Santos (1996) quando diz que cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do “então” presente, assegurando, assim, a importância da análise dos processos históricos e do próprio tempo.

No Brasil, estudos mais recentes publicados, sobretudo pela Universidade Federal da Paraíba, posiciona a Geografia Histórica entre dois campos de pesquisa: a Geografia Histórica Urbana e a Geografia Histórica Territorial. Com estas possibilidades de escala, ou seja, da intra-urbana à interurbana, tal campo do conhecimento compõe uma diversidade temática e de concepções teórico metodológicas, conservando como principal foco de pesquisa o estudo da paisagem. No entanto, conforme ressalta Maia (2019), é a dimensão temporal e sua importância que lhe dão qualidade diferencial na perspectiva histórica.

---

<sup>136</sup> Segundo a autora, os geógrafos precursores da Geografia Urbana foram Carl Sauer, Andrew Clark e H. C Darby.

Há de se ressaltar o papel do passado nos estudos geográficos, passando necessariamente pela relação entre o espaço e o tempo que pressupõe, segundo Santos (1996, p. 33) a indissociável presença da materialidade.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. Assim empirizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade.

As relações dependentes entre espaço e tempo acabam reafirmando as relações entre Geografia e História. Assim sendo, o grande desafio da Geografia Histórica, segundo Santos (1996, p. 31), é o de discernir, “o que, num dado ponto do passado, era, então, o presente”. Para Abreu (2000), as análises restritas ao tempo presente<sup>137</sup>, conceitualmente defendidas por muitos geógrafos, implicam no empobrecimento da própria Geografia que pode recorrer ao tempo para apreensão do espaço geográfico e da própria realidade.

A Geografia Histórica dialoga sobretudo com a História Urbana, não deixando de considerar a História do Urbanismo e da Urbanização como pertencente a este panorama (MAIA, 2019). Neste sentido, Rossa (2002) ressalta o alicerce científico que tem sido construído por geógrafos, arquitetos e historiadores sob o ponto de vista dos estudos da História do Urbanismo das cidades que vai além da evolução das formas espaciais - a morfologia urbana - considerando os conteúdos culturais e seus significados<sup>138</sup>.

Dado o exposto, ressaltam-se alguns conceitos básicos a partir da obra de Milton Santos que passam necessariamente pela compreensão do espaço geográfico, entendido como conjunto indissociável de sistema de objetos e de ações, conforme já comentado anteriormente, que podem ser interpretadas a partir de diferentes escalas capazes de considerar, simultaneamente, relações entre passado, presente e futuro. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p. 39).

---

<sup>137</sup> Considerar passado, presente e futuro como categorias eminentemente sociais sujeitas à análise de qualquer área do conhecimento, cabe também à Geografia (SANTOS, 1996).

<sup>138</sup> Levando em consideração a aderência temática entre vários campos do conhecimento acerca das relações entre espaço e tempo, há de se ressaltar que a riqueza do debate não está em escolha de um ou outro campo de abordagem que trata dos estudos históricos, mas naquilo que os mesmos produziram como entendimento sobre as formas espaciais associadas aos processos de produção do espaço ao longo do tempo.

Nestes termos, a ênfase recai sobre as quatro categorias de análise de Santos (1996) que, tomadas em conjunto, constituem a base teórica metodológica para discussão dos fenômenos espaciais em sua totalidade: forma, função, estrutura e processo: interdependente se inseparáveis, o autor ressalta a importância do tempo (processo que indica o movimento do passado ao presente) como variável imprescindível para compreensão evolutiva da organização espacial. Em relação especificamente à forma, para além do aspecto visível, é entendida como forma-conteúdo, repleta de significados e sujeitas a mudanças estruturais ao longo do tempo. Assim sendo, as formas não existem por si só e resultam de dinâmicas e lógicas que são ao mesmo tempo espaciais e temporais. Paralelamente, nota-se que os conceitos de função e estrutura<sup>139</sup> também se enquadram como parâmetros de abordagem pertinentes dados os campos temáticos escolhidos.

Abreu (2000) considera que tais relações indissociáveis sejam capazes de dinamizar e transformar o espaço físico das cidades por meio de processos regidos pela ação do tempo, com ajustes metodológicos e em diferentes escalas: “fazer geografia é, portanto, ser capaz de sintetizar esse conjunto indissociável numa determinada extensão, que pode ser o mundo, o Estado-Nação, a região, ou o lugar”, cuja associação com o passado pressupõe ajustes metodológicos (ABREU, 2000, p. 16).

Sob o ponto de vista metodológico e considerando as experiências empíricas, os estudos dos geógrafos Maurício de Abreu, para o Rio de Janeiro, e Pedro Vasconcelos, para Salvador, são considerados referências da Geografia Histórica no Brasil (MAIA, 2019)<sup>140</sup>. Para além do tradicional aporte metodológico descritivo da evolução urbana da cidade, os autores usam uma abordagem que discute a relação espaço e tempo e o papel do espaço socialmente produzido em perspectiva histórica, conforme será retratado adiante.

## 2.1.2 BREVE CONTEXTO SOBRE OS ESTUDOS DA FORMA URBANA

A análise inicial aqui exposta pretende apresentar, de forma sucinta, aspectos do vínculo da Morfologia Urbana com a Geografia, passando pelos antecedentes históricos que marcaram o apontamento de quatro abordagens morfológicas a nível internacional. Além

---

<sup>139</sup> O conceito de função refere-se ao papel ou tarefa a ser desempenhado pela forma. Já, o conceito de estrutura refere-se à organização e inter-relação entre os objetos que vai além de uma exterioridade imediata, combinando aspectos específicos que por meio de condicionantes próprios definem as relações entre os objetos presentes (SANTOS, 1996).

<sup>140</sup> Os professores Maurício de Abreu e Pedro Alcântara de Vasconcelos são considerados expoentes da Geografia Histórica no Brasil, não deixando de destacar as contribuições de Milton Santos nas questões que alicerçam conceituações acerca da relação entre tempo e espaço, entre História e Geografia (MAIA, 2019).

disso, discorre sobre aspectos conceituais que envolvem os estudos da Forma Urbana e suas possibilidades investigativas a partir de processos morfológicos. Para tanto, é interessante ressaltar a princípio que, ainda não há definições consensuais entre as expressões “morfologia urbana” e “forma urbana” existindo aí uma lacuna conceitual (OLIVEIRA, 2016; 2014; COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). A morfologia urbana restringe-se ao objeto estático, na identificação e descrição das formas visíveis. Já, o que se denomina estudo da forma urbana refere-se àquele aplicado aos seus elementos, por meio da compreensão do processo temporal que os constituíram (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015), termo mais apropriado diante do objetivo geral da referida tese.

Assim sendo, segundo Holanda *et al.* (2000, p. 11) “a diversidade de questões em relação à forma urbana indica a pluralidade de aspectos pelos quais se pode compreender a cidade, qualificando-a como um fenômeno que admite vários olhares” (HOLANDA *et al.*, 2000, p. 11). Um destes olhares vem dos três princípios no qual a análise morfológica se ancora, segundo Moudon (2015), quais sejam: a forma, a resolução e o tempo, assim compreendidos: (1) a forma se constitui por três elementos físicos fundamentais: os edifícios, as parcelas e as ruas; (2) a forma urbana pode ser apreendida em diferentes níveis de resolução, ou seja, da parcela à região, passando pela rua e pela cidade, o que implica em diferentes possibilidades escalares investigativas e, (3) a dimensão histórica é intrínseca aos processos de compreensão da forma urbana, já que se transformam. Tais princípios são defendidos por Oliveira (2018a) como aqueles de caráter comum a todos os estudos relacionados à Forma Urbana.

#### 2.1.2.1 Antecedentes contextuais associados à Geografia e as principais abordagens morfológicas a nível internacional

O termo morfologia enquanto estudo da forma surge pela primeira vez no campo da biologia na virada do século XVIII para o século XIX por Wolfgang Von Goethe, escritor e pensador alemão (OLIVEIRA; MONTEIRO, 2014)<sup>141</sup>. Um século depois, o termo passou a ser usado também nos estudos de áreas urbanas por geógrafos alemães. No entanto, a Morfologia Urbana teve seus primórdios vinculados à Geografia Alemã no final do século XIX (HOFMEISTER, 2004; WHITEHAND, 2001), tendo como um dos principais expoentes a Escola de pensamento Conzeniana.

---

<sup>141</sup> Em meados do século XIX o termo “morfologia” também foi apropriado pela linguística como estudo das formas das palavras de uma língua em diferentes usos e construções (LAROCA, 1994).

Assim, foi em meados do século XX que arquitetos italianos e geógrafos ingleses representados, sobretudo e respectivamente por Saverio Muratori - representante da Escola Italiana de Morfologia cujos estudos pautaram-se na abordagem tipo-morfológica e Michael Robert Gunter Conzen - representante da Escola Inglesa de Morfologia Urbana cujos estudos embasaram-se na abordagem histórico-geográfica; produziram uma série de trabalhos na área, que acabaram inspirando inúmeros outros estudiosos. Na verdade, “A força dos ensinamentos de Conzen e Muratori atraiu seguidores<sup>142</sup> que perceberam a importância de capturar aquilo que os mestres chamavam de *genius loci*<sup>143</sup> e as singulares capacidades mnemônicas da cidade enquanto palimpsesto<sup>144</sup> cultural” (MOUDON, 2015, p. 42).

No final do século XX os arquitetos ingleses introduzem a sintaxe espacial, uma nova forma de abordagem morfológica. Já, no século XXI, geógrafos e urbanistas ingleses lançam a análise espacial incluindo GIS e modelo celular autônomo para compreensão das formas urbanas (KROPF, 2009)<sup>145</sup>. Exposto o panorama inicial das quatro principais abordagens morfológicas dominantes no debate internacional<sup>146</sup>, desenvolvidas e aplicadas ao estudo da forma física das cidades, interessa o resgate do vínculo que a morfologia estabelece com a Geografia Alemã. Assim sendo, Hofmeister (2004) identifica quatro períodos na Geografia

<sup>142</sup> Muitos estudiosos difundiram tais estudos assegurando o legado destes dois teóricos, tendo como referências, respectivamente, o geógrafo e professor Jeremy Whitehand que fundou em 1974 o importante Grupo de Pesquisa em Morfologia Urbana na Universidade de Birmingham, na Inglaterra; e o arquiteto italiano Gianfranco Caniggia, na Itália (MOUDON, 2015).

<sup>143</sup> *Genius loci* é uma palavra de origem latina que expressa “o espírito do lugar”. Segundo Rossi (2001, p. 147) “A escolha do lugar tanto para uma construção como para uma cidade tinha um valor preeminente no mundo clássico: a “situação”, o sítio, era governado pelo “genius loci”, pela divindade local, uma divindade de tipo intermediária que presidia tudo o que ocorria naquele lugar”.

<sup>144</sup> Este termo (palimpsesto) será explicado na sequência.

<sup>145</sup> Já, Moudon a partir dos trabalhos seminais de Conzen e Muratori e com um viés geopolítico, aponta a existência de três escolas, a saber: a italiana e a inglesa (também contempladas por Kropf), e a Escola Francesa a qual emergiu no final de 1960 com a fundação da Escola de Arquitetura de Versalhes pelos arquitetos Philippe Panerai e Jean Castex que buscou aproximações com críticos como o sociólogo Henri Lefebvre (MOUDON, 2015).

<sup>146</sup> Para além das quatro abordagens mais difundidas e considerando a complexidade, polissemia e os diversos aspectos de apreensão da forma urbana, os apontamentos de Levy (2021) categorizam cinco abordagens distintas e interdependentes, capazes de se articular para produzir análise da forma unitária global. São elas: (1) Forma Urbana como **forma da paisagem urbana** visível, com destaque para os estudos da tridimensionalidade, da materialidade plástica, dos edifícios e espaços públicos, a exemplo dos estudos de Cordon Cullen (1961), Kevin Lynch (1960) e Camilo Sitte (1889); (2) Forma Urbana como **forma social**, com destaque para a divisão social da cidade vinculados à aspectos socioeconômicos, aspectos demográficos e da distribuição das atividades e funções na cidade, a exemplo dos estudos de Conzen (COZEN, 1969 - 2022), que tratam da análise dos tecidos e funcional do solo; (3) Forma Urbana como **forma bioclimática**, onde o espaço urbano é estudado em sua dimensão ambiental, a exemplo de microclimas, tipos de tecidos, relevo, água, vegetação, orientação solar e suas associações com significados de natureza física e cultural, a exemplo de estudos de Escourrou (ESCOURROU, 1980, 1991); (4) Forma Urbana como **forma dos tecidos urbanos** na sua inter-relação com seus elementos constituintes, a exemplo dos estudos de Panerai (PANERAI; LANGÉ, 2001) e Aymonino (AYMONINO, 1977) e, (5) Forma Urbana como **forma de contornos urbanos** que refere-se à forma geométrica do plano da cidade (plano orgânico/geométrico/ortogonal/radio concêntrico) e seus significados, baseado sobretudo nos estudos de Lavedan (LAVEDAN, 1926, 1941 e 1952).

Alemã que bem elucidam as abordagens sobre Morfologia Urbana entre 1880 e meados do século XX, despontando em sua repercussão para além da Alemanha.

O primeiro período, entre 1880 e 1890, nos parâmetros da Geografia Humana, foi o momento em que os geógrafos estavam preocupados na localização das cidades e as razões que a justificassem, tendo como principal expoente o geógrafo Friedrich Ratzel. O segundo período remete aos anos entre 1890 e 1928 e os geógrafos Schlüter e Geisler são as principais referências, cujas pesquisas passam a se concentrar na análise da estrutura das cidades, tendo como ferramentas elementares o plano da cidade e sua representação cartográfica<sup>147</sup>.

Segundo Whitehand (2001), dois artigos publicados por Schlüter em 1899 acerca do plano das cidades e suas fases de desenvolvimento e da geografia dos assentamentos humanos, influenciaram a própria dissertação de Conzen em 1932 quando mapeou de forma colorida 12 cidades da Alemanha retratando os tipos de edifícios e os períodos morfológicos<sup>148</sup> associados. Assim, os primeiros estudos sobre Morfologia Urbana foram desenvolvidos primordialmente por geógrafos alemães do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Nestes termos, aponta-se o terceiro período identificado por Hofmeister (2004) correspondente aos anos de 1928 e 1960, já abarcando não só geógrafos, mas também arquitetos e historiadores, tendo como principal expoente o próprio Conzen, cujos estudos acerca do modo como os diferentes elementos se associam sobre o solo e sua representação visual voltou-se, via Inglaterra, para seu país de origem. Por fim, o último período começa na década de 1970 e é marcado pela disseminação da investigação na Forma Urbana para outros continentes. Em relação a este fato, segundo Oliveira (2014), a ascensão do Nazismo nos países germânicos em período anterior, a mudança de foco investigativo onde a preocupação com a forma passou a ser substituída pela preocupação com a função e a consequente emigração de certos pesquisadores alemães em função da guerra, estimulou a difusão da Morfologia Urbana para outros países europeus.

Na verdade, as 1ª e 2ª Guerras Mundiais e particularmente a última, revelou a longevidade e persistência do padrão das ruas identificado neste cenário, estruturando a Morfologia Urbana como relevante campo teórico metodológico para compreensão da forma física das cidades (HOFMEISTER, 2004), em um contexto embalado pela atmosfera de

---

<sup>147</sup> Os artigos publicados por Schlüter se embasaram em trabalho anterior do historiador J. Fritz (1894), primeiro estudioso a fazer uso extensivo de planos de cidades alemãs e da dissertação de Geisler orientada pelo próprio Schlüter em 1918 onde a área central era mapeada por cores de forma a mostrar aspectos de uso e ocupação do solo que vieram a influenciar, posteriormente, os estudos de Conzen e sua própria dissertação.

<sup>148</sup> Este termo foi expresso por Conzen e será contextualizado a seguir.

questionamentos das atitudes modernistas em relação às cidades históricas e pelas relações sociais vinculadas à reconstrução das mesmas no pós guerra (OLIVEIRA, 2018a).

Mesmo sabendo da importância da Escola Italiana de Morfologia Urbana<sup>149</sup>, interessa em nível de congruência e interface com a Geografia Histórica, discutir a abordagem proposta pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana cujo foco se concentra na investigação sobre a evolução urbana da paisagem, utilizando como parâmetros processos de transformações e permanências ao longo do tempo e tendo como obra central “*Alnwick, Northumberland – a study in town-plananalysis*” publicada em 1960 (CONZEN, 1969 - 2022)<sup>150</sup>.

Conzen fundamenta seu livro nos campos da Geografia e da História, analisando a cidade sob um ponto de vista evolutivo, por meio da paisagem urbana como produto da ação social, entendida como combinação de três elementos que compõem a visão tripartite da paisagem, quais sejam: o plano da cidade, o tecido edificado e o uso do solo. Tais elementos são interdependentes e tem respectivamente caráter bidimensional, tridimensional e dinâmico, ao que parece.

O plano urbano ou plano de cidade é representado pelas ruas ou sistemas de ruas, parcelas, quarteirões e implantações de edifícios. Tal elemento é considerado o mais estratégico para que os outros dois possam se manifestar, tendo forte aderência, do ponto de vista morfológico, com o sítio físico e sua capacidade de combinar os elementos do plano de forma singular, criando uma unidade morfológica que se diferencia de outras, formadas por sítios distintos (Figura 30)<sup>151</sup>.

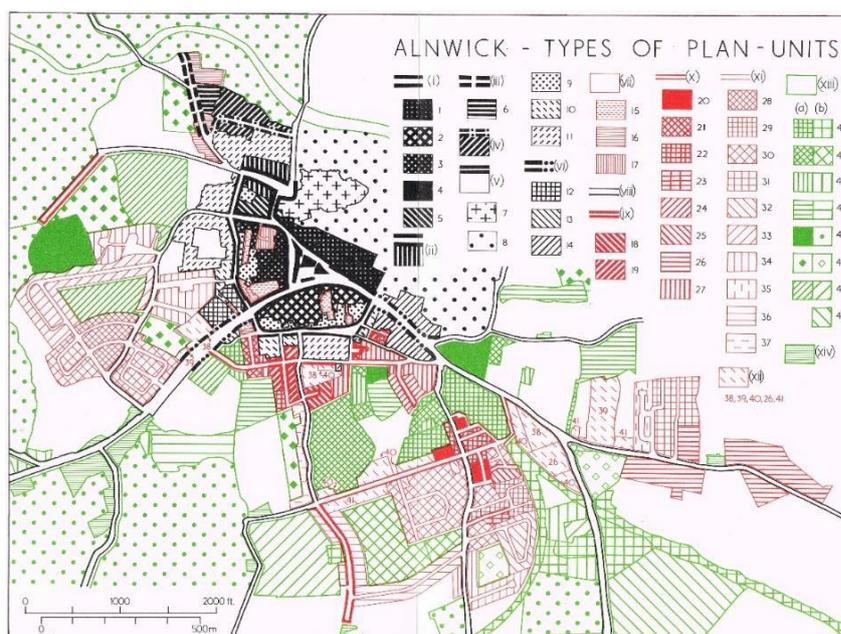
---

<sup>149</sup> A abordagem tipo morfológica da Escola Italiana de Morfologia Urbana tem como principais obras *Studi per Una Operante Storia Urbana di Venezia*, de 1959, *Studi per Una operante Storia Urbana di Roma*, de 1963, ambos de Saverio Muratori, e *Letturadi Una città: Como*, de Gianfranco Caniggia, de 1963 (OLIVEIRA, 2016). Baseia-se na identificação do “tipo básico”, sendo que o “tipo pode ser definido como um modelo que se repete e pode ser percebido em qualquer objeto percebido pelo homem” (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p. 154). Nesta abordagem, a interpretação do ambiente construído se inicia com a análise do comportamento de escala mais particular, o edifício, para assim identificar tipos edifícios básicos e especializados e em seguida aumentar a análise em escalas progressivas: conjunto e estruturas urbanas, assentamento e núcleos urbanos e finalmente o território (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015). *As autoras* lançam considerações da possibilidade de semelhanças entre as duas escolas a partir da escolha de determinados elementos morfológicos como embrionários, no caso, o lote para o geógrafo e a casa para o arquiteto, sendo o lote a menor parcela existente no processo de ocupação humana e o tipo básico residencial; o elemento urbano fundamental.

<sup>150</sup> Nesta escola, a forma urbana é consolidada por meio de camadas históricas sobrepostas, fato que se denomina “palimpsesto”, resultado da materialização do passado e do presente em processo cronológico construtivo que se acumulam no mesmo sítio natural por meio de processos de transformações e permanências de elementos morfológicos (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

<sup>151</sup> Segundo Moudon, o que Conzen denomina de unidade de plano urbano é designado pelos italianos por tecido urbano: “Unidades de plano ou tecidos são conjuntos de edifícios, espaços abertos, parcelas e ruas, que formam um todo coeso, ou porque foram todos construídos num mesmo tempo ou com as mesmas condicionantes, ou porque sofreram um mesmo processo de transformação” (MOUDON, 2015, p. 46).

Figura 30 - Os tipos e subtipos principais de unidades de plano identificadas em Alwinck.



Fonte: Conzen (1969 – 2022)

Sob o ponto de vista humano, o plano urbano associa-se com o desenvolvimento econômico e social e a própria ideologia de ocupação do território. Para Marat-Mendes (2015) estes condicionantes dentre outros que passam pelas questões políticas, religiosas e ambientais, por exemplo, são fatores categóricos nos processos de transformação e permanência das formas urbanas.

O tecido urbano ou padrão de formas edificadas, por sua vez, é composto pelos edifícios implantados em parcelas formadoras de quarteirões, onde a questão volumétrica e hierárquica ganha notoriedade. Já, os padrões de uso do solo intrínsecos aos espaços edificadas ou não, estão associados a características mais flexíveis e voláteis, ou seja, menos duradouras (CONZEN, 1969 - 2022).

Nestes termos, Conzen considera que: “O plano e o tecido edificado da cidade, ao representarem o investimento estático do capital e trabalho passados, oferecem grande resistência à mudança” (CONZEN, 1969-2022, p. 6), sendo mais conservador ainda o plano da cidade. A rua, por sua vez, é o elemento mais persistente do referido plano já que o padrão de parcelamento muda no decorrer do tempo, conforme processo de divisão ou agrupamento de lotes.

Nos centros, no entanto, é possível que a pressão econômica desestabilize características mais persistentes mas, mesmo assim, ainda há de se considerar neste caso, certa condição de remanescência advinda de períodos anteriores em relação a alguns aspectos, a exemplo da continuidade da localização geográfica de certos elementos, mesmo que

adquirindo formas diferentes das anteriores (CONZEN, 1969-2022). Metodologicamente, o geógrafo afirma que, a título de coleta de dados, a planta da cidade irá fornecer a mais ampla documentação sobre as características residuais do seu desenvolvimento físico.

Em sua obra emblemática, Conzen examina a planta do assentamento medieval da cidade de Alnwick de forma sistemática, a partir dos elementos constitutivos da paisagem urbana em evolução, utilizando como parâmetros fatores de transformações físicas as suas respectivas causas econômicas. Assimila, pois, 5 períodos morfológicos<sup>152</sup> compreendidos entre o século VII e o pós 2ª Guerra Mundial.

Tal obra deixa o legado do método da visão tripartite da paisagem embasado em algumas contribuições analíticas e novos termos que foram teorizados e empregados pelo autor<sup>153</sup>. Dentre as contribuições analíticas, pode-se citar a necessidade de análise da transformação ocorrida no interior dos quarteirões para além daquelas identificadas sob o ponto de vista das vias, os efeitos das condições econômicas e sociais expressas no plano da cidade e percebidas entre períodos morfológicos e a minuciosa análise cartográfica evolutiva que ganha força e notoriedade.

Botechia (2017) assinala que o método criado por Conzen contraria estudos da época que se concentravam em examinar apenas os edifícios singulares, suas localizações, além de áreas destinadas à conservação de monumentos. O método desenvolvido, por sua vez, abrange simultaneamente a análise formal e temporal mediada por fatores dinâmicos da paisagem urbana e por agentes participantes de processos decisórios (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015) contendo, portanto, forte aderência com o campo da Geografia Histórica.

Enfim, dadas as quatro possibilidades de estudo da forma urbana a nível internacional, interessa apontar duas contribuições de Oliveira (2018a) a respeito da escolha de uma abordagem ou outra: a de se comparar diferentes abordagens em um único contexto geográfico; a de se comparar uma única abordagem para diferentes contextos geográficos ou mesmo a de se caminhar para a efetiva integração das diferentes abordagens morfológicas. É certo, no entanto, que cada caso deve ser tratado com sua especificidade a partir de uma

---

<sup>152</sup> O período morfológico é definido como “qualquer período na história cultural de uma área que cria formas materiais distintas na paisagem cultural para atender às necessidades socioeconômicas específicas da sua sociedade. Estas formas sobrevivem, em grau variável, como elementos remanescentes” (CONZEN, 1969 - 2022, p. 134). Costa e Gimmler Netto (2015) apontam, a partir dos estudos de Conzen, que os períodos morfológicos não devem ser confundidos com os períodos históricos, ou seja, aqueles de natureza cronológica da realidade de fatos e acontecimentos, apesar de os conter.

<sup>153</sup> Segundo Whitehand (2001), Conzen também deixou como legado investigativo e morfológico as noções de *fringe belts* (cinturas periféricas), *burgagecycle* (ciclo da parcela burguesa), quadro morfológico e região morfológica.

realidade investigativa. Neste sentido, o autor propõe que os elementos da forma, os níveis de resolução e o fator tempo, ou seja, os três princípios defendidos por Moudon (2015) conforme já descritos, sejam os principais pontos de contato entre as abordagens (OLIVEIRA, 2018a).

#### 2.1.2.2 Aspectos conceituais sobre o estudo da Forma Urbana

Pois bem, dado o contexto introdutório acerca dos antecedentes históricos das principais abordagens morfológicas, interessa focar na definição do termo para melhor compreensão deste campo como possibilidade investigativa sobre os estudos que se debruçam no tempo para compreensão dos espaços públicos urbanos e contemporâneos.

Lamas recorre ao aspecto físico das cidades como ponto de partida de qualquer análise que se possa pretender:

Um primeiro grau de leitura da cidade é eminentemente físico-espacial e morfológico, portanto específico da arquitetura e o único que permite evidenciar a diferença entre este e outro espaço, entre esta e aquela forma, e explicar as características de cada parte da cidade. A este se juntam outros níveis de leitura que revelam diferentes conteúdos (históricos, econômicos, sociais e outros) mas esse conjunto de leituras só é possível porque a cidade existe como facto físico e material. Todos os instrumentos de leitura leem o mesmo objeto – o espaço físico, a FORMA URBANA (LAMAS, 2011, p. 31)

Considerando a escala da cidade no entendimento sobre a forma urbana, na visão de Lynch (2007), a forma do aglomerado populacional está associada não só ao padrão dos objetos físicos inertes e permanentes ali presentes, mas também à disposição espacial das pessoas, dos produtos e das informações, assim como às características físicas que vão modificando o espaço para acolher essas ações. Nesta mesma linha de raciocínio que caminha na direção do entendimento do espaço geográfico por meio de fixos e de fluxos, conforme já relatado a partir de Santos (1996), Lamas (2011) argumenta que, para qualquer descrição geral da forma há duas características que deverão ser cartografadas: as pessoas em ação no local ou em trânsito e as instalações físicas que servem de suporte a essas ações.

O autor considera morfologia urbana como ciência que deve estabelecer a relação da forma com os fenômenos associados a sua criação. Tais fenômenos podem ser interpretados por decisões e forças do estado e do mercado que agem de forma cumulativa, deixando uma marca na própria forma urbana, seja por intenção de ordem, estabilidade simbólica, controle, poder, acesso, exclusão, função econômica ou valores culturais (LAMAS, 2011).

Nas palavras de Oliveira (2018a, p. 20), Morfologia Urbana é uma “ciência que estuda a forma física das cidades, bem como os principais atores e processos que a moldam”. Para Costa e Gimmler Netto (2015, p. 31) “morfologia é o estudo da forma urbana, considerando-a um produto físico das ações da sociedade sobre o meio, que vão edificando-a, ao longo do tempo”. Já, Rossi considera ser a descrição de um fato urbano (ROSSI, 2001).

Fica clara a posição dos autores quanto ao conceito a partir de três parâmetros: (1) a forma física propriamente dita; (2) as ações inerentes à configuração física instaurada e, (3) os fenômenos responsáveis pela produção da forma urbana no tempo. Entende-se, portanto, que as conceituações até aqui expostas não reduzem a definição do termo à simples análise física das cidades, mas o associam às ações, fenômenos, agentes e processos intimamente relacionados aos estudos da forma urbana enquanto dimensão espacial e temporal, com aderência à questão da forma enquanto conteúdo, conforme abordagem de Santos (2008).

É natural que existam múltiplas possibilidades de estudos e análises dadas às diferentes correntes teóricas e filosóficas que transitam pela morfologia urbana e análise da forma, a exemplo da corrente de pensamento marxista. Neste caso, as reflexões se ancoram em abordagens a respeito da produção social do espaço urbano vinculadas às relações capitalistas e aos fenômenos correlatos que desencadearam processos de transformação para além dos morfológicos, embora não os ignore. Nesta perspectiva, tal pensamento acaba se distanciando, de certa maneira, das abordagens das escolas de morfologia urbana, cujas análises não dispensam a cartografia e os aspectos bi e tridimensionais da forma e sua razão de ser ao longo do tempo.

O ponto de vista de Lefebvre (2011)<sup>154</sup>, Gottidiener (2016)<sup>155</sup> e Carlos (2007)<sup>156</sup>, por exemplo, media a questão da forma física das cidades no mundo moderno a partir de um

---

<sup>154</sup> Lefebvre (2011), em uma conceituação mais complexa que tende à abstração, considera que a forma urbana, dentre outras possibilidades de existência da forma, pressupõe não só acontecimentos, percepções e elementos de um conjunto, portando-se, mentalmente, como abstração concreta vinculada à prática; mas também, sob o ponto de vista social, como encontro e reuniões de pessoas, atos, riquezas, mercadorias, atividades de produção e consumo, sendo o “urbano” o cumulativo de todos estes conteúdos. O filósofo considera a forma urbana enquanto ideologia e expressão de poder e exemplifica a partir da capacidade da cidade de se apoderar das significações religiosas e políticas, por exemplo. Para ele, a forma não deve ser tomada no “sentido habitual do termo, isto é, geométrico ou plástico” (LEFEBVRE, 2011, p. 109), mas considerando o resultado da “atividade de “agentes” ou “atores” sociais, de “sujeitos” coletivos operando por impulsos sucessivos [...], através de interações, estratégias, êxitos e derrotas” (LEFEBVRE, 2011, p. 119).

<sup>155</sup> Gottidiener (2016) argumenta que se deve superar paradigmas e teorias urbanas convencionais alicerçadas por análise dos padrões de localização em perspectiva espacial para se compreender a organização espacial (que também é social), como efeito de processos de várias ordens submetidos às lógicas de (re)produção do espaço e para além do estudo das formas materiais. Além disso, defende que “o processo contingente na produção do espaço deve sempre estar no centro da análise, em vez de focalizar a política econômica do desenvolvimento capitalista em si mesmo” (GOTTIDIENER, 2016, p. 200).

<sup>156</sup> Carlos (2007) diz que a produção social do espaço está relacionada aos sujeitos produtores, às finalidades almejadas, as relações sociais estabelecidas que, mediados pelo ritmo empreendido pelo capitalismo e por

panorama complexo sob o ponto da organização espacial. Observa-se, em alguns apontamentos, que há certa inclinação em taxar os estudos morfológicos como desvinculados da dimensão social inerente à da referida organização espacial. No entanto, acredita-se sob o ponto de vista da Geografia Histórica e das dimensões “tempo” e “espaço”, que o estudo da forma urbana enquanto possibilidade investigativa que recorre à história, contém atributos conceituais relevantes capazes de apreender, de uma maneira ou outra, relações e processos transformadores para além da simples análise da forma material questionada. Costa e Gimmler Netto (2015, p. 24), na apresentação de sua obra, questiona as críticas que recaem sobre os estudos morfológicos acerca do não tratamento de questões sociais e econômicas:

Estas críticas e propostas revelam, talvez, um relativo desconhecimento dos conceitos sobre o papel interativo, tridimensional, tripartite de forma, função e desenvolvimento contidos nos métodos da Morfologia Urbana. Nos estudos já efetuados nas duas escolas tradicionais, a inglesa e a italiana, pode-se verificar que a forma urbana surge como reflexo das ações políticas, sociais e econômicas ao longo do tempo e que estes aspectos são relevantes na análise do seu reflexo atual, a paisagem urbana contemporânea. Este procedimento a reconhece como decorrente de um longo processo de adaptação e ajustes, efetuados pelos agentes da sua transformação.

Interessa evidenciar, por fim, o papel das práticas socioespaciais na participação da produção social do espaço urbano e, dada a necessidade de alcance da questão social, a sua importância na análise da forma urbana. Conforme já recorrido a Gomes (2012) no capítulo anterior a respeito das relações dialéticas entre o espaço físico e as práticas espaciais, vale à pena reforçar tal abordagem nas palavras de Castells (2000, p. 193): “analisar o espaço enquanto expressão da estrutura social resulta, conseqüentemente, em estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico, bem como pelas combinações e práticas sociais que decorrem dele”.

Assim, entende-se que na produção social do espaço se encerram o papel da forma física de um lado, e da ação tomada enquanto prática socioespacial e seus fenômenos correlatos, de outro, o que sustenta a análise quanto à inserção urbana da praça Costa Pereira não só pelos aspectos da forma urbana, mas também pelas práticas socioespaciais a ela associadas.

Sendo assim, pretende-se refletir sobre o processo histórico que fundamentou as transformações morfológicas em um contexto que considere os âmbitos econômicos,

---

interesses de agentes envolvidos e da propriedade privada, vêm contribuindo para as transformações expressivas das formas urbanas na escala da metrópole, conforme já considerado no capítulo anterior. A autora defende que a mudança morfológica implica em mudança nos modos de apropriação de uso do espaço da vida, reorientando usos e funções.

políticos, culturais e ideológicas como elementos coadjuvantes de análise, em função da escolha de se estabelecer, a título de recorte, a inserção urbana e as práticas socioespaciais associadas ao estudo da forma urbana como elementos protagonistas de análise.

### 2.1.3 CONTRIBUIÇÕES PARA O PROCESSO INVESTIGATIVO A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

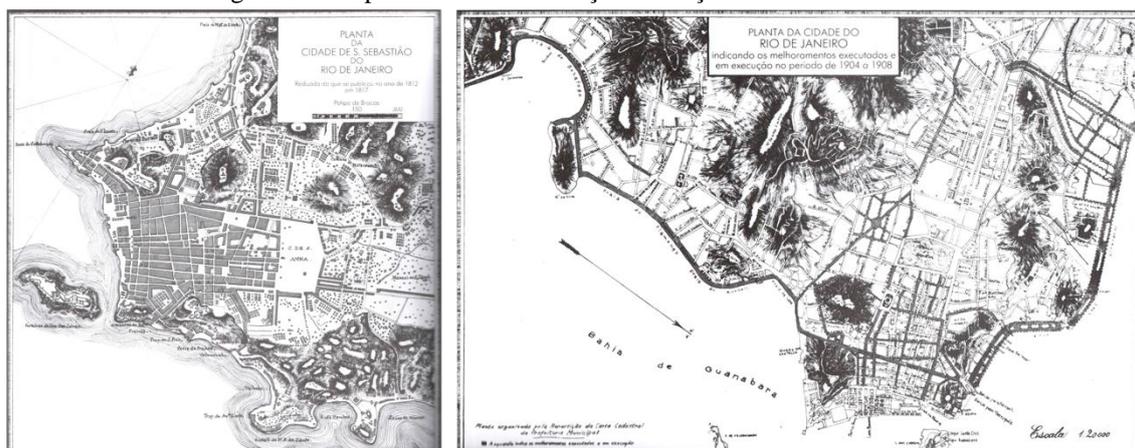
No Brasil, duas obras são consideradas categóricas no âmbito da Geografia Histórica. Mauricio de Abreu em seu livro “A evolução urbana do Rio de Janeiro” (ABREU, 2013)<sup>157</sup>, demonstra ser possível fazer geografias do passado usando as categorias indissociáveis que perpassam os fundamentos da teoria do espaço desenvolvida por Milton Santos. Em análise que vai do século XIX até o último quartel do século XX, o autor aborda as modificações substanciais na forma urbana e seu conteúdo vinculadas às questões da reprodução do capital, elucidando a complexidade das interações entre o físico, o político, o ideológico, o socioeconômico; entre a História e a Geografia; entre o espaço e o tempo; revelando, pois, um sistema de objetos em transformação.

Especificamente na análise da transição entre os séculos XIX e XX, o autor expõe como a intervenção direta do Estado sobre a cidade levou à transformação acelerada da forma urbana em detrimento das formas herdadas, alterando bastante o padrão de evolução urbana subsequente (Figura 31). Mediadas por transformações morfológicas, os novos momentos de organização social determinaram novas funções à cidade, conferindo à obra, forte aderência com as quatro categorias de análise de Milton Santos.

---

<sup>157</sup> Algumas abordagens deste livro já foram discutidas no capítulo anterior.

Figura 31 - Aspectos da transformação do traçado urbano no Rio de Janeiro



Fonte: Abreu (2013)

Já, Pedro Vasconcelos, em sua obra “Salvador: transformações e permanências (1549-1999)” (VASCONCELOS, 2016), reforça os agentes produtores das transformações do espaço urbano em tempos pretéritos, identificando-os a cada período histórico apontado sob aspectos de rupturas e permanências, trazendo à tona a forte relação entre tempo e forma espacial. O autor elenca que o Estado, a Igreja, as Ordens Leigas, os agentes econômicos, a população e os movimentos sociais foram os agentes modeladores das cidades coloniais brasileiras, sendo o Estado e a Igreja os mais importantes.

As análises das duas obras revelam os processos mediados pelo tempo na transformação das formas espaciais e da paisagem<sup>158</sup> e passam pela produção social do espaço urbano mediada por agentes e atores sociais. Tais processos exibem, por sua vez, forte aderência com os estudos da Forma Urbana, conforme será explanado adiante.

<sup>158</sup> Não coube aqui a abordagem sobre o estudo da paisagem, mas a apreensão breve de seu conceito a partir de Besse (2006). Para além da noção de paisagem na modernidade como representação essencialmente estética, construída especialmente a partir da pintura, da perspectiva, da visão panorâmica, daquilo considerado “belo”, no início do século XX, a geografia toma a paisagem como objeto específico a partir dos estudos de Vidal de La Blache que a interpreta além da esfera da estética, apreendendo-a a partir de uma abordagem científica. Segundo Besse (2006), tais estudos fundamentam uma paisagem articulada à sua fisionomia, ou seja, à característica do território considerando aquilo que o especifica e o individualiza. Assim, o aspecto das coisas é uma realidade geográfica, um fato geográfico e a paisagem aos olhos do geógrafo é uma impressão, conjunto de sinais que marcam a influência de uma sociedade sobre o solo. O conceito de paisagem na abordagem de Besse traz forte relação com as formas espaciais. “O conceito de paisagem não é unicamente uma vista, é antes um território ou um sítio, mesmo que este sítio ou este território sejam visíveis, seu ser não se reduz à sua visibilidade. O problema que se coloca neste último caso é o de conseguir apreender a relação entre a dimensão visível da paisagem e aquela que não é. Ler a paisagem é extrair formas de organização do espaço, extrair estruturas, formas, fluxos, tensões, direções e limites, centralidades e periferias” (BESSE, 2006, p. 64). Enfim, entende-se que a paisagem urbana seja composta por elementos morfológicos que se alteram ou persistem de acordo com diferentes condicionantes, moldados sob um contexto histórico e cultural, o que implica em sua apreensão para além do campo visual.

### 2.1.3.1 Operacionalização da pesquisa em Geografia Histórica

Em termos operacionais, visando adequar o estudo do espaço por meio da ação do tempo, Santos (1996) sugere a periodização histórica em escalas diferenciadas, entendendo que para cada estudo há de se buscar as particularidades vigentes. Neste sentido, Vasconcelos (2009) avança ao sugerir uma proposta metodológica para os estudos na Geografia Histórica. O autor salienta a problemática associada às periodizações dos longos períodos históricos, já que estes se caracterizam não só por momentos do “cotidiano”, mas também pelos denominados “períodos densos” (caracterizados por momentos significativos que provocam importantes transformações para além da vida cotidiana, e ocasionam modificações nas funções, estruturas e formas espaciais) e aqueles de “ruptura”, ou seja, de novos rumos, ideologias e realidades.

O autor cita uma série de estudos de geógrafos à luz da periodização na evolução urbana de cidades como Lisboa, Roma, Kingston, Rio de Janeiro, Paris e Marselha; e expõe escolhas específicas realizadas em cada estudo, a depender das realidades examinadas: rompimento de cronologia, “saltos” históricos, enfoque em determinado ano e análise retrospectiva. Na verdade, as possibilidades apontadas retratam a liberdade em relação a cronologias lineares ou sucessivas e o enfoque nos aspectos históricos considerados mais estratégicos.

A partir de variados estudos sobre a Forma Urbana, Levy (2005) endossa tal abordagem ao indicar a possibilidade da análise das periodizações serem sincrônicas, a partir de um determinado e único período; ou diacrônicas, quando consideram processos regidos e marcados por diferentes e marcantes estados morfológicos. Os apontamentos dos três autores, Santos (1996), Vasconcelos (2009b) e Levy (2005), portanto, enfatizam possibilidades de escolhas estratégicas para se definir os períodos a serem analisados em Geografia Histórica, a depender das particularidades ali enraizadas e seus contextos históricos e culturais na produção do espaço urbano.

A proposta metodológica de Vasconcelos avança e segue com o tratamento de quatro procedimentos, a saber: (1) estabelecimento de periodizações considerando os eventos históricos mais importantes; (2) exame dos contextos nos quais cada período está inserido; (3) exame dos agentes que contribuíram para modelar a cidade e (4) exame do desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência a cartografia, a iconografia e os dados bibliográficos preferencialmente de fontes primárias.

Considerando, pois, o exame do desenvolvimento espacial da cidade como principal recorte analítico aqui proposto, não desprezando os demais que também serão contemplados, percebe-se aderência entre tal procedimento metodológico e os estudos da Forma Urbana, que será tomado na tese como procedimento particular de investigação.

Vale destacar, ainda, além dos procedimentos metodológicos indicados por Vasconcelos, três regras fundamentais consideradas por Abreu (2000) que permitem estudar o passado no âmbito da Geografia Histórica, quais sejam: (1) as categorias de análise da Geografia são universais e podem trafegar no tempo, o que de fato não é válido para as variáveis que as operacionalizam; (2) o presente deve ser contextualizado para ser compreendido; (3) os fragmentos deixados do passado não constituem a verdade em si, os vestígios precisam ser tratados com cuidado, não negligenciando aqueles não deixados, que devem ou podem ter ocorrido.

No que tange aos vestígios deixados pelo tempo, Rossa (2002, p. 15) os articula também com aquelas não visíveis a partir da própria materialidade: “um traçado ou a implantação de um edifício quase inevitavelmente deixam marcas físicas (resíduos) que perduram muito para além do seu próprio desaparecimento”. Sendo assim, para além do que está posto, há de se analisar e considerar o que não está posto, o que não está explícito, tomando como base as condições de transformações e permanências deixadas pelo tempo. Nestes parâmetros, os vestígios capturados a partir do presente e deixados por cartografias, iconografias, documentos, entre outros registros, ou mesmo aqueles subentendidos, precisam ser relativizados para que se possam resgatar as espacialidades passadas que eram, naquele tempo, as espacialidades presentes<sup>159</sup>.

Em relação aos estudos da Forma Urbana, no Brasil, a obra que marcou o uso da abordagem histórico-geográfica da Escola Inglesa foi publicada em 2015 por Stael Costa e Maria Manoela Gimmler Netto. Intitulada “Fundamentos de Morfologia Urbana”, apresenta uma aplicação prática da análise tripartite a partir da realidade brasileira e da cidade histórica de Ouro Preto (MG)<sup>160</sup>. Partindo da estrutura urbana existente no tempo presente, a análise

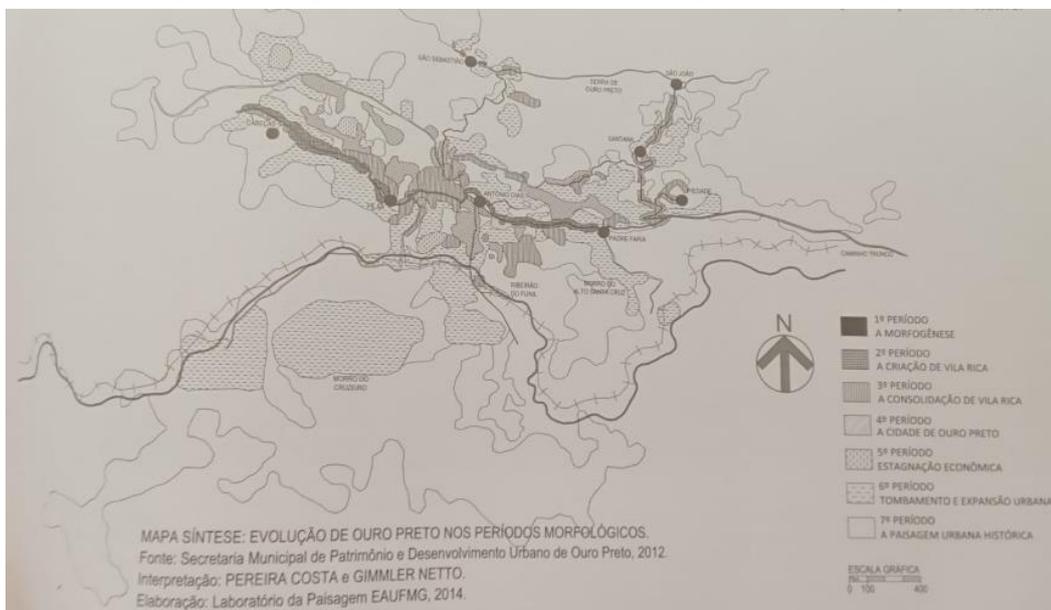
---

<sup>159</sup> Os aspectos contextualizados por Rossa parecem reportar à condição de “persistência morfológica”, terminologia que possui forte aderência com os processos de “permanência morfológica”. Em diálogo com autores da morfologia e história urbanas, Botecchia (2018b) faz um apanhado sobre a terminologia “persistência morfológica” a partir de Lavedan e sua obra “loi de persistence du plan” (LAVEDAN, 1926) trazendo a partir da contribuição de Pinon (2008) uma comparação da “permanência” associada à estrutura morfológica urbana que não muda, ou seja, se sedimenta (seja para traçado ou direção de traçado); e da persistência associada à estrutura morfológica que muda, ou seja, se deforma (seja para traçado ou direção de traçado).

<sup>160</sup> As autoras também aplicaram a abordagem tipo-morfológica da Escola Italiana de Morfologia Urbana para a cidade de Ouro Preto, na referida obra.

retrocede e identifica 7 períodos morfológicos na evolução urbana entre os anos de 1698 e 2014, gerando ao final um mapa síntese da acumulação das formas de cada período morfológico identificado (Figura 32).

Figura 32 - Mapa da evolução de Ouro Preto em 7 períodos morfológicos



Fonte: Costa e Gimmler Netto (2015)

Já, a obra de Flávia Botechia (2018) intitulada “A Forma indelével: um estudo sobre a persistência morfológica em Maruípe” inaugura, em 2018, a aplicação da abordagem histórico-geográfica da Escola Inglesa na capital capixaba onde, a partir da análise de estudos do processo morfológico de estagnação do traçado urbano, particulariza a rua enquanto elemento morfológico de maior persistência atribuído ao eixo Maruípe (Figura 33).

Figura 33 - À esquerda, mapas bases das plantas conjecturais com destaque para o eixo Maruípe. À direita, plantas conjecturais de 1911, 1946 e 1979 indicando a evolução do traçado urbano



Fonte: Botechia (2018b), adaptado a partir de plantas cadastrais

Em uma acurada investigação iconográfica, documental e cartográfica, que passa também pela sobreposição de diferentes plantas conjecturais em versão temporal retrospectiva, a autora, partindo de uma indagação que estabelece a relação entre “tempo” e “lugar”<sup>161</sup>, revela a forma indelével do eixo Maruípe como componente participante dos demais fatores que originam as próprias formas. “As formas urbanas resultam de ideologias, de intenções, da ação de seus agentes transformadores, de técnicas e legislação, de condicionantes geográficos, mas, também, as formas resultam das formas, constantes, pretéritas e indeláveis” (BOTECHIA, 2018b, p. 141).

Respeitando as especificidades analíticas a partir dos respectivos objetos de estudo e considerando aspectos da abordagem da Escola Inglesa de Morfologia Urbana relacionada à evolução urbana e processos de transformação e permanência morfológicas, interpreta-se que as obras estabeleçam, em conjunto e em consonância, parâmetros de análise focados nas dimensões espaciais e temporais de indiscutível valor para estudos da Geografia História e da Forma Urbana.

Percebe-se, no entanto, que o tratamento e detalhamento dado às análises cartográficas pretéritas e elaboração de mapas evolutivos que espacializam elementos de interesse da pesquisa (a evolução do plano da cidade em períodos morfológicos no caso de Costa e Gimmler Netto e a persistência morfológica da via, no caso de Botechia), têm potencial de se comportar como visão mais aprofundada de um contexto que considere as transformações examinadas em um panorama mais amplo. Assim, os exemplos brasileiros que não desconsideram outras tantas obras e pesquisas neste sentido, contribuem de maneira representativa para posicionar os estudos da Forma Urbana como uma particularidade investigativa dentro do campo da Geografia Histórica.

Dado o exposto e objetivando um esforço em correlação com a tese e com os princípios do urbanismo português já discutidos, a abordagem até aqui direciona cinco apontamentos importantes: (1) a condição e especificidade do sítio físico enquanto elemento participativo do plano urbano; (2) a relação da permanência morfológica enquanto processo capaz de subsidiar aspectos da inserção urbana do objeto de estudo; (3) a condição dos espaços livres públicos (rua e praça) enquanto elementos menos sujeitos à mudanças morfológicas, (4) a relação entre processos de transformação e permanência no contexto da transição do largo em praça entre os séculos XIX e XX e, (5) a perspectiva de seguir não necessariamente com uma abordagem específica, mas tentando capturar os aspectos mais

---

<sup>161</sup> A autora estrutura sua tese a partir da pergunta: “de que tempo é este lugar?”

importantes discutidos como embasamento, para atribuir às escolhas metodológicas de análise, uma possibilidade de resposta à hipótese levantada na pesquisa.

## **2.2 A forma, o tempo e os processos morfológicos**

Embasado na Escola Inglesa de Morfologia Urbana e nos estudos da Geografia Histórica, observa-se que processos de transformação e permanência são utilizados como parâmetros de análise, ganhando importância em qualquer estudo que tange à Forma Urbana. Kropf (2009) destaca que tais processos são inerentes à comparação de pelo menos dois estados da mesma “coisa”, o que de fato se distancia da análise do objeto estático e se aproxima do seu caráter dinâmico.

Segundo Levy (2005), a dinâmica das formas urbanas, seu modo de evolução, pode ser apreendido por fenômenos de continuidade urbana, ou seja, pela permanência de elementos e suas formas sucessivas, assim como por fenômenos de rupturas que, quando intensas, podem alterar significados culturais, dando origem a cidades totalmente distintas. Na mesma linha de raciocínio, Panerai (2014) e Lamas (2011) consideram que as transformações são mais dinâmicas em períodos de crescimento ou apogeu da sociedade em expansão urbana. No caso de declínio, o que se percebe é a estagnação e diminuição do ritmo das mesmas em um contexto não acometido por mudanças significativas. Baseado em Alexander Christopher, Lamas (2011, p. 114), ressalta que “as transformações da forma sobrevivem quando esta se revela inadequada ao contexto”.

Rossi (2001, p. 49) traz a ideia das permanências enquanto a presença do passado no presente: “o passado é, em parte, experimentado agora e [...] pode ser esse o significado a dar às permanências: elas são um passado que ainda experimentamos”. Já, os parâmetros de transformações trazem a noção de “descontinuidade” urbana. Para Levy, esta noção é capaz de acometer tanto a forma quanto a função e pode estar associada a determinado momento histórico subentendido por novos significados, muito bem retratados na mudança da cidade colonial para a cidade moderna, por exemplo. Ainda, na percepção de Carlos a respeito da procura pela cidade moderna, a autora considera que “na morfologia encontramos as marcas daquilo que resiste e daquilo que traz as marcas da transformação, marcas de mudanças, mais ou menos radicais feitas pelas operações cirúrgicas do planejamento funcionalista” (CARLOS, 2007, p. 57).

Pode-se dizer que há ênfase na abordagem dos autores para os processos de transformação e permanência no estudo da Forma Urbana e, pelo visto, os primeiros

pressupõem alterações de paradigmas tipológicos e semânticos importantes entre os séculos XIX e XX em um contexto que abrange a capital capixaba e o objeto de estudo da tese.

Aqui se insere uma reflexão pertinente: Como os processos de permanência se ajustam frente a transformações morfológicas de grande vulto?

Interessa salientar neste contexto a visão de Costa e Gimmler Netto (2015) ao admitirem que as transformações sejam de ocorrência intrínseca às cidades, o que leva a um olhar especial e analítico para os processos de permanências morfológicas no âmbito cultural das cidades: “Considerando que a transformação é o processo natural da evolução das paisagens urbanas é a sua permanência que deve ser pensada, analisada e eleita, de maneira a preservar seu valor cultural e ambiental” (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015, p. 222).

Sob o ponto de vista semântico, Levy (2005, p. 45) ressalta que “tout changement de forme urbaine correspondun changement de senset inver sement”, ou seja, qualquer mudança na forma urbana corresponde a uma mudança de significado e vice-versa. É nesta perspectiva que determinados tipos construídos em um tecido urbano só encontram seu significado dentro de um determinado período morfológico, dentro de uma determinada configuração espacial. Nestas circunstâncias, quando a forma muda, os elementos do tecido ou perdem o sentido para adotar outros, ou desaparecem transformando-se completamente.

Conforme Castells (2000, p. 195), “o sistema ideológico organiza o espaço marcando-o com uma rede de signos, cujos significantes são constituídos de formas espaciais e os significados, de conteúdos ideológicos, cuja eficácia deve ser reconstruída por seus efeitos sobre a estrutura social no seu conjunto”. Neste sentido, a carga simbólica de uma estrutura urbana, segundo o autor, deve ser determinada a partir da apropriação social do espaço feita pelos indivíduos. Ressalta, ainda, que o sistema de signos tem relação recíproca com o traçado da cidade e seus fluxos.

Na visão de Serra (1987), a compreensão da carga simbólica das formas passa necessariamente pela compreensão das relações de poder e dominação nas várias etapas de evolução das cidades e que pressupõem aspectos de segregação social, funcional e espacial, escolhas geográficas, relações espaciais, adaptações em relação ao sítio natural. Para ele: “a forma urbana explica-se aí, também, como um signo e um conjunto de signos e significado cambiantes no tempo, mas precisos em determinado momento” (SERRA, 1987, p. 166).

Considerando o tempo como mediador de processos, recorre-se à definição de Marat Mendes (2015, p. 132-133): “O Tempo é a grandeza física que nos permite medir a duração das coisas sujeitas a alterações, ou eventualmente à ausência de alterações”, ou seja, está intimamente em associação aos processos morfológicos na evolução da forma física das

cidades. Rossi (2001, p. 57), por exemplo, traz a questão do tempo implícita à própria cidade: “A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade”.

Pelo visto, a relação entre processos de transformação atrelados a novos significados parece ter forte aderência com o período de tempo que embute novos paradigmas ideológicos e, conseqüentemente, morfológicos. No entanto, as permanências morfológicas podem se portar com caráter de “resistência” diante de contextos mais radicais, o que pressupõe análise voltada não só para os elementos morfológicos do plano da cidade que participam destas dinâmicas no âmbito da inserção urbana, mas também das práticas socioespaciais como outro componente de resposta aos fatores de diferentes ordens intrínsecos ao processo.

É possível assim elencar três apontamentos importantes que trazem correlação com a tese: (1) a necessidade de se comparar no mínimo dois estados a partir do objeto de estudo; (2) a importância da percepção de fenômenos de continuidade e permanência x transformação, ruptura e descontinuidade e suas relações com a inserção urbana e as práticas socioespaciais e, (3) o sentido de “resistência” associado ao processo de permanência morfológica enquanto característica conectora entre passado e presente, ou seja, enquanto possibilidade reveladora dos aspectos que norteiam a hipótese da tese associada à centralidade urbana.

Ainda sob o panorama dos processos de transformação e permanência, há de se destacar que as características de “unidade” e “identidade”, próprias da urbanística portuguesa, estabelecem peculiar relação com sistemas de espaços livres públicos. Sendo assim, ruas e praças se enquadram como elementos de maior longevidade nos processos de evolução urbana das cidades (COZEN, 1960 - 2022), o que parece consolidar a relação de legibilidade urbana nas cidades fundadas pelos portugueses no Brasil, princípio entendido como “facilidade com que cada uma das partes [da cidade] pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente” (LYNCH, 1980, p.2) e que pode ser atribuído a processos de percepção (visual) dos indivíduos.

Segundo Kohlsdorf (2017), a articulação entre orientação espacial e identificação de lugares abastece a segurança emocional de seus usuários. A abordagem de Panerai (2014) complementa tal análise, ao considerar que a permanência de um sistema de marcos e referências, por exemplo, torna o espaço tranquilizador. No entanto, o autor acrescenta para além da “legibilidade” tratada por Kevin Lynch, um conjunto de detalhes banais que facilitam a vida cotidiana a partir de uma cultura local específica do lugar.

Então, parâmetros de legibilidade urbana também contribuem para a relação destes elementos mais duradouros enquanto pontos de atração humana: “A rua e a praça constituem “o suporte essencial para a articulação entre os edifícios e para a sua evolução enquanto conjunto, para a sedimentação das formas e para a permanência dos indivíduos em locais específicos do território” (FERNANDES, 2018, p. 76).

Em relação complementar, Carlos (2017) especula a possível persistência de determinadas práticas mesmo diante de processos significativos de transformação morfológica nas metrópoles que alteram a vida cotidiana<sup>162</sup> na escala da transição entre a cidade tradicional e moderna. Acredita-se assim, que tal questionamento possa ser justificado, no contexto das cidades coloniais portuguesas, pela peculiar relação com a qual o tecido urbano dialoga com o lugar, reverberando em parâmetros de legibilidade e permanência identitária. No entanto, alterações de formas e funções dos edifícios singulares e praças ou largos, por exemplo, podem sugerir perda de identidade morfológica, para Dias Coelho e Lamas (2007).

Ao certo, muitas praças, na história das cidades, acabam sendo alvo estratégico das transformações urbanas já que se configuram como pontos articulatórios, podendo assegurar, por exemplo, conexões viárias “seguras” em intervenções que tendem a valorizar vias e automóveis.

Pelo visto, processos de transformações morfológicas de grande vulto podem implicar em encadeamentos distintos onde a característica inerente à identidade morfológica pode ser abalada. Fica, portanto, a indagação de como a forma urbana “reage” ou “resiste” a depender do contexto do qual participa e de suas escalas espaciais e temporais; de como atravessa as camadas do tempo e de como dialoga com as dinâmicas socioespaciais.

Voltando a Conzen e ao plano urbano, mesmo que os usos dos edifícios sejam os mais voláteis no decorrer do tempo, ou seja, relativamente temporários, para Carmona *et al.* (2010), em se tratando daqueles destinados a construções religiosas ou públicas, seus respectivos usos duram mais tempo em razão dos investimentos realizados. Ao mesmo tempo, outros edifícios só sobrevivem se forem aptos a atender a novos usos e demandas vigentes. Sendo assim, a depender do contexto, há de se ter usos adaptados a partir de edifícios já existentes ou inserção de novos edifícios para acolher usos inéditos, por exemplo. No entanto, acredita-se que, para além da questão dos investimentos apontados por Carmona *et al.* (2010), as relações

---

<sup>162</sup> Acredita-se que tal relação possa ser apropriada como reflexão neste momento, mesmo que a partir de contextos escalares analíticos distintos.

de controle sobre o território possam justificar a permanência ou mudança de determinados usos atribuídos aos edifícios singulares ou mesmo sua completa demolição.

A partir destes apontamentos recorre-se à perspectiva da abordagem de Carlos Dias Coelho em sua obra “O tempo e a Forma” para compreender a dimensão temporal como elemento encadeador da transformação e da permanência da Forma Urbana. Em primeiro lugar, Dias Coelho (2018, p. 10) considera que “a cidade só pode ser verdadeiramente compreendida como um objeto em permanente metamorfose”, consideração que caminha ao lado da ideia da cidade em permanente transformação, não vinculada necessariamente àquela de caráter mais radical.

Outro ponto interessante de análise na obra refere-se ao conceito de tempo no capítulo “Os tempos da cidade”, quais sejam: (1) a cidade resulta de muitos tempos ali acumulados em diferentes circunstâncias; (2) o tempo possui amplitude na forma da cidade já que inclui o futuro do objeto a partir dos tempos acumulados até o presente; (3) o tempo se expressa no tecido urbano que se molda por movimentos sucessivos de acontecimentos; (4) cada parcela constituinte do tecido pode ter um movimento autônomo (com alteração condicionada por duração de tempos distintos entre as mesmas) ou tensionado (neste caso entre espaço público e privado, refletindo a ação do poder público sobre o território).

O autor ainda estabelece um conjunto de tempos distintos na experimentação das cidades: o tempo do indivíduo que dispõe da cidade (continuidade da ocupação humana mesmo diante de regras de utilização); o tempo das práticas e usos (alguns com grande volatilidade, outros se enquadrando por permanência ao longo de décadas ou séculos); o tempo dos espaços livres e edificados em processos de metamorfose e resistência. A metamorfose do tecido é definida como “fruto de um processo sedimentar com inúmeras facetas, a vida autônoma das parcelas, as suas tensões com a parcela pública estruturante e a reciclagem das estruturas construídas e dos espaços livres” (DIAS COELHO, 2018, p. 21).

Nestes termos, a abordagem reflete três características importantes sobre o papel da dimensão temporal na análise da forma urbana: (1) o tempo se expressa no território a partir de dinâmicas temporais que devem ser relativizadas na análise; (2) o tempo media a transformação do tecido urbano em contextos também tomados pelas particularidades de seus componentes e, (3) o tempo também se associa a experiências de indivíduos e suas práticas, estas sujeitas às ideias de permanência e transformação, tais como os tecidos urbanos.

Inclinando-se para o objeto de estudo e tomando como base a transição dos cenários largo/igreja x praça/teatro a partir do cenário precedente organizado pelos fundamentos do urbanismo português acredita-se que possa haver uma relação forte entre processos

morfológicos, a inserção urbana e as possíveis práticas socioespaciais associadas. Sob esta perspectiva é que se articulam os quatro elementos urbanos para análise mais aprofundada conforme já exposto: o sítio físico, o edifício singular e os espaços livres públicos, a saber: a rua e a praça.

## 2.2.1 (SUB) PROCESSOS MORFOLÓGICOS E AS PROPRIEDADES DO TECIDO URBANO

Visando recortes para a apreensão da questão empírica da tese, vale à pena destringir os possíveis “sub processos”<sup>163</sup> morfológicos dentro deste panorama que assinala os termos “transformação morfológica” e “permanência morfológica” como síntese representativa de uma série de outros termos a estes associados, aplicados por morfólogos em decorrência de seus estudos e apreensões sobre a forma física das cidades e especificamente, sobre seu tecido urbano.

Conzen (1969 - 2022), por exemplo, no glossário de seu livro associa a “transformação” aos aspectos de super ocupação (da edificação), substituição (da ocupação), metamorfose (do lote) e renovação (do centro comercial) estando, portanto, associados aos elementos físicos e usos correspondentes. Costa e Gimmler Netto (2015) sintetizam os processos de transformação da obra de Conzen com os seguintes termos: acumulação, adaptação e substituição de formas. Outro processo de importância da obra refere-se à “adição” no que diz respeito a crescimento acumulativo e à cintura periférica (*fringebelts*)<sup>164</sup>: “As partes mais antigas [...] estão sujeitas a mudanças, variáveis em intensidade e aspectos morfológicos, dentro de unidades de plano já estabelecidas, enquanto as áreas exteriores formam sucessivas acreções de novas unidades de plano” (CONZEN, 1969 - 2020, p. 7).

Na definição clássica dos elementos mais duradouros, Conzen (1969 - 2022, p. 7) insere a permanência como um processo possível:

Na comparação entre uso do solo, tecido edificado e plano de cidade, este último destaca-se como o complexo que contém o registo mais completo do desenvolvimento físico da cidade, produzindo o conjunto mais abrangente de características remanescentes. Uma abordagem evolucionária, rastreando as formas existentes até aos processos formativos subjacentes e interpretando-os desse modo, parece fornecer o método racional de análise.

<sup>163</sup> Apesar de se encontrar o termo “processo” na leitura dos autores, o termo “sub processo” foi empregado nesta tese a partir de seu entendimento derivado das leituras supracitadas e do método tripartite de análise que parecem enquadrar todos os demais processos mencionados a seguir como pertencentes aos dois principais: transformação e permanência.

<sup>164</sup> Cintura periférica (*fringe-belt*): uma zona de cintura com origem no limite temporariamente estacionário ou no avanço muito lento de uma cidade, sendo composta por uma mistura característica de unidades de uso do solo que inicialmente procuram uma localização periférica.

Na interpretação de Botecchia (2017), o autor ainda considera processos de adaptação: “Novas funções numa área mais antiga não dão necessariamente origem a novas formas. Em grande parte da área construída estabelecida num período anterior é mais provável ocorrer uma adaptação do que uma substituição do tecido existente” (CONZEN, 1969 - 2022, p. 6).

Vale ressaltar que, no que tange a processos de adição, Panerai (2014) traz a abordagem do crescimento dos tecidos baseado em estudos de Saverio Muratori e Gianfranco Caniggia. Para o autor, o crescimento enquanto “conjunto de fenômenos de extensão e adensamento” permite determinar aquelas lógicas inscritas profundamente no território que esclarecem as razões de ser do assentamento atual (PANERAI, 2014, p. 51), tendo, portanto, forte relação com processos morfológicos desencadeados no território a partir deste fenômeno:

Compreender a cidade a partir do seu crescimento, como um organismo que se desenvolveu ao longo do tempo, permite construir dela uma imagem de conjunto, mais ponderada e menos incompleta que aquela fornecida pela apreensão direta da paisagem. Esta visão global, na qual se associam o estudo de mapas e a pesquisa de campo, é constituída aos poucos. Ela relaciona as linhas de força do território geográfico com os grandes traçados que organizam a aglomeração (PANERAI, 2014, p. 77).

Apesar da importância dos processos morfológicos identificados na obra de Conzen, a título de melhor adequação à pesquisa empírica, recorre-se a dois autores chaves para seguir adiante: Carlos Dias Coelho (2018) e Tereza Marat-Mendes (2015), respectivamente, nas abordagens conceituais sobre modelos de evolução do tecido e propriedades do tecido urbano, acreditando que seja seguramente uma escolha estratégica.

A obra de Carlos Dias Coelho configura três **modelos de evolução do tecido** provocados pela ação do tempo: adição, sobreposição e sedimentação. Tereza Marat-Mendes estuda o que denomina de **propriedades da forma urbana**<sup>165</sup>, ou seja, seu inerente comportamento/qualidade/característica que faz com que a mesma seja susceptível a um determinado tipo de transformação<sup>166</sup>, seja em relação aos aspectos físicos, seja no tocante aos usos e funções, quais sejam: a adaptabilidade, a continuidade, a flexibilidade e a resiliência.

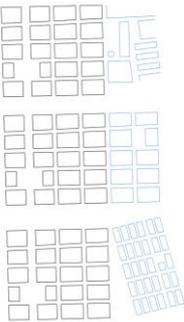
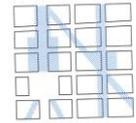
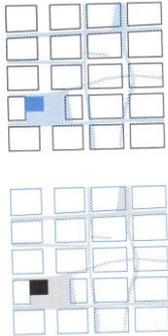
Apesar do fundamento das classificações dos dois autores se basearem em conceitos distintos, ou seja, na “evolução do tecido” e no “comportamento da forma”; o Quadro 03 a seguir expõe uma tentativa de estabelecer um panorama para percepções dos mesmos à luz

<sup>165</sup> Segundo a autora, tais propriedades, quando apreendidas podem ser um importante instrumento para subsidiar processos de planejamento urbano.

<sup>166</sup> Segundo a autora, dentre os princípios ou normas que determinam a propriedade física da forma urbana (desenho, forma e materialidade), se enquadram a interferência do ato criativo do desenho e os mecanismos legais, políticos e econômicos que delimitam regulamentos sobre a mesma.

dos principais processos de abrangência morfológica, entendendo que ambos dialoguem em contexto correlato na evolução da forma física da cidade por intermédio da ação do tempo.

Quadro 3 - Resumo analítico dos principais processos morfológicos e suas derivações: sub processos e comportamento da forma

Principais processos morfológicos	Autores			
	Carlos Dias Coelho		Tereza Marat-Mendes	
	Sub processos de evolução do tecido	Características	Comportamento da forma	Características
Transformação	Adição 	Adição de elementos urbanos, extensão de um traçado, justaposição de traçados articulados, porém distintos dos pré-existentes	Continuidade	Capacidade da forma urbana continuar a existir ou a manter a sua forma original
	Sobreposição 	Sobreposição a um tecido urbano preexistente com intervenção urbana deliberada e mais radical, contendo rasgamento no tecido e demolições	Adaptabilidade	Capacidade da forma urbana ser propícia a um novo uso ou propósito
			Flexibilidade	Capacidade da forma urbana de se adaptar facilmente a novos usos ou estilos
Permanência	Sedimentação 	Fenômeno comum a todos os tecidos urbanos onde a tensão entre espaço edificado e espaços livres públicos caracteriza processos de deformação em tempo alargado	Resiliência	Capacidade da forma urbana de assumir variadas funções ou significados, de ser utilizada e apropriada de distintas maneiras, mas mesmo assim não deixar de dar seguimento aos princípios estruturais que estiveram na sua origem / balanço entre continuidade e transformação

Fonte: Elaborado pela autora a partir das leituras de Dias Coelho (2018); Marat Mendes (2015)

Quanto aos sub processos de evolução do tecido considerados, o Quadro 04 a seguir sintetiza os principais aspectos apreendidos:

Quadro 4 - Síntese analítica dos sub processos considerados

<b>SUBPROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA MORFOLÓGICAS</b>			
<b>ADIÇÃO</b>	<b>Definição:</b> crescimento e expansão urbanas à luz da justaposição entre dois tecidos urbanos		
	<b>Componentes Fundamentais</b>	<b>Elementos de análise</b>	<b>Principais características analíticas</b>
	Suporte Infraestrutural	Configuração fisiológica (solo) e hidrológica (água)/aterros	Articulação entre áreas funcional e morfologicamente distintas Co-presença de diversidade infraestrutural em escalas diferenciadas Relação de aterros como suporte a diversas infraestruturas Suporte para acolhimento de atividades e capacidade de adaptação a novos usos
	Tecidos Urbanos	Organização dos tecidos urbanos	Configuração tecidual resultante do processo de adição Diversidade de tecidos que conformam o território Lógicas de crescimento urbano (econômica, imobiliária, ideológica, demográfica)
	Articulação urbana	Espaço público singular	Nível de integração funcional, espacial e hierárquica do espaço público singular entre os tecidos e o suporte infraestrutural Potencial para a qualidade espacial e dos espaços infraestruturais
<b>SOBREPOSIÇÃO</b>	<b>Definição:</b> reconstrução urbana a partir da sua origem à luz de cruzamento entre elementos urbanos preexistentes e novos, resultando em um único tecido urbano		
	<b>Componentes Fundamentais</b>	<b>Elementos de análise</b>	<b>Principais características analíticas</b>
	Sobreposição parcelar (sobreposição parcial do tecido novo sobre o precedente) Sobreposição simples (sobreposição pontual do tecido novo sobre o precedente) Sobreposição composta (sobreposição abrangente do tecido novo sobre o precedente)	Tecido novo x tecido precedente	Sobreposição de tecidos em grandes reformas e intervenções urbanas pautadas na idealização de uma nova imagem de cidade Tensão entre valores da cidade que se herda e da cidade que se deseja Incapacidade funcional do tecido urbano precedente perante necessidades e aspirações sociais e culturais da sociedade Deliberação política sobre os tecidos Ocorrência de processos dolorosos decorrentes de perda de elementos simbólicos do tecido precedente Eixos estruturantes de dimensões e características formais distintas das existentes, rasgamento ou abertura de artérias e novas dimensões de parcelas tendendo a padronizações Alterações de formas ou funções do tecido existente
	<b>Definição:</b> evolução natural de todos os tecidos urbanos		
<b>SEDIMENTAÇÃO</b>	<b>Componentes Fundamentais</b>	<b>Elementos de análise</b>	<b>Principais características analíticas</b>
	Sedimentação por deformação (lenta ou radical/metamorfose)	Movimento individual de cada elemento morfológico	Reconfiguração lenta (ou radical) do tecido perante as tensões entre espaços edificados e livres
	Sedimentação por regularização		Controle de um tecido pelo poder público em decorrência de ações regulamentadoras, podendo ocorrer substituições pontuais do edificado

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Dias Coelho (2018)

Diante do exposto, entende-se que, dos “sub processos” de evolução do tecido, os mais oportunos e expressivos de apreensão diante da tese sejam a **sedimentação** e a **sobreposição**

e suas relações com o **sítio físico, os espaços livres públicos e o edifício singular**<sup>167</sup>. É válido também considerar que os processos, mesmo apreendidos separadamente, não são excludentes entre si (DIAS COELHO, 2018).

Quanto ao comportamento da forma, o termo **resiliência**, ainda inconsistente na literatura segundo Meerow, Newell e Stults (2016), vem tomando evidência como uma meta importante para as cidades principalmente em decorrência da urbanização e mudanças climáticas. Os autores a partir de uma vasta revisão de literatura se esforçam a traçar a seguinte definição:

A resiliência urbana refere-se à capacidade de um sistema urbano - e de todas as suas redes socioecológicas e sociotécnicas constituintes em escalas mundiais e espaciais - manter ou retornar rapidamente as funções desejadas diante de um distúrbio, se adaptar às mudanças e transformar rapidamente os sistemas que limitam a capacidade de adaptação atual ou futura” (MEEROW; NEWELL; STULTS, 2016, p. 39).

Entende-se que tal definição alcança questões estruturais mais amplas inclusive de escalas, mas que pode ser reportada para um objeto de estudo específico à luz dos processos morfológicos e de uma escala local<sup>168</sup>.

Posto isso, acredita-se que a questão da **resiliência urbana** no que tange as duas variáveis da pesquisa ilumina a verificação da hipótese da tese acerca da **centralidade**, haja vista sua condição intermediária entre aspectos de continuidade e transformação (MARAT-MENDES, 2015), ou mesmo entre aspectos de manutenção ou capacidade de adaptação (MEEROW; NEWELL; STULTS, 2016). Estes últimos autores lançam uma série de perguntas consideradas pertinentes para as interpretações desejadas sobre o tema, quais sejam: resiliência para que e para quem? quando? onde? por que? Ou seja, se a resiliência pode se manifestar nas cidades em qualquer escala de análise e são também mediadas pelo tempo, quais são seus sustentáculos?

### 2.3 As áreas centrais e o sentido de centralidade urbana

As áreas centrais<sup>169</sup> são geralmente providas de uma estrutura urbana complexa dotada de qualificação infraestrutural e carregadas de história, memória, símbolos e trabalho

<sup>167</sup> Em relação ao plano urbano, as parcelas não serão tomadas para análise, já que a ênfase será dada pelos elementos morfológicos já mencionados, acreditando serem esses os mais estratégicos para atingir o objetivo da tese.

<sup>168</sup> Botechia (2019), por exemplo, faz uma aproximação da noção de resiliência pela perspectiva do processo de persistência morfológica ao reportar seus estudos para as praças de maior longevidade da capital capixaba.

socialmente produzido. Sua importância não só se estabelece sob o ponto de vista cultural, mas também econômico (FARRET, 2006). Trata-se, pois, de um “núcleo de formação que um dia se constituiu por si só como toda a cidade, acumulando todas as suas funções e dinâmicas” (VITÓRIA, 2006, p.3) e que, no caso daqueles formados a partir do período colonial brasileiro, acolheu as primeiras edificações de ordem religiosa e seus espaços públicos fronteiriços.

Sob o ponto de vista histórico, o centro pode ser compreendido, segundo Panerai (2014, p. 141), como a porção mais antiga do território e que se configura como integração de formas e miscelânea de funções em escala ampla<sup>170</sup>:

[...] seu todo é caracterizado pela existência de uma massa edificada onde coexistem antiguidades, variedade e diversidade, pela clareza dos espaços públicos e cuidado no seu tratamento, por uma forte concentração de equipamentos públicos e instituições, pela presença expressiva de atividades comerciais, pela complexidade das funções.

Os centros se comportam como “ponto de convergência e de divergência, chegada e partida, nó do sistema de circulação para onde as pessoas se deslocam para praticar suas atividades que se interagem com outras, localizadas na cidade ou até mesmo fora delas” (SPOSITO, 1991, p.6). Ao que parece, além de Sposito, vários autores corroboram na condição do centro como estrutura nodal na circulação urbana, conferindo sua forte relação com os sistemas de transportes (SILVA, 2013, CASTELLS, 2000; PANERAI, 2014; SERPA, 2016).

Já, Barreto adiciona no que tange à confluência de fluxos, aqueles referentes ao capital e às decisões, e ainda insere a questão da forma urbana em relação às áreas centrais no que tange aos componentes físicos que tendem a ser ali convergentes (BARRETO, 2010, p.35).

As áreas centrais constituem-se, pela sua importância na dinâmica da cidade, como espaços atractivos, nelas confluindo os fluxos de pessoas, automóveis, capitais, decisões e, essencialmente, mercadorias. Pela sua intensidade, esses fluxos, subordinados à acessibilidade e às vantagens inerentes à proximidade, são responsáveis pela concentração de uma vasta gama de actividades, propiciando uma maior acumulação de capital por parte dos actores em presença. Nesse sentido, a forma urbana reflecte também os efeitos da concentração de pessoas, de actividades e equipamentos.

<sup>169</sup> Historicamente, segundo Vargas e Castilho (2006), os centros das cidades têm recebido diversas adjetivações, como centro histórico, de negócios, tradicional, de mercado, principal, urbano ou apenas centro.

<sup>170</sup> Em se tratando de escalas, as reflexões de Villaça revelam que configurações territoriais para além da área tradicionalmente delimitada como centro participam da configuração que o condiciona como tal: “[...] nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro” (VILLAÇA, 1998, p. 238).

Castells (2000, p. 314), enfatiza a conceituação do centro desprendida da centralidade geográfica e a articula a um processo de concentração funcional sujeito às dinâmicas das estruturas urbanas:

O centro urbano então não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel na comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana. Quer dizer que não podemos assentar o centro urbano, e sim que é necessário defini-lo com relação ao conjunto da estrutura urbana.

Ainda em Castells, o centro pode assumir diferentes papéis a depender do ponto de vista semântico da cidade. Em se tratando do papel simbólico exercido pelo centro tradicional, por exemplo, este se associa a determinados valores implantados no aglomerado urbano e vinculados à sua estrutura urbana (social e espacial).

Ao que parece, a ideia de centro traz forte aderência com as relações espaciais e com as formas espaciais e expõe o sentido de centralidade como qualidade inerente. Nestes termos, Silva (2013) considera que a centralidade seja justamente a capacidade de polarização, de integração ou dispersão, que se manifesta a partir de uma materialidade, caracterizando-se como algo imaterial, podendo apresentar diferentes graus de polarização, a depender das intensidades de fluxos de pessoas, veículos e mercadorias que se dirigem ao centro, se dispersam a partir dele ou perpassam por ele.

Nesta linha de raciocínio, em relação aos centros das cidades, para Sposito (1991, p. 6)<sup>171</sup>, a centralidade “[...] pressupõe, provoca e reforça o traço concentrador desta área”, que pode inclusive se manifestar em outras áreas das cidades, ou seja, nos centros secundários, em diferentes potências para diferentes setores da cidade, possuindo várias escalas de atuação/atração e se configurando como áreas de interesse e de convergência.

Serpa (2016) aponta as atividades terciárias como as principais a estimular a centralidade, o que de fato parece ser bem coerente quando se extrapola a reflexão para além das áreas centrais principais. No entanto, o autor (2016, p. 99) reconhece que é necessário ampliar a reflexão da centralidade para além das formas, estruturas urbanas e de métodos hierarquizantes, mas como “conteúdo da vida e da reprodução da vida no cotidiano”. Para estes casos, ele esclarece que o processo de formação e consolidação de centralidades é dinâmico, lento e histórico. Acredita-se que tais dinâmicas tenham aderência com as práticas

---

<sup>171</sup> Neste contexto Serpa (2016) ressalta que, a depender da situação dos centros secundários, nem todas as características que asseguram a ideia de centro acontecem de forma conjunta, citando como exemplo os casos das centralidades nas periferias metropolitanas, onde o fator acessibilidade não se manifesta de forma satisfatória.

cotidianas e corriqueiras já analisadas a partir de Carlos (2007), iluminando, assim, a forte relação das práticas socioespaciais com o sentido de centralidade urbana.

Aproximando a abordagem com a área de estudo da tese, três apontamentos são importantes. O primeiro é dado pela condição de identidade a partir do sentido de centralidade. Nas palavras de Rossa (2002, p. 19) o centro deve ser entendido sobre a ótica metodológica de um “centro de identidade urbana”, para onde convergem grande acessibilidade e atrações que, “em permanência, desenvolvem o seu pulsar de identidade”. Tal assertiva confere à consolidação processual do sentido de centralidade, forte aderência com o lugar, a começar por sua inserção urbana, o que de fato é muito peculiar para o caso do urbanismo português sob o olhar de Fernandes:

[...] a conceptualização inicial do assentamento urbano é determinada pela eleição de um sítio onde se desenha uma primeira noção de centralidade com a implantação de uma função excepcional, cuja localização depende simultaneamente de uma posição estratégica no território e de uma estreita relação com as vias de comunicação territoriais, tanto dos caminhos terrestres como das rotas marítimo-fluviais (FERNANDES, 2018, p.73)<sup>172</sup>.

O autor destaca ainda, neste contexto, a articulação entre caminho e sítio; circulação e lugar simbólico; rua e praça; enaltecendo a condição da praça como elemento indutor de centralidade (FERNANDES, 2018, p. 75):

A relação entre o caminho e o sítio eleito para o assentamento constitui a matriz genética de uma lógica de organização do espaço urbano concebido a partir da relação indestrutível entre o eixo estratégico de circulação e o lugar simbólico de permanência e centralidade, um conceito que sem exprime no encadeamento da rua principal com a praça.

O segundo apontamento refere-se à perspectiva que Serra (1987) e Panerai (2014) trazem de que a expansão urbana esteja diretamente associada a suspeita da centralidade para onde se convergem atividades importantes neste processo de crescimento, fato a ser examinado a partir do objeto de estudo.

Já o terceiro, refere-se à questão que Castells (2000) coloca do centro simbólico inserido em um contexto onde os signos vinculam-se ao enaltecimento de certos valores, o que pode justificar as transformações de grande vulto, voltadas à área central de Vitória entre os séculos XIX e XX.

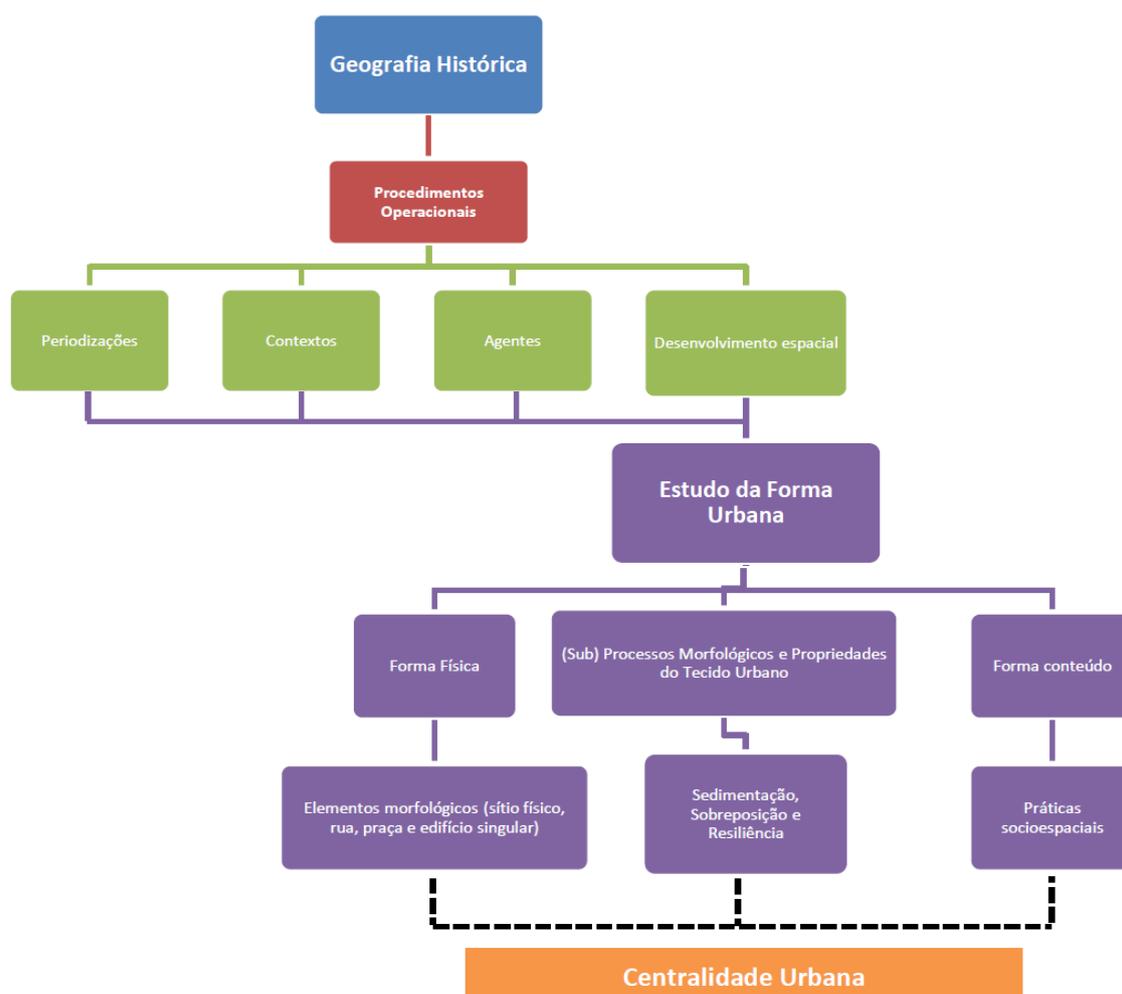
---

<sup>172</sup> O autor faz parte da equipe coordenada por Carlos Dias Coelho no Laboratório de Pesquisa FORMA URBIS Lab, em Portugal.

A partir das abordagens, nota-se que a centralidade pressupõe diversos componentes e se faz presente em diferentes escalas, intensidades e contextos. Em relação ao centro principal e tomando a origem do lugar com intenções locacionais estratégicas à luz de um repertório ideológico nada desprezível, os componentes associados à inserção urbana, às articulações viárias que permitiram expansões com características de novas centralidades, aos usos diversificados do solo alavancados pelo dueto igreja e largo e à vocação do lugar para acolher e atrair pessoas, parecem protagonizar e fortalecer o sentido de centralidade no que tange a parâmetros de continuidade, ou melhor, de permanência.

Sendo assim, resgatando toda a exposição até aqui empreendida, o Organograma a seguir (Figura 34) foi elaborado no esforço de sintetizar o caminho teórico conceitual e metodológico que engatilharão a análise empírica, adiante, a partir da hipótese de centralidade embrionária.

Figura 34 - Organograma sintetizado do percurso teórico metodológico da tese



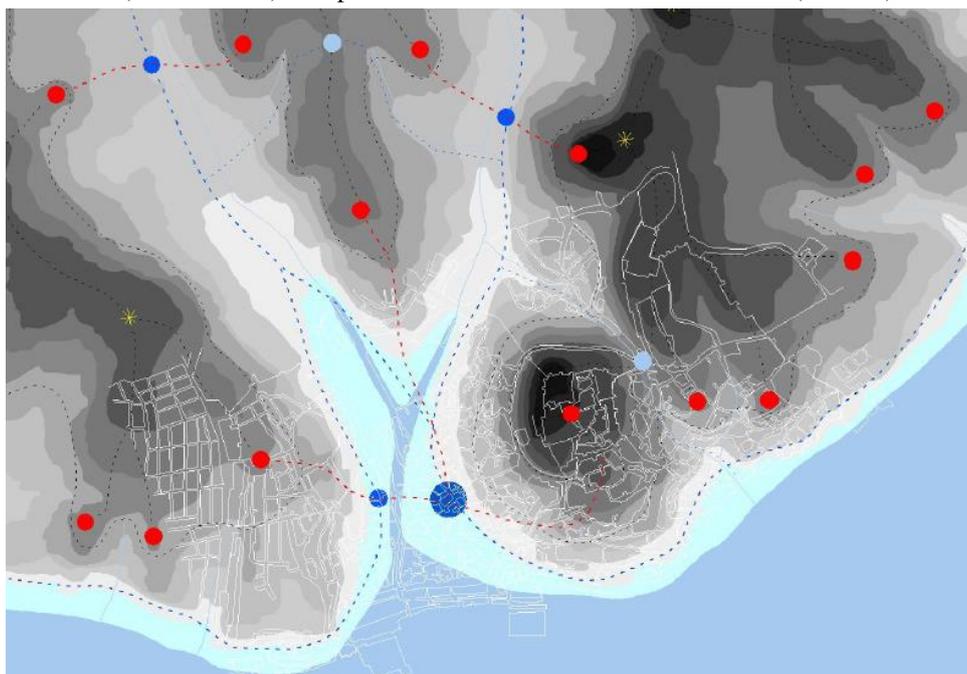
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

## 2.4 Estudos correlatos

Considerando os três elementos morfológicos já apontados como os mais articulados com a tese, quais sejam, o sítio físico, o espaço livre público e o edifício singular este tópico traz estudos correlatos que enquadram tais elementos dentro da apreensão da Forma Urbana em viés temporal e espacial, a partir de sete abordagens: Guerreiro (2002); Abreu (2009); Botecchia (2018a); Costa e Gimmler Netto (2015); Sampaio e Soares (2021) e Araújo (2019).

Em estudos sobre a evolução da estrutura urbana de Lisboa como aplicação do modelo dos ciclos territoriais desenvolvidos por Caniggia<sup>173</sup>, a dissertação de Guerreiro (2001) mostra a distribuição de pontos nodais e assentamento de cumeada, a partir da apreensão topográfica (Figura 35) e sua relação com a inserção de largos e igrejas.

Figura 35 - Estudo para a evolução da estrutura urbana de Lisboa (2º Ciclo - fase de consolidação, período romano) com destaque para percurso de fundo de vale e de ligação, além de pontos de assentamento de cumeada (em vermelho) e de ponto nodal em fundo de vale ou cota alta (em azul)



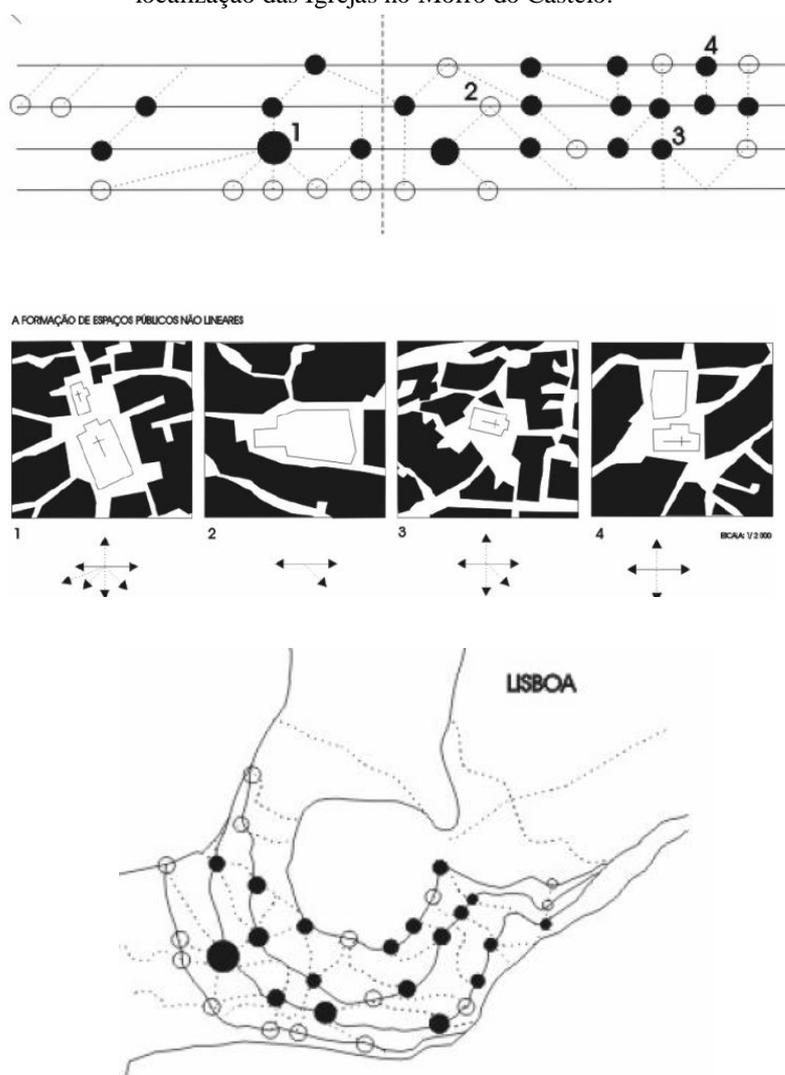
Fonte: Guerreiro (2001)

Já a Figura 36 indica a configuração de largos e igrejas a partir da convergência de linhas topográficas, não deixando de evidenciar a centralidade do lugar a partir da aproximação significativa impressa pelo edifício singular e seu espaço livre público fronteiriço:

<sup>173</sup> Tal metodologia discorre sobre as tipologias do ambiente natural e construído, nas suas diferentes fases históricas e territoriais (CANIGGIA, 1995, apud GUERREIRO, 2001).

A existência muito clara de várias circulares paralelas às curvas de nível, desde o topo até à base da colina do castelo, ligadas por percursos oblíquos, por forma a mais facilmente vencerem a pendente e a colocação das igrejas nos pontos de intercepção desses caminhos, onde habitualmente se gera um largo, são certamente obra do povo cristão e da cultura portuguesa que representam uma forma de reestruturação e racionalização do espaço (GUERREIRO, 2001, p. 192) .

Figura 36 - Indicação de malhas urbanas de cumeeada, meia encosta, fundo de vale e em percurso costeiro com localização das Igrejas no Morro do Castelo.



Fonte: Guerreiro (2001), adaptado de planta de João Nunes Tinoco (1640)

O trabalho, além de indicar um método para respaldar escolhas sobre o território, mostra a relação que tais escolhas têm entre sítio físico, largo e edifício singular. Já, em uma abordagem retrospectiva e com forte auxílio de bases cartográficas, a obra de Botechia (2018a), enfatiza a questão topográfica do sítio físico na condição do papel da linha de talvegue como caminho natural, supondo que o eixo tratado como objeto de estudo possa ter sido a persistência de uma antiga trilha indígena antes do período colonial (vide Figura 33).

Em se tratando de caminhos primitivos, Abreu (2009) chama atenção para três deles que fizeram a conexão das cidades Alta e Baixa no Rio de Janeiro em seus primórdios coloniais: um no sopé do morro onde atracavam canoas indígenas, outro menos íngreme que se conectava com uma antiga trilha indígena associada ao rio e fonte de abastecimento de água e um terceiro, aberto a partir de obras na rocha. Outro aspecto relevante citado pelo autor refere-se à descida da colina para a várzea. De pouca extensão e superfície irregular formada por quatro platôs articulados por ladeiras, a colina configurava elementos marcantes como rua Direita, praça e igreja. No entanto, já em meados de 1570 a urbe foi direcionada para a várzea, na parte baixa, passando a ser ali seu centro de gravidade, o que pode sugerir o deslocamento de centralidade a partir de estratégias de adensamento urbano.

Interessa também indicar estudos correlatos no sentido do resgate da condição do dueto igreja e adro na formação e desenvolvimento da evolução urbana, recorrendo à aplicação da abordagem histórico-geográfica para Ouro Preto (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015) especificamente em relação aos quatro primeiros períodos<sup>174</sup> identificados. O 1º primeiro período morfológico (Morfogênese) marca a fundação dos oito arraiais em decorrência da descoberta do ouro, cada qual acompanhado da construção de uma capela provisória e seu adro, configuração que marca a origem do tecido urbano e o ponto a partir do qual os povoados crescem (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

No segundo período, dois povoados que são ligados pelo Caminho Tronco se juntam na condição de vila (Vila Rica), cuja sede foi localizada próxima à Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Antônio Dias, um dos povoados. Neste período, a capela singela do povoado de Pilar foi substituída por um templo maior, estruturado em madeira nobre, em seguida também substituído por uma igreja mais robusta. Com a maior importância dada à igreja, ao redor dos adros são inseridas, aos poucos, as atividades comerciais.

No terceiro período, a praça principal da vila é construída no morro de Santa Quitéria que, aplainado para a construção do centro administrativo de Vila Rica, une dois povoados nesta articulação. Tal praça, posteriormente denominada de praça Tiradentes, teve o papel de construir ali uma centralidade única entre os dois antigos núcleos. A partir daí ocorre o ápice do desenvolvimento econômico na exploração aurífera e consolida-se um tecido urbano expressivo. No quarto período a Vila Rica é elevada à categoria de cidade (Ouro Preto) com consequente aglutinação de atividades de usos residencial, misto, institucional e comercial ao

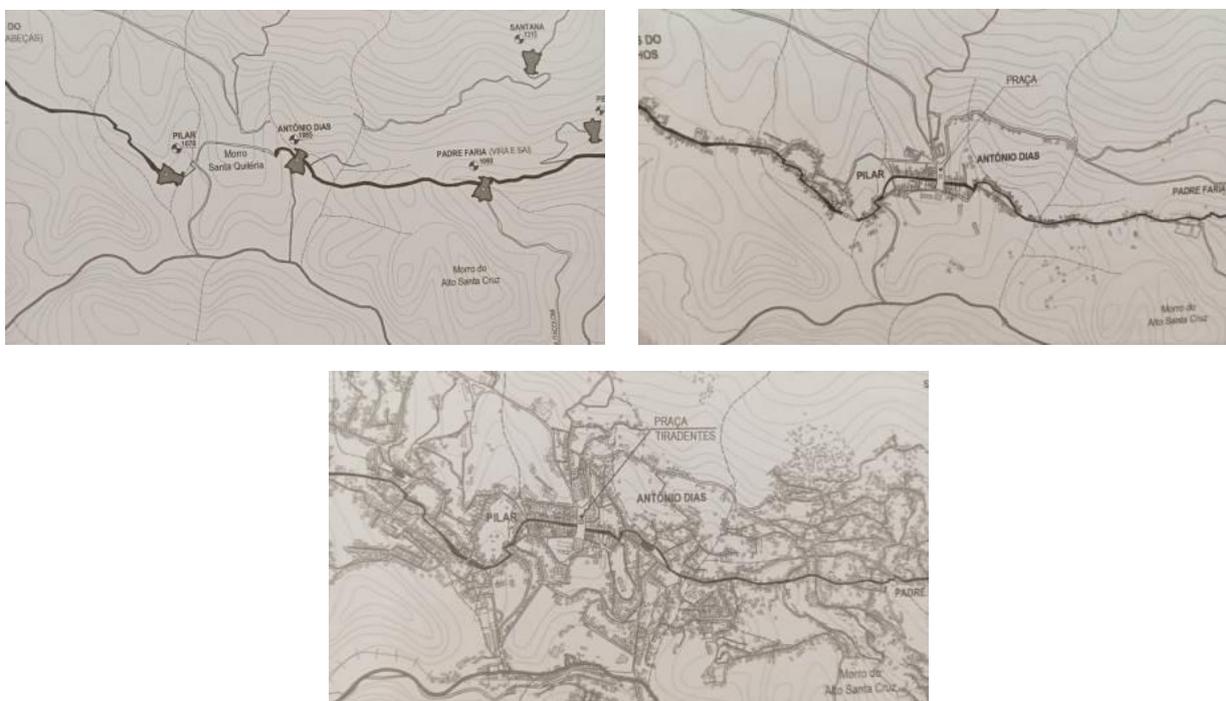
---

<sup>174</sup> Os quatro primeiros períodos foram os seguintes: a Morfogênese (1698-1710), a criação da Vila Rica (1711-1740), a consolidação da Vila Rica (1741-1824) e a Cidade de Ouro Preto (1825-1896) (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

redor dos largos das igrejas que se consolidam como pontos focais com características de centralidade.

Os quatro primeiros períodos no que tange à formação de adros e largos das igrejas mostram como tais inserções se mantiveram mesmo diante de substituições de capelas por igrejas e destas por outras maiores, consolidando um ponto intencional de centralidade muito bem representado na ocasião em que a praça é inserida como elemento de conexão entre os dois povoados. Identifica-se, assim, a permanência do uso religioso e das inserções urbanas a ele associadas, o que evidencia a potência deste dueto em Ouro Preto, mesmo diante de processos de transformação da paisagem urbana (Figura 37).

Figura 37 - Inserção da praça como elemento de conexão e forte identidade na trama urbana de Ouro Preto. Da esquerda para a direita, 1º, 3º e 7º períodos morfológicos identificados



Fonte: Costa e Gimmler Netto (2015)

Constatação no mesmo sentido também foi retratada por Botechia (2018a) para as praças do Centro de Vitória, onde aponta a partir das características do processo de gênese e metamorfose de praças, o sentido de persistência de localização sobre o da forma física, a exemplo do largo da Conceição que se transformou em praça Costa Pereira. Tal constatação oferece ao objeto de estudo da tese mais uma lacuna no sentido de se compreender os aspectos subjacentes associados à inserção urbana do lugar.

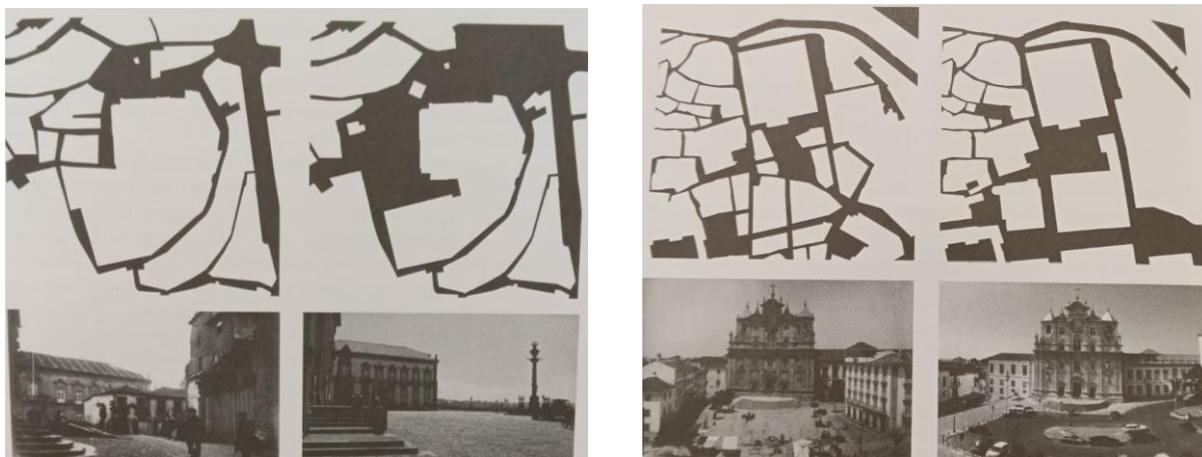
Relações entre conceitos identitários, transformações morfológicas e praças públicas, por sua vez, guardam interessante constatação nos estudos de Silva impressos na obra “Os

elementos urbanos” de Dias Coelho (2018). No capítulo destinado exclusivamente às praças, Silva (2018, p. 84) discorre sobre sua importância identitária nas intervenções e transformações sobre o tecido urbano de Portugal no século XX que, ao procurar valorizar seus conjuntos patrimoniais, trataram as praças como “propulsoras de lógicas espaciais e da organização da própria cidade”. O autor registra, pois, três classificações de praças neste contexto: as “praças criadas” a partir de concepções de valores e ideias tradicionais de praça; as “praças recuperadas” tendendo a estabelecer equilíbrios entre passado e presente à vista da preservação de valores culturais e históricos; e as “praças perdidas” com prejuízo de sua identidade ou das vivências urbanas, em favor da exaltação do lugar.

Em relação às praças “criadas” e “perdidas” que parecem dialogar melhor com o contexto do objeto de estudo desta tese, respeitadas certas divergências temporais, Silva aponta dois exemplos interessantes em Portugal. Um deles refere-se à transformação da rua das Tendas para abertura da praça Dom Afonso Henriques, no Porto, em 1940, no terreiro frontal à Sé do Porto, com objetivo de sua monumentalização. Para tanto, houve demolições de quarteirões e edifícios, inclusive da capela de Nossa Senhora de Agosto, gerando um novo espaço livre público com novos valores e vivências. O autor enfatiza que nestes casos, as transformações morfológicas trazem perdas nas dinâmicas urbanas, onde são “suprimidos elementos do convívio diário, como os bancos de jardim ou o mercado de rua, fazendo da permanência e uso características pontuais ou simplesmente inexistentes” (SILVA, 2018, p. 90).

No que tange às “praças perdidas” um dos estudos empíricos remete à transformação do largo da Feira na Alta de Coimbra a partir de um tecido histórico precedente. Visando a retidão das formas, o largo foi desconfigurado tendo seus limites redefinidos em uma intervenção cênica que recebeu novos edifícios e perdeu outros. No caso do antigo colégio das Onze Mil Virgens (atual Sé Nova) manteve-se como elemento importante, mas agora deslocado geometricamente de um eixo central norte sul que se associa à nova remodelação urbana do largo. O autor enfatiza que aqui também houve prejuízo da identidade física e vivências típicas do lugar, atualmente utilizado como estacionamento (Figura 38).

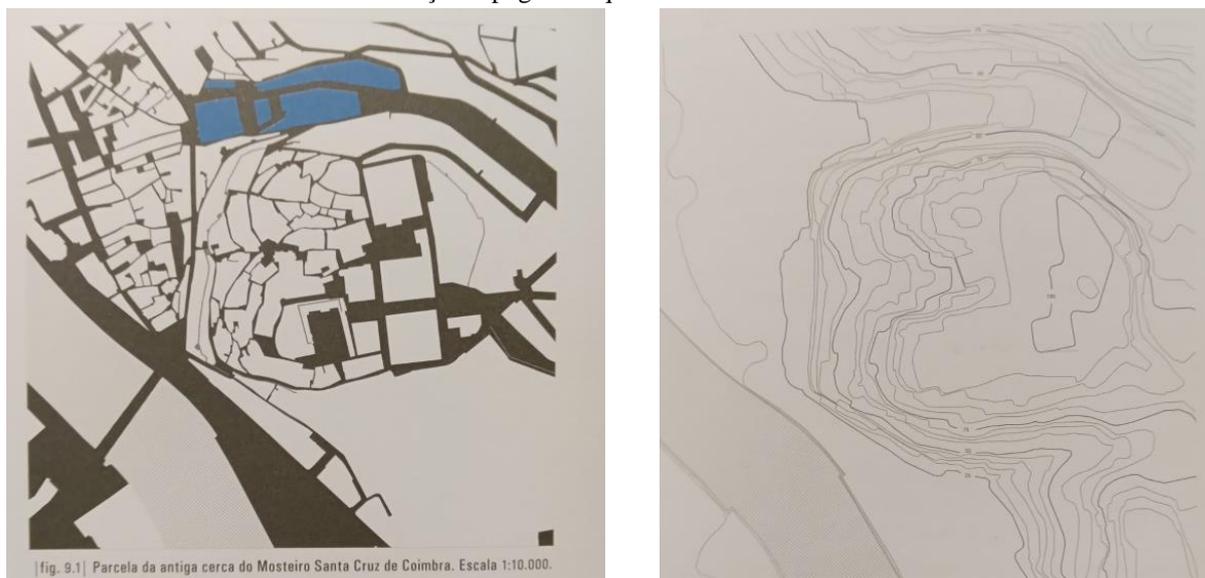
Figura 38 - À esquerda, transformações morfológicas para abertura da praça Dom Afonso Henriques, no Porto, em 1940 e à direita, reconfiguração do largo da Feira em Coimbra, em 1950



Fonte: Dias Coelho (2018)

Outro estudo relevante em Portugal foi aplicado por Walter Rossa (2018), em Coimbra, e trata da evolução de uma área consolidada com forte carga simbólica e valor patrimonial, cuja estrutura física embrionária já se apresentava com vocação de encruzilhada. Trata-se da parcela originalmente construída em 1131 para a instalação do Mosteiro de Santa Cruz da Congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, área que contempla a atual praça 8 de Maio. Conjectura-se que fora originalmente encontro entre dois percursos (margem do rio e vale da Ribeira) e que ali acometeram uma sucessão de cheias e assoreamentos. O autor aponta que seu suporte territorial foi o resultado da interação sedimentar do vale com o rio, que embasou seu eixo primário de organização tecidual. Esta confluência de águas despontou necessidades de tratamento para acesso à colina, catalisou um núcleo com características rurais em torno de um templo formando pequeno povoado e bairro e consolidou as características de encruzilhada da área.

Figura 39 - À esquerda, destaque para a parcela da antiga cerca do Mosteiro Santa Cruz de Coimbra e à direita, relevo da cidade e a conformação topográfica que deu característica de encruzilhada à área

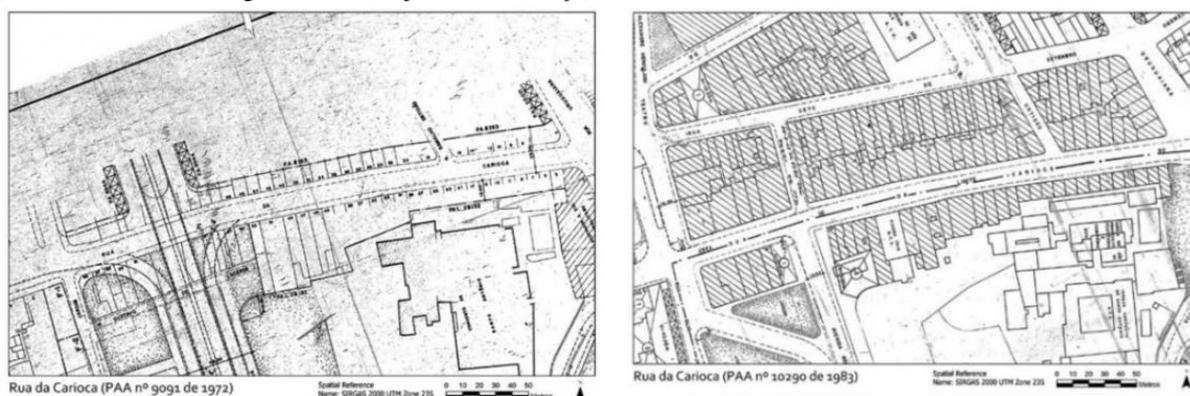


Fonte: Rossa (2018)

Em relação à centralidade, percebe-se a importância das escalas onde o “pulsar” de um contexto mais específico poderia ser entendido como subcentralidade de um contexto mais amplo. O artigo de Sampaio e Soares (2021) indica a nítida associação entre as problemáticas da rua da Carioca àquelas identificadas no Centro do Rio de Janeiro, quanto ao esvaziamento e decadência de determinadas atividades. Assim sendo, à rua coube o papel de reprodução de diferentes processos urbanos vinculados ao centro da cidade, inclusive aqueles relacionados a aspectos positivos, a exemplo de dinâmicas de urbanidade.

Os autores fazem uma leitura instrumentalizada evolutiva para compreensão do tecido urbano como patrimônio urbanístico, apontando uma série de intervenções desde seu alargamento nas reformas de Pereira Passos até processos de planejamento que alteraram uma estrutura viária de grande porte prevista em 1972 em função da proposta de tombamento encadeada na década de 1980.

Figura 40 - Planejamento do traçado da rua da Carioca em 1972 e 1983

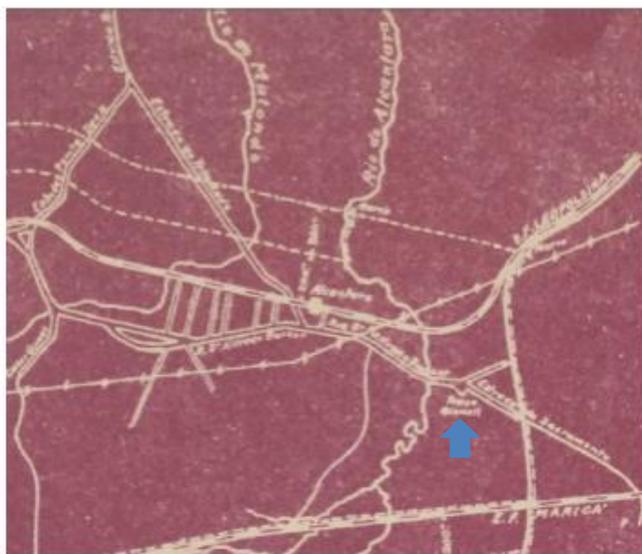


Fonte: Acervo SMU RJ (*apud* SAMPAIO; SOARES, 2021)

O estudo sugere, assim, que aspectos positivos de centralidade também possam reverberar em escalas próximas e relacionais, o que de fato contribui ao se pensar no objeto de estudo desta tese e a condição da praça Costa Pereira e seu entorno como área historicamente sujeita a intervenções urbanas.

Outra abordagem neste sentido, também no estado do Rio de Janeiro, tenta compreender a centralidade da localidade de Alcântara, uma das mais importantes no contexto do município de São Gonçalo. Araújo (2019), em seu artigo justifica tal processo a partir de um contexto histórico onde os serviços urbanos, a localização estratégica e demais amenidades respaldadas pela convergência de vias (ferroviárias e de bondes), pela presença do porto e do largo de Alcântara, que veio a se tornar praça Carlos Gianelli, juntos e em processo temporal, consolidaram ali um sentido de centralidade. O então largo fora núcleo circundado por diversas fazendas de produção agrícola, incipiente palco de atividades econômicas, relações sociais e manifestações políticas; portando-se como polo vocacional de crescimento e ponto nodal, à luz de sua formação embrionária (Figura 41).

Figura 41 - Parte do mapa do município de São Gonçalo (1938), onde se observam os traçados das estradas de ferro e o incipiente traçado viário urbano próximo à “Praça Gianelli” com destaque em seta



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional (*apud* ARAÚJO, 2019)

Portanto, os estudos correlatos aqui compilados registram o entrelaçamento da pesquisa empírica com as possibilidades investigativas na escala local, cujos parâmetros analíticos asseguram à dimensão espacial e temporal, sua importância.

#### 2.4.1 ANÁLISES SINTETIZADAS ACERCA DOS ELEMENTOS MORFOLÓGICOS

No esforço de sintetizar as análises para o estudo de caso da pesquisa, os Quadros 05, 06 e 07 a seguir propõem a apreensão dos itens a serem pesquisados para cada um dos elementos morfológicos elencados, inter-relacionados com as questões dos processos morfológicos e com as abordagens até aqui empreendidas. Assim, foram itemizados parâmetros de permanência morfológica e de centralidade urbana que poderão ser empiricamente constatados ou não<sup>175</sup>. Soma-se o fato de se tentar estabelecer, sempre, a relação interdependente entre os elementos em situação bidimensional e sua conexão com os processos morfológicos, as práticas socioespaciais e os fatores, contextos e agentes que serão considerados a partir de uma periodização inicial.

<sup>175</sup> A escolha dos quatro elementos não implica que outros deixem de ser examinados. Na verdade, cada elemento urbano tem sua própria configuração mediada pelo tempo na evolução das cidades (DIAS COELHO, 2018).

Quadro 5 - Apreensões analíticas sobre o sítio físico

<b>ANÁLISE SINTÉTICA DA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS ELEMENTOS MORFOLÓGICOS</b>			
<b>SÍTIO FÍSICO</b>			
<b>Principais autores pesquisados:</b> José Garcia Lamas, Carlos Dias Coelho (FORMA URBIS Lab), Geraldo Serra, Nestor Goulard Reis Filho, Philipe Panerai, Murilo Marx, Manuel Teixeira e Pedro Vasconcelos			
<b>Elementos de análise</b>	<b>Itens investigativos</b>	<b>Parâmetros de permanência morfológica</b>	<b>Parâmetros de centralidade urbana</b>
Cursos de água	Relações com o traçado urbano Relação com aterros Localização de edificações singulares Possíveis caminhos precedentes Relações com modelos de crescimento do tecido Linhas e polos de crescimento Barreiras e limites de crescimento	Percursos Direções e sentidos Conexões significativas Acomodações no sítio	Acessibilidade e situação plana do sítio Localização dos cais e praias de acesso Ponto de encontro de cursos d'água
Topografia	Relações com o traçado urbano Localização de edificações singulares Possíveis caminhos precedentes Relações entre linhas de fecho/talvegue e edifícios singulares Conexões Cidades Alta e Baixa	Ligações estratégicas Sítio acidentado e plano Relação histórica com edifícios singulares	Convergência de linhas topográficas Conexões de lugares Centralidade e expansões primárias
Suporte infraestrutural	Relações com o traçado urbano Relação com aterros Expansão de vias e lógica de crescimento urbano Conexão entre espaços livres públicos Desejos e necessidades	Diversificação de atividades do solo Densidade urbana e segregação socioespacial Persistência de rede de espaços públicos conectados Obras onerosas em áreas aterradas	Intenção de centralidade em direção à Cidade Baixa Concentração de atividades urbanas Pontos nodais de fluxos e atividades

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos autores supramencionados

Quadro 6 - Apreensões analíticas sobre o edifício singular

<b>EDIFÍCIO SINGULAR</b>			
<b>Principais autores pesquisados:</b> Carlos Dias Coelho (FORMA URBIS Lab), Nestor Goulard Reis Filho, Murilo Marx, Manuel Teixeira, Walter Rossa, Silvio Soares Macedo, Fabio Robba, Aldo Rossi e Pedro Vasconcelos			
<b>Elementos de análise</b>	<b>Itens investigativos</b>	<b>Parâmetros de permanência morfológica</b>	<b>Parâmetros de centralidade urbana</b>
Igreja/ Capela/ Teatro	Localização peculiar no tecido urbano Relação da inserção urbana com os edifícios singulares precedentes Condição da localização geográfica em processos de transformação morfológica Substituições pontuais Alteração de forma e função morfológicas Valor simbólico no contexto Subjacências ideológicas e culturais Comportamento em relação aos demais elementos do traçado urbano Aspectos de herança x desejo	Permanência de localização geográfica em processos morfológicos Consolidação da inserção urbana Conservação do valor simbólico no contexto urbano Posição estratégica no traçado urbano Vínculo direto e histórico com a praça ou largo Conexões significativas Persistência de rede de espaços públicos conectados Densidade urbana e segregação socioespacial	Concentração de fatos e práticas socioespaciais para além de seu interior Itinerários de festejos e eventos Conexão dos espaços públicos mais significativos Interseção nodal no traçado urbano Entorno com possibilidade de adensamento/crescimento do tecido Capacidade de polarização de funções Relação com vias convergentes Edifício singular como elemento catalizador e de polarização urbana

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos autores supramencionados

Quadro 7 - Apreensões analíticas sobre o espaço livre público

(Continua)

<b>ESPAÇO LIVRE PÚBLICO</b>			
<b>Principais autores pesquisados:</b> Carlos Dias Coelho (FORMA URBIS Lab), Murilo Marx, Manuel Teixeira, Walter Rossa, Silvio Soares Macedo, Fabio Robba, Pedro Vasconcelos e Matthew Carmona			
<b>Elementos de análise</b>	<b>Itens investigativos</b>	<b>Parâmetros de permanência morfológica</b>	<b>Parâmetros de centralidade urbana</b>
Ruas	Possíveis caminhos precedentes Ligação estratégica ou pré-existente de vias Articulação viária entre edifícios singulares e praças Alteração de forma e função morfológica Rasgamento ou abertura de artérias Comportamento em relação aos demais elementos do traçado urbano	Percursos Direções e sentidos Diversificação de atividades do solo Conexões significativas Persistência de rede de espaços públicos conectados Relação histórica com edifícios singulares e largos Memória do traço	Concentração de fatos e práticas socioespaciais Itinerários de festejos e eventos Nós viários

(Continuação)

Praças/Largos	Participação na lógica de organização do traçado urbano Comportamento morfológico dos espaços abertos fronteiriços Possibilidade de conexão entre tecidos distintos Relação entre espaços livres e edificados Aspectos de alteração ou continuidade na forma e função morfológica Comportamento em relação aos demais elementos do traçado urbano	Permanência de localização geográfica em processos morfológicos Consolidação da inserção urbana Conservação do valor simbólico no contexto urbano Posição estratégica no traçado urbano Vínculo direto e histórico com edifício singular Conexões significativas Persistência de rede de espaços públicos conectados Densidade urbana e segregação socioespacial	Concentração de fatos e práticas socioespaciais Itinerários de festejos e eventos Conexão dos espaços públicos mais significativos Interseção nodal no traçado urbano Entorno com possibilidade de adensamento/crescimento do tecido Capacidade de polarização de funções Relação com vias convergentes
---------------	--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos autores supramencionados

Os quadros elaborados subsidiam a investigação da inserção urbana relacionados ao estudo de caso da tese que serão a partir do próximo capítulo relatadas, do presente ao pretérito.

## CAPÍTULO 3 - O DUETO CENTRO DE VITÓRIA E PRAÇA COSTA PEREIRA SOB OLHAR CONTEMPORÂNEO

### 3.1 O caminho de escolha da Praça Costa Pereira como objeto de estudo da tese

A abordagem contemporânea parte do caminho progressivo que resultou na seleção da praça Costa Pereira como estudo de caso da tese, considerando a existência de 273 praças oficialmente denominadas e distribuídas pelo território e a intenção de se realizar uma pesquisa sob o ponto de vista morfológico<sup>176</sup>. Construiu-se, então, um panorama geral das praças existentes, sua espacialização, aferindo-se em concomitante, seu enquadramento funcional enquanto praça a partir de aspectos considerados essenciais, em leitura conceitual inicial (GOMES, 2012; SERPA, 2007; ROBBA; MACEDO, 2010) onde se pressupunham o acesso pleno e parâmetros de uso/apropriação como característica de praça pública.

Soma-se ainda, em contexto de fundamentação teórica, as duas das quatro categorias de análise do espaço de Milton Santos, a forma e a função. Segundo Santos (2008), a forma é o aspecto visível, exterior de um objeto e a função implica tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pela forma<sup>177</sup>. Nestes termos, a forma da praça foi apreendida por sua dinâmica configuracional diante do tecido urbano, a partir, inclusive, da observação da presença de elementos intrínsecos às características típicas de uma praça<sup>178</sup>.

Já, a função foi verificada considerando aspectos ligados à socialização urbana, onde a praça deveria apresentar, a princípio, características potencializadoras de desempenho de seu papel origem, como espaço livre público. É importante destacar que a função foi considerada, neste momento, de modo ainda geral, sem aprofundamento, com a possibilidade de orientar o descarte de espaços que seguramente não teriam função de praça, e não o de garantir que os demais espaços de fato tivessem essa função, visto que os usos e as apropriações, ali presentes deveriam, oportunamente, ser analisados.

---

<sup>176</sup> Não havia pretensão de se estabelecer, a princípio, a seleção de uma praça do Centro de Vitória que pudesse ser o estudo de caso da pesquisa, apesar de haver inclinação clara, de que estas seriam, em se tratando da força dada à dimensão história, uma das mais indicadas para estudos nos campos da Geografia Histórica e da Morfologia Urbana.

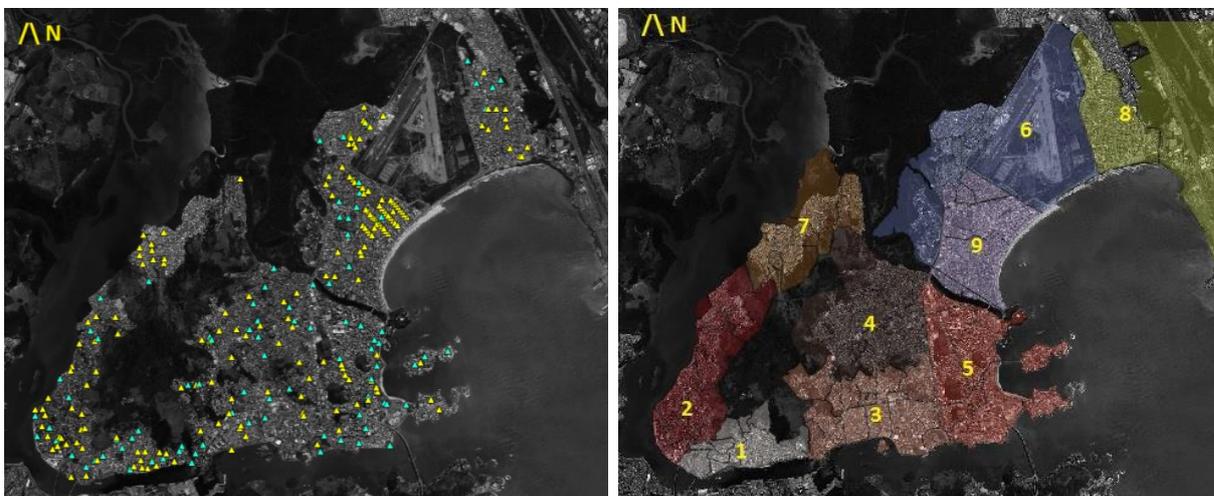
<sup>177</sup> Longe de se afirmar, no entanto, que a análise espacial seja dada somente pela combinação destas duas categorias, já que as categorias estrutura (relação das partes como um todo) e processo (como ação contínua) delineiam, juntamente com essas, um conjunto consistente de análise do espaço (SANTOS, 2008).

<sup>178</sup> As características típicas foram consideradas a partir de uma ambiência que pressupunha espaço livre público destinado ao lazer e/ou ao convívio da população (ROBBA; MACEDO, 2010) dotado de mobiliários urbanos correspondentes, tendo a noção de que determinadas praças de cunho mais simbólico não carreguem tais características.

Assim, foram catalogadas as 273 praças conforme oficialmente nomeadas, segundo dados disponibilizados pela plataforma *GeoWeb* da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) em uma extensão territorial de 96.536 km<sup>2</sup> composta por nove denominadas Regiões Administrativas<sup>179</sup>. O resultado desta primeira aproximação constatou uma redução de 32,2% de praças no contexto municipal, por não cumprir a tarefa ou atividade esperada, tendo em vista que parte deste percentual contava com acesso restrito vinculado aos horários de funcionamento e outra parte se constituía essencialmente com a função de canteiro, alargamento de passeio, rotatória ou estacionamento<sup>180</sup>.

Mas tal diagnóstico ainda não nos garantiu que a maioria delas fosse, em estudos posteriores, definida como praça, já que seu conceito também deveria se relacionar aos usos e apropriações desses espaços livres, mesmo que a forma e a função, a princípio, se configurassem positivamente. A Figura 42 mostra não só um panorama geral das praças e da classificação elaborada a partir dessa primeira abordagem, no território de Vitória, como também as nove Regiões Administrativas correspondentes.

Figura 42 - À esquerda, em amarelo, as 185 praças (aproximadamente 68% do total), que a princípio, podem ser consideradas praças e em verde, as que foram desconsideradas. À direita, as Nove Regiões Administrativas da cidade de Vitória



Fonte: Elaborado por Cecília Torezani a partir de dados geoespaciais da plataforma *GeoWeb* Vitória (2019)

<sup>179</sup> Para isso, utilizou-se da observação feita essencialmente por imagens de satélite aproximadas (*Google Street View* e *Google Earth*) e, ocasionalmente, quando julgado necessário, também por visitas. Destaca-se, nesse sentido, a utilização do *software* de código aberto *Quantum GIS (QGIS)* para a exposição e mapeamento destas praças georreferenciadas e também do *software AutoCAD* contendo a base cadastral da cidade de Vitória, que foi usado, quando necessário, para identificar melhor certas praças. Uma planilha em *Excel* foi catalogada contendo o nome da praça e sua respectiva função por Região Administrativa.

<sup>180</sup> Este estudo prévio foi publicado no PNUM 2019, cujo artigo foi intitulado “Praças públicas de Vitória/ES: afinal, que praças são estas?” (PEGORETTI; VALFRÉ; MENDONÇA, 2019).

A Tabela 01 a seguir, apresenta quantitativos entre a quantidade de praças existentes e aquelas que poderiam, a princípio, receber esta denominação, para cada Região Administrativa do município.

Tabela 1 - Percentual de redução de praças por região administrativa de Vitória, a partir da primeira aproximação de análise considerando as 273 praças oficialmente nomeadas pela municipalidade

<b>Região administrativa</b>	<b>Quantidade de praças (denominação oficial)</b>	<b>Quantidade de praças (análise funcional)</b>	<b>Percentual de redução de praças</b>
<b>1 – Centro</b>	28	15	46,4%
<b>2 – Santo Antonio</b>	37	27	27,1%
<b>3 – Jucutuquara</b>	30	17	43,4%
<b>4 - Maruípe</b>	26	16	38,5%
<b>5 – Praia do Canto</b>	40	17	57,5%
<b>6 – Goiabeiras</b>	18	15	17%
<b>7 – São Pedro</b>	12	11	8,4%
<b>8 – JardimCamburi</b>	17	12	29,5%
<b>9 – Jardim da Penha</b>	65	55	17%
<b>Total</b>	<b>273</b>	<b>185</b>	<b>32,2%</b>

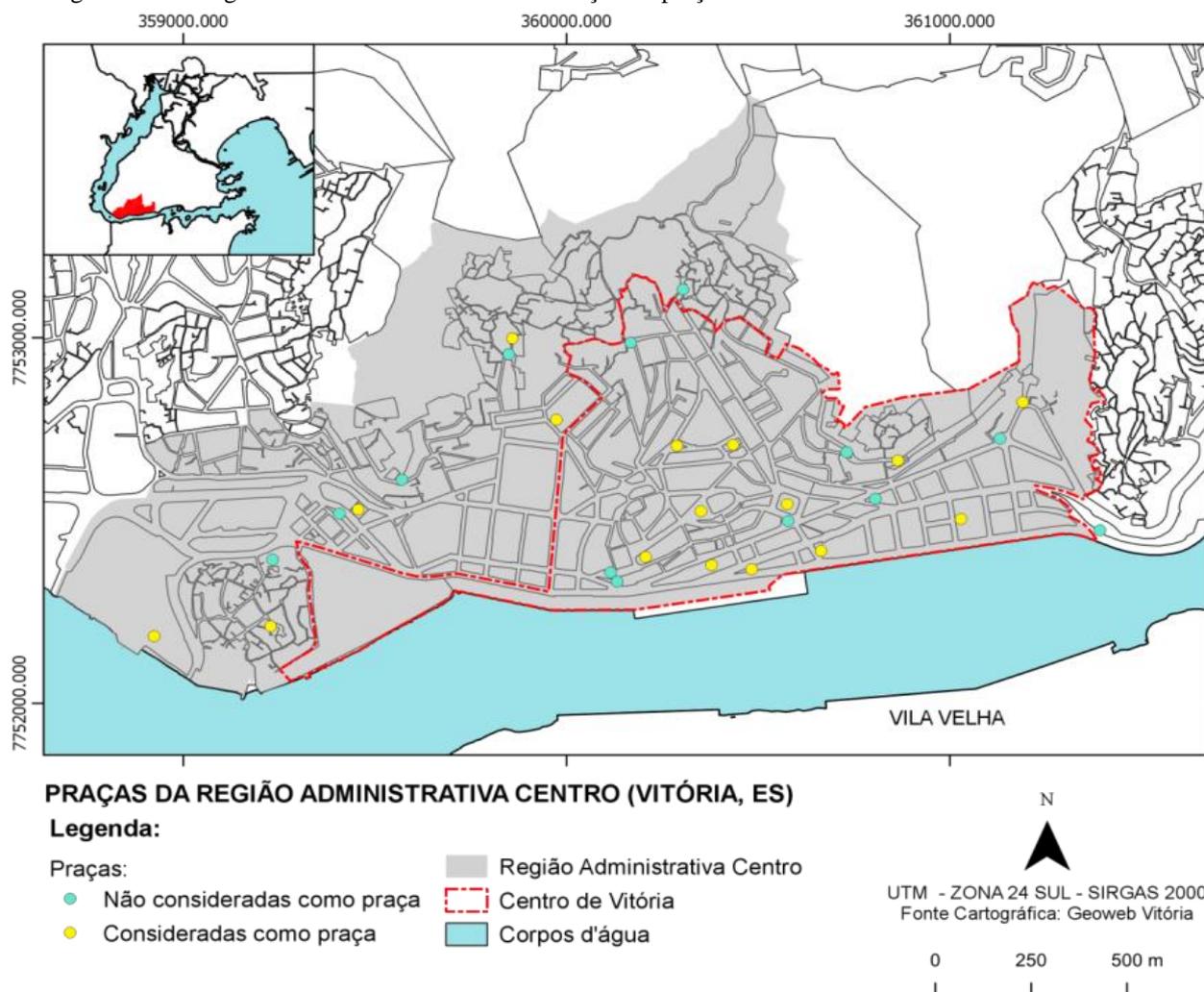
Fonte: Pegoretti, Valfré e Mendonça (2019)<sup>181</sup>

De maneira geral, das nove Regiões Administrativas, as três com percentuais de redução bem acima da média geral da cidade de Vitória, foram: Praia do Canto, Centro e Jucutuquara, respectivamente. É neste contexto que a região administrativa do Centro chama atenção, apresentando o segundo percentual mais alto de redução de praças (46,4%) e contendo, dentre os seis bairros ali inseridos<sup>182</sup>, o bairro Centro, que corresponde àquele de maior longevidade, contendo dentro de seu limite, praças consideradas e não consideradas (Figura 43). Tal fato, em conjunto com o interesse pelos estudos morfológicos implicou na verificação desta realidade em específico, em campo, o que já se caracterizou como um primeiro recorte espacial da pesquisa.

<sup>181</sup> Não coube aqui confrontar a quantidade de praças por região administrativa e suas respectivas populações, já que demandaria de inúmeras outras análises referentes às características dos bairros, não pertinentes para o contexto metodológico proposto.

<sup>182</sup> Os seis bairros que compõem a Região Administrativa Centro são: Centro, Moscoso, Ilha do Príncipe, Vila Rubim, Santa Clara e Fonte Grande.

Figura 43 - A Região Administrativa Centro e a seleção de praças internas e externas ao bairro Centro de Vitória



Fonte: Elaborado por Cecília Torezani (2020) a partir de dados geospaciais da plataforma *GeoWeb* Vitória

Cabe destacar que das 13 praças descartadas na Região Administrativa Centro, cinco são apenas alargamento de calçada/escadaria ou resquício viário; quatro delas possuem acesso restrito, três são estacionamentos e uma equivale a um canteiro (Figura 43). Das três praças que são estacionamento, acrescenta-se outra, parte da praça João Clímaco que, mesmo sendo classificada como praça por possuir um espaço ajardinado que liga dois níveis, apresenta representativa área de estacionamento. Já, dentre as praças classificadas, a visita de campo identificou intensidades e variedades de práticas socioespaciais, revelando o caráter público próprio de sua função, a exemplo das praças Costa Pereira e Ubaldo Ramalhete Maia, localizadas próximas entre si.

Figura 44 - À esquerda, praça Pedro Caetano (acesso restrito), no centro, praça Odilon Souza Barbosa (alargamento de calçada) e à direita, praça Manoel Silvino Monjardim (estacionamento)



Fontes: *Google Earth* (2019); Elaborado pela autora (2020); *Google Earth* (2019)

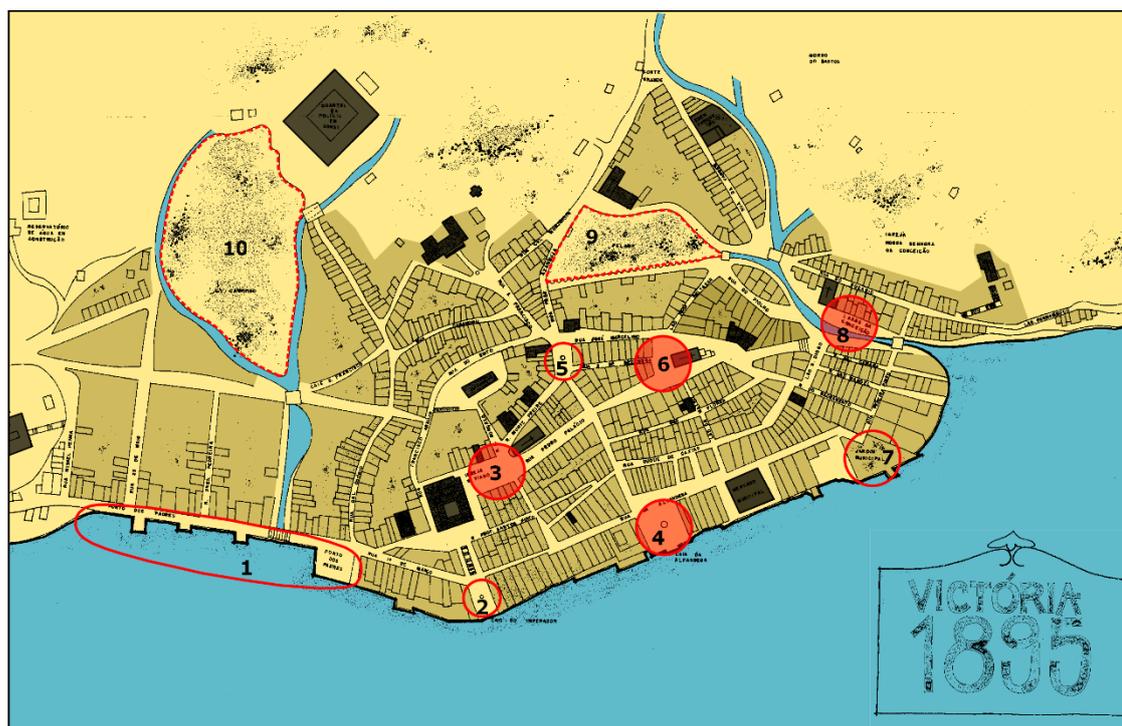
Reportou-se, então, ao passado e às cartografias disponíveis para seleção da praça objeto de estudo da tese, buscando apontar aquelas de maior historicidade como sujeitas à investigação. Dentre as principais bases cartográficas disponíveis (1767, 1895, 1910, 1928 e 1995), a de 1895 foi considerada mais estratégica neste momento, já que representava os espaços livres públicos sob o ponto de vista da totalidade do território, ou seja, contemplando aqueles inseridos na parte alta e baixa do núcleo urbano, e não apenas restritos à parte alta conforme indicava a cartografia de 1767. Sob este ponto de vista, as praças João Clímaco, Costa Pereira e Oito de Setembro, que receberam pioneiramente e respectivamente as terminologias largo Afonso Brás, largo da Conceição e cais da Alfândega<sup>183</sup>, foram então apontadas como as mais pertinentes para os estudos pretendidos (Figura 45).

Cabe ressaltar que, dentre os quatro espaços livres públicos que vieram a se configurar como praça, desconsiderou-se em termos de seleção, o largo da Igreja Matriz, atual praça Dom Luiz Scortegagna localizada em frente à catedral Metropolitana de Vitória, pela não identificação terminológica na cartografia da época, o que demonstra sua menor importância considerando a base cartográfica disponível.

Pressupondo o apontamento de um recorte espacial que abarcasse uma das três praças como estudo de caso da pesquisa, a análise prosseguiu visando observação mais refinada, no sentido de compreender sob o ponto de vista geográfico, não só a inserção urbana dentre as possibilidades de análise, mas também a dinâmica urbana destas praças que, em conjunto, pudessem justificar a referida escolha, a partir do presente. Nesta aproximação, a análise já procurava especular as praças enquanto formas dotadas de conteúdos, resultantes de dinâmicas e lógicas que são ao mesmo tempo espaciais e temporais (SANTOS, 1996).

<sup>183</sup> A devida identificação destes três espaços livres públicos na base cartográfica de 1895 sinaliza sua importância no contexto geográfico e cultural do território naquele momento.

Figura 45 - Espaços livres públicos de Vitória de maior historicidade considerando as partes alta e baixa da cidade

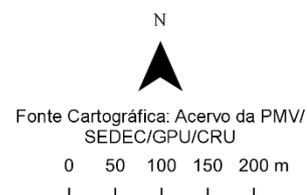


#### ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS VITÓRIA-ES (1895)

##### Legenda:

- |   |  |
|---|--|
| <span style="border: 1px solid red; display: inline-block; width: 15px; height: 10px; vertical-align: middle;"></span> Espaços livres públicos  | <span style="background-color: black; display: inline-block; width: 15px; height: 10px; vertical-align: middle;"></span> Edificações icônicas    |
| <span style="border: 2px solid red; display: inline-block; width: 15px; height: 10px; vertical-align: middle;"></span> Espaços livres públicos que vieram a se configurar como praça    | <span style="background-color: lightblue; display: inline-block; width: 15px; height: 10px; vertical-align: middle;"></span> Mar e cursos d'água |
| <span style="border: 1px dashed red; display: inline-block; width: 15px; height: 10px; vertical-align: middle;"></span> Espaços livres públicos ainda não consolidados na presente data |  |

- |                       |                                       |                        |
|-----------------------|---------------------------------------|------------------------|
| 1 - Porto dos Padres  | 5 - Largo de Santa Luzia / Pelourinho | 8 - Largo da Conceição |
| 2 - Cais do Imperador | 6 - Largo da Igreja Matriz            | 9 - Pelame             |
| 3 - Praça Afonso Brás | 7 - Jardim Municipal                  | 10 - Campinho          |
| 4 - Cais da Alfandega |                                       |                        |



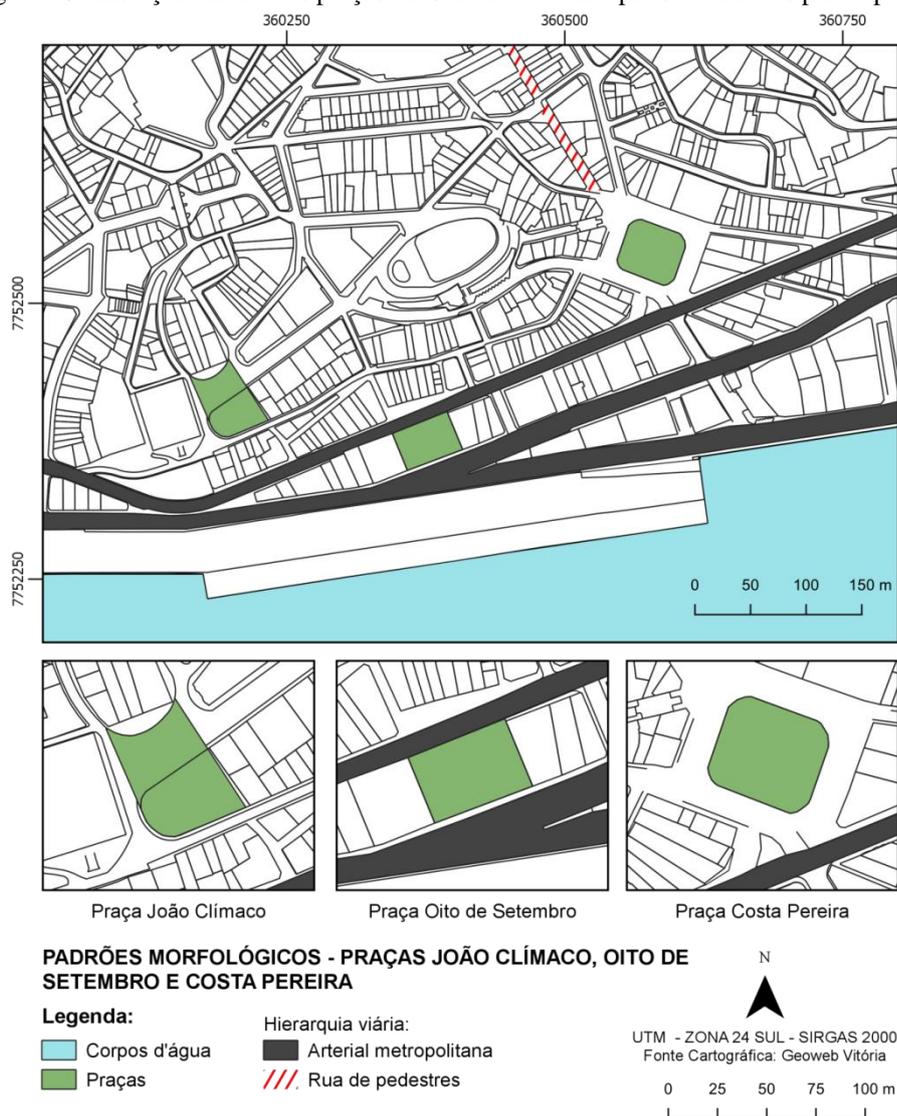
Fonte: Elaborado por Cecília Torezani a partir de base cartográfica de 1895 disponibilizada pela PMV

Em relação à inserção urbana, sob o aspecto relacionado à hierarquia viária, percebe-se claramente distintas características dentre as três praças apontadas como possibilidades de pesquisa, numeradas como 3, 4 e 8 na Figura 45. Na denominada Cidade Baixa, como se verifica na Figura 46, a Praça Oito de Setembro está localizada entre duas vias metropolitanas e a praça Costa Pereira encontra-se tangenciada por uma via metropolitana e ladeada por outras de menor hierarquia. Na denominada Cidade Alta, a praça João Clímaco contém em seu entorno somente vias de baixa hierarquia.

Considerando a inserção das três praças e a dinâmica urbana sob o ponto de vista das hierarquias das vias que tendem a estabelecer, entre outros aspectos, determinadas ambiência de fluxos, velocidades e ruídos; percebem-se situações presentes na praça Costa Pereira

mantendo similaridade tanto com características de ambiência da praça Oito de Setembro quanto da praça João Clímaco (Figura 46). Na verdade, a praça em questão apresenta, pois, uma porção mais próxima à dinâmica provocada pela avenida Jerônimo Monteiro e outra, que se associa à ambiência de circulação urbana mais lenta, “interna”, integrada à via exclusivamente de pedestres, por exemplo. Esta característica da praça Costa Pereira chama a atenção na medida em que a insere entre diferentes dinâmicas urbanas.

Figura 46 - Inserção urbana das praças do Centro de Vitória pré selecionadas para a pesquisa



Fonte: Elaborado por Cecília Torezani (2020) a partir de dados geoespaciais da plataforma *GeoWeb* Vitória

A observação caminhou também no sentido de se perceber os usos e apropriações presentes nestas três praças em visitas de campo, já que apenas a inserção urbana sob o viés das vias de maior hierarquia não seria capaz de responder pelas dinâmicas ali encontradas. Recorreu-se inclusive aos aportes iconográfico e bibliográfico que indicassem usos e

apropriações pretéritas como forma de subsidiar, brevemente, a longevidade e vivacidade destes espaços públicos em perspectiva histórica. Assim sendo, a praça João Clímaco compreende atualmente, em sua maior porção, um grande estacionamento e em sua menor porção, um espaço ajardinado que liga dois níveis, onde pessoas se deslocam e moradores em situação de rua se abrigam, não sendo notados usos intensos de pessoas durante o dia. Devido à presença expressiva do estacionamento, a função da praça acaba se desvinculando da sua condição pública relacionada às pessoas, muito bem representada em práticas pretéritas no que diz respeito a eventos cívicos e religiosos dados a presença do Colégio dos Jesuítas (atual Palácio do Governo do Estado do Espírito Santo) e da Igreja da Misericórdia (antiga sede da Assembléia Legislativa do Estado e atual Palácio da Cultura Sônia Cabral) (Figuras 47 e 48).

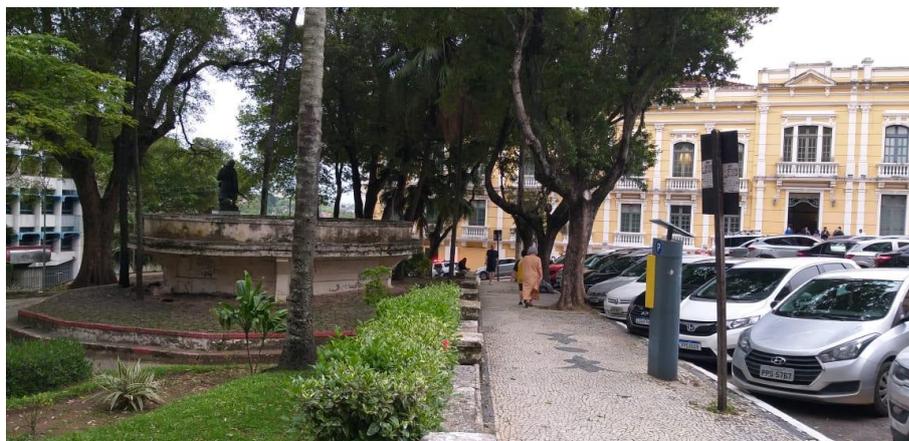
Figura 47 - À esquerda, praça da Misericórdia no início do século XX com práticas socioespaciais associadas a eventos cívicos, contendo em primeiro plano a Igreja da Misericórdia e ao fundo a Igreja da Matriz. À direita, praça João Clímaco, seu estacionamento e vista do Palácio da Cultura Sônia Cabral, antiga Igreja da Misericórdia



Fontes: Morro do Moreno (2020); Elaborado pela autora (2021)

Ressalta-se neste contexto que a mudança de parte da função da praça desencadeou novas formas de ação no espaço, adulterando-o, confirmando as ideias de Santos (2008) quando preconiza que a alteração na funcionalidade de alguma das partes de um objeto traz mudanças que podem fazê-lo tornar-se outra coisa.

Figura 48 - Vista da porção ajardinada da praça e do estacionamento em frente ao atual Palácio do Governo do Estado, antigo Colégio dos Jesuítas



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A praça Oito de Setembro, por sua vez, apresenta usos e apropriações mais associados ao trânsito e permanência de pessoas, possuindo poucos bancos como mobiliário urbano e um ritmo acelerado de fluxos impostos pelas vias metropolitanas do seu entorno. Destaca-se, no entanto, que a praça fora local destinado a grandes eventos políticos, sociais e cívicos e ponto de embarque de bondes, o que de fato mostra sua importância pública, mesmo que nos dias atuais, esta pujança tenha se alterado (Figuras 49 e 50).

Figura 49 - À esquerda, vista da praça Oito de Setembro em meados do século XX com práticas socioespaciais associada a eventos cívicos. À direita, praça nos dias atuais contendo práticas vinculadas ao trânsito e permanência de pessoas



Fontes: Morro do Moreno (2014); Elaborado pela autora (2021)

Figura 50 - Vista da praça Oito de Setembro e da avenida Jerônimo Monteiro, uma das vias metropolitanas que a ladeiam



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Em contraponto, a praça Costa Pereira revela-se, em observações cotidianas, como espaço de caráter público de intensa vivacidade urbana a comparar com as outras duas praças, apresentando práticas socioespaciais das mais diversas e facilmente identificadas a qualquer período do dia. A praça fora o largo da Conceição no período colonial associado à presença da capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha e foi adaptada como praça a partir da transição do século XIX para o século XX, também sendo ponto de embarque de bondes (Figuras 51 e 52).

Figura 51 - À esquerda, vista da praça Costa Pereira em meados do século XX com práticas socioespaciais associadas à passagem, permanência e transporte de pessoas em dia festivo. À direita, praça nos dias atuais contendo práticas vinculadas ao trânsito e permanência de pessoas



Fontes: Morro do Moreno, 2019; Elaborado pela autora (2019)

Figura 52 - À esquerda, a praça inserida entre vias de diferentes hierarquias, com destaque para a avenida Jerônimo Monteiro, em primeiro plano, e uma das vias que liga as Cidades Baixa e Alta, tendo ao fundo a Catedral Metropolitana de Vitória, antiga Igreja Matriz. À direita, a praça Costa Pereira e as práticas socioespaciais vinculadas ao comércio informal, permanência de pessoas e presença de moradores em situação de rua



Fontes: Elaborado pela autora (2021); Autoria de Cecilia Torezani (2019)

Na verdade, o fato que chamou atenção neste contexto foi a notável percepção da praça Costa Pereira enquanto espaço da vida pública da capital capixaba, na medida em que as outras duas praças parecem ter se fragilizado, de certa maneira, ao avançar da contemporaneidade.

Nestas, a presença do automóvel é expressiva, seja por meio do estacionamento que toma o cenário de parte da praça João Clímaco, seja como elemento da circulação urbana que ladeia as duas vias da praça Oito de Setembro, inibindo, de certa forma, uma vivacidade urbana mais dinâmica do ponto de vista da permanência do pedestre. No entanto, na praça Costa Pereira, a presença de vias de menor hierarquia parecem atenuar os efeitos causados pela circulação dos veículos da avenida Jerônimo Monteiro, ao mesmo tempo que acolhem fluxos de pedestres e veículos que chegam à praça ou partem dela em direção a uma porção mais “interna” do Centro.

Enfim, o resultado do recorte espacial parte de um processo gradativo de aproximação das praças a partir do presente, volta ao passado e revela a inconsistência conceitual do termo “praça pública” pela municipalidade, valorizando modelos quantitativos de informação sobre seus espaços públicos. Soma-se o empobrecimento do caráter público dos espaços que não possuem a função de praça ou que se apresentam com dinâmica urbana fragilizada, inclusive

em sua porção mais remota, endossando, de certo modo, o debate da “crise dos espaços públicos”.

### **3.2 Centros de Vitória: potencialidades, problemáticas e dinâmicas urbanas**

A capital capixaba é a metrópole da Região Metropolitana da Grande Vitória e o seu Centro constitui um bairro que contém a porção inicial de ocupação do território e vias arteriais metropolitanas apresentando forte sentido de passagem entre Vitória e municípios vizinhos como Cariacica e Vila Velha, com ligação facilitada para as BR 101 e 262 (VITÓRIA, 2006). Sob o ponto de vista do sistema de transportes, a presença do porto de Vitória no Centro<sup>184</sup>, estabelece atributos conectivos entre esta estrutura e os sistemas de transportes marítimos e terrestres, neste caso participando também das funções urbanas da cidade (CRUZ, 2010). Tais atributos fomentam dinâmicas locais e globais em escalas intra urbana, metropolitana, regional, nacional e internacional.

O Centro apresenta ainda, fluxos intensos de pessoas, veículos e mercadorias que para lá se dirigem ou de lá partem em ritmos cotidianos e principalmente diurnos, estimulados, ao que parece, pelas características diversas do uso do solo consolidado ao longo de um tempo considerável.

---

<sup>184</sup> O porto de Vitória tal como se apresenta foi inaugurado em 1942 e consolida-se como local natural para importação e exportação do Estado.

Figura 53 - Inserção urbana do Centro de Vitória sob o ponto de vista das conexões urbanas



Fonte: Elaborado por Cecília Torezani (2021) a partir de *Google Earth*

A dimensão temporal e o papel estratégico que o porto como estrutura urbana consolidada exerce sobre o lugar, conferem aos seus acessos territoriais características permanentes, mesmo frente às mudanças nas formas e modalidades de uso destes acessos (CRUZ, 2010). Sob esta perspectiva vale destacar a importância da avenida Jerônimo Monteiro que, de antigo *boulevard* na década de 1920 e posterior eixo de expansão urbana a corredor de passagem no final do mesmo século, permanece como via estratégica na articulação de cunho local e metropolitano (PIMENTEL, 2019). Assim sendo, o conjunto porto e vias estruturantes oferecem ao Centro atributos de permanência morfológica, à luz do plano urbano enquanto elemento de maior persistência, em análise com base em CONZEN (1969 - 2022).

As potencialidades do Centro de Vitória também se associam a aspectos históricos e simbólicos representados por edificações singulares de caráter religioso, cultural e

institucional, que constituem um acervo patrimonial relevante<sup>185</sup>. Tal acervo oferece identidade ao tecido urbano, coroado por características morfológicas pretéritas e peculiares, a exemplo de traçado colonial com ruas tortuosas moldadas ao relevo e construções remanescente do século XVI como a capela de Santa Luzia, ambos na Cidade Alta (Figura 54). Soma-se a isso, a presença de espaços da vida pública dotados de vivacidade urbana, a exemplo da praça Costa Pereira.

Figura 54 - À esquerda, rua Cosme Rolim margeando a Igreja São Gonçalo e à direita, capela de Santa Luzia, na Cidade Alta



Fonte: Elaborado pela autora (2021; 2022)

Em retrospectiva histórica, o Centro de Vitória percorreu transformações urbanas desde sua colonização no século XVI, principalmente a partir do início do século XX na perspectiva de torná-la o centro político e econômico do Estado, o que de fato ocorreu mantendo-o como centro principal até a década de 1970. Nos anos 1960 e 1970, por exemplo, “o adensamento provocou o interesse do capital imobiliário, elevando o valor do solo urbano no Centro da Capital” (PIMENTEL, 2019, p. 214). Logo depois de se inserir na dinâmica econômica mundial, a partir da modernização sucessiva de sua estrutura portuária, com repercussão e desdobramentos sobre sua estrutura urbana e arquitetônica (MENDONÇA, 1985; 2013), o Centro de Vitória vivenciou perda de atratividade provocada por novos

---

<sup>185</sup> O Centro de Vitória possui imóveis tombados a nível federal, estadual e municipal, segundo informações do IPHAN/ES.

investimentos em áreas de expansão a leste e nordeste da ilha na segunda metade do século XX<sup>186</sup>.

Neste contexto, passando a concorrer com outras pequenas e médias centralidades em ascensão, o Centro de Vitória acabou perdendo seu caráter hegemônico<sup>187</sup> e sendo acometido por processos negativos, à luz da integridade arquitetônica de seus espaços edificados e livres de uso público: “já no final da década de 1970 a região apresentava sinais visíveis da transferência dos investimentos para outros bairros da cidade, contribuindo para a paulatina degradação de seus espaços” (VITÓRIA, 2006, p. 6). Tal fato parece ter estigmatizado o Centro com uma imagem de decadência e deterioração que ainda reverbera.

Vale lembrar que as causas desse processo em Vitória foram pautadas essencialmente na expansão urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória em função do êxodo rural e da crise do café no Estado, e na atratividade gerada por grandes projetos industriais em um contexto de mudança da economia estadual, de agro-exportadora para industrial (MENDONÇA, 2005). A autora, no entanto, ressalta que a formação de novos centros e subcentros em Vitória são inerentes e compreensíveis à luz do processo de expansão a partir de um contexto metropolitano, onde a quebra da hegemonia do centro principal se dialoga com novas dinâmicas urbanas para além dele.

Em âmbito nacional, segundo Vargas e Castilho (2006), as causas remetem à expansão urbana associada à formação de uma rede de subcentros<sup>188</sup>, corroborando para acelerar processos de deterioração e degradação<sup>189</sup>. Importante relativizar tal abordagem sob o ponto de vista metropolitano onde a quebra de hegemonia do centro principal não implica, necessariamente, em sua deterioração, haja vista sua adaptabilidade à mudança de papel e sua permanência como centro a partir de um contexto precedente e histórico.

---

<sup>186</sup> É válido ressaltar que tal expansão foi essencialmente baseada em processos de aterros e também contemplou ocupações em áreas como morros e mangues, deixando claro o privilégio de certos locais estrategicamente valorizadas pela especulação imobiliária em detrimento de outros que, mais frágeis e menos infraestruturadas, criam um cenário de segregação socioespacial típico do processo histórico de formação dos principais centros urbanos brasileiros. Sendo assim, em panorama atual, o município apresenta forte caráter segregacional, onde se têm configurações típicas das moradias da elite em áreas privilegiadas e próximas ao mar, enquanto as classes menos abastadas residem em morros ou na porção noroeste da ilha, onde a presença do mangue, não tão valorizada como componente importante da paisagem urbana, é marcante.

<sup>187</sup> O caso do Centro de Vitória se assemelha a processos da mesma ordem identificados no final do século XX em médias e grandes cidades e metrópoles do território brasileiro, onde a chamada “decadência do centro principal, marcada por certo esvaziamento de caráter comercial, habitacional e institucional, acaba ganhando a cena (VILLAÇA, 1998).

<sup>188</sup> Os subcentros podem se apresentar com especificidades funcionais e características próprias socioespaciais (SERPA, 2016)

<sup>189</sup> A deterioração e degradação urbana estão geralmente associadas, segundo Vargas e Castilho (2006), à perda de função, dano de estruturas físicas ou baixa do nível das transações econômicas de um determinado lugar.

Villaça (1988) enfatiza os desejos e interesses de segregação da burguesia como protagonistas deste processo que comanda a estruturação do espaço<sup>190</sup>, condicionando o mercado imobiliário alheio a investimentos nas áreas centrais<sup>191</sup>. Pode-se dizer, então, que a criação de novos centros a partir do centro principal foi estimulada por questões culturais e segregadoras fortemente associadas à necessidade de expansão urbana<sup>192</sup>, fato que ilumina a possibilidade da expansão urbana de Vitória da parte alta em direção à parte baixa, também ter sido contemplada pela participação e interesses da população mais abastada.

Pois bem, em relação à perda de atratividade, para além das ideologias de enfrentamento<sup>193</sup> concebidas por várias correntes de estudo e intervenções urbanas<sup>194</sup>, o que se observa mais recentemente é a existência de um novo olhar para as áreas centrais quando projetos e programas são considerados a partir da dinâmica local, da conservação de usos tradicionais, da vida cotidiana e das riquezas materiais e imateriais características do lugar<sup>195</sup>.

O Centro de Vitória apresenta alguns edifícios subutilizados, sem uso e fechados entre prédios e sobrados, além de lotes vagos e grandes estacionamentos<sup>196</sup>. Percebe-se, ainda, certo esvaziamento de atividades e fluxos no período noturno e a perda de vitalidade de praças

---

<sup>190</sup> Correa (2004), neste contexto, aponta que a descentralização foi viabilizada pelos meios de transportes mais flexíveis e estimulada pelos interesses imobiliários, industriais e comerciais, onde o capital demandou novos espaços, novos mercados e novos investimentos.

<sup>191</sup> Em cidades litorâneas, a migração da burguesia em direção às orlas, por exemplo, foi estimulada por novos hábitos culturais, como o banho de mar (VILLAÇA, 1988).

<sup>192</sup> De acordo com Correa (2004), a elite acaba de certa forma neutralizando as desvantagens de residir longe dos centros quando, tendenciosamente, “leva o centro” em sua direção, corroborando para que determinadas atividades e funções deixem de ser exclusivamente dos centros. Já, Rolnik (2006) complementa tal abordagem ao associar a produção de uma nova centralidade, enobrecida à luz de novas expansões e migração das classes mais abastadas, sempre vinculada ao esvaziamento de sua antecessora, resultando em processos de precarização espacial.

<sup>193</sup> No âmbito das intervenções e projetos para as áreas centrais brasileiras foram alavancados estudos e propostas no modelo de “centros culturais” alicerçado em uma visão fundamentalista da preservação que preconiza usos passivos na contramão da necessidade de uso intenso o qual, segundo o autor, seria a melhor opção para a sua preservação (FARRET, 2006).

<sup>194</sup> Dentre elas, destacam-se aquelas consideradas por Vargas e Castilho, quais sejam: revitalização, regeneração, recuperação, reconversão e requalificação.

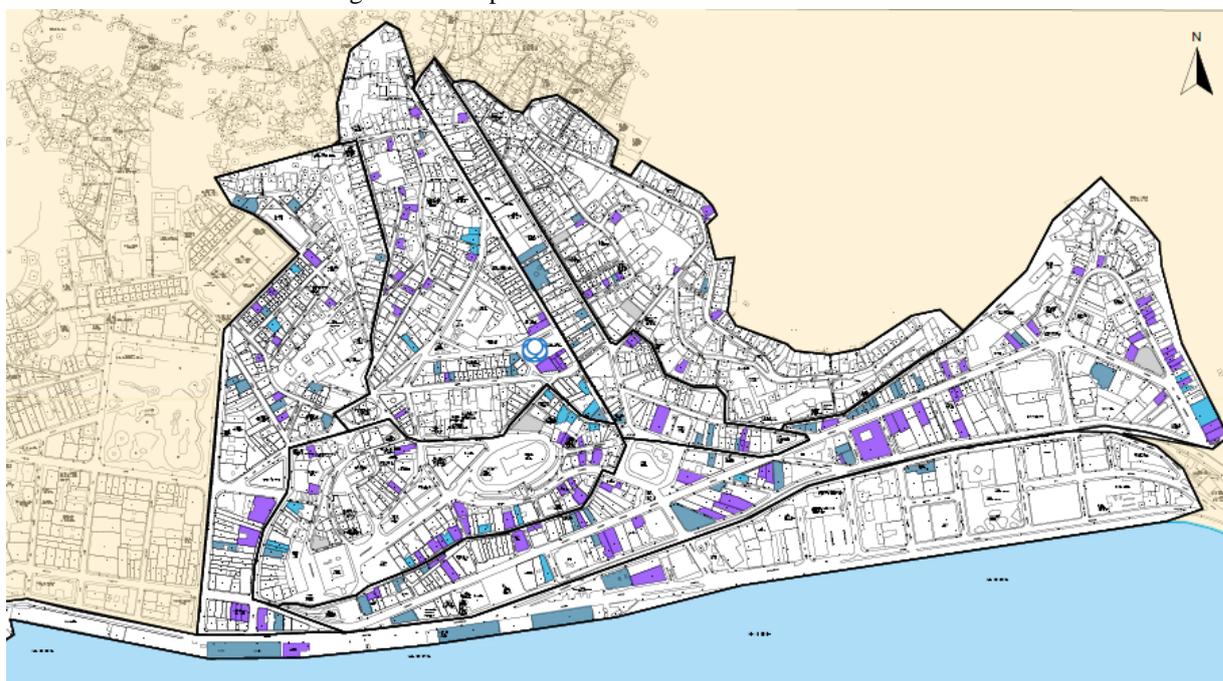
<sup>195</sup> O Programa de Revitalização do Centro, desde a década de 1990, tem feito planos de ação que contemplam, segundo informações da página eletrônica da Prefeitura de Vitória, a recuperação dos imóveis de interesse de preservação; a identificação e destinação de imóveis ociosos para novos usos e a reurbanização e requalificação dos espaços públicos. Sendo assim, a praça Costa Pereira e seu entorno foram, há pouco mais de 10 anos, contemplados em tal Programa cuja intervenção objetivou ordenar o trânsito e favorecer a percepção do sítio histórico pelos usuários com retirada do asfalto e volta do paralelepípedo original, remodelação de mobiliário urbano e paisagismo e inserção de faixas de pedestres em nível nos principais cruzamentos.

<sup>196</sup> De acordo com Projeto de Extensão intitulado “Imóveis em abandono: Mapa da ociosidade no Centro de Vitória/ES” desenvolvida no Centro Universitário FAESA, coordenado por esta pesquisadora em conjunto com a professora Doutora Viviane Pimentel, os imóveis ociosos no Centro de Vitória passaram de 127 para 217 entre os anos de 2019 e 2021, o que corresponde a um aumento percentual de aproximadamente 70%. Tal fato implica não só nas questões de salubridade e segurança, mas revela um cenário iniciado a partir do final do século XX e que foi endossado pelo período de pandemia entre os anos de 2020 e 2021, refletindo problemáticas nos âmbitos econômicos, imobiliários e culturais no Centro da capital capixaba.

públicas históricas, a exemplo da praça João Clímaco, usada em parte como estacionamento expressivo na Cidade Alta, conforme já relatado. Tal cenário mescla-se com dinâmicas locais relacionadas principalmente às atividades comerciais e de prestação de serviço, considerando também o fluxo de pessoas que por ali moram ou trabalham.

Em relação aos imóveis vazios ou subutilizados, nota-se uma grande concentração deles próximo à área de estudo, principalmente nas avenidas Jerônimo Monteiro e Cidade Alta, chamando a atenção mais uma vez para localização da praça Costa Pereira imersa neste cenário (Figura 55).

Figura 55 - Mapa da Ociosidade no Centro de Vitória



Fonte: Centro Universitário FAESA, 2022

Em relação às políticas públicas direcionadas ao Centro pela prefeitura de Vitória, o Projeto Morar no Centro contempla a readequação de edifícios vazios para uso social<sup>197</sup>. No entanto, ainda se observa a presença cotidiana de moradores em situação de rua e a ocupação de edifícios vazios para habitação, fato recorrente nos últimos anos que revela a desigualdade social vigente e que vem aguçando o debate da habitação social não só na academia, mas também nos movimentos sociais em favor do Centro, acompanhando tendências de outras metrópoles brasileiras a nortear políticas públicas habitacionais a partir de suas áreas centrais.

<sup>197</sup> O projeto Morar no Centro se insere no Programa de Revitalização do Centro e tem como objetivo revitalizar e repovoar a área central de Vitória a partir de edifícios abandonados ou mal aproveitados, visando a diminuição do déficit habitacional e a implementação da função social da propriedade (MORAR NO CENTRO, 2019).

Acredita-se que a longevidade do Centro e sua condição como princípio do processo inicial de ocupação<sup>198</sup> do território, atraia para si problemáticas contemporâneas típicas das metrópoles brasileiras, comportando-se como ponto origem de processos e fenômenos cíclicos, que, oportunamente, ainda caminharão, a partir dele, em outras direções.

Outro ponto que revela as problemáticas percebidas nas dinâmicas atuais do Centro de Vitória refere-se ao fechamento do comércio no período noturno que acaba se desdobrando para certo esvaziamento de fluxos, tendência interrompida, pontualmente, em decorrência de peças teatrais ou atividades culturais nos teatros Carlos Gomes ou SESC Glória, na abertura de restaurantes noturnos adaptados em construções antigas, e no movimento de jovens em direção a bares e locais que incentivam a vida cultural. No entanto, percebe-se a escassez de atividades culturais em locais como praças e ruas, apesar de se notar uma forte vocação neste sentido.

Menciona-se ainda no panorama contemporâneo, a presença de práticas socioespaciais de caráter metropolitano e o impedimento de outras, de caráter local e tradicional. Em relação às primeiras, destaca-se o uso dos espaços livres públicos, principalmente praças e ruas do Centro, como ponto de encontro para manifestações sociais, feiras e eventos culturais esporádicos de grande porte, a exemplo do carnaval de rua no Centro de Vitória (Figura 56)<sup>199</sup>.

Figura 56 - À esquerda, carnaval de rua na praça Costa Pereira em 2017 e à direita, bloco Regional da Nair na Beira-Mar no carnaval de 2020



Fonte: A Gazeta (2017; 2020)

Já, em relação às práticas de caráter local e tradicional, ressaltam-se as forças hegemônicas sobre o impedimento dos catraieiros em realizar suas atividades de travessia de

<sup>198</sup> O processo remonta à chegada dos portugueses no território, não desprezando o fato dos índios já habitarem o território nesta ocasião.

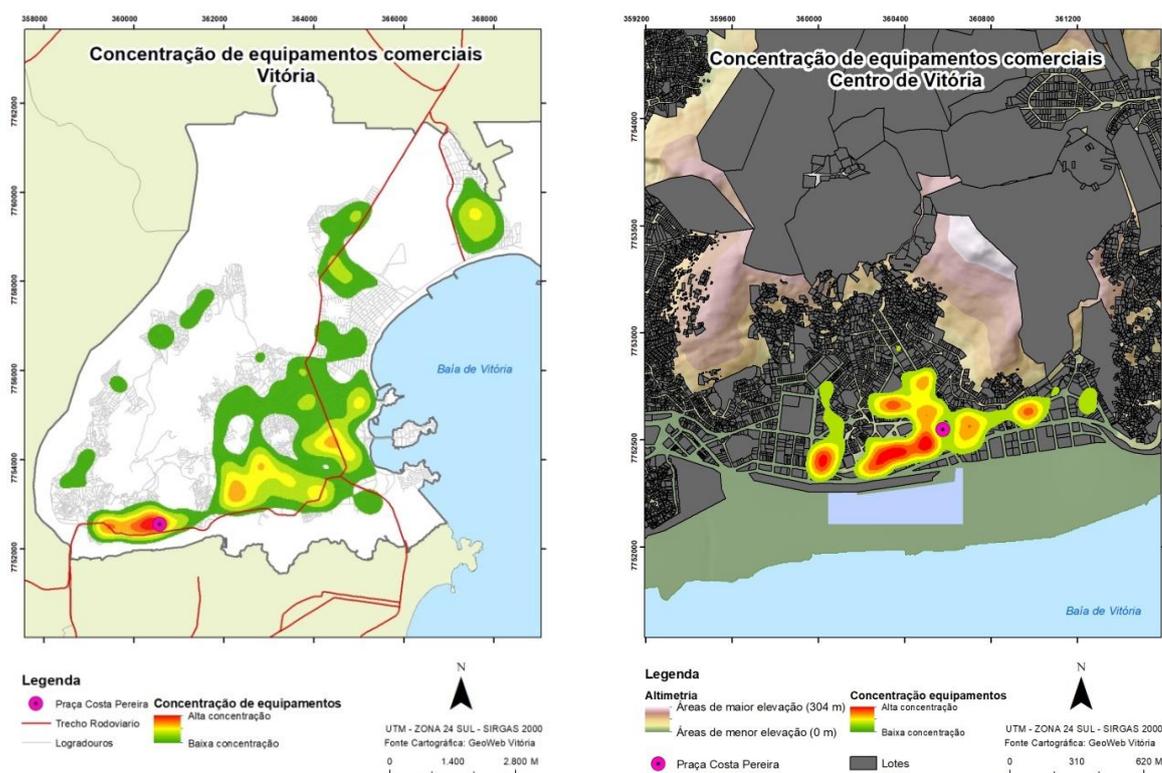
<sup>199</sup> “O bloco Regional da Nair é um dos responsáveis pela nova popularização do carnaval de rua do Centro de Vitória e desfilou pela primeira vez em 2011” (FERRAZ, 2019, p. 131).

passageiros entre Vitória e Vila Velha, imposto pela Companhia Docas do Espírito Santo desde 2015, em função de obras no cais de Atalaia, pertencente ao Porto de Vitória (CATRAIEIROS, 2019).

Interessante ressaltar, na contramão das problemáticas mais notáveis expostas, a existência de uma dinâmica urbana própria, ora adormecida, ora pujante, que se faz presente cotidianamente, por vezes pouco verificada por aqueles que apreendem o Centro apenas a partir de seu principal corredor de passagem, a avenida Jerônimo Monteiro<sup>200</sup>.

Tomando como base a posição dos autores mencionados no capítulo anterior, nota-se que o Centro de Vitória apresenta uma série de atributos que desencadeiam e articulam seu sentido de centralidade, a exemplo de suas conexões viárias estratégicas e a forte pujança comercial e de serviços. Tomando como base a argumentação de Serpa (2016) sobre a importância das atividades terciárias nesta perspectiva, recorreu-se à análise espacial desta concentração não só na região administrativa Centro, mas a nível municipal (Figura 57).

Figura 57 - À esquerda, concentração de uso comercial no município de Vitória e à direita, na Região Administrativa Centro de Vitória



Fonte: Elaborado por Rômulo Croce a partir da plataforma *GeoWeb* da Prefeitura de Vitória (2020)

<sup>200</sup> A presença de muitos comércios fechados, fachadas deterioradas e fiação aérea exposta na avenida Jerônimo Monteiro, em conjunto e associado a presença quase integral da monofuncionalidade em termos de uso do solo, caracterizam um cenário negativo, apreendido muitas vezes como padrão unificado para todo o Centro de Vitória (PIMENTEL, 2019).

A espacialização deixa clara a pujança dos usos comercial e de serviço no Centro de Vitória em um contexto escalar mais abrangente dominando uma hierarquia de localizações, o que enaltece aspectos relacionados ao seu papel enquanto *locus* da centralidade urbana<sup>201</sup>. Importa ainda destacar que o comércio informal, com caráter intenso e cotidiano não está retratado no mapa. Outras concentrações, em menor proporção, são identificadas nas regiões administrativas de Jucutuquara e Praia do Canto, ou seja, a leste do Centro<sup>202</sup>, o que também induz, para o caso capixaba, o papel de outros “centros” para além do principal articulados pela elite e seus interesses direcionados a áreas privilegiadas e próximas ao mar.

Outro apontamento analítico remete à quase elementar equidistância da praça Costa Pereira em relação às áreas de concentração comercial e sua proximidade com as áreas onde incidem as maiores expressividades comerciais, no caso, aquelas do entorno das avenidas Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos<sup>203</sup>. Tal constatação sustenta a condição da praça como espaço livre público de potencial conexão e inserção urbanas. .

Em suma<sup>204</sup>, o Centro de Vitória guarda consigo a carga histórica, arquitetônica e urbana que participam de sua centralidade, aliada a um forte sentido de passagem que não só dispersa, mas também concentra fluxos e atividades comerciais. Na verdade, sua condição de centralidade, apesar da perda de atratividade a partir do final do século XX, parece não esmaecer, o que nos leva a refletir acerca de possíveis virtudes urbanísticas e morfológicas preexistentes e a escalas menores, ou seja, agindo como subcentralidades<sup>205</sup> a partir de rebatimentos entre contextos amplos e específicos<sup>206</sup>. É nesta ótica que a praça Costa Pereira toma a cena.

---

<sup>201</sup> As áreas centrais das metrópoles brasileiras mais antigas, a exemplo de Vitória, se apresentam com atividades mais populares, de menor rentabilidade, muitas delas de caráter informal (VARGAS; CASTILHO, 2006).

<sup>202</sup> A região administrativa de Jucutuquara e Praia do Canto correspondem às primeiras áreas de expansão à leste, que foram contempladas no Projeto do Novo Arrabalde concebido no final do século XIX pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, já sinalizando a intenção de uma “nova” centralidade para além do centro principal. A região Praia do Canto caracteriza-se como balneário na década de 1940 e consolida-se como bairro a partir das décadas de 1950 e 1960. Outro destaque à leste é o bairro Enseada do Suá que a partir dos aterros de 1970 e da chegada de um *shopping* e de usos residenciais mais elitizados e institucionais, também vai atrair concentração de atividades terciárias e institucionais (MENDONÇA, 2005).

<sup>203</sup> Estas duas vias se inserem nas áreas mais expressivas no mapa à esquerda.

<sup>204</sup> Válido esclarecer que para além da abordagem aqui exposta, há uma complexidade de relações e discussões amplas que dizem respeito ao Centro de Vitória mas que não foram contempladas e apreendidas, mesmo porque o Centro de Vitória, em si, não é o foco principal da tese.

<sup>205</sup> A ideia de subcentralidade trabalhada na tese compreende o Centro de Vitória dotado de inúmeras subáreas de centralidade urbana, considerando que a referida vocação seja resultado da soma de inúmeras outras distribuídas pelo seu território.

<sup>206</sup> A exemplo do estudo realizado por Sampaio e Soares (2021) para a rua da Carioca no Rio de Janeiro, conforme já mencionado.

### 3.3 Caracterizações morfológicas do Centro de Vitória e da Praça Costa Pereira

O Centro de Vitória localiza-se próximo ao maciço central e possui considerável área de aterro junto ao mar (Figura 58). Morfologicamente, apontam-se dois atributos importantes do bairro: a existência de um tecido misto possuindo forte relação com o sítio físico, especialmente os topos de morro e respectivos aterros; e a sua condição como resultante de sucessivas camadas urbanas, sobrepostas e articuladas entre si, que se enquadram no conceito de palimpsesto<sup>207</sup>. Justificam-se tais constatações pela longevidade urbana de sua ocupação associada a diferentes processos de ocupação, inicialmente em sítio elevado, passando por expansão em sítio baixo, alagável, que resultou em transformações significativas na transição do século XIX para o século XX. Posteriormente, ainda no século XX, o Centro passou por processos de aterro significativo, urbanização acelerada e verticalização que motivou novas configurações morfológicas.

Figura 58 - Panorama tridimensional da topografia e presença do mar no contexto urbano da Região Administrativa Centro de Vitória, com destaque em vermelho para a localização da praça Costa Pereira



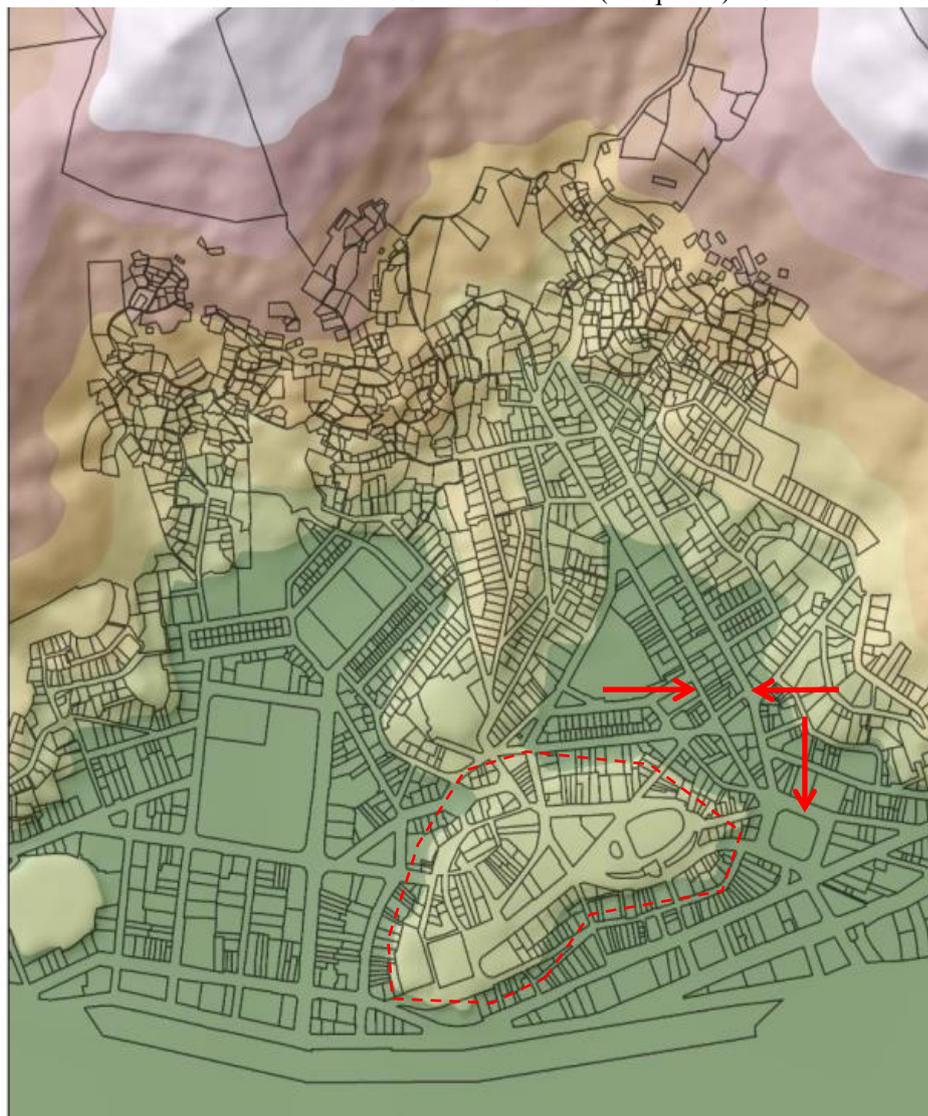
Fonte: Elaborado por Rômulo Croce (2020) a partir da plataforma *GeoWeb* da Prefeitura de Vitória

Assim, o Centro é caracterizado por traçado misto, com ocupação densa do lote, sendo sinuoso na denominada Cidade Alta conforme ocupação portuguesa no período colonial. Na Cidade Baixa o traçado é retificador na porção mais próxima ao mar, resultado da expansão urbana por aterros ou reestruturação de vias existentes no início do século XX, e criação de

<sup>207</sup> Segundo definição do dicionário *online* da língua portuguesa, “palimpsesto” é um substantivo masculino que se refere a “apiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado, para dar lugar a outro” (PALIMPSESTO, 2022). Na ótica da morfologia urbana, o termo é entendido como uma sobreposição de camadas históricas sobre o sítio físico (COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

novas vias em meados do mesmo século em extenso aterro da Esplanada Capixaba, que resultou em novas configurações morfológicas (MENDONÇA, 2013). Visualmente, a praça Costa Pereira localiza-se entre estas duas tipologias, conforme já apontado anteriormente. Na porção mais residencial o traçado é retilíneo com vias mais estreitas e acompanhando a curva de nível no caso das porções em cota de nível mais alta (Figura 59).

Figura 59 - Aspectos tridimensionais do sítio físico e traçado urbano no Centro de Vitória, com destaque para a localização da praça Costa Pereira (seta vertical) e porção do Centro nomeada como Cidade Alta (linha tracejada). As setas horizontais indicam as ruas Sete de Setembro (à esquerda) e Graciano Neves (à direita)



Fonte: Elaborado por Rômulo Croce (2020) a partir da plataforma *GeoWeb* da Prefeitura de Vitória

O mapa de hierarquia urbana (Figura 60) mostra a importância das vias que ladeiam a praça Costa Pereira estabelecendo conexão entre as vias metropolitanas de maior hierarquia e aquelas de menor hierarquia que convergem para a praça. Neste contexto, a referida praça carrega forte sentido de conexão entre as partes alta e baixa do Centro, seja por meio de vias

íngremes, seja por meio da escadaria São Diogo, ao lado do edifício Antenor Guimarães<sup>208</sup> (Figura 61). O croqui da autora (Figura 62) tenta expressar as articulações conectivas protagonizadas pela praça Costa Pereira a partir do comportamento da hierarquia viária.

Tais articulações são acompanhadas pela presença de muitos edifícios singulares que imprimem identidade ao tecido urbano. Chama atenção a confluência de duas vias locais paralelas em direção à praça (ruas Sete de Setembro e Graciano Neves) cuja extensão retilínea ligando o morro da Fonte Grande ao mar se destaca das demais vias (vide Figura 59). No mapa fica evidenciada a articulação por vias estratégicas, a oeste da praça, entre Cidade Alta e Baixa, entre o “interior” e o mar, de noroeste a sudeste da praça.

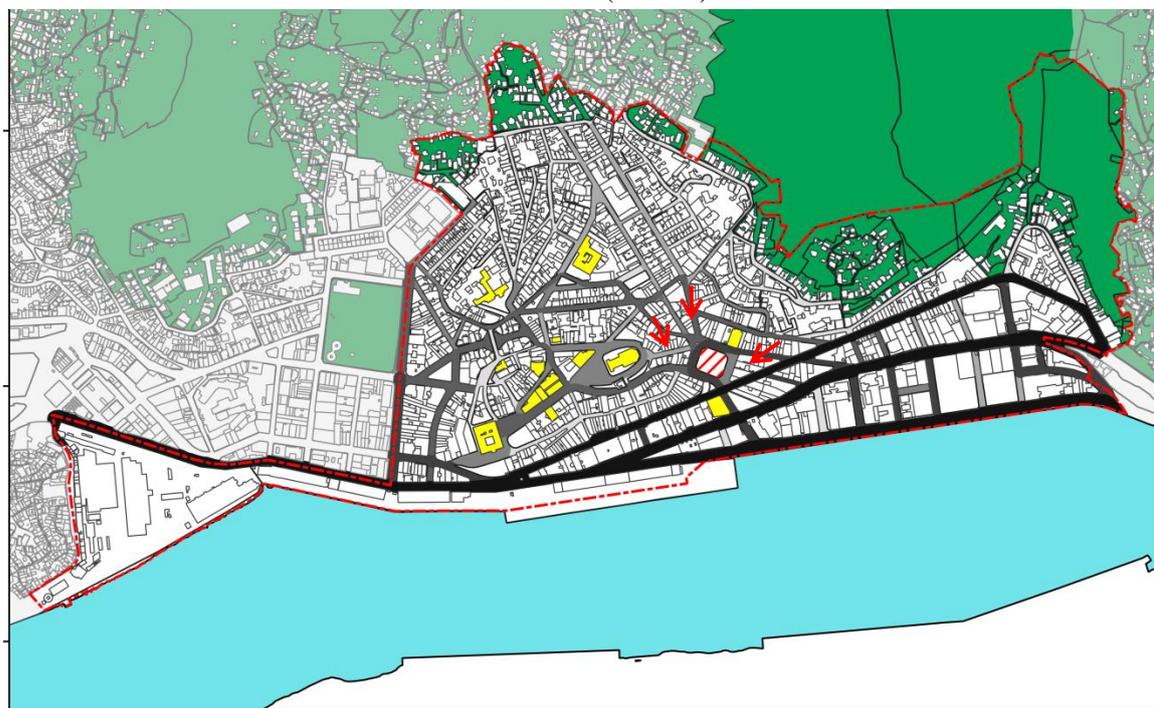
Tal expressão morfológica parece ter carga valoral que remete ao sítio físico, à história do lugar e à inserção da praça, ainda como largo. Interessa destacar que as vias coletoras que convergem na praça, assim como as avenidas Jerônimo Monteiro e Princesa Isabel, vias arteriais, são, concomitantemente, as mais usadas por pedestres, incluindo, nesta constatação, a escadaria São Diogo, a galeria Micheline e a rua Sete de Setembro a qual, no trecho mais próximo da praça, se constitui em via exclusivamente de pedestre<sup>209</sup>.

---

<sup>208</sup> A porção oeste e sul da Cidade Alta também mantém conexão com a Cidade Baixa por meio de vias íngremes e escadarias.

<sup>209</sup> Esta dinâmica de circulação de pedestres ajudará a compreender seus fluxos para além da praça Costa Pereira na abordagem sobre práticas socioespaciais contemporâneas cuja espacialidade se limitou ao entorno imediato da praça.

Figura 60 - Mapa de Hierarquia Viária do Centro de Vitória<sup>210</sup> com destaque em setas vermelhas para a localização da escadaria São Diogo (à esquerda), rua Sete de Setembro trecho de pedestre (no centro) e galeria Micheline (à direita)



#### MAPA DE HIERARQUIA VIÁRIA DO CENTRO DE VITÓRIA

##### Legenda:

- Centro de Vitória
- Praça Costa Pereira
- Edificações singulares
- Parques e áreas protegidas
- Corpos d'água

##### Hierarquia viária:

- Vias arteriais
- Vias coletoras primárias
- Vias coletoras secundárias
- Vias coletoras terciárias
- Vias coletoras quaternárias
- Vias locais

N



UTM - ZONA 24 SUL - SIRGAS 2000  
Fonte Cartográfica: Geoweb Vitória

0 100 200 300 m



Fonte: Elaborado pela autora e por Cecília Torezani (2020) a partir de dados geoespaciais da plataforma GeoWeb Vitória

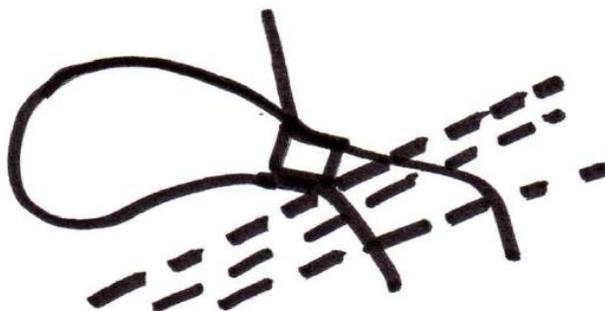
<sup>210</sup> O mapa de hierarquia viária foi confeccionado a partir da percepção da autora em parceria com a estudante de iniciação científica Cecília Torezani e toma como referência a praça Costa Pereira para marcação da importância das vias no contexto do Centro de Vitória.

Figura 61 - À esquerda, escadaria São Diogo interligando Cidades Alta e Baixa pela praça Costa Pereira. À direita, o outro ângulo de visualização com Catedral Metropolitana de Vitória ao fundo.



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 62 - Croqui da percepção de articulação viária protagonizada pela praça Costa Pereira a partir do Mapa de Hierarquia Viária



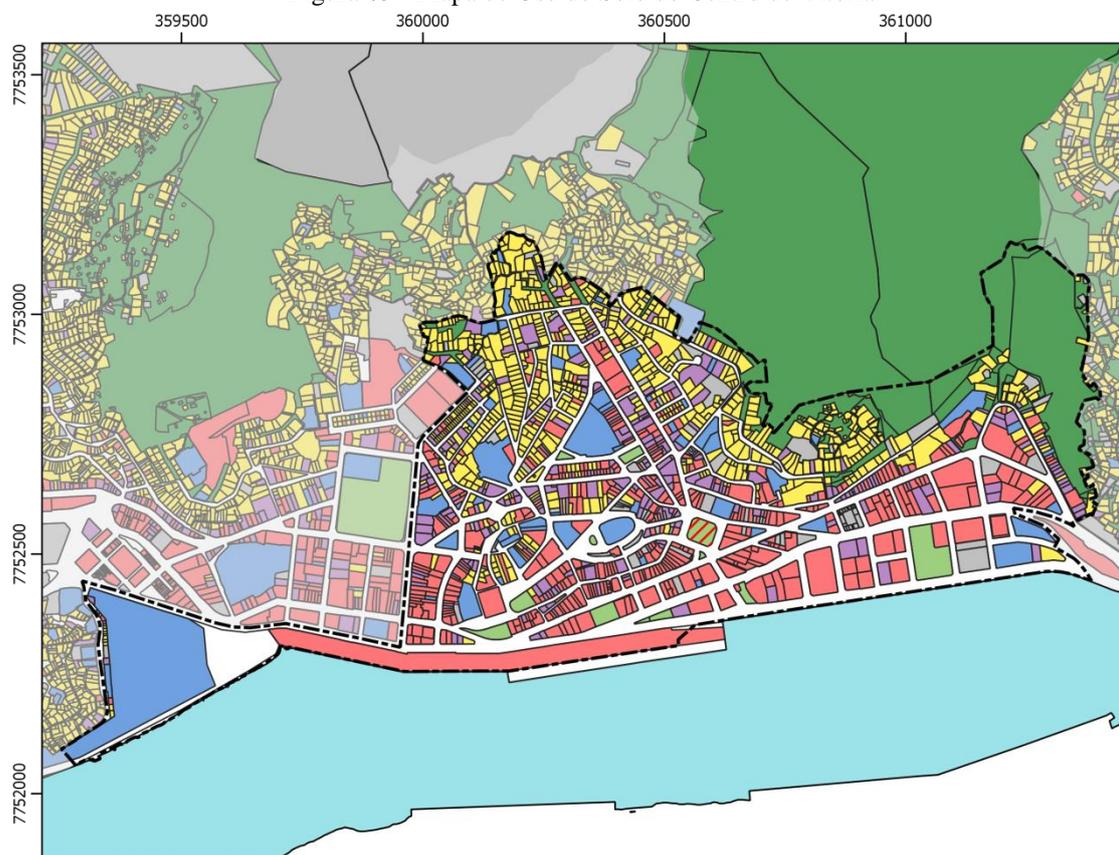
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A Figura 63 retrata a diversidade de uso do solo do Centro de Vitória que foi decomposto naqueles considerados mais estratégicos (Figura 64). O que se observa, de modo geral, é a predominância de uso comercial em porção de aterro e mais próxima ao mar. No que tange ao uso exclusivamente residencial, não predominante, sua espacialização se conecta com o uso residencial de bairros vizinhos ao norte<sup>211</sup> e se instala nos limites físicos do bairro Centro, no pé e encosta do morro da Fonte Grande. Já, o uso misto que também contempla o uso residencial, se mescla entre estas duas configurações, ou seja, em uma porção “mais interna” do bairro. Os usos institucionais, que abrangem também os usos religiosos e de

<sup>211</sup> Bairros Fonte Grande, Piedade e Moscoso.

equipamentos públicos, estão instalados na porção mais remota do território, em especial na Cidade Alta. Pelos mapas, as especificidades dadas pelos usos institucionais e a intensidade dos usos comercial e de serviços parecem protagonizar uma configuração peculiar.

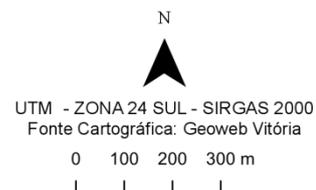
Figura 63 - Mapa de Uso do Solo do Centro de Vitória



#### MAPA DE USO DO SOLO - CENTRO DE VITÓRIA

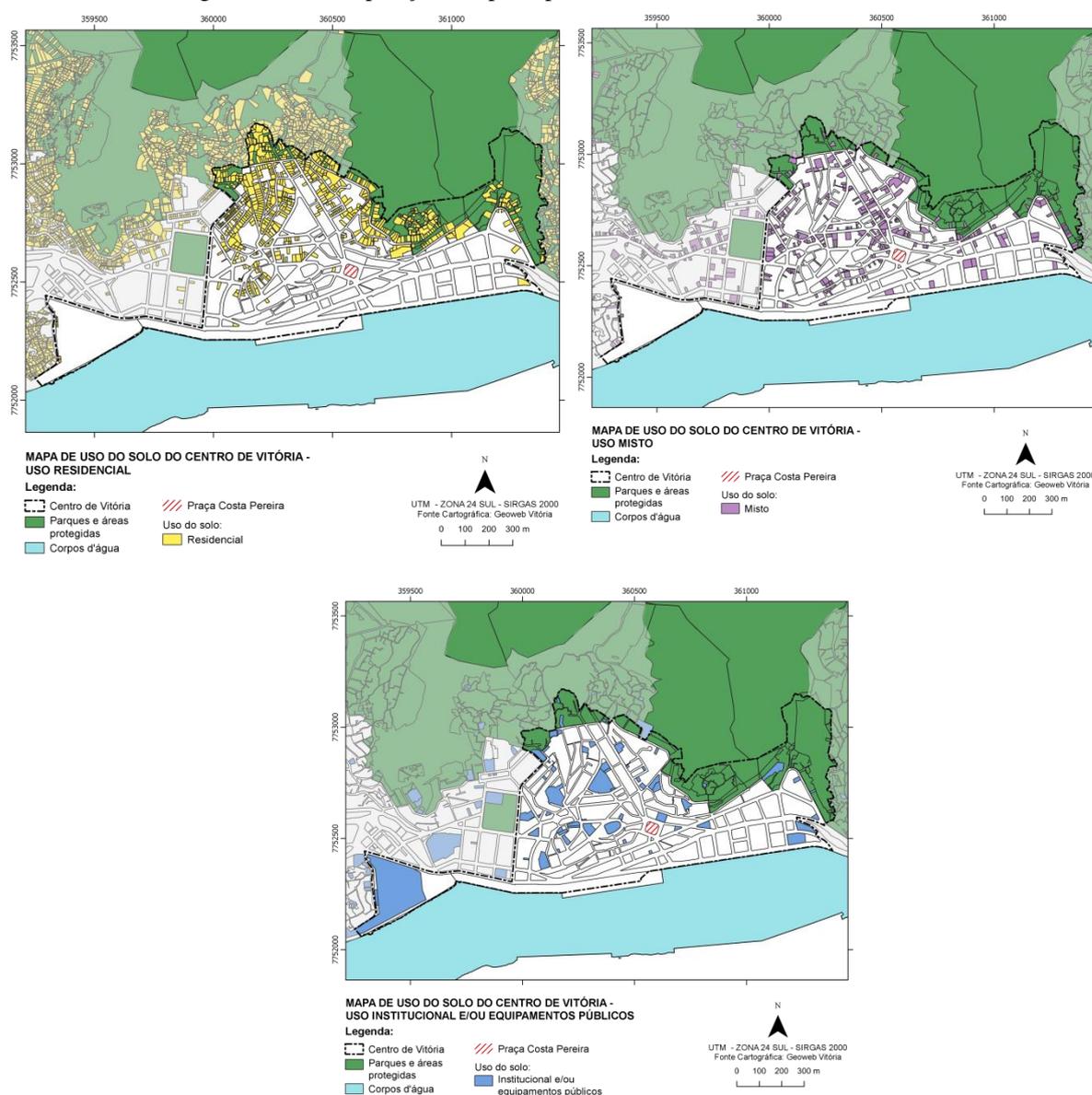
##### Legenda:

Centro de Vitória	<b>Uso do solo:</b>	Institucional e/ou equipamentos públicos
Parques e áreas protegidas	Comercial	Residencial
Corpos d'água	Praças	Sem uso
Praça Costa Pereira	Misto	



Fonte: Elaborado por Cecília Torezani (2020) a partir de dados geoespaciais fornecidas pela plataforma *GeoWeb* Vitória

Figura 64 - Decomposição dos principais usos do solo do Centro de Vitória



Fonte: Elaborado por Cecília Torezani (2020) a partir de dados geoespaciais da plataforma *GeoWeb* Vitória

Aproximando-se da Praça Costa Pereira e seu entorno imediato, pode-se dizer que sua ambiência confere ao lugar um sentido de prestígio cultural pelo fato de acolher dois teatros de importância histórica: o teatro Carlos Gomes e o teatro Glória (atual Sesc Glória) (Figura 65), protagonizando um forte sentido de legibilidade, em função do dueto praça e edifício singular. Além dos teatros, a presença de sobrados e prédios que guardam características da arquitetura eclética, protomoderna e moderna também se agrupam à praça mostrando as várias sobreposições de estilos arquitetônicos ali acumuladas.

Figura 65 - À esquerda, o teatro Carlos Gomes e o antigo Edifício do IAPI enquadrados entre palmeiras e o morro da Fonte Grande e à direita, o teatro Glória, atual SESC Glória



Fontes: Autoria de Cecilia Torezani (2019); Elaborado pela autora (2022)

Vale destacar que após a inauguração da praça, resultado de grandes transformações morfológicas, a mudança significativa posterior se deu pelo processo de verticalização no Centro, rebatido para alguns dos edifícios do seu entorno e identificado a partir da construção do edifício Antenor Guimarães, concluído em 1940<sup>212</sup>. Tal característica também coube aos edifícios ali construídos posteriormente, no caso a sede do INSS (antes, edifício do IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) e, na década de 1950, dos edifícios do Palácio do Café e a sede do Clube de Regatas Álvares Cabral.

Após tal processo, as sedes do Palácio do Café e do Clube de Regatas Álvares Cabral foram transferidas, respectivamente, para os bairros Enseada do Suá e Bento Ferreira. O edifício do IAPI, agora denominado edifício Presidente Getúlio Vargas, encontra-se sem uso, sob poder da municipalidade, para incorporação ao Programa Morar no Centro. O hotel Império também se encontra subutilizado, apresentando somente atividades no térreo, e algumas outras construções trocaram de uso, mas mantiveram o perfil destinado ao comércio/serviço nos casarios antigos. Os edifícios, ruas e quadras praticamente conservaram, após meados de 1970, a mesma conformação morfológica.

<sup>212</sup> O edifício Antenor Guimarães foi construído em concreto armado, com sete pavimentos e já apresentando os elementos formais próprios da arquitetura moderna, porém ocupando a totalidade do terreno.

Figura 66 - Mosaico de imagens do entorno da praça. À esquerda parte superior (1), casarios de fachada eclética e na parte inferior (2), o edifício Antenor Guimarães acompanhado de construções que perderam características arquitetônicas originais. À direita na parte superior (3), hotel Império e na parte inferior (4), destaque para os edifícios altos Álvares Cabral e Micheline



Fonte: Autoria de Cecília Torezani (2019) (imagens 1, 2 e 4); Elaborado pela Autora (2022) (imagem 3)

A praça é contornada por vias revestidas por pedras e passeios elevados, sendo provida de intensa arborização, postes de iluminação e inúmeros bancos curvos que acompanham espaços internos de circulação (Figura 67).

Figura 67 - Características do desenho urbano, mobiliário e vegetação da praça Costa Pereira



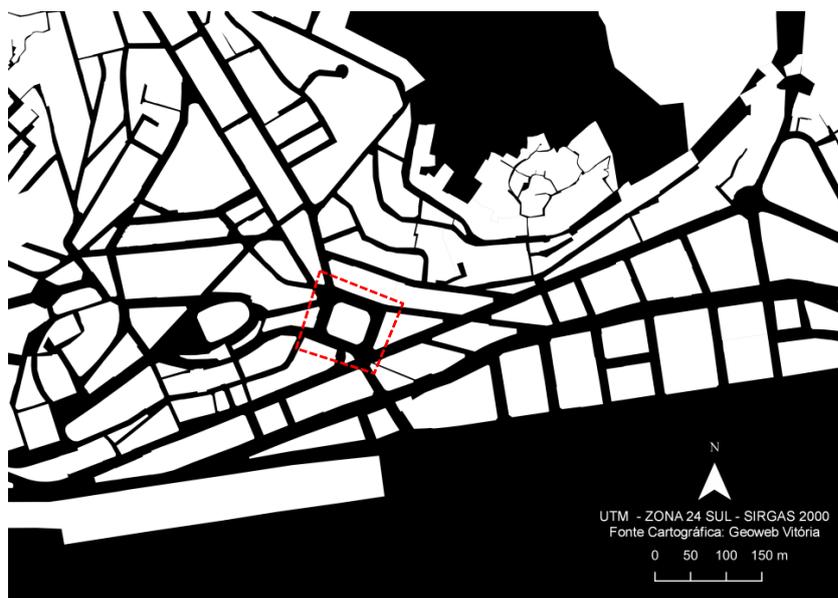
Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Os mapas de figura fundo a seguir<sup>213</sup> exemplificam de forma breve como os principais elementos morfológicos se relacionam com a praça. O sistema viário (Figura 68) mostra uma forte convergência de vias para a praça que tendem à conexão da mesma com a Cidade Alta, a parte aterrada de traçado retificador e a porção mais “interiorizada” do Centro. As vias convergentes são retilíneas e possuem largura considerável ao redor da praça, se comparada ao contexto. Isso implica na importância da conformação morfológica da praça a partir de seu traçado, ou seja, de seu desenho urbano. Há destaque para as vias acomodadas ao relevo nas partes mais elevadas e que garantem com a parte plana, principalmente entre colina e praça, significativas conexões perpendiculares às curvas de nível.

---

<sup>213</sup> Os mapas de figura fundo partem dos estudos de Del Rio (1990).

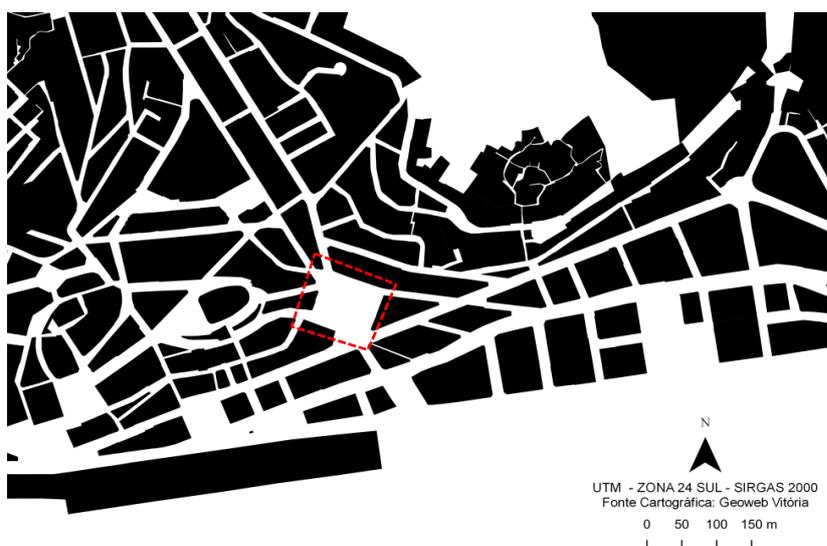
Figura 68 - Mapa figura fundo do sistema viário do Centro com destaque para a Praça Costa Pereira (linha tracejada)



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de dados geoespaciais fornecidas pela plataforma *GeoWeb* Vitória

O mapa de figura fundo dos quarteirões expressa sua maior dimensão acompanhando as vias convergentes à praça, o que assegura a intenção de se voltar para estas vias, o maior número possível de parcelas (Figura 69). Nota-se que a noroeste suas conformações afunilam na praça, o que pressupõe uma organização morfológica que tende a um ponto de convergência.

Figura 69 - Mapa figura fundo dos quarteirões do Centro com enfoque para a praça Costa Pereira (linha tracejada)

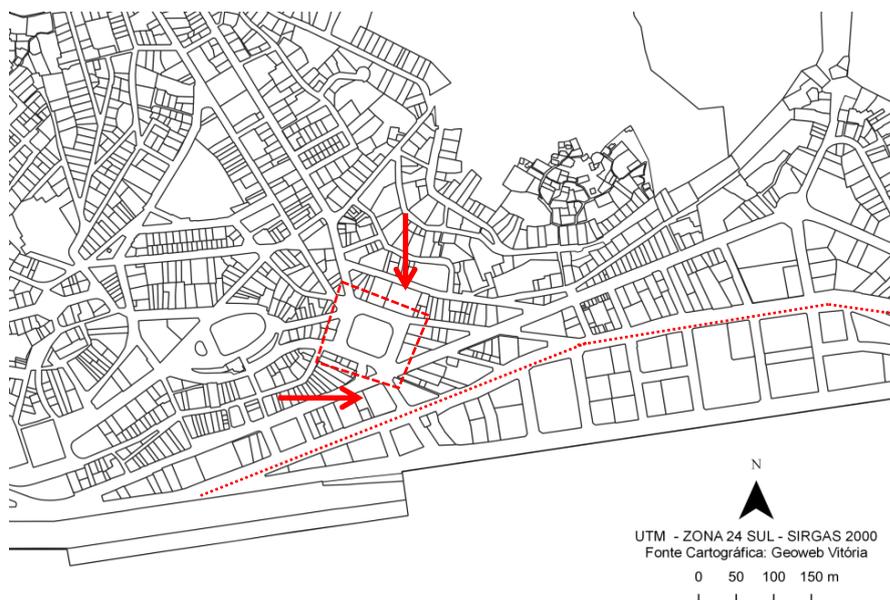


Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de dados geoespaciais da plataforma *GeoWeb* Vitória

Em relação ao perfil fundiário (Figura 70), a menor dimensão dos lotes limita-se com as vias que convergem para a praça, assegurando novamente o maior contato possível entre o ambiente “privado” e o “público”, conforme preceitos da urbanística portuguesa. Na praça, a parcela destinada ao teatro Carlos Gomes e ao antigo prédio do IAPI, apresentam maiores dimensões em largura, o que confere, principalmente ao teatro, papel fundiário de destaque entre os lotes que se limitam com a praça.

O que mais se destaca no parcelamento é a configuração parcelar diferenciada no aterro da Esplanada Capixaba executado na década de 1950, apresentando dimensões bem maiores daquelas presentes no entorno da praça e demais áreas do Centro, conferindo a estas uma maior longevidade e a ambas, a influência de ideologias parcelares distintas. Na verdade, entre o mar e a praça Costa Pereira, a transformação do perfil fundiário dos lotes na Esplanada Capixaba é inerente a um novo contexto urbano expansionista, que marca um momento de ruptura morfológica com a cidade tradicional. No entanto, considerando o parcelário dos teatros Carlos Gomes e do próprio teatro Sesc Glória, construídos nas décadas de 1920 e 1930, respectivamente, percebe-se uma espécie de transição no que tange à configuração parcelária.

Figura 70 - Mapa figura fundo do perfil fundiário do Centro com enfoque para a praça Costa Pereira (linha tracejada em vermelho), o parcelário do teatro Carlos Gomes (seta vermelha vertical), do teatro Sesc Glória (seta vermelha horizontal) e da área aterrada na década de 1950 (limitada pelo mar e linha pontilhada em vermelho)

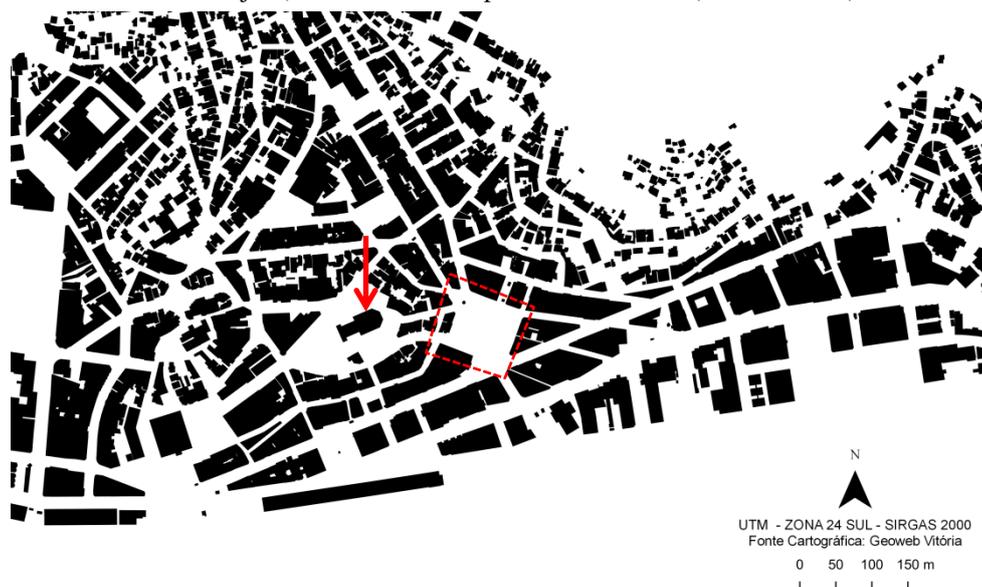


Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de dados geoespaciais da plataforma *GeoWeb* Vitória)

Já, o mapa de cheios e vazios deixa clara a notoriedade da praça como espaço livre de uso público em consonância com a área a oeste, ao redor da Catedral Metropolitana de

Vitória, localizada na Cidade Alta e outras áreas que se comportam como praças públicas, garantindo certo sentido de “rede” e coesão urbana. Ao se comparar cheios e vazios com a estrutura fundiária, constata-se o seguinte: ocupação intensa do lote, seja na parte de aterro, seja nas vias mais movimentadas, no entorno da praça e nas quadras a noroeste da praça; ocupações com afastamento de fundos especialmente na Cidade Alta, ao norte da Catedral Metropolitana de Vitória; ocupações de pequeno porte circundadas por áreas livres e ocupações de grande porte ladeadas por áreas livres mais amplas se comparadas com as demais situações. Em relação àquelas de pequeno porte, dialogam com o uso residencial predominante ao norte (Figuras 63 e 64) localizado em cota mais elevada do bairro ou em bairros vizinhos, em cotas ainda mais elevadas, configurando-se com conformação morfológica distinta em relação às áreas que foram mais impactadas pelas reformulações urbanas entre os séculos XIX e XX e recebem usos para além dos residenciais.

Figura 71 - Mapa figura fundo de cheios e vazios do Centro com enfoque para a praça Costa Pereira (linha tracejada) e Catedral Metropolitana de Vitória (seta vermelha)



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de dados geoespaciais fornecidas pela plataforma *GeoWeb* Vitória

Nota-se claramente a importância da praça como ponto nodal revelando sua potencialidade enquanto elemento morfológico de articulação urbana, fato que induz à hipótese de sua (sub) centralidade, caso as dinâmicas sob o ponto de vista dos fluxos e das práticas socioespaciais tenham caminhado no mesmo sentido, em escala temporal, ou seja, em tempos pretéritos.

### 3.4 Praças Costa Pereira: práticas socioespaciais contemporâneas

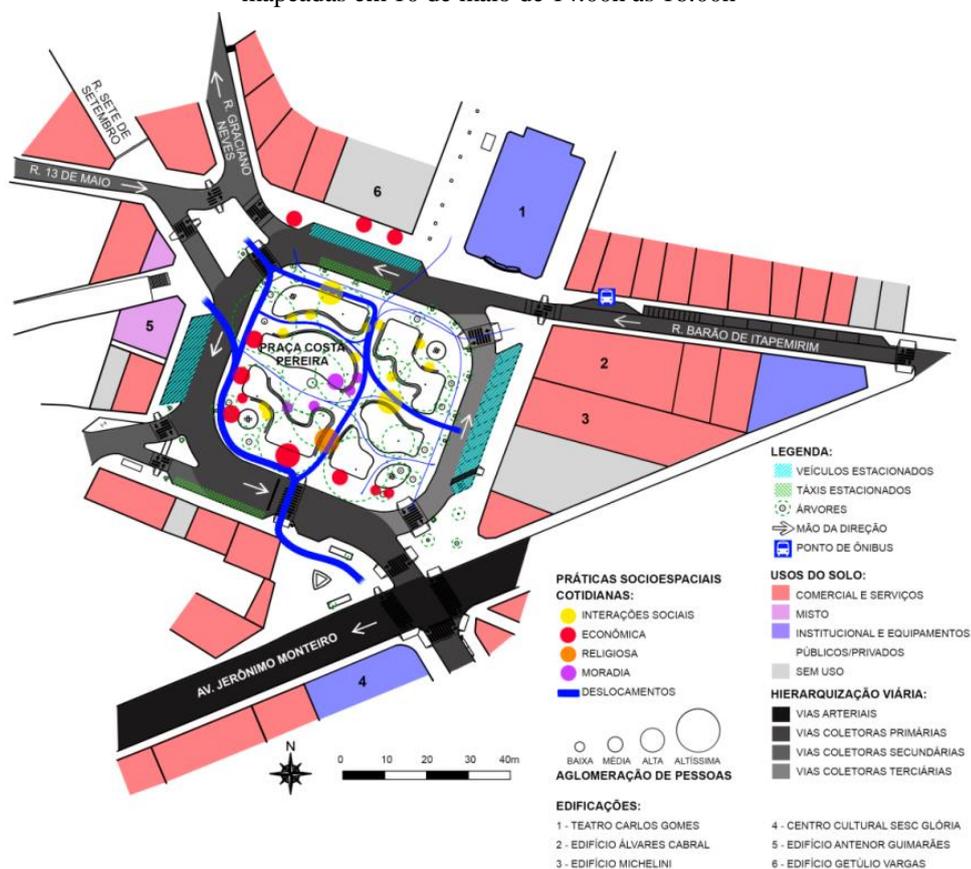
Para além dos aspectos mapeáveis da coleta de dados das práticas socioespaciais, a análise aqui desponta a intenção de considerar os trajetos impressos associados a significados, intenções ausentes e desejos em um universo que contempla o apontamento de atividades de diferentes categorias, incluindo nelas a própria circulação humana. Soma-se a isso, a ideia da praça não como espaço físico limitado, mas como contexto escalar mais abrangente e participante da ação comunicativa na esfera pública<sup>214</sup>.

Nestes termos, foram identificadas as seguintes práticas socioespaciais cotidianas e contemporâneas: (a) interações sociais, que se reservam a ações de descanso, contemplação, namoro e conversas entre indivíduos e grupos de indivíduos; (b) econômica, que se vincula a práticas de caráter comercial (banca de revista, barracas de alimentos e vestuários, além de vendedores ambulantes de picolés); (c) religiosa (referentes a pregações e crenças religiosas); (d) moradia, ao abrigar moradores em situação de rua e (e) deslocamentos, no que se refere à circulação de pessoas. Entre os três períodos do dia, a maior intensidade das práticas foi percebida no período vespertino, o que sugere uma associação com a dinâmica comercial do Centro, aquecida neste período.

---

<sup>214</sup> Baseado no livro “A Vida na cidade: como estudar” (GEHL; SVARRE, 2018), a coleta de dados foi realizada com registros manuais *in loco* por meio de mapeamento comportamental (indicação de atividades, pessoas e locais de permanência) e de traçado (linhas de movimentação a partir de padrões de deslocamento). O mapeamento e o traçado foram registrados em *software AutoCAD*, respectivamente como círculos de raios distintos a depender da concentração de pessoas e como linhas sinuosas de diferentes espessuras, a depender da intensidade de deslocamento.

Figura 72 - Práticas socioespaciais cotidianas contemporâneas na praça Costa Pereira no período vespertino mapeadas em 10 de maio de 14:00h às 16:00h



Fonte: Elaborado pela autora e por Cecília Torezani (2019) a partir de base cartográfica disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Vitória

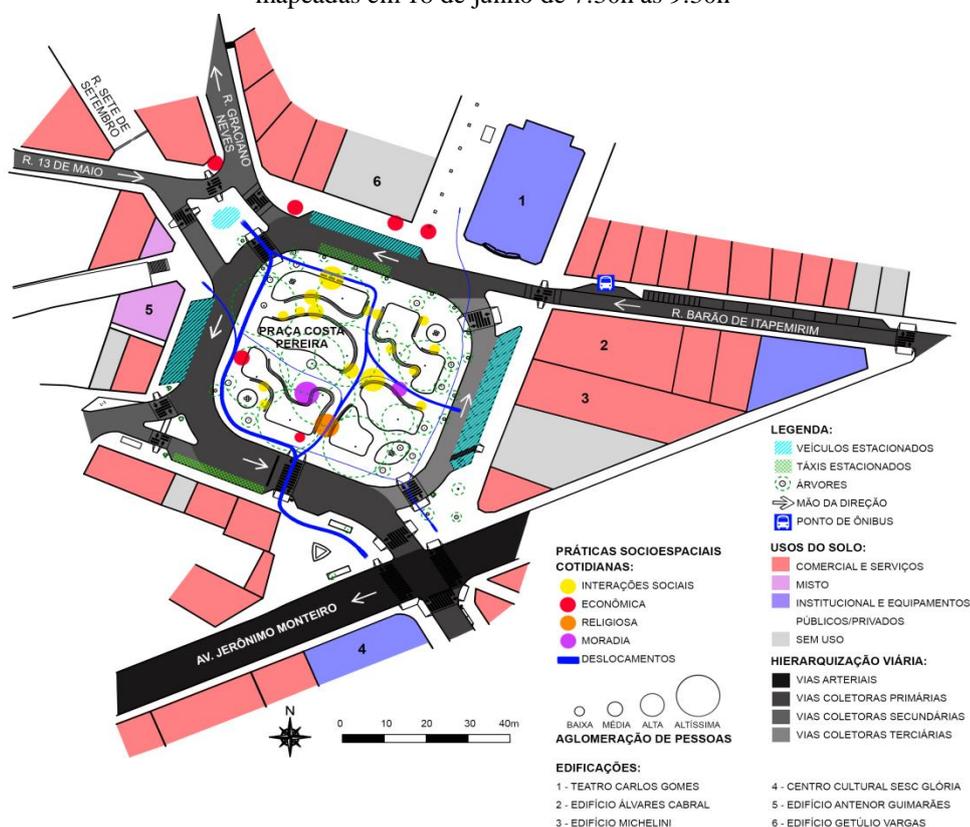
Vale notar que a espacialização das práticas na praça Costa Pereira no período vespertino se dá em formatos distintos, onde as interações sociais são percebidas em toda a extensão da praça, porém mais distantes da avenida Jerônimo Monteiro, o que pressupõe uma intenção de busca por uma área mais resguardada do alto fluxo de veículos e ruídos. A prática relacionada à moradia se concentra principalmente na porção mais “interna” da praça, fortalecendo uma condição mais “reservada”, mas que não desqualifica ou inibe outras práticas ali encontradas, ou seja, não estabelecem relações conflituosas a partir das dinâmicas cotidianas.

As atividades econômicas, por sua vez, se localizam “periféricamente” e associadas ao maior fluxo de pessoas e se estendem para além do contorno físico da praça, em passeios próximos, o que remete ao conceito de esfera pública para além dos espaços tradicionalmente dito públicos. Vale destacar a presença fixa de uma banca de revista no passeio de contorno da praça e a localização de uma farmácia e de um supermercado no entorno, atraindo pessoas nos três períodos do dia.

Já, as práticas de caráter religioso geralmente ocorrem pontualmente no mesmo local, próximas à área ocupada pelos moradores em situação de rua e em ponto estratégico de passagem do fluxo de pessoas. Estes também acontecem, em menor intensidade, entre os caminhos sinuosos “internos” e se espalham principalmente em direção à porção noroeste, que parece ser a mais atrativa sob o ponto de vista dos deslocamentos, sugerindo que os usos residencial, misto e institucional possam ali atrair ou provocar deslocamentos. É válido também destacar a presença de estacionamentos e pontos de taxis que reforçam o deslocamento de veículos e de pessoas.

No período matutino (Figura 73) observa-se que as práticas socioespaciais de moradia na praça se expandem, assim como a prática econômica de comércio informal de alimentos identificada no passeio ao norte, próximo ao supermercado e ao teatro Carlos Gomes. Na porção “periférica” da praça, barracas itinerantes de venda de vestuário só foram identificadas, na ocasião, no período vespertino, que aparenta ser o mais dinâmico. As espacialidades das demais práticas socioespaciais no período matutino se repetem em relação ao período vespertino, contudo, no caso dos deslocamentos, apresenta menor fluxo pela manhã.

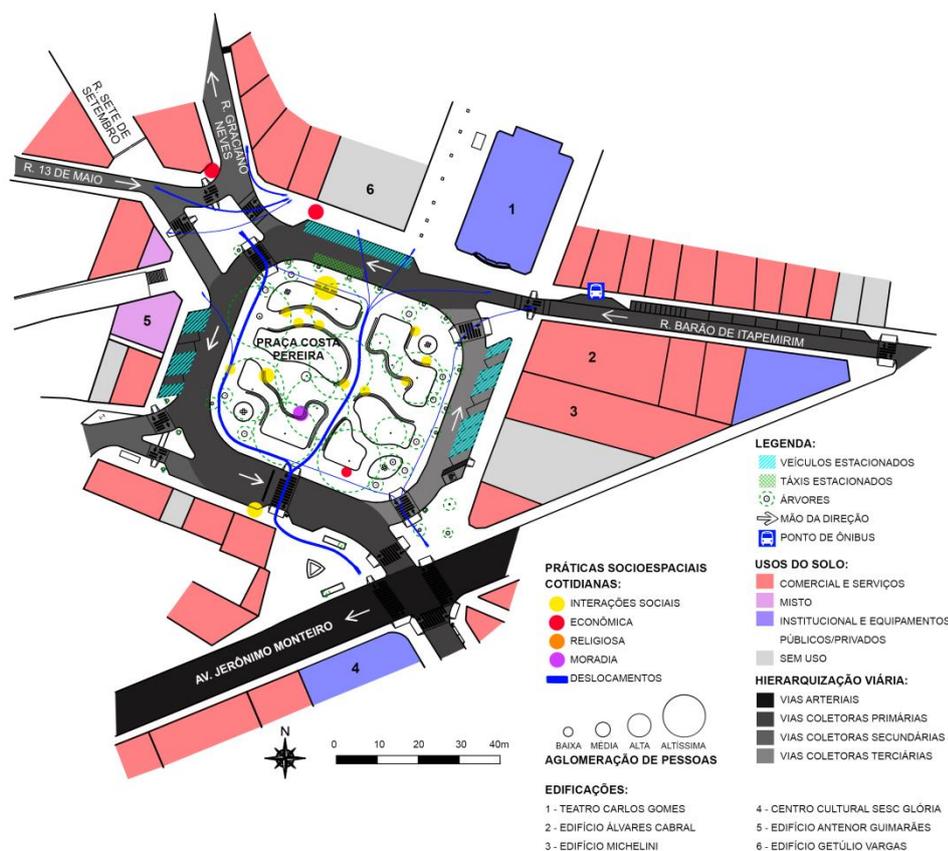
Figura 73 - Práticas socioespaciais cotidianas contemporâneas na praça Costa Pereira no período matutino mapeadas em 18 de junho de 7:30h às 9:30h



Fonte: Elaborado pela autora e por Cecília Torezani (2019) a partir de base cartográfica disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Vitória

À noite (Figura 74), nota-se a ausência de práticas socioespaciais de cunho religioso, a permanência de práticas econômicas além do espaço físico do contorno da praça (onde permanecem dois dos três pontos de vendas informais próximos ao supermercado identificados à tarde), e surge um ponto de comércio informal (venda de acarajé), que faz uma interlocução maior com a avenida Jerônimo Monteiro, como se o movimento nesta direção fosse mais atrativo comercialmente. As interações sociais e deslocamentos são menos recorrentes, mas se espacializam de maneira similar aos outros períodos já mencionados, com destaque para os fluxos que chegam ao supermercado vindo da parte noroeste do Centro. O deslocamento, com o avançar do fechamento do comércio, tem sua intensidade proporcionalmente atenuada, fato também percebido em relação à circulação de veículos e de taxis estacionados.

Figura 74 - Práticas socioespaciais cotidianas contemporâneas na praça Costa Pereira no período noturno mapeadas em 18 de junho de 18:30h às 19:30h



Fonte: Elaborado pela autora e por Cecília Torezani (2019) a partir de base cartográfica disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Vitória

A Figura 75 a seguir exemplifica algumas das práticas socioespaciais cotidianas identificadas.

Figura 75 - Práticas socioespaciais cotidianas contemporâneas na praça Costa Pereira nos períodos matutino, à esquerda (destaque: comércio informal/deslocamento); vespertino, no centro (destaque: moradia/interação social) e noturno, à direita (destaque: comércio informal/interação social)



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

As espacialidades identificadas, mesmo apresentando intensidades distintas, parecem se configurar de forma mais ou menos semelhantes entre os três períodos analisados. Vale destacar que os deslocamentos das pessoas estão vinculados a pontos de interesse situados para além do entorno imediato da praça e caracterizam um movimento pendular diário entre as vias estruturantes, as vias exclusivamente de pedestres e outros bairros e localidades à norte. Tais deslocamentos indicam o forte sentido de passagem da praça, o que valoriza aspectos relacionados à sua inserção urbana.

Chama atenção a prática de moradia, que se distancia em relação à atividade “convencional de uma praça pública” revelando novos parâmetros da vida contemporânea e da desigualdade social vigente. Tal prática poderia, inclusive, na visão de alguns autores, provocar conflitos ou mesmo sentimentos de restrição física. No entanto, a moradia na praça parece se contextualizar em situação harmônica com a dinâmica cotidiana, dada as espacialidades identificadas.

De modo geral, para além das datas mencionadas de coleta de dados das práticas socioespaciais, sabe-se ou observa-se a ocorrência de outras a exemplo de ensaios de escolas de samba, feiras de alimentos pelo Movimento Sem Terra, desfile de palhaços em finais de semana, passagem de procissões, manifestações políticas, pontos de encontro de pessoas para diversas atividades culturais em itinerários pelo Centro. Ou seja, a praça se posiciona como reveladora de uma multiplicidade de apropriações associada a parâmetros de diversidade cultural e atratividade urbana e humana que lhe conferem atributos específicos, em contextos cotidianos e esporádicos.

Interessa destacar, por fim, que o conceito de esfera pública é inerente ao objeto de estudo em um ambiente de trocas comunicacionais e de caráter mais popular, e que as práticas socioespaciais registradas contradizem o debate tão recorrente na literatura sobre a chamada “crise dos espaços públicos”. Nestes termos, recorre-se à abordagem de Queiroga: “alguns

centros se popularizam mais, estando ainda mais vivos do que o período em que eram o espaço predileto das elites” (QUEIROGA, 2012, p. 227).

Ao mesmo tempo, nota-se a praça como ponto nodal de inúmeros elementos, atividades e fluxos que parecem conspirar a favor de sua (sub) centralidade quando a análise se sobrepõe ao papel articulatório da praça no tecido urbano do Centro do qual participa. Soma-se sua condição em área central tradicional com forte valor simbólico e público<sup>215</sup> e sua condição de espaço livre dotado de características morfológicas potencializadoras de atributos de centralidade urbana.

Apona-se, a partir destas observações, a reflexão sobre a existência de uma ação cotidiana com certo sentido e continuidade espacial e temporal, que parece despertar para a apreensão de parâmetros consolidados historicamente, de elementos de permanência que resistiram a processos de transformação urbana entrelaçando o pretérito e o presente. Sob esta perspectiva, caminha-se para o recorte temporal da tese.

---

<sup>215</sup> Segundo Queiroga (2012) as praças de centros tradicionais geralmente carregam visibilidade pública e aspectos relacionados à história e à memória urbanas.

## CAPÍTULO 4: O LARGO DA CONCEIÇÃO: PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS SOB OLHAR PRETÉRITO

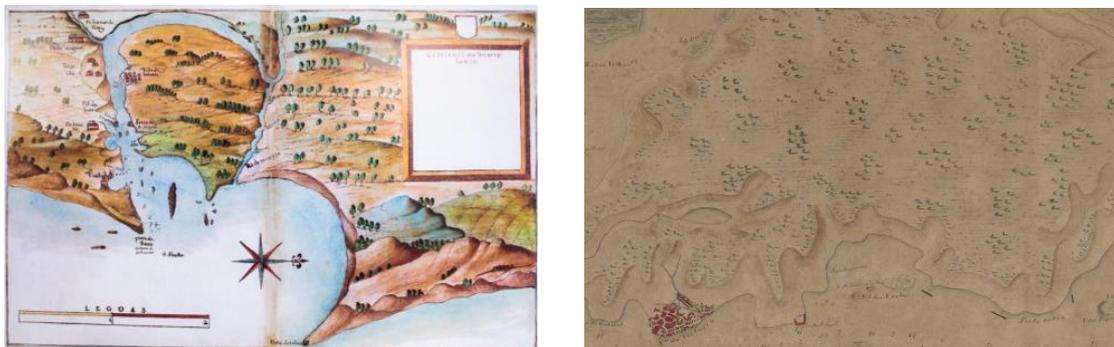
### 4.1 Evolução urbana do Centro de Vitória e de seus espaços livres de uso público: breve contexto

A capital do Espírito Santo é um dos núcleos urbanos mais antigos do Brasil, tendo sido fundada em 1551<sup>216</sup>, dois anos depois de Salvador, capital da América Portuguesa. Ambas, em conjunto com outras vilas e cidades implantadas em decorrência da expansão ultramarina portuguesa, a exemplo de Recife-Olinda, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo, compõem o conjunto de cidades portuguesas no Brasil (VASCONCELOS, 2009).

A fundação da Vila de Nossa Senhora da Vitória está associada ao alcance de melhores estratégias de defesa em relação à antiga sede da capitania, Vila Velha, ocupada desde 1535 (OLIVEIRA, 1975; DERENZI, 1995). As características do sítio físico são peculiares e contêm uma porção continental e outra insular, com evidente presença do mar. A morfogênese portuguesa se deu em sua porção insular, ao sul, tendo o mar (cursos d'água) e o maciço central (relevo) como elementos significativos da paisagem (KLUG, 2009). Diante desta configuração geográfica, a vila, que fora elevada à condição de cidade em 1833, encontrou nos aterros, nas ligações com o continente e nas ocupações de morro, uma saída para crescer e se adensar sob o ponto de vista urbano e econômico.

A ocupação original, favorecida com a chegada dos jesuítas na ilha, se deu com edificações implantadas em área de topografia elevada, portanto, distante do mar aberto, permanecendo praticamente com a mesma conformação até o século XVIII (Figura 76).

Figura 76 - À esquerda, cartografia de 1631 evidenciando aspectos geográficos da Vila da Vitória e à direita, cartografia de 1853 com destaque para a ocupação inicial ao sul da ilha



Fonte: História Capixaba (2018; 2015)

<sup>216</sup> Esta data é a tradicionalmente considerada, mas há controvérsias entre historiadores (DERENZI, 1995).

A área plana por onde se dava o acesso à ilha ficava restrita à presença de vários trapiches e seus pequenos atracadouros na borda do canal, movimentados a princípio por uma economia de subsistência (MIRANDA, 2009). Na verdade, a preferência de moradia no topo do morro pelas classes mais abastadas, também estava associada à preocupação com as partes baixas e alagáveis consideradas insalubres e promotoras de doenças e epidemias (DAEMON, 2010; ELTON, 1999; DERENZI, 1995). Tais áreas eram relatadas como rarefeitas e ocupadas por pescadores, pessoas mais humildes e um comércio simples.

A expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII associada à proibição de abertura de estradas entre o Espírito Santo e Minas Gerais por conta da descoberta de ouro, favoreceu a estagnação de Vitória que passou a ter caráter mais militar, recebendo cinco fortes ao longo da baía nos pontos extremos de sua ocupação, do Forte de São João na entrada da baía à Casa da Misericórdia, na região do Campinho<sup>217</sup> (MENDONÇA, 2010; CAMPOS JUNIOR, 2002). É válido destacar que o Forte São João estava fora da *urbis*, que até o final do século XIX era praticamente compreendida entre o aterro do Campinho e o largo da Conceição (KLUG, 2009), conforme mostrado adiante (Figura 80).

Em função do programa de colonização do interior por imigrantes europeus e da necessidade de expansão e de integração com o mar, cujos atracadouros viabilizavam o comércio crescente em ascensão ligado principalmente à cultura do café, a partir do século XVIII a cidade foi se adensando e se expandindo, aos poucos, em direção à parte baixa. Tal expansão foi viabilizada, sobretudo por aterros junto ao mar, prática herdada dos colonizadores portugueses (FREITAS; AZEVEDO, 2010). É deste século a ocorrência do primeiro aterro de que se tem notícia, viabilizando a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha destinada aos pescadores<sup>218</sup>, cuja parte fronteira passou a se chamar largo da Conceição, na então denominada Prainha (DAEMON, 1996).

No início do século XIX, com o enfraquecimento do ciclo do ouro e a diminuição do risco de invasões, a cidade começou a se tornar menos fortificada, assumindo sua vocação portuária. Apesar de constantes aterros sobre o território, relatos negativos referentes à ausência de infra estrutura urbana, insalubridade, mortes e doenças perduraram, alcançando o início do século XX (DERENZI, 1995). O desenvolvimento imposto pela economia cafeeira,

---

<sup>217</sup> À leste, depois do Forte São João existiam algumas chácaras até a fazenda dos Monjardins e à oeste, contornando a ilha, Santo Antônio acolhia uma área residencial (KLUG, 2009).

<sup>218</sup> Em Salvador, a capela de Nossa Senhora da Conceição (atual Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia) foi originalmente construída em 1549 na Cidade Baixa (VASCONCELOS, 2020), localizando-se, assim como em Vitória, próxima ao sopé do morro que liga a Cidade Baixa à Cidade Alta.

a ascensão de uma classe burguesa<sup>219</sup> e a influência das intervenções urbanísticas europeias e do Rio de Janeiro, alavancaram processo de modernização e embelezamento promovidos pelo poder público, principalmente estadual, entre final do século XIX e meados do século XX (PRADO, 2002, BELLINI, 2014)<sup>220</sup>. Tal processo foi mais evidente nos governos de Muniz Freire (1892-1896), Jerônimo Monteiro (1908-1912), Florentino Ávidos (1924-1928) e Jones dos Santos Neves (1950-1954) (CAMPOS JUNIOR, 2002).

Na ocasião, a elite local “aposta no rompimento do isolamento territorial e no ingresso da modernidade e a vila começa a se transformar em “simulacro de cidade moderna” (MIRANDA, 2009, p. 62) e que resultou em vários apagamentos e transformações da cidade tradicionais (BELLINI, 2014) financiados ora por empréstimos de grande vulto, ora pela prosperidade econômica advinda da produção e comercialização cafeeira a nível internacional (CAMPOS JUNIOR, 2002). Neste contexto, espaços livres públicos como cais, largos e vias estiveram no foco das intervenções. A abordagem a seguir visa compreender tal processo à escala do Centro de Vitória, acreditando, conforme raciocínio de Villaça (1998), que a localização das obras e melhoramentos realizados possam induzir a compreensão da própria centralidade urbana.

#### 4.1.1 PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÕES NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Segundo Macedo (2003), durante os 3 primeiros séculos que se seguiram ao início da colonização portuguesa, os espaços livres públicos eram singelos e desprovidos de preocupações estéticas, sendo comumente representados pelos adros e largos das primeiras tipificações religiosas, conforme já relatado (MARX, 1980).

Com estas características se configuraram os primeiros espaços livres públicos de Vitória já no século XVI e XVII, tendo a colina como sítio de implantação pioneira para os seguintes conjuntos: o **largo Afonso Brás** (atual praça João Clímaco) localizado entre o Convento Jesuíta e Igreja de São Tiago (1551) (atual Palácio do Governo ou Palácio Anchieta) e a Igreja da Misericórdia (1601) (atual teatro Sônia Cabral); o **Pelourinho**,

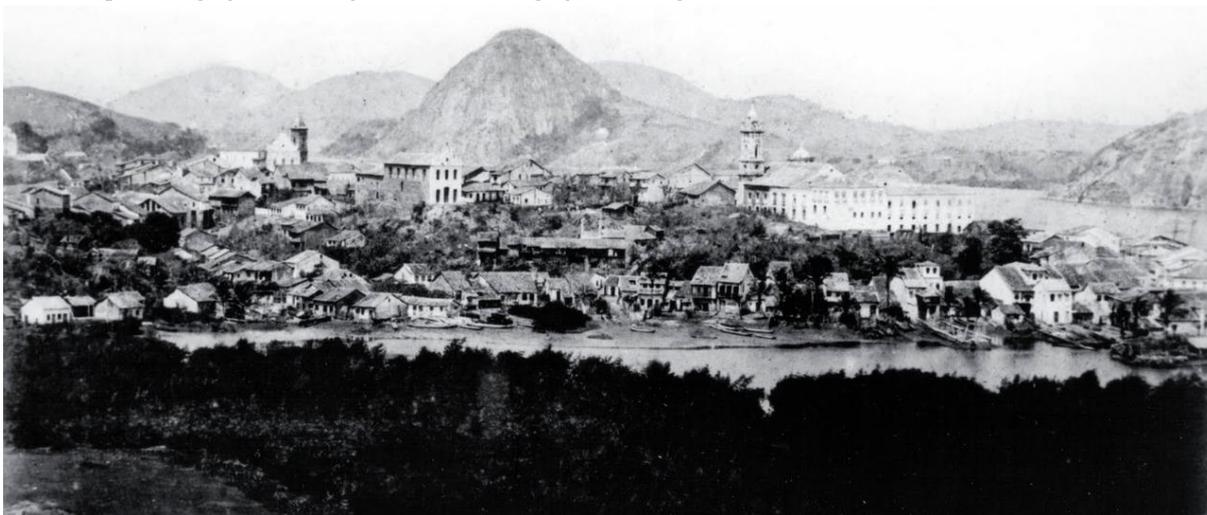
<sup>219</sup> Segundo Prado (2002), a classe burguesa capixaba era composta por empresários, médicos, engenheiros e políticos.

<sup>220</sup> Demolição de casarios, dotação de nova estética arquitetônica, correções de alinhamento/alargamento/calçamento de ruas, realização de obras de infraestrutura urbana, melhoria paisagística de parques e praças, abertura da avenida Jerônimo Monteiro e modernização do porto de Vitória, são alguns exemplos do complexo de obras que acometeu o núcleo urbano da capital na ocasião (PRADO, 2002).

próximo à Casa de Câmara e Cadeia<sup>221</sup> e à capela de Santa Luzia (1551) e o **largo da Matriz** da Igreja de Nossa Senhora da Vitória (1786) (atual catedral Metropolitana de Vitória)<sup>222</sup> conforme Figura 78, a seguir.

Tal configuração revela-se bem própria das tomadas de decisões urbanísticas portuguesas sobre o território (TEIXEIRA, 2012; MARX, 1980) dada a imponência dos seus edifícios religiosos em topografia dominante, que já se acomodavam associados ao “lugar público” em suas partes fronteiriças. Assim, tais conjuntos foram implantadas de maneira a retratar referenciais vernaculares e simbólicos do urbanismo lusitano (SOUZA, 2009)<sup>223</sup>, o que assegura o rebatimento da mesma ideologia em processos de expansão subsequentes no período colonial em direção às áreas baixas. Tal configuração assegura que existiu codificação nas relações de poder sobre o território capixaba, a partir do suporte físico de seu sítio (SOUZA, 2009).

Figura 77 - Panorama de Vitória no século XIX vendo-se em primeiro plano o braço de mar que tomava toda a área do atual Parque Moscoso com destaque para a representatividade das construções religiosas: Igreja Matriz à esquerda, Igreja São Gonçalo ao centro e Igreja São Tiago à direita, com morro do Penedo ao fundo



Fonte: Morro do Moreno, 2019

Assim, outras tipificações religiosas foram implantadas na parte baixa, a exemplo dos Conventos de São Francisco (1596) e de Nossa Senhora do Carmo (1682), da capela de Nossa

<sup>221</sup> Os símbolos da organização do Estado eram discretos, a exemplo das Casas de Câmara e Cadeia que parecem ter sido a única representação da arquitetura civil nos séculos que marcaram a vida colonial (MARX, 1980).

<sup>222</sup> A Igreja de São Gonçalo e seu largo são datados de 1715, não fazendo parte das construções mais pioneiras no topo da colina.

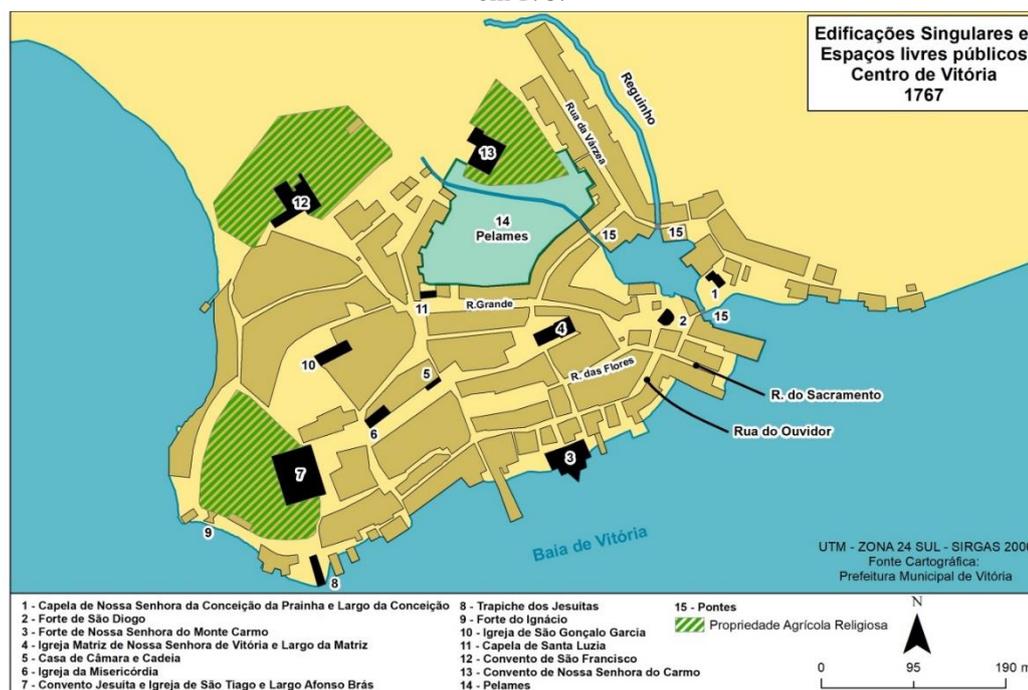
<sup>223</sup> Segundo estudos de Souza (2009) a dimensão do sagrado na vila da Vitória extrapola-se para a dimensão do simbólico a medida em que há uma peculiar disposição da capela de Santa Luzia, da Igreja Matriz e da Igreja da Companhia de Jesus que se configurou em um triângulo associado aos mistérios da Santíssima Trindade. Entre os vértices deste triângulo se encontra a estrutura urbana inicial e um dos principais edifícios da administração local, a Casa de Câmara e Cadeia. Posteriormente, os conventos foram localizados ao norte da ilha, associados, ao que parece, a sua expansão urbana.

Senhora da Conceição da Prinha (1755) no **largo da Conceição** e da Igreja do Rosário dos Pretos (1765)<sup>224</sup>, estas duas últimas de devotos de pescadores e escravos, respectivamente.

Neste aspecto, a capela de Nossa Senhora da Conceição assume três papéis peculiares na sua implantação: (1) única edificação religiosa de caráter menos privilegiado que se localizou dentro do limite da *urbis*; (2) única edificação religiosa que tem ligação próxima com o mar e a colina, simultaneamente e (3) única edificação religiosa da parte baixa acompanhada da toponímia “largo” na cartografia mais antiga considerada<sup>225</sup> (Figura 78).

É válido ressaltar que os agentes modeladores que configuraram a vila, nesta ocasião, foram constituídos pela Igreja Católica, pelos colonos e, de forma menos expressiva, pelos altos representantes da Coroa (SOUZA, 2009). No entanto, coube à Igreja papel preponderante no desenvolvimento físico da vila, haja vista inclusive sua condição como proprietária de áreas agricultáveis adjacentes aos templos e a possibilidade de controle de expansão a partir de seus conventos localizados em áreas mais periféricas.

Figura 78 - Espacialização das edificações singulares e principais espaços livres públicos do Centro de Vitória em 1767



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir do acervo da PMV/SEDEC/GPU/CRU

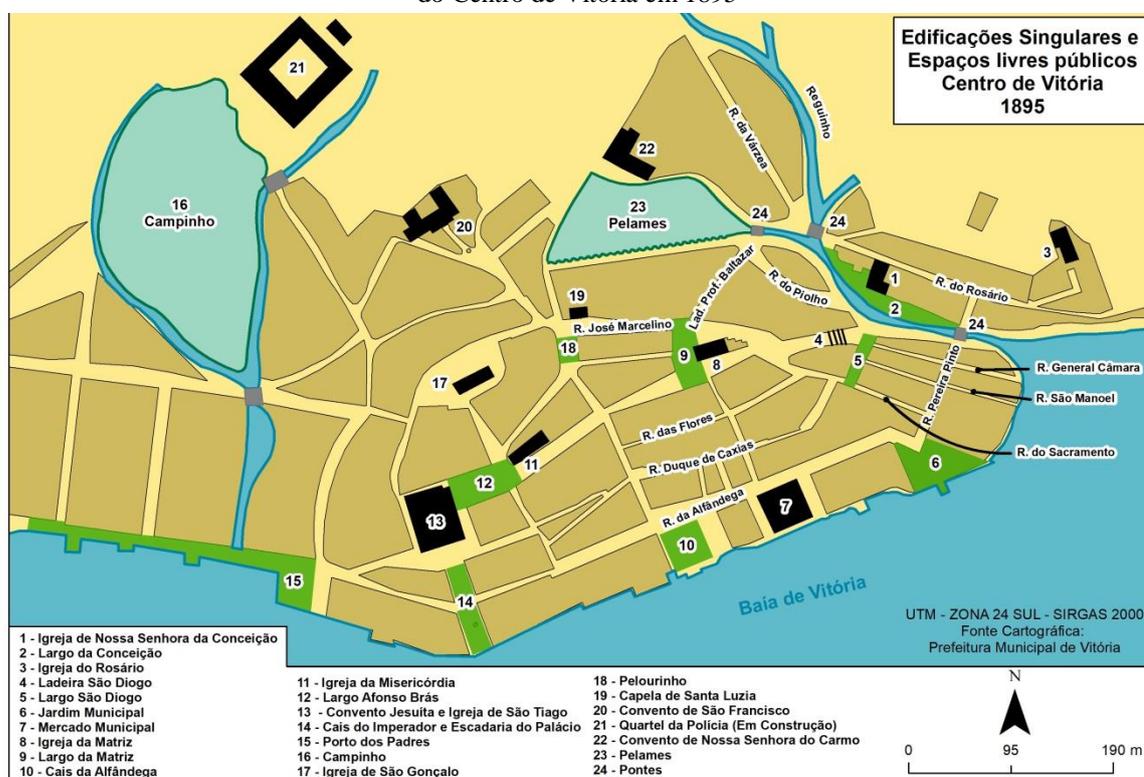
No entanto, diferenciando-se dos espaços abertos do urbanismo colonial pelo controle de acesso e aporte paisagístico, o primeiro **Jardim Municipal de Vitória** (atual Centro

<sup>224</sup> Na ocasião de sua construção, a Igreja do Rosário encontrava-se fora dos limites da *urbis* (KLUG, 2009).

<sup>225</sup> Encontra-se, ocasionalmente, o tratamento de largo para o Convento de São Francisco e de adro para a Igreja do Rosário. Já a parte fronteira do Convento de Nossa Senhora do Carmo é sempre retratada como Pelames e veio a se configurar, posteriormente, como Praça Paula Castro.

Cultural SESC Glória) foi implantado na parte baixa sobre área aterrada de 2400m<sup>2</sup> em localização privilegiada para a apreciação da “paisagem”<sup>226</sup>. Próximo ao largo da Conceição e contíguo ao cais do Santíssimo na rua da Alfândega, o Jardim contemplava função destinada ao lazer como apresentações musicais, quermesses, descanso e contemplação (BELLINI, 2014). Considera-se que sua inserção tenha marcado o início da consolidação de uma rede de espaços livres públicos a partir da reformulação urbana de largos, cais e área alagadas subsequentes, em um cenário que o protagonizou para o recorte temporal inicial da tese (Figura 79).

Figura 79 - Espacialização das edificações singulares (em preto) e principais espaços livres públicos (em verde) do Centro de Vitória em 1895



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir do acervo da PMV/SEDEC/GPU/CRU

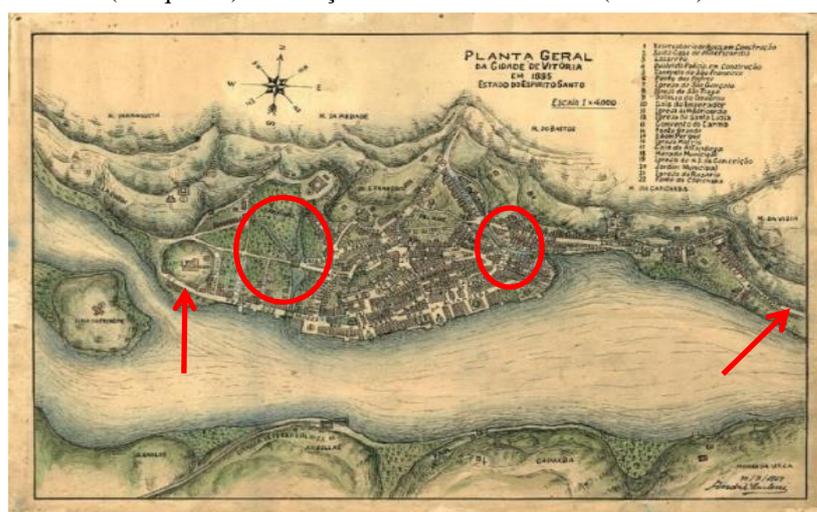
Em 1905, em um contexto de abandono e falta de manutenção, o local foi cedido para a iniciativa privada na contrapartida de manutenção e limpeza da área e tornou-se o novo

<sup>226</sup> Tal implantação sobre aterro e próximo ao mar conserva forte relação com a inauguração dos jardins públicos no Brasil cujo pioneirismo, conforme visto, remete-se ao Jardim Público do Rio de Janeiro (MARX, 1980; MACEDO, 2003). No entanto, segundo investigação de Ferraz (2019), o governo municipal na figura do então Presidente da Câmara, relatou que o Jardim Municipal fora construído por uma necessidade de saúde pública de forma a controlar a apropriação da área como despejo de materiais fecais.

**Éden Parque**<sup>227</sup>, empreendimento que funcionava anteriormente na rua da Várzea (atual rua Sete de Setembro) em uma chácara<sup>228</sup>.

Neste contexto, os aterros do Campinho (Lapa do Mangal ou Mangal do Campinho) e do largo da Conceição<sup>229</sup> marcaram um processo mais expressivo de expansão urbana para além do aumento de densidade urbana em áreas já ocupadas, fortalecendo, ao que tudo indica, os limites da *urbis* entre estes dois extremos (FREITAS, 2004) (Figura 80). Ao mesmo tempo, segundo Prado (2002), a formação de um novo bairro no Campinho acompanhado pela inauguração do **Parque Moscoso** em 1912, veio como resposta aos desejos de auto segregação da burguesia local que dividia o espaço da Cidade Alta com as classes menos abastadas<sup>230</sup> (Figuras 80, 81 e 82).

Figura 80 - Planta de 1895 com destaque para as áreas alagáveis sujeitas a aterros, o Capimho (circundada à esquerda) e a Prainha (circundada à direita). As setas indicam os limites da *urbis*: A Santa Casa de Misericórdia (à esquerda) e a direção do Forte de São João (à direita)



Fonte: Adaptado pela autora (2019) a partir do acervo da PMV/SEDEC/GPU/CRU

<sup>227</sup> Houve ali um cinematógrafo inaugurado em 1907, chamado Éden Cinema que, de acordo com Wingler (2020) fora o segundo a ser instalado na capital, depois do cinema no teatro Melpômene. As duas construções existentes acolhiam personagens da política, além de jogadores contendo botequim, bilhares, bailes, apresentações teatrais, mas sendo considerado de frequência inapropriada para o ambiente familiar de classe mais aristocrática (BELLINI, 2014; FERRAZ, 2019).

<sup>228</sup> Ferraz (2019) aponta a partir de pesquisas em periódicos da Hemeroteca da Biblioteca Nacional que antes da transferência do Éden Parque, existiam ao menos nesta parte da cidade próxima ao largo da Conceição, pelos menos 5 espaços destinados ao lazer: Éden Parque, Jardim Municipal, teatro Melpômene, Parque do Ramos e Parque do major Vítor de Oliveira, estes dois últimos localizados na rua Sete de Setembro.

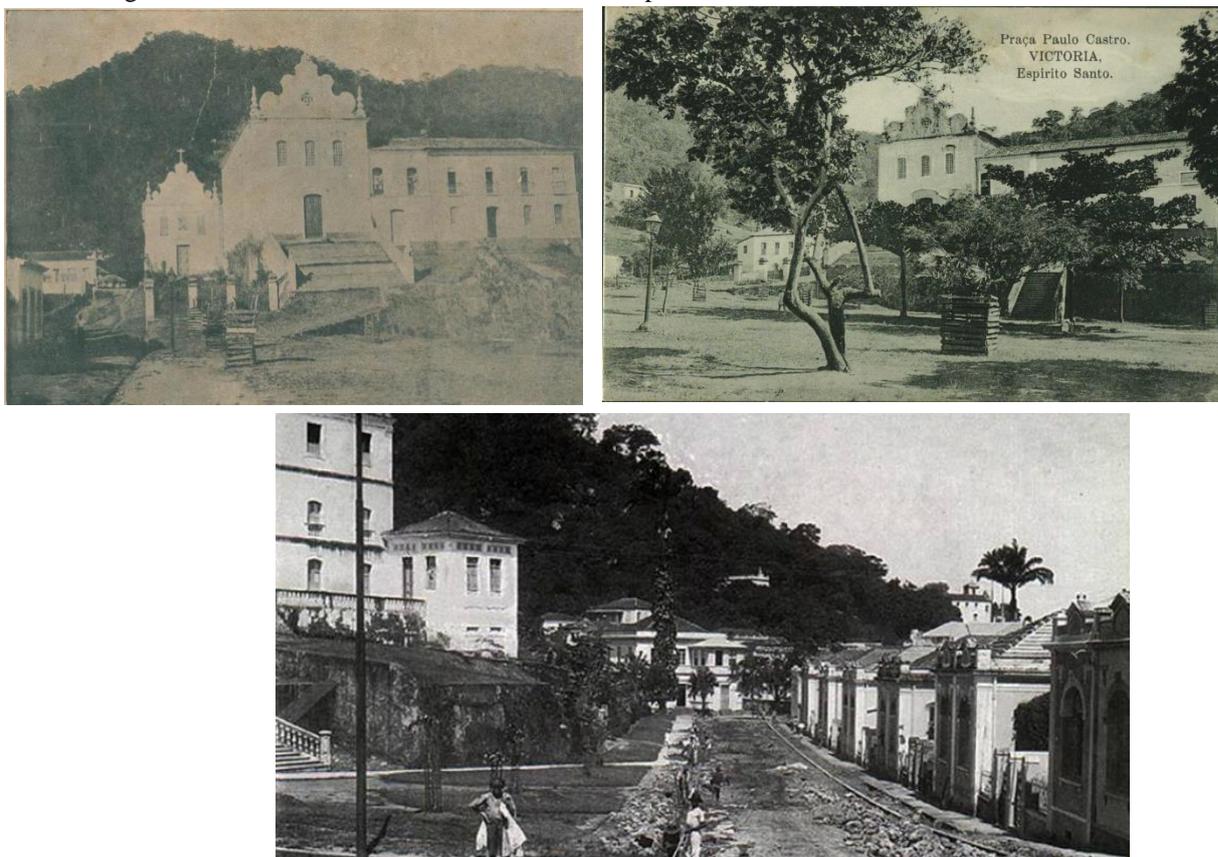
<sup>229</sup> Abordagens específicas sobre o largo da Conceição foram reservadas para mais adiante.

<sup>230</sup> O bairro Vila Moscoso desenvolveu-se com traçado em malha ortogonal, arquitetura eclética e novas formas de implantação da edificação, agora isolada no lote e recebendo jardim ou pomar lateral, obedecendo exigências municipais. O novo local de lazer da elite capixaba compreendia uma grande quadra central e teve influências dos jardins ingleses em seu projeto. No entanto, pouco depois da inauguração, deixou de ser o local preferido das práticas socioespaciais elitizadas, atraídas pelas remodelações na década de 1920 da avenida Capichaba e da praça Costa Pereira (PRADO, 2002).



**Pelames**, a **rua da Várzea** e a **rua da Alfândega**. A área alagada e caracterizada como um banhado baldio e infecto localizada em frente a Igreja e Convento da Ordem Terceira do Carmo conhecida como Charco ou Campo do Pelames (BELLINI, 20914) foi denominada **praça Paula Castro** durante o processo de aterro e drenagem finalizado em 1895 (Figura 83). A área manteve-se com aparência rudimentar até ter recebido um novo desenho urbano que deu origem, já no século XX, às ruas Coutinho Mascarenhas, Gama Rosa e à praça Irmã Josepha Hosannah (FERRAZ, 2019).

Figura 83 - Processo de aterramento do Pelames e posterior abertura de vias na década de 1920



Fontes: Acervos da Biblioteca Central da UFES (acima) e do Instituto Jones dos Santos Neves (abaixo)

As obras de saneamento do **Reguinho** também são expressivas entre as transições dos séculos XIX e XX e retratadas com forte ocorrência nos periódicos locais. Nas proximidades, a **rua da Várzea**, que veio a se configurar como **rua Sete de Setembro**, também recebeu obras de aterro e pavimentação com alinhamento do trecho entre o chafariz da Fonte Grande e a ponte na embocadura da várzea do Reguinho, já no largo da Conceição. Pela rua da Várzea se acessava a parte alta da cidade por meio da ladeira da Várzea, também calçada na mesma ocasião (Figura 84).

Figura 84 - À esquerda, processo de remodelação da rua Sete de Setembro em 1924 e à direita, confluência das ruas Sete de Setembro e Graciano Neves na já inaugurada praça Costa Pereira



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES

Assim, uma série de cais<sup>231</sup>, elementos inerentes ao período colonial e condição litorânea da cidade, foram adaptados na costa após aterros sucessivos e novas demandas comerciais<sup>232</sup>. O **Porto dos Padres** (cais Grande ou dos Jesuítas) foi aterrado para receber a **rua do Comércio** em meados século XIX (FREITAS, 2004); o **cais do Imperador** (cais das Colunas ou do Palácio) recebeu a **escadaria de acesso ao atual Palácio do Governo**; o **cais da Alfândega** (cais Grande) foi aos poucos sendo incorporado como praça, passando a ser denominado **praça da Alfândega** e no início do século XX, **praça Santos Dumont** e, em seguida, **praça Oito de Setembro**. Já o **cais do Santíssimo**, após receber o Jardim Municipal e adaptar-se como **Éden Parque**, acolheu em uma de suas áreas remanescentes a construção do teatro Glória em 1932 (Figura 85).

<sup>231</sup> Alguns cais foram retratados por toponímias nas cartografias de 1895 e 1910.

<sup>232</sup> Havia presença de quiosque submetidos à autorização municipal em vários espaços livres públicos a exemplo da rua do Comércio, Praça da Alfândega, Praça Costa Pereira, rua Pereira Pinto, Jardim Municipal (FERRAZ, 2019) e Porto dos Padres (BELLINI, 2014).

Figura 85 - Aspectos do cais da Alfândega e da rua do Comércio já aterrada, antigo Porto dos Padres



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES

Por último, ressalta-se não só a construção de inúmeras escadarias formalizando o acesso à Cidade Alta, como também a implantação da **avenida Capichaba** que, acompanhada pelas obras no porto de Vitória, coroou a sequência de intervenções de grande vulto no Centro. Já em meados do século XIX criou-se, sobre aterro, a rua da Alfândega<sup>233</sup> que ligou o cais da Alfândega ao cais do Santíssimo, apoiando as atividades comerciais e passando a se unir, no final do século XIX, à rua do Comércio. A capital capixaba que a esta altura contava com atividade portuária pouco expressiva e dispersa por vários atracadouros localizados ao longo da baía de Vitória, almejava a construção de um único e grande porto capaz de centralizar as atividades do Estado, na perspectiva de transformar-se em potência comercial na exportação de café (SOUZA; FREITAS; AZEVEDO, 2010).

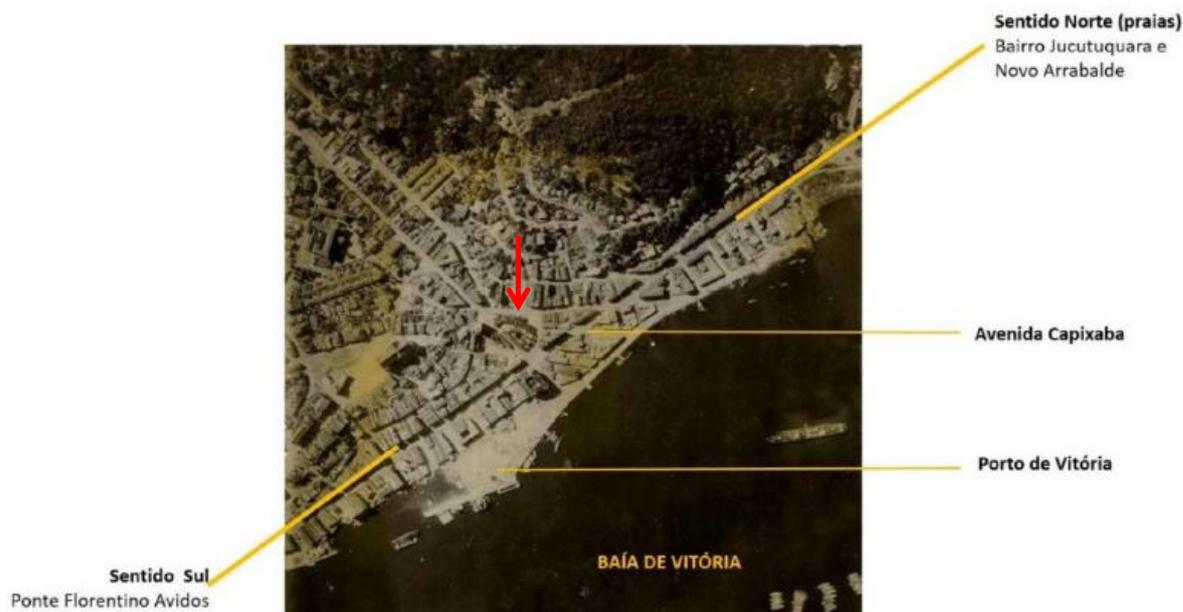
Assim, a **rua da Alfândega**, recebeu, em um dos seus extremos, uma primeira etapa de alargamento, retificação e remodelamento com desejo de que se tornasse uma via *boulevard* e passou a se chamar **avenida Jerônimo Monteiro**<sup>234</sup>. Para além deste trecho, na direção leste, se estendia o bairro popular da Capixaba, cortado pelo traçado sinuoso da rua Cristóvão Colombo. Nesta direção foi aberta em 1923 a **avenida Capichaba** no governo de Florentino Avidos, entre o cais do Santíssimo (Éden Parque) e o morro do Vigia, rasgando o tecido urbano preexistente e viabilizando as ligações à leste e à oeste, neste caso conectando-se com Vila Velha por meio da Ponte Florentino Avidos. A Figura 86 mostra a articulação

<sup>233</sup> Nesta rua foi inaugurado o Mercado Capichaba em 1874.

<sup>234</sup> A rua da Alfândega já se configurava como principal via da cidade, representativa do poderio comercial e econômico, mas ainda apresentava desordem de ocupação, com alinhamento de construções pouco rigoroso, fato que impulsionou sua reformulação inspirada em paradigmas modernos dos *boulevares* europeus e carioca (avenida Central). Na década de 1930 a referida via recebeu uma segunda intervenção, em outro trecho.



Figura 87 - Avenida Capichaba, já aberta, e sua relação com a praça Costa Pereira



Fonte: Adaptado por Pimentel (2019) a partir de Memória Visual da Baía de Vitória

Segundo Pimentel (2019, p. 57):

[...] a avenida estabeleceu-se como um novo elemento articulador do desenvolvimento da capital que, associado a obras como aparelhamento do porto, construção da Ponte Florentino Avidos e reorganização da malha viária, consolidou as intenções de impulsionar a expansão do tecido urbano e propiciou a ocupação das áreas mais distantes, junto às praias.

Pois bem, o panorama das principais transformações ocorridas nos espaços livres públicos a partir da transição entre os séculos XIX e XX em Vitória<sup>236</sup> retratadas brevemente, parecem dialogar com parâmetros intervencionistas em âmbito nacional. Segundo Macedo (2003), as três últimas décadas do século XIX foram caracterizadas por um processo progressivo e constante de transformação dos espaços livres públicos na grande cidade brasileira, que são redimensionados, reelaborados cenicamente e adequados a um novo papel socioeconômico, movimento que de certo modo prepara as condições para as grandes transformações ocorridas nas duas primeiras décadas do século XX. Observa-se também que

<sup>236</sup> Ressalta-se que a intenção ao mostrar o referido panorama se mostrou necessária para que as transformações na praça Costa Pereira fossem contextualizadas na escala do bairro pelo menos com os principais espaços livres públicos enquadrados no mesmo contexto. Os espaços livres públicos tipicamente coloniais também foram acometidos pelas reformulações na cidade, a exemplo do apagamento de igrejas como a dos Jesuítas, cujo complexo foi remodelado para a função de Palácio do Governo e recebeu uma praça jardim em seu entorno no início do século XX; e a da Misericórdia, que veio a se tornar a Assembleia Legislativa na mesma ocasião. Tais reformulações, a título de recorte, não foram contempladas.

os agentes envolvidos neste processo, que tendem a apagar a cidade colonial são o Estado e a burguesia em ascensão, ficando a Igreja alheia às remodelações urbanas.

Em Vitória, dada as intervenções na costa e em direção aos dois principais aterros, acredita-se que houve a formação de uma “rede” de espaços livres públicos representando também as principais funções urbanas da cidade em transformação, subsidiada por parâmetros de organização, saneamento e beleza sobre uma tipologia conjunta e precedente de espaços livres públicos até então desprovidos de preocupações paisagísticas.

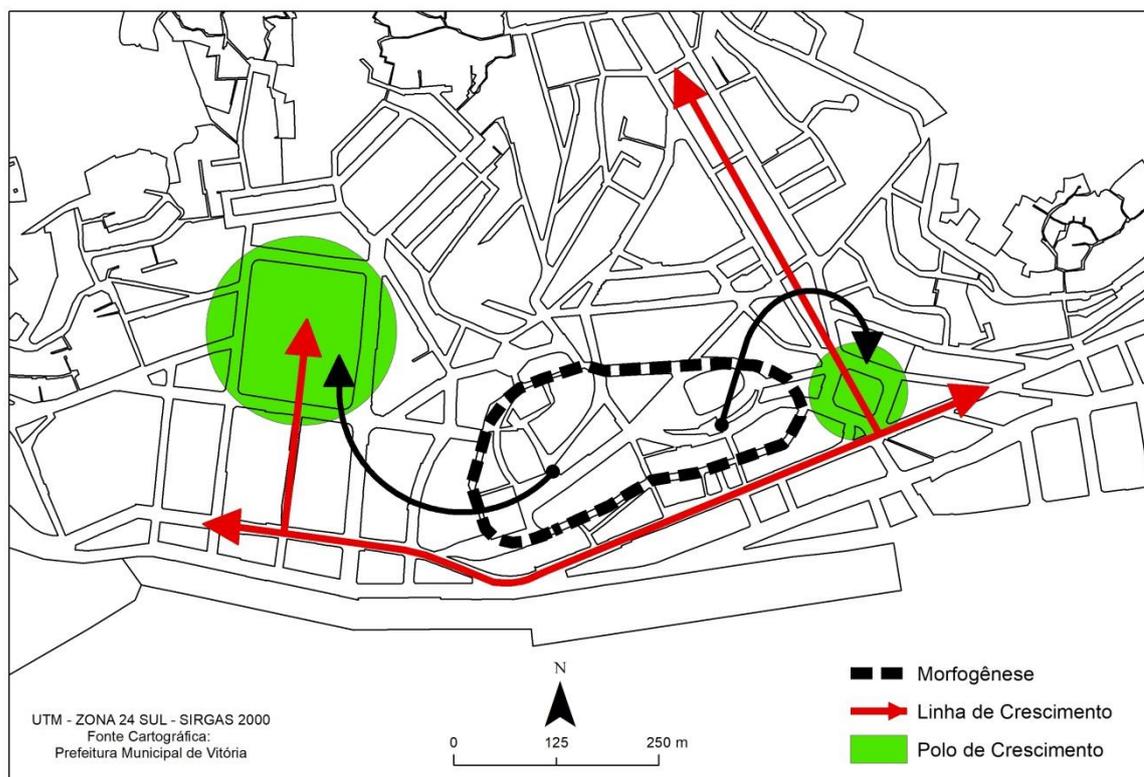
Nota-se que as expansões em direção às partes baixas foram organizadas conforme abordagem de Panerai (2014), ou seja, seguindo em linhas e polos de crescimento, onde o eixo longitudinal entre os extremos que marcavam a *urbis* da capital, ou seja, entre o Campinho e o largo da Conceição, dão notoriedade a estes espaços livres como possíveis polos e suas áreas sujeitas à inundação, como possíveis barreiras de crescimento. Assim, acredita-se que os espaços livres públicos na parte baixa se consolidam principalmente a partir de dois tipos de linhas de crescimento: uma longitudinal e paralela à costa associada a uma série de cais espalhados que tenderam não só a subsidiar a construção da avenida Jerônimo Monteiro, como também as expansões urbanas e interesses econômicos para além do Centro; outra, adentrando internamente o território em direção às duas principais áreas alagadiças, reunindo ao mesmo tempo necessidades de saneamento e ancoragem para expansão urbana.

Em relação a aspectos de centralidade urbana, a análise exposta esclarece dois momentos importantes na evolução e crescimento urbano do Centro de Vitória: o primeiro ligado à morfogênese no topo da colina que se caracterizava com aspectos de centralidade por ser a “sede” do povoamento<sup>237</sup>; o segundo associado à expansão e ocupação em direção às partes baixas do Campinho e do Largo da Conceição. A Figura 88 sintetiza um esforço da autora em assimilar as principais constatações a partir desta abordagem inicial.

---

<sup>237</sup> Tal constatação é feita a partir de abordagem de Fernandes (2018) sobre urbanística portuguesa.

Figura 88 - Esquema retratando apreensão sobre linhas e polos de crescimento a partir da Morfogênese de Vitória



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de croqui da autora e base cartográfica da PMV

Diante do exposto recorrem-se novamente às questões norteadoras da tese, agora com mais bagagem histórica para uma indagação: como se deu a potencialização de dinâmicas socioespaciais na área baixa da cidade a partir do dueto capela de Nossa Senhora da Conceição e largo da Conceição sob o ponto de vista da expansão urbana identificada no século XIX? Não restam dúvidas que houve um interesse pela área, mas o caminho a seguir tratará de encontrar respostas considerando parâmetros morfológicos e sociais que se debruçam à análise em escala maior sob raio de aproximadamente 200m a partir do objeto de estudo.

#### 4.2 A seleção de uma periodização pretérita

Em análise sobre o presente ficou indicada que a inserção urbana da praça Costa Pereira parece ter caráter estratégico. Neste sentido, procurou-se identificar esta inserção a partir das práticas socioespaciais ao longo do tempo, encontrando nos periódicos capixabas dos séculos XIX e XX disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, uma fonte de pesquisa pertinente. Então, considerando parâmetros metodológicos acerca da importância



<b>Atividades Religiosas</b>	<b>Atividades tipicamente rurais (não urbanas)</b>
A: Atividades religiosas na capela e entorno como missas, quermesses e	P: Presença de porcos e outros animais soltos ou pastando
B: Procissões, funerais e festas religiosas passando pelo largo/prça	<b>Atividades de atrito</b>
C: Translado da imagem N.Sª. Conceição para a Igreja Matriz	Q: Brigas, assassinatos, prisões, desordens, bebedeira, barulhos
<b>Atividades Culturais</b>	R: Depredações e pichações
D: Circo ou parque de diversões no largo/prça	S: Prostituição
E: Eventos cívicos, desfiles, bandas de música na praça	<b>Atividade de ordem política</b>
F: Festas ou eventos sociais na praça, como Ano Novo, eventos de associações e empregados, chorinho, festa de caridade	T: Comício, inauguração, evento político, manifestação política
G: Carnaval de rua	<b>Atividade de trabalho doméstico</b>
H: Atividade cultural privativa em teatros, clubes	U: Busca de água no chafariz
<b>Atividades Recreativas</b>	<b>Circulação urbana</b>
I: Recreação infantil	V: Ponto de encontro para eventos em geral (viagens, procissão, funeral, manifestação, recreação) e itinerários (procissões, funeral, bonde, ônibus)
J: Passeio e namoro na praça	
K: Escuta de jogos esportivos em rádio	
<b>Atividades Habitacionais</b>	
L: Presença de moradores em situação de rua	
<b>Atividades Insalubres</b>	
M: Depósito de lixos, fezes e animais mortos no largo	
<b>Atividades econômicas e laborais</b>	
N: Atividade de comércio e prestação de serviços formais	
O: Atividade de comércio e prestação de serviços informais	
	<b>CONDIÇÕES DO SÍTIO FÍSICO</b>
	1. Situação insalubre do sítio/inundação
	2. Obras no sítio
	3. Presença de bondes na circulação urbana
	4. Presença de ônibus na circulação urbana
	5. Presença de carros/taxis na circulação urbana

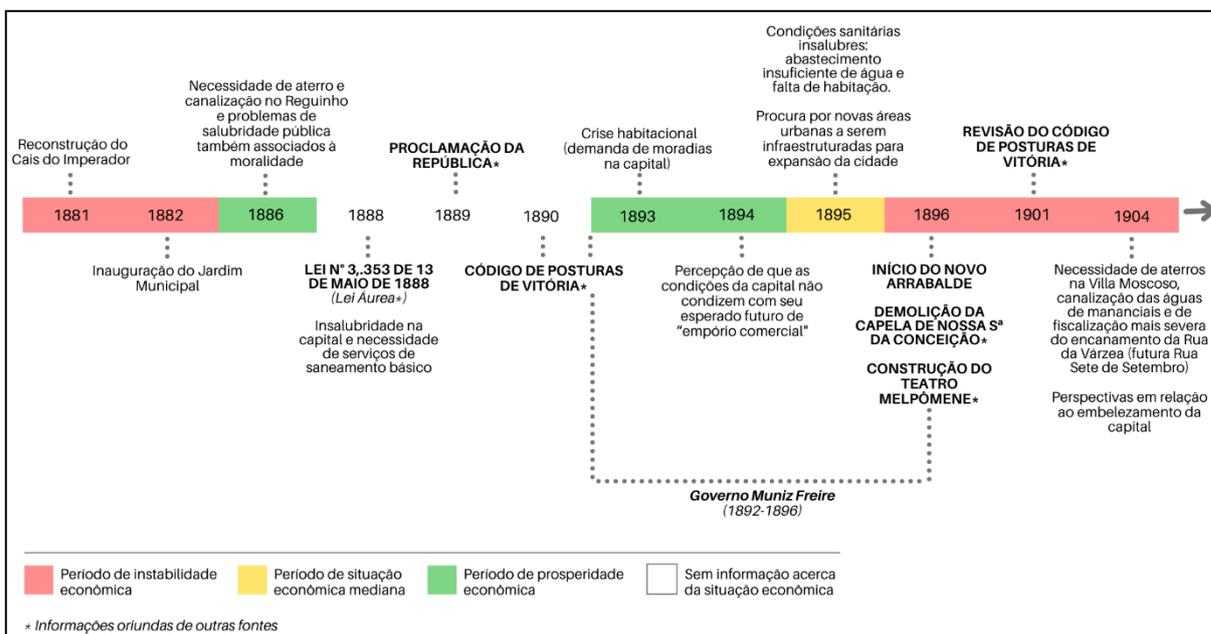
Fonte: Elaborado pela autora e por Cecília Torezani (2019) a partir da pesquisa em periódicos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN DIGITAL)

Pois bem, o panorama da historicidade embasou o recorte temporal da pesquisa para análise específica da inserção urbana entre 1882 e 1928 respaldada pela ocorrência principalmente das práticas religiosas, culturais e recreativas e três acontecimentos estratégicos: (1) a inauguração do Jardim Municipal em 1882; (2) a construção do teatro Melpômene/ demolição da capela de Nossa Senhora da Conceição em 1896 e, (3) a inauguração da praça Costa Pereira em 1928<sup>240</sup>. Neste contexto, foi possível definir dois períodos históricos de análise específica, quais sejam: o **1º período** entre 1882 e 1896 e o **2º período** entre 1896 e 1928.

Há de se ressaltar nas análises que serão empreendidas daqui por diante que, em relação ao contexto no qual estão inseridas, dialogam não só com o aporte bibliográfico, mas também com a linha do tempo elaborada a partir dos Relatórios de Governo (ESPÍRITO SANTO, 2020) (Figuras 89,90 e 91), onde a situação econômica é indicada em anos considerados estratégicos, com forte aderência à situação da balança comercial do café no mercado internacional.

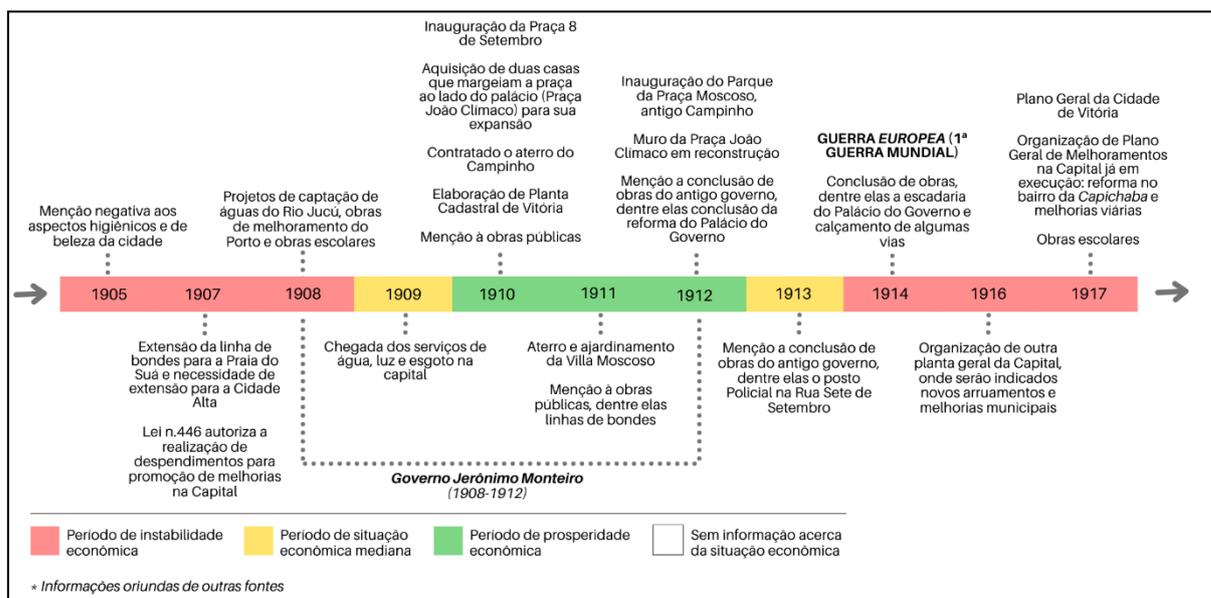
<sup>240</sup> Foram encontradas abordagens que indicam a inauguração da praça em 1927. Entende-se que o processo temporal de reformulação deste espaço livre de uso público especialmente entre 1927 e 1928 justifique o uso alternado das duas datas.

Figura 89 - Síntese dos fatos importantes e pertinentes contidos nos Relatórios de Governo entre 1881 e 1904



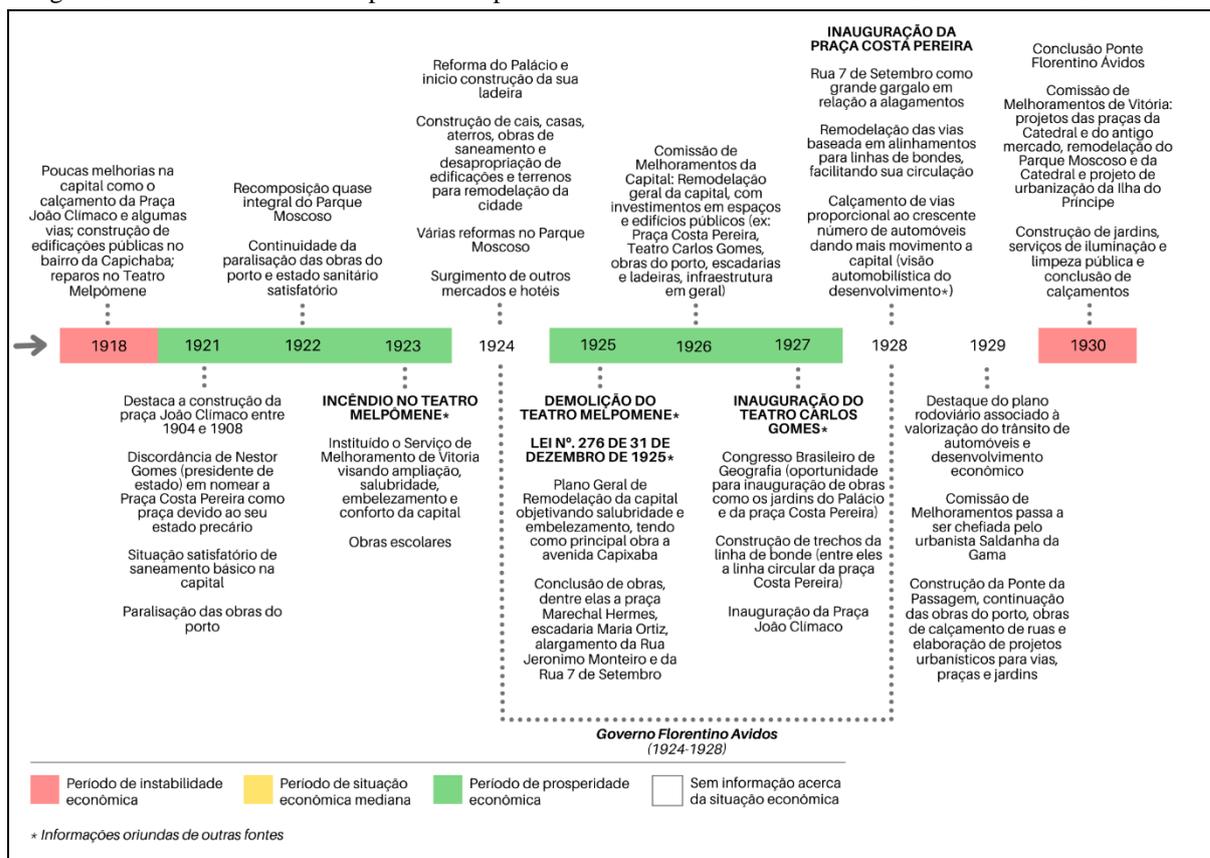
Fonte: Elaborado pela autora e por Cecília Torezani (2020) a partir dos Relatórios de Governo

Figura 90 - Síntese dos fatos importantes e pertinentes contidos nos Relatórios de Governo entre 1905 e 1917



Fonte: Elaborado pela autora e por Cecília Torezani (2020) a partir dos Relatórios de Governo

Figura 91 - Síntese dos fatos importantes e pertinentes contidos nos Relatórios de Governo entre 1918 e 1930



Fonte: Elaborado pela autora e por Cecília Torezani (2020) a partir dos Relatórios de Governo

Para o **1º Período** nota-se um fato importante a nível nacional que foi a Proclamação da República em 1889, que despontaria em profunda reformulação na dinâmica da cidade. Soma-se a este fato, a promulgação do Código de Posturas de 1890 e uma série de relatos acerca da necessidade de saneamento básico. Já, o **2º Período** contém ciclos de crise (provocados principalmente pela crise do café após a 1ª Guerra Mundial) e de prosperidade econômica que desencadearam ambições de expansão da cidade e várias obras de aterro, infraestrutura, reformas e construções de edificações singulares e espaços livres públicos. Destaca-se, neste período, a inserção dos bondes a partir dos anos 1900<sup>241</sup>, tendo no largo um de seus principais itinerários.

Visando examinar os dois períodos históricos selecionados, as abordagens a seguir tratam das ocorrências das práticas socioespaciais para posterior análise da inserção urbana sob o ponto de vista histórico e morfológico considerando também o Organograma sintetizado do percurso teórico metodológico da tese (vide Figura 34), a apreensão analítica sobre os

<sup>241</sup> Apesar de várias leituras que contextualizam os bondes a tração animal no início do século XX, encontrou-se uma ocorrência datada no ano de 1883.

principais elementos morfológicos (vide Quadros 05, 06 e 07) e o Quadro que expõe o panorama das práticas socioespaciais inerentes (Quadro 08).

### 4.3 Práticas socioespaciais

A leitura das quase 5500 ocorrências distribuídas em 28 periódicos despertou a classificação das práticas por categorias, cujas atividades correspondentes foram sendo nelas agrupadas paulatinamente. Ao todo foram catalogadas 22 tipos de práticas no universo de 11 categorias de práticas socioespaciais, quais sejam: práticas religiosas, culturais, recreativas, habitacionais<sup>242</sup>, insalubres, econômicas e laborais, tipicamente rurais, de atrito, de ordem política, doméstica e de circulação urbana; conforme já informado no Quadro 08.

Ao mesmo tempo, os noticiários sobre processos de urbanização foram considerados oportunos para registro, haja vista a importância de 3 questões: (1) a insalubridade do sítio/susceptibilidade à inundação; (2) evento significativo e recorrente de obras como aterros e saneamento básico e, (3) presença de bondes, ônibus e carros que aos poucos foram incorporados à nova dinâmica da cidade e de sua circulação urbana. Assim, as ocorrências apurados ano a ano a partir das palavras chave pesquisadas permitiram visualização única, abrangente e inédita acerca das relações e dinâmicas entre as práticas socioespaciais e aspectos do sítio físico, amparando as análises pretendidas.

Pois bem, observam-se a partir da tabulação dos dados (Quadro 08) que a distribuição temporal da maioria das categorias registradas possuem concentrações e continuidades que chamam atenção apesar de haver certas práticas que se apagam a exemplo da recreação infantil, das atividades religiosas ligadas diretamente à existência da capela e das atividades insalubres. Oportuno evidenciar que as atividades religiosas não são exclusivas do século XIX, assim como as atividades culturais, não exclusivas do século XX.

Nesta perspectiva, percebe-se que as atividades insalubres ancoradas por práticas que tendiam a degradar o ambiente urbano por meio de depósito de lixos, fezes e animais mortos são equivalentes à situação de insalubridade do sítio físico. Soma-se a estas, a prática do trabalho doméstico que estava associado à busca de água no chafariz, muitas vezes atribuída aos escravos que eram responsáveis, pelo que se conta<sup>243</sup>, pelo recolhimento de fezes das casas mais abastadas. Em contraponto, as atividades culturais e recreativas parecem

---

<sup>242</sup> A atividade classificada como habitacional também se relaciona à permanência de pessoas em situação de rua neste espaço livre de uso público, para além de uma atividade exclusivamente habitacional.

<sup>243</sup> O vídeo elaborado para a praça Costa Pereira traz a relação dos escravos com o trabalho doméstico (COSTA PEREIRA..., 2021).

estabelecer dinâmicas complementares entre si, intensificando-se a partir do final dos anos 1920 em correspondência com um sítio físico que deixou de ser insalubre e já se apresenta praticamente saneado com presença de ônibus, carros e táxis na circulação urbana.

No que se refere ao sítio especificamente, interessante notar como o par insalubridade/inundação x obras de saneamento ocorre de forma paralela e contínua, mostrando que houve um processo persistente (em se tratando da insalubridade) e prolongado (em se tratando do saneamento) até que o sítio se comportasse totalmente adequado sob o ponto de vista sanitário e urbano.

Outro fato que se destaca é a periodicidade contínua de práticas econômicas no período analisado, correspondendo a grande parte das ocorrências analisadas, dado os anúncios de comércio e prestação de serviços formais e informais nas edificações situadas na praça ou bem próximas dela. Tal fato desponta a carga polarizadora da área, que atrai fluxos de circulação urbana, prática esta significativa para todo o período analisado, independentemente das condições de insalubridade do sítio físico.

Interessante também apontar a distribuição no tempo analisado de práticas de atrito, por vezes denunciadas pelos próprios moradores, como brigas, adversidade entre polícia e moradores, além de atos de desordem, bebedeira, barulho, pichações e depredações do ambiente construído. Tais atividades agrupadas a outras como presença de moradores em situação de rua (atividade de permanência e habitacional) e manifestações políticas (atividade de ordem política) guardam inerência à vida urbana e pública onde as ambiguidades e conflitos também são evidenciados. Outra prática que chama atenção é a perenidade da prática religiosa relacionada às procissões, mesmo diante do apagamento das demais práticas religiosas vinculadas à capela.

Dado o exposto, a análise das práticas socioespaciais a seguir<sup>244</sup> reporta-se aos dois períodos em separado para em seguida, apontar coesões entre os mesmos. Em se tratando do **1º Período Histórico (1882 a 1896)**, as práticas socioespaciais são marcadas principalmente pelas atividades religiosas dentro da capela de Nossa Senhora da Conceição ou no seu entorno imediato, como missas, quermesses, ladainhas e comemorações em dias santificados. No entanto, tais práticas extrapolavam o interior da capela e seu espaço público fronteiro, na medida em que o largo encontrava-se como itinerário de procissões religiosas pela cidade.

---

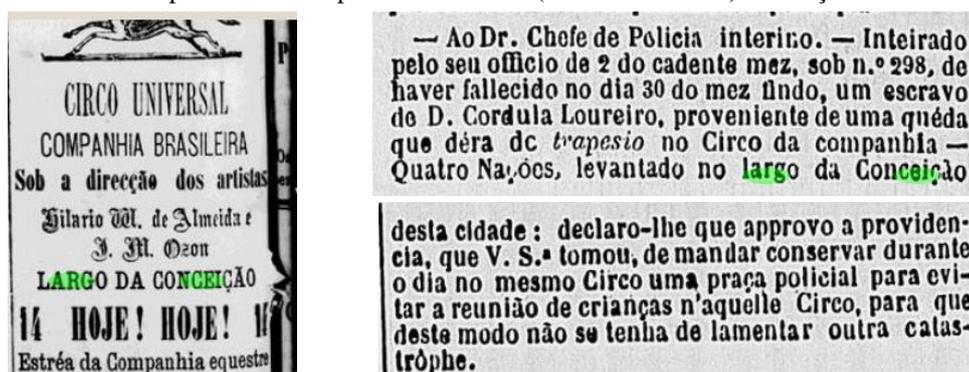
<sup>244</sup> A análise tem como fonte principal a pesquisa feita nos periódicos locais a partir das palavras chaves, o que não descarta nem a possibilidade de terem ocorrido outras práticas relacionadas ao lugar, nem o fato de sua presença ter sido exclusiva da área objeto de estudo.

Os periódicos também relatam práticas associadas ao traslado da imagem de Nossa Senhora da Conceição em função do mal estado de conservação e necessidades de reformas na capela, acompanhadas de um sentimento de desconsolo.

**Transladação** – De sua Capella para a Matriz, foi transladada na tarde do dia 27 do corrente, a imagem de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, em consequencia de se achar em estado de desabamento as paredes da Capella-mór da dita igreja. Acompanhou a Irmandade de S. Benedicto do Rosario, sacerdotes e muitos devotos, cantando-se por esta accasião o *Magnifical*. Via-se no semblante dos fieis um ár triste e em seus olhos lagrimas por semelhante retirada. Desejamos vêr em breves tempos realizadas as obras dessa Capella, tão tradicional, que por falta de cuidados de quem a governa e tem governado, ficou no estado em que actualmente se acha (BN DIGITAL, 1883a, *online*).

Em relação às práticas culturais observadas, há destaque para as atividades circenses no largo da Conceição, como espetáculos que reuniam crianças, adultos e pessoas mais humildes, a exemplo de escravos (Figura 92)<sup>245</sup>. Outras atividades como eventos cívicos e carnaval de rua foram observadas em menor ocorrência e aquelas associadas a eventos sociais em edificações privadas não foram identificadas. Percebe-se que as práticas culturais estavam associadas a atividades de natureza mais popular e que, de forma incipiente, pareciam despontar tal vocação a partir das práticas circenses que encontravam ali uma área ampla conveniente para apropriação<sup>246</sup>.

Figura 92 - Noticiários acerca de atividades circenses evidenciando a relação com o largo da Conceição e com práticas socioespaciais de adultos (também escravos) e crianças.



Fonte: A Província do Espírito Santo (BN DIGITAL, 1882a); O Espirito-Santense (BN DIGITAL, 1875)

<sup>245</sup> Bastos (2009) aponta em seus estudos um total de 3360 pessoas livres e 1001 escravos compondo a população de Vitória em 1872.

<sup>246</sup> Atividades circenses também são observadas em outros espaços livres públicos como o Campinho e a praça Paula Castro (BELLINI, 2014; FERRAZ, 2019).

Atividades recreativas infantis<sup>247</sup> e associadas ao trabalho doméstico<sup>248</sup> (Figura 93) também fizeram parte das práticas socioespaciais neste período, assim como aquelas de características tipicamente rurais, marcada pela presença de porcos e outros animais soltos, pastando ou sendo alimentados: “[...] Nas imediações da Fonte Grande, largo da Conceição e Capichaba os porcos transitam pelas ruas e a guardaria olha-os e nada faz senão receber no fim do mês o ordenado” (BN DIGITAL, 1888, *online*). A presença de atividades de cunho doméstico, por exemplo, sugere como eram tênues os limites que separavam propriedade pública e privada (TOREZANI, 2021).

Figura 93 - Presença de chafariz na Cidade Alta (1908) (à esquerda), e na praça Costa Pereira (à direita), sem data



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES e acervo do Arquivo Público do Estado do ES

De um modo geral, observam-se práticas religiosas e mundanas que parecem estar bem relacionadas com a vida simples de pescadores, pessoas humildes e “escravos”<sup>249</sup> que por ali viviam, transitavam, oravam e se divertiam. Benchimol (1992) retrata como certas práticas socioespaciais se relacionam com as dominações de poder sobre o território no caso do Rio de Janeiro, podendo ser rebatidas, pelas congruências contextuais, para Vitória:

<sup>247</sup> Apesar de poucas ocorrências encontradas acerca da brincadeira de crianças, as ruas Sete de Setembro, Coutinho Mascarenhas e Professor Baltazar além das praças ali estabelecidas (Ubaldo Ramalhete e Irmã Josepha Hosannah) ao menos desde o século XIX foram ocupadas por crianças e suas brincadeiras (FERRAZ, 2019).

<sup>248</sup> O chafariz foi criado no largo na década de 1880 (BN DIGITAL, 1882b).

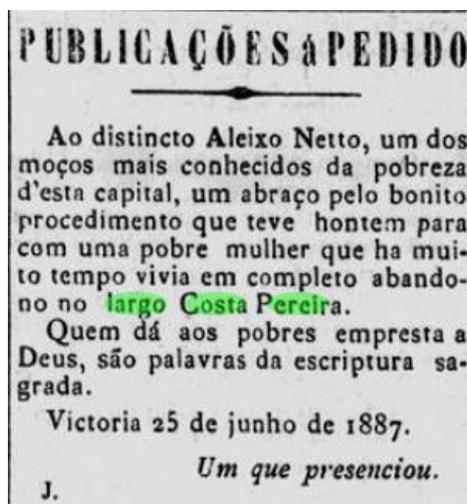
<sup>249</sup> O 1º período se enquadra no processo de Abolição da Escravatura de 1888 - Lei Áurea (vide Figura 89). Com certeza os “ex-escravos” fizeram parte das pessoas mais humildes que circulavam pelo local, haja vista inclusive a existência da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos antes mesmo desse marco histórico. Segundo Reis Filho (1968), a esta classe ficava reservada o trabalho doméstico, abastecimento de água nos chafarizes, além de construção de obras públicas e particulares.

Um contingente multiforme e flutuante de livres e libertos, cada vez mais numeroso, trabalhava, residia e perambulava nos limites desse mesma área central. Ali prevalecia a mais completa e caótica contigüidade entre o mercado onde a força de trabalho era posta à venda, cotidianamente, e o mercado – formal e ambulante – onde as “diárias” incertas se convertiam em gêneros e elementos indispensáveis à sobrevivência e reprodução dessa heteróclita plebe urbana (BENCHIMOL, 1992, p. 112)

Neste período que carrega herança da vida colonial ainda desprovida de interferência direta do Estado sobre a ambiência urbana, são poucos os registros, no largo, de atividades conflituosas entre moradores ou entre polícia e moradores, assim como atividades de ordem política, apesar de já haver certo controle sobre o espaço público em função do Código de Posturas municipal de 1890, como embargo de obras e multas.

No entanto, duas ocorrências relatam a presença de moradores em situação de rua (Figura 94), o que revela não só a situação de pobreza ali existente, como também o vínculo que tal prática estabelece com a contemporaneidade. É válido acrescentar que a ocorrência coincide com a crise habitacional expressa no relatório de Governo entre 1893 e 1895 (vide Figura 89).

Figura 94 - Publicação retrata a presença de pessoas em situação de rua no largo da Conceição



Fonte: A Província do Espírito Santo (BN DIGITAL, 1887a)

Vale destacar também a ocorrência contínua de atividades econômicas e laborais associadas a endereços de comércio e serviços localizados no largo ou que poderiam ser acionados por algum estabelecimento ali implantado. Tais atividades fazem parte de todo o universo temporal analisado, mostrando a pujança da área em relação ao seu potencial comercial<sup>250</sup>. No entanto, as atividades formais são mais recorrentes que as informais<sup>251</sup>.

<sup>250</sup> Válido ressaltar que a rua do Ouvidor (atual Duque de Caxias) que desemboca no largo é retratada com forte característica comercial. Ademais, há relatos a partir dos estudos de Ferraz (2019) sobre a existência de

Entretanto, o lugar é caracterizado como insalubre, desprovido de infra estrutura e catalisador de doenças. Noticiários indicam obras de calçamento e canalização sendo executadas, mas que parecem não ter suprido a demanda existente, haja vista as ocorrências, de modo concomitante e contínuo do par “insalubridade x obras” avançando para o próximo período até os anos de 1910.

Fica claro ao analisar o panorama das práticas socioespaciais que mesmo diante de uma área não favorável à ocupação sob o ponto de vista sanitário, as práticas socioespaciais demonstram as diferentes apropriações ali impressas, mostrando a potencialidade do local enquanto espaço da esfera pública e da vida cotidiana, que bem dialogam com a abordagem de Marx (1980) sobre aspectos da vida sacra e mundana na sociedade colonial.

Figura 95 - Práticas socioespaciais no largo da Conceição (à esquerda) e a ambiência urbana do lugar nas proximidades, tendo ao alto a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (à direita)



Fonte: Acervo do Centro de Artes da UFES

Saint-Hilaire (1974, p.45), botânico e viajante francês, tem a seguinte percepção sobre o lugar: “com muita condescendência é que se chama de praça a encruzilhada enlameada que se prolonga da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a praia”. O aspecto de “encruzilhada” chama atenção, pois implica no papel que o largo exercia como ponto de convergência urbana.

A partir da rara iconografia sobre tal época, pressupõe-se que práticas associadas à circulação urbana possuíam ação autônoma, plena e não condicionada, já que estavam desvinculadas de controle de hábitos e de elementos segregadores de circulação urbana, a exemplo das calçadas. Além disso, certamente a presença próxima de trapiches, armazéns e galpões para apoio das atividades ligadas à dinâmica comercial e portuária marcada por

---

quiosques e botequins localizados não só no largo da Conceição, mas também nas ruas Pereira Pinto, do Sacramento e largo São Diogo, próximos à praça.

<sup>251</sup> Foram encontrados relatos de prestação de serviços informais como venda de canjica e ama de leite no largo (BN DIGITAL, 1892 e 1894).

encontros, embarque/desembarque de passageiros e carga/descarga de mercadorias (BELLINI, 2014; PRADO, 2002) também estimulavam fluxos de travessia pelo largo.

De maneira evidente, a não existência de meios mais rápidos de transporte estimularam interações sociais frequentes aos passos da tração animal e do pedestrianismo, inclusive nas vielas, becos e ruas. Sob este aspecto, vale ressaltar o papel da rua enquanto canal linear, duplamente lugar e caminho entre lugares (PROENÇA, 2018) e o alto grau de representatividade do trio largo x capela x rua.

Fazendo uma analogia com a linha do tempo dos relatórios de Governo, o período contempla no auge das transformações mais significativas no largo, o governo de Muniz Freire e o interesse público quanto à necessidade de serviços de saneamento básico vinculados aos anseios de que a capital se tornasse um “empório comercial” com forte tendência a crescimento e expansão urbana para além do Centro<sup>252</sup>.

Já, as práticas sócio espaciais do **2º Período (1896 a 1928)** são marcadas principalmente pelas atividades culturais impulsionadas a partir do teatro Melpômene e que ganham força e se consolidam após a inauguração do teatro Carlos Gomes, da praça Costa Pereira e do teatro Glória (Quadro 08). Os periódicos divulgam muitas atividades culturais nos três teatros, adjetivando-os com sentido de *glamour* e *status*: “belo”, “elegante”, “lindo”, “moderno”, “novo”. Também associam tais construções singulares com seu espaço livre público fronteiriço: “theatro da praça”, “largo do teatro”, e com o tipo de classe a eles associada: “finos elementos da nossa sociedade”, “casa elegante que todo o mundo elegante de Victoria procura” (BN DIGITAL, 1923a; 1928).

De fato, frequentar os teatros e a praça passou a representar uma forma de demonstração de posição social economicamente privilegiada. No entanto, apesar do teatro Melpômene ser incorporado como um novo símbolo, a situação do sítio e a necessidade de obras de saneamento ainda impactavam negativamente, o que endossa a posição do teatro enquanto ponto de interseção entre os dois períodos (Figura 96).

---

<sup>252</sup> Tal expansão é representada, sobretudo pelo Plano do Novo Arrabalde elaborado no governo de Muniz Freire (1892-1896) pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, conforme apontado no relatório de Governo (Figura 89).

Figura 96 - Teatro Melpômene (à esquerda), teatro Carlos Gomes (à direita) e práticas socioespaciais.



Fontes: Pirajá (2013); Acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória

Observa-se, neste período, menor ocorrência de atividades circenses, de caráter mais popular em concorrência com atividades de cunho mais glamuroso e elitizado (Figura 97). No entanto, é interessante destacar que elas deixam de ser noticiadas a partir de 1887 só reaparecendo em 1921 quando o então teatro já passa a ser taxado como “velho casarão” e “velho teatro” (BN DIGITAL, 1921; 1924).

Figura 97 - Atividades circenses em frente ao teatro Melpômene



Fonte: Pirajá (2013)

Noticiários frequentes relatam forte ocorrência das atividades culturais ligadas a locais fechados e de caráter privado. Cafés e clubes ao redor da praça vão impulsionar tradicionais encontros carnavalescos na sede do Clube Álvares Cabral que, de forma favorável, também utilizam a praça nos cursos de carnaval, sugerindo a espacialização da esfera pública para além de edificações segregadoras. Eventos cívicos e sociais<sup>253</sup> passaram a explorar a praça como ponto de encontro, acontecimento e itinerário (Figura 98), fortalecendo o aspecto público e coletivo à custa de um uso, muitas vezes, elitizado.

<sup>253</sup> Festas e encontros sociais também foram relatados para ambientes privativos no entorno da praça.

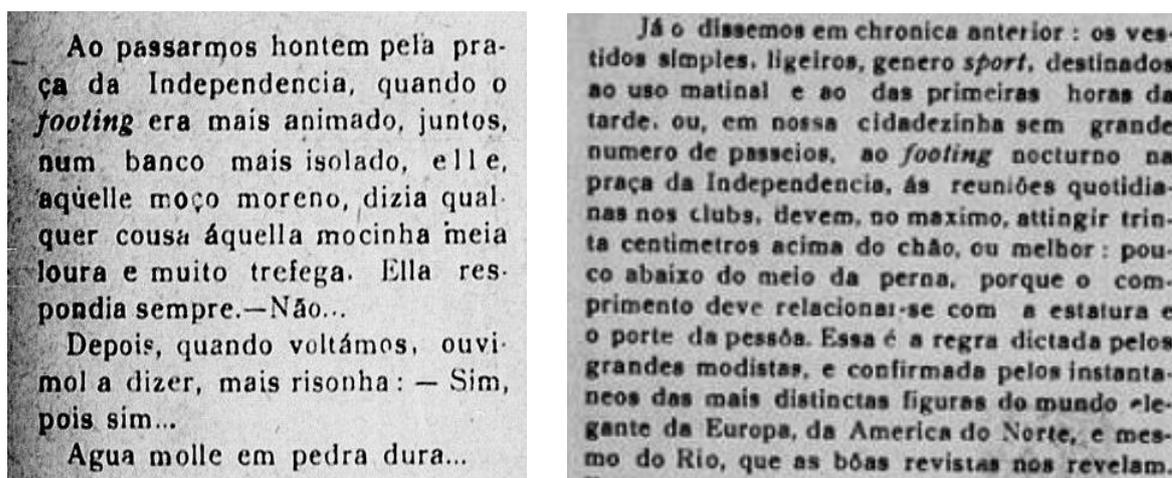
Figura 98 - Festa da Primavera em 1927 na praça Costa Pereira



Fonte: Pirajá (2014a)

A ocorrência de atividades recreativas ganhou força a partir de 1928: o *footing*, o namoro observado pelos pais, o passeio, o *flânerie*, os serviços prestados por carros de aluguel, as idas ao teatro, o encontro para ouvir jogos esportivos em rádio na praça; são noticiados de forma inédita nos periódicos. Com exceção deste último que parecia envolver todas as camadas da sociedade interessadas na atividade esportiva, as demais atividades parecem acolher apenas uma faixa da sociedade que, se apropriando do lugar, passou a tomar a cena (Figura 99).

Figura 99 - À esquerda, práticas de *footing* e namoro na praça Costa Pereira. À direita, dicas de modos de como se vestir para passeios na praça e reuniões em clubes.



Fonte: Vida Capichaba (BN DIGITAL, 1931a; 1931b)

Houve praticamente apagamento das atividades relacionadas à recreação de crianças, habitacionais, insalubres, tipicamente rurais e do trabalho doméstico a exemplo de prática de animais soltos<sup>254</sup> e busca de água no chafariz da praça. As atividades insalubres referentes à situação da área como depósito de fezes, lixos e animais mortos, por exemplo, deixa de ocorrer a partir das transformações desencadeadas pela inserção do teatro Melpômene e pelo controle de certas práticas associadas à vida colonial, após a Proclamação da República<sup>255</sup> e a instituição do Código de Posturas de 1890<sup>256</sup> (Figura 89 e Quadro 08)<sup>257</sup>. Neste contexto, há ocorrências de depredação do ambiente público, atividades conflituosas entre moradores x polícia<sup>258</sup> e noticiários de difusão de multa para casos que infringissem a boa conduta à luz dos novos moldes urbanos, contexto também identificado para o caso do Rio de Janeiro (ABREU, 2013; MACEDO, 2003)<sup>259</sup> (Figura 100).

<sup>254</sup> Em 1909 o jornal Diário da Manhã registra multa para cavalos soltos no largo da Conceição (BN DIGITAL, 1909).

<sup>255</sup> É de referir que a chegada da corte portuguesa no Brasil em 1808 e a Constituição do império também contribuíram para a introdução de novos hábitos, comportamentos e apropriações nos espaços livres públicos.

<sup>256</sup> Os Códigos de Posturas de Vitória no período republicando foram instaurados em 1890, 1901 e 1925 (FERREIRA, 2016). Os Códigos de Posturas, no entanto, foram aprovados a partir de 1882 (FERRAZ, 2019).

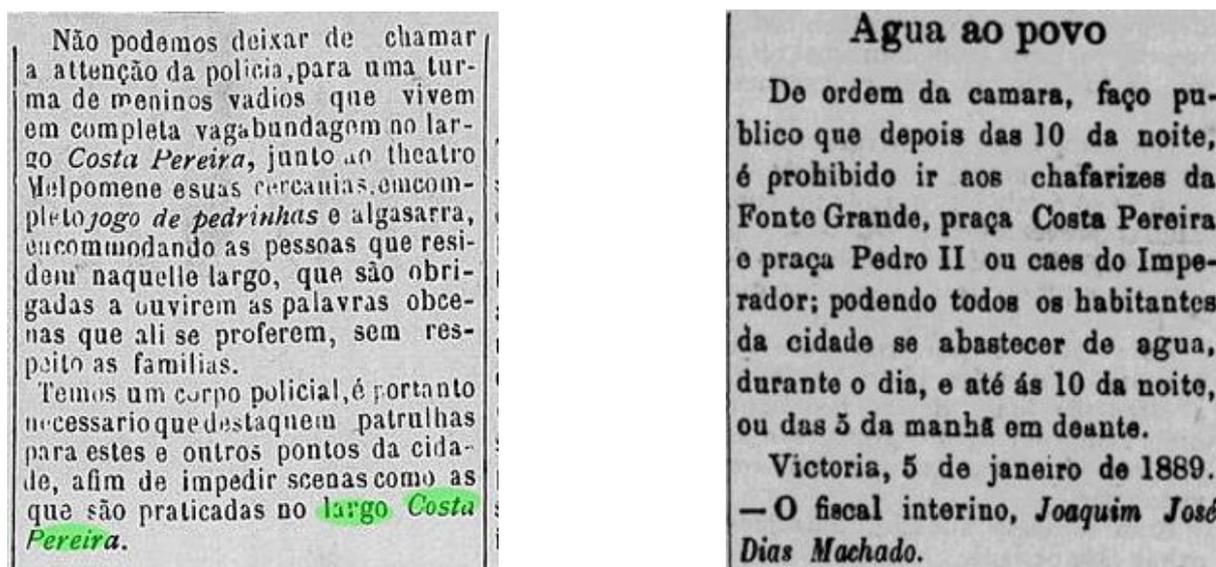
<sup>257</sup> Na verdade, o processo de remodelação urbana se configurou, conforme já comentado, em segregação socioespacial ancorada, por exemplo, na conformação de locais tipicamente habitados por pessoas mais pobres como é o caso da denominada Cidade de Palha, atual Vila Rubim, na direção oeste do Centro.

<sup>258</sup> De acordo com Ferraz (2019), a Chefatura de Polícia Civil foi inaugurado na rua Sete de Setembro visando a fiscalização da praça e seus arredores em 1912.

<sup>259</sup> No Rio de Janeiro, regulamento do início do século XX proibia jogar lixo, fazer algazarras, estragar ou retirar plantas, andar sobre gramados, penetrar no meio da vegetação, falar palavras de baixo calão, ter condutas imorais, conduzir e comercializar animais (MACEDO, 2003).

As atividades de ordem política, por sua vez, passaram a ser mais expressivas a partir de 1927, congruentes com o ápice dos processos de reforma urbana, onde o Estado tomou a cena, inaugurando obras e apropriando-se do ambiente público como palco de comícios e eventos partidários, aguçando manifestações populares adversas.

Figura 100 - Ação policial requerida para conter algazarras de meninos que parecem incomodar moradores no/do largo da Conceição



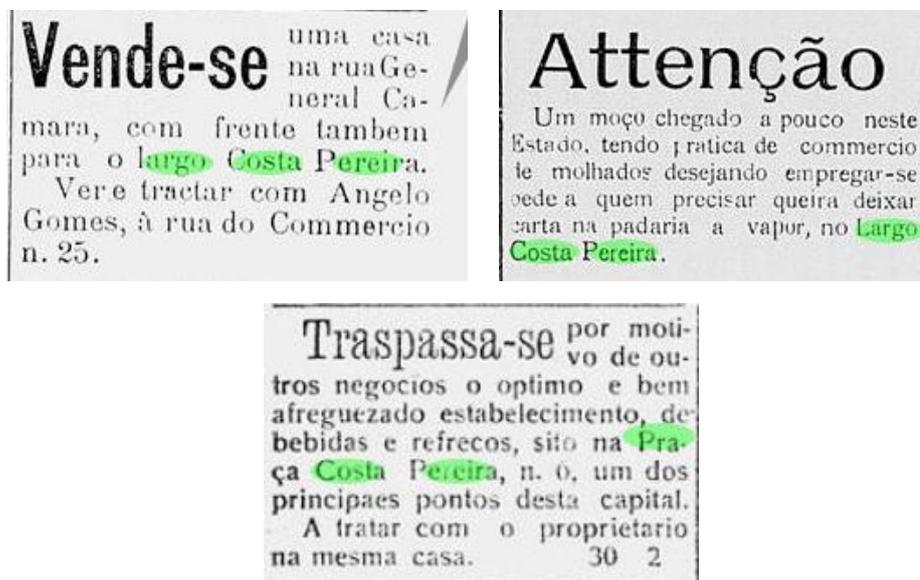
Fontes: Comercio do Espírito Santo (BN DIGITAL, 1897a); A Província do Espírito Santo (BN DIGITAL, 1889)

Oportuno contextualizar a relação de tais práticas com os Códigos de Posturas implementados neste período. Segundo Ferreira, “Junto às ações reguladoras e disciplinares, os Códigos de Posturas criaram muralhas sociais, dificultando a apropriação das áreas remodeladas e enobrecidas por parte do todo social (FERREIRA, 2016, p. 269), controlando e reprimindo aquilo que não se enquadrava nos padrões esperados no que tange a produção social do espaço urbano. Os estudos de Ferraz que tratam das práticas socioespaciais de crianças, apontam que tais códigos proibiam, por exemplo, jogos de bola e brincadeiras com petecas nas ruas, restritas apenas a local de passagem (FERRAZ, 2019).

Vale destacar também a ocorrência expressiva de atividades econômicas e laborais com forte sentido de permanência no universo pesquisado, onde o largo/prança não só atraíam usos comerciais e de serviços, principalmente do tipo formal, como também se comportavam como ponto de referência de importante significado (Figura 101). Interessa reforçar que logo

após a inauguração do teatro Melpômene foram encontrados pedidos de licença para que o comércio dali funcionasse até as 23h (BN DIGITAL, 1909)<sup>260</sup>.

Figura 101 - Notícias indicam o largo/prça como pulsante localidade comercial e de referência



Fontes: Commercio do Espírito Santo (BN DIGITAL, 1896b; 1896c); Diário da Manhã (BN DIGITAL, 1923b)

Já, as atividades religiosas que guardavam forte representatividade do período anterior se fragilizaram, fato explicado pela demolição da capela de Nossa Senhora da Conceição, em 1896. Contudo, a continuidade das procissões passando pelo largo evidenciava seu papel na inserção urbana e no âmbito da vida cotidiana. Se, para Panerai, (2014, p. 62), “a cruz, a Igreja ou a mesquita “santificam” e atraem passantes ou peregrinos que contribuem para o desenvolvimento econômico do lugar e para o seu renome”, é bem provável que o tempo possa consolidar uma dinâmica social persistente mesmo diante da ausência da forma materializada.

Aos poucos, a insalubridade foi dando lugar a um espaço dito civilizado e reorganizado, onde as ocorrências de obras sanitárias sobressaem ao mesmo tempo em que os bondes são implantados dando suporte a novas dinâmicas na circulação urbana a partir do início do século XX. Neste processo, as práticas culturais, recreativas e econômicas/laborais, ou seja, o uso variado do solo, carregam alto grau de representatividade na pulsante

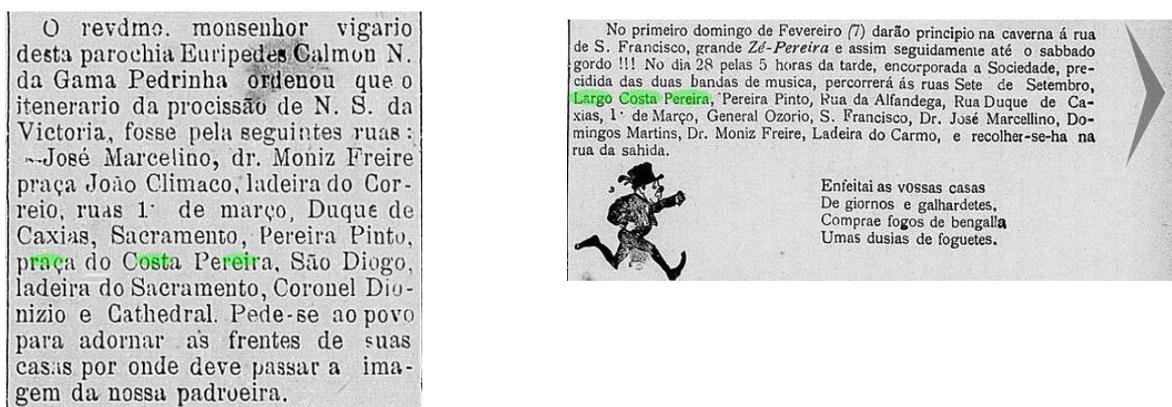
<sup>260</sup> Em investigação nos periódicos, Ferraz (2019) encontrou pedidos da mesma natureza em 1909, que ficavam submetidos ao Imposto de Portas Abertas. Pode-se dizer que os comércios de um modo geral eram protagonizados por mercearias, casa de móveis, padaria, cafés, sorveteria, hotéis, instituições financeiras, restaurantes, casas de moedas, dentre outros.

participação da circulação urbana em inserir a praça enquanto “imã urbano”. Segundo Duarte (2006, p. 128):

a circulação não se define apenas como aquilo que passa, mas também pelo que permanece. [...] o movimento implicado pela circulação urbana mobiliza e transforma não apenas pessoas e objetos, mas também o próprio meio em que se realiza. A circulação surge, então, como uma prática sócio-espacial que aciona simultaneamente os fluxos e os fixos, o tempo e o espaço.

Sendo assim, é provável que o papel contínuo da circulação urbana quando imbuída de movimento dotado de identidade com o lugar e consolidado pelo tempo, possa justificar a permanência do largo/praça enquanto ponto consolidado de itinerário estratégico na cidade coroado à luz da implantação dos bondes na cidade de Vitória (Figura 102).

Figura 102 - À esquerda, itinerário da procissão de Corpus Christi passando pela praça Costa Pereira e à direita, itinerário de festas carnavalescas passando pelo largo da Conceição



Fonte: Diário da Manhã (1897b); Commercio do Espírito Santo (BN DIGITAL, 1897c)

Ainda sobre a circulação urbana, mesmo que a organização do espaço em vias mais definidas que orientam os novos comportamentos tenha lançado o pedestre para as calçadas, é válido dizer que tal processo se deu gradativamente já que a baixa velocidade implementada pelos novos meios de transporte ainda permitia que via e calçada fossem usados por pedestres, simultaneamente, fato que revela persistência das práticas circulatórias pretéritas e herdadas do período colonial frente a novas condutas e comportamentos no ambiente urbano (Figura 103). A circulação urbana, aos poucos, será menos espontânea e mais controlada, a velocidade cada vez mais rápida, principalmente a partir das construções de grandes vias arteriais.

Figura 103 - Circulação urbana retratando a apropriação da rua pelo pedestre mesmo com vias implementadas visando o tráfego de bondes e veículos



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES

Fazendo uma analogia com a linha do tempo (vides Figuras 90 e 91), o período de 1896 a 1927 contempla não só dois governos estratégicos sob o ponto de vista das intervenções urbanas (Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos) como também o desencadear das intenções do governo de Muniz Freire proporcionadas por situações econômicas mais favoráveis que culminariam em obras de grande vulto a nível edificatório, infra estrutural, viário, expansionista e portuário, com criação de novos bairros e espaços destinados ao lazer, embasados em desejos que almejam, para além das necessidades técnicas das obras, o “embelezamento” da capital, conforme Relatório de Governo de 1904 (vide Figura 89).

Enfim, analisando o panorama das práticas no recorte temporal proposto a partir de cada categoria selecionada, evidencia-se o papel do teatro Melpômene como elemento morfológico que anuncia um novo momento, situando-se, pois, como estratégico ponto de interseção entre os dois períodos, o que confere assertividade à divisão histórica proposta. Vale atentar ainda que a relação morfológica entre rua e largo/prça se complementa na dinâmica das práticas socioespaciais, haja vista que as intenções associadas ao atravessamento pelo largo e pela praça enquanto atividade associada à circulação urbana, prática geralmente associada às vias, parecem contemplar caráter amplo e de forte significado a tempos pretéritos e contemporâneos, na articulação entre estes dois espaços livres de uso público.

Retomando as abordagens do Capítulo 1 (CERTEAU, 2008; LEFEBVRE, 1991; 2000), o papel cotidiano das práticas socioespaciais a título de não passividade e não dominação, parece se assentar melhor nas práticas do 1º período onde atividades impressas encontram nas interações sociais forte sentido coletivo. Ao pressupor desejos e escolhas mais libertos, revelam atos coerentes com o que se entende por cotidiano a partir dos autores supracitados, encontrando na *práxis* urbana a criação de uma identidade entre habitante e

lugar. Não se descarta, porém, o controle da igreja sobre as atividades e festividades religiosas e esporádicas principalmente no 1º período que revelam expressão popular e civismo manifesto para além das práticas banais, interferindo na dinâmica dos espaços livres públicos (MARX, 2003) <sup>261</sup>.

As práticas inaugurais no 2º período caracterizam um cenário que, conforme Segawa (2010), é copiado à imagem e semelhança dos parceiros europeus. Tal fato dispara dois aspectos notórios que se complementam: a importação de costumes viabilizados por códigos e normas e a perda de individualidade e identidade local, onde as interações coletivas passam a ocorrer de forma seletiva.

O novo, de alguns anos para cá, é que as consequências da industrialização, numa sociedade dominada pelas relações de produção e de propriedade capitalistas (um pouco modificadas, mas conservadas em sua essência), se aproximam de seu termo: uma *cotidianeidade* programada num *ambiente urbano* adaptado para esse fim. A cidade tradicional explode, enquanto a urbanização se estende [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 73).

Assim, de modo geral, arrisca-se dizer que a noção de coletividade para o período proposto caminhou do convívio social para a exibição social, de uma atmosfera tênue para uma atmosfera densa, onde a virtude generosa dos espaços livres públicos pode ter ficado, por algum período de tempo, comprometida. De todo o modo, tudo isso parece já direcionar, ao local, forte aptidão de centralidade urbana.

---

<sup>261</sup> Na ocasião do império passou a ser tolerado outros tipos de religião, porém havia exclusividade para as procissões e outros festejos católicos a céu aberto, no espaço livre público, ficando as demais religiões restritas a cultos domésticos ou particular, em edificações sem forma materializada de templo (MARX, 2003).

## CAPÍTULO 5: O LARGO DA CONCEIÇÃO: INSERÇÃO URBANA SOB OLHAR PRETÉRITO

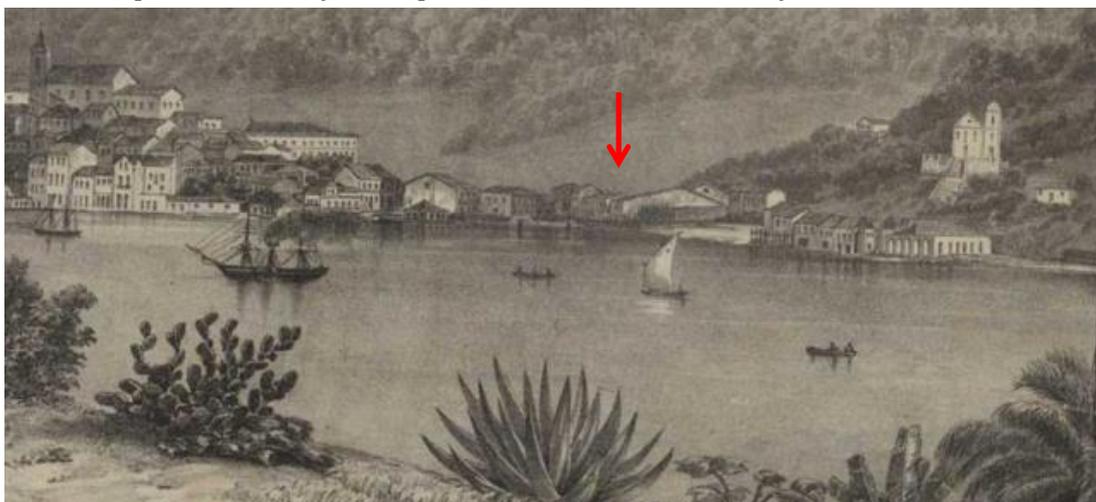
A análise da inserção urbana propõe descrever características morfológicas e auxiliar na apreensão de determinadas configurações geográficas sobre o território a partir dos principais elementos morfológicos considerados: sítio físico, via, praça/largo e edifício singular.

### 5.1 O sítio físico

#### a) 1º período (1882 a 1896)

Conhecida como Porto das Lanchas, Prainha e Reguinho, a localidade na qual a área de estudo se insere carrega na própria toponímia forte relação com o elemento água, seja proveniente do mar, das chuvas, das nascentes ou mesmo como composição infecta<sup>262</sup> (Figura 104). Neste sentido, a presença dos córregos d'água sempre foram retratados nas cartografias do local, como característica importante a se revelar e registrar.

Figura 104 - Pintura da vila no século XIX indicando forte relação do assentamento com a água e o local que fora a Prainha, tendo destaque à direita para a Igreja do Rosário, à esquerda para a Igreja Matriz e no centro, a provável localização da capela de Nossa Senhora da Conceição (em vermelho)



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

<sup>262</sup> Para além das fontes dos periódicos, é recorrente na literatura local relatos sobre a necessidade de serviços básicos de saneamento para a parte baixa considerada insalubre, suja, sujeita a enchentes, lamacenta, e catalizadora de doenças e epidemias (DAEMON, 1879-2010; ELTON, 1999; DERENZI, 1995). Derenzi (1995) amplia tal abordagem no que diz respeito à configuração morfológica: ausência de ordenamento urbano, casas escuras, ruas estreitas, construções coladas e ladeiras íngremes.

A Prainha possuía mais de dois terços de sua extensão banhada pelo mar durante o período de maré cheia (DERENZI, 1995). Segundo Daemon (2010, p. 219), “O mar nessa época chegava até quase perto da capela, fazendo uma pequena praia, e introduzia-se pelo canal chamado Reguinho”. Ali se encontrava a ladeira São Diogo (ou ladeira das Pedras), caracterizada como um dos pontos de ligação das partes alta e baixa da vila<sup>263</sup>: “uma pedreira escarpada pela qual se subia da praça, canto da rua Sete, aos fundos da Matriz” (DERENZI, 1995, p. 98). O mar adentrava e batia na pedreira<sup>264</sup>, formando por ali um atracadouro denominado Porto das Lanchas<sup>265</sup>. O cenário constituído pela Igreja e seu pequeno largo parece ter sido ponto de encontro de pescadores, concatenado a práticas socioespaciais laborais e religiosas, revelando a potencialidade do local como espacialidade da esfera pública<sup>266</sup>.

Segundo Elton (1999, p. 79):

[...] ali, antes de sucessivos aterros, o mar formava uma espécie de angra onde os pescadores se reuniam, após cada dia de trabalho. Esses homens ansiavam, de há muito, por um templo, no local, em que pudessem rezar o terço e cantar ladainhas, mormente aos sábados, quando mais cedo se desincumbiam de suas tarefas.

Uma cartografia pouco explorada em estudos para o Centro de Vitória é a Planta da Cidade de Victoria de 1873 do acervo do Arquivo Nacional (Figura 105). Nesta, observa-se claramente a presença mais “canalizada” de água nas imediações do largo a se comparar com a cartografia de 1895<sup>267</sup>. A linha tracejada indica serviços subterrâneos neste sentido. Outro detalhe que se destaca são as conexões significativas entre Cidade Alta e Baixa a tempos pretéritos, dada pelo desenho das escadas. Tais conexões assumem o papel da relação física e visual entre as partes do relevo que se acomodam sobre sítios distintos e o interesse em ocupar áreas planas sujeitas à inundação. Não custa recordar as abordagens de Marx (1980) e Reis Filho (1968) sobre a perspectiva de ocupação de um solo aparentemente desvantajoso quando articulado a parâmetros de obras de saneamento e aspectos de acessibilidade.

<sup>263</sup> Tal forte corresponde a atual escadaria São Diogo, ligação representativa de pedestres entre parte alta e baixa do Centro (ELTON, 1999).

<sup>264</sup> Esta pedreira foi adaptada para a toponímia “ladeira da Pedra” e depois, “escadaria São Diogo”.

<sup>265</sup> A toponímia “Porto das Lanchas” também compôs o grupo de palavras chaves pesquisadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>266</sup> A prática da pesca traz forte relação com o lugar. Apesar de não ter sido encontrada na pesquisa dos periódicos, talvez pela delimitação imposta pelo recorte das palavras chave, é comum encontrar tal atividade nos relatos da literatura e trabalhos acadêmicos locais (ELTON, 1999; BELINI, 2014, CASADO, 2019).

<sup>267</sup> A cartografia de 1895 corresponde a um desenho feito por André Carlone em 1967 a partir de sua apreensão sobre como seria a vila no final do século XIX. Esta cartografia acaba sendo mais utilizada em artigos e trabalhos acadêmicos sobre o Centro do que a de 1879, do Arquivo Nacional.

Figura 105 - Planta da Cidade de Victoria em 1873



Fonte: Arquivo Nacional, *apud* acervo do Arquivo Público do Estado do ES

De acordo com Derenzi (1995), os córregos eram resultantes das águas provenientes do Morro da Fonte Grande e do Pelames, que se consolidavam em uma vala artificial denominada Reguinho. Para além da referida vala, nota-se que na verdade houve ali um fluxo de águas vindas do morro e assentada em sulco linear e longitudinal, cuja confluência estabelecia um ponto nodal líquido e notório no lugar.

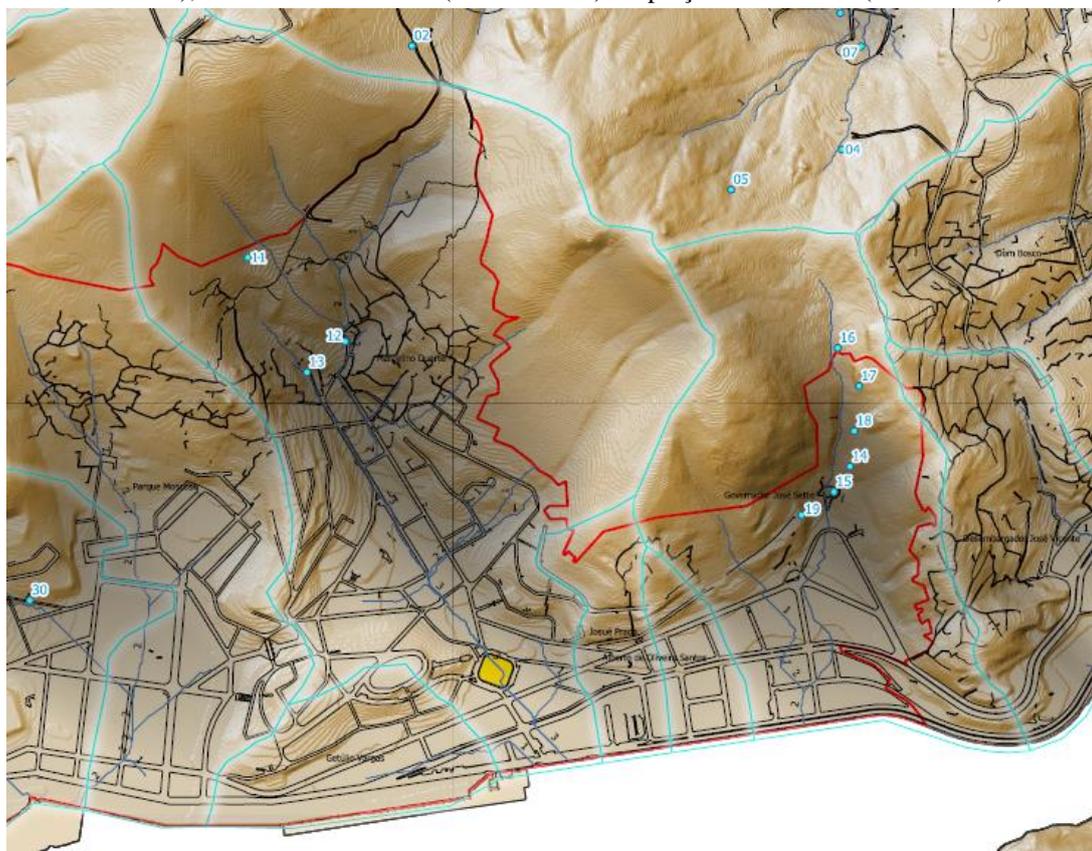
A fonte do Conselho foi a primeira denominação da fonte Grande, nascente puríssima de água, que aflorava em meio aos blocos de granito, nos fins da Rua Sete de Setembro, cuja guarda era confiada ao Conselho. Até o meado do século passado, a população se abastecia de água para beber nas fontes Grande, Capixaba e Lapa. A desmatagem prejudicou esses preciosos mananciais, responsáveis pela fundação da cidade na ilha de Santo Antônio (DERENZI, 1995, p. 57)

O percurso de água que adentra o território, se prolongado, forma, com as 3 nascentes do morro da Fonte Grande indicadas na cartografia atual<sup>268</sup>, um caminho natural de drenagem na rua Sete de Setembro passando pela praça Costa Pereira e desembocando no mar (Figura 106)<sup>269</sup>.

<sup>268</sup> A ocorrência de nascentes na Fonte Grande tem relação pretérita com a implantação de um chafariz no século XIX na praça Costa Pereira.

<sup>269</sup> A Figura 106 é parte de uma mapa de bacia e fluxo de drenagem da regional Centro e evidencia não só a situação topográfica do sítio, como também o papel de 3 nascentes neste contexto singular entre a rua Sete de Setembro (antiga rua da Várzea) e a praça Costa Pereira. O mapa foi gentilmente formulado e cedido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Vitória.

Figura 106 - Bacia e fluxo de drenagem na regional Centro, com destaque para as nascentes (em numeração azul), os fluxos acumulados (em linha azul) e a praça Costa Pereira (em amarelo)



Fonte: Gentilmente elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Vitória (2022)

Seguindo as abordagens da forte relação do sítio com os assentamentos humanos (OLIVEIRA, 2019; TEIXEIRA, 2012; MARX, 1980); da “proximidade da fonte de matéria prima ou do recurso natural” (SERRA, 1987, p. 85) como uma das estratégias para as escolhas locacionais e apropriações sobre o território e ainda, considerando que as linhas de talvegue possam ser retratadas como centros de encontro de percurso, águas e seres vivos (GUERREIRO, 2001) pondera-se um fato interessante a tempos ainda mais pretéritos.

Acredita-se que a linha longitudinal do curso d’água possa ter sido usada como percurso para captura de água potável antes mesmo da chegada dos portugueses e que a Prainha tenha se configurado como local de chegada e partida de barcos indígenas. Além dos aspectos do sítio já considerados, tal suposição também é embasada em dois outros argumentos a partir de uma possível similaridade de apropriação do território de Vitória com a cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 2009): (1) a existência de caminhos primitivos que fizeram a conexão entre Cidades Alta e Baixa e que estiveram associados ao sopé do morro onde atracavam canoas indígenas e, (2) a existência de uma trilha por onde se dava o abastecimento de água na cidade, conforme já exposto. Soma-se a estes dois fatos, a presença

de povos indígenas, na porção baixa à leste do largo da Conceição, que trabalhavam no cultivo de alimentos para a vila<sup>270</sup>. Segundo Bastos (2009, p. 38):

A difusão do uso da expressão capichaba, derivada de caá-piim-chaba, iniciou-se na cidade de Vitória a partir da fixação de índios na parte leste da ilha em 1551. A região ocupada pelos aborígenes começava nas terras em frente ao Morro do Penedo, abrangendo o caminho de São João das Pedreiras e solos adjacentes, até o Porto das Lanchas (Largo da Conceição). [...] se estendia desde o Largo da Conceição, passando pela Ladeira de Pernambuco, pelas ruas Cristóvão Colombo e Barão de Monjardim até o Forte São João.

A respeito da apropriação indígena na parte baixa da vila, segundo o arqueólogo doutor Henrique Antônio Valadares Costa,<sup>271</sup>, com certeza os rios e cursos d'água ali presentes foram fundamentais para existência dos índios no período colonial, já que esta pequena baía (prainha) era um marco geográfico que os separava dos portugueses. Já, no período pré-colonial, os dados etnográficos indicam apenas que os tupiniquins, responsáveis pelos ataques à vila, habitavam a atual Cidade Alta e seu entorno imediato, não sendo encontradas informações sobre a relação destes povos com os cursos d'água.

Tal hipótese desencadeia uma questão intrigante: se os índios eram exímios pescadores e exploravam o território, seriam os pescadores devotos de Nossa Senhora da Conceição da Prainha descendentes indígenas?

## **b) 2º Período (1896-1928)**

Pois bem, a Prainha foi aos poucos e gradativamente sendo aterrada (ELTON, 1999) e o largo da Conceição recebeu em 1896 o teatro Melpômene. Conforme visto, os relatos dos periódicos e a literatura sobre a história do lugar deixam claro que a condição do sítio enquanto insalubre e desprovido de infraestrutura básica foi se reduzindo a partir dos anos de 1910<sup>272</sup>, quando os aterros e as obras passaram a ser mais significativos, viabilizando transformações gradativas na circulação urbana (Figura 107).

<sup>270</sup> O termo “capichaba” é de origem indígena cujo significado indica “local de plantação, pequeno sítio ou roça” (CAPICHABA, 2022). Vale destacar que a localidade retratada à leste do largo da Conceição habitada pelos índios compreende a área conhecida como Capichaba que desencadeou a toponímia avenida Capichaba.

<sup>271</sup> O professor Henrique Antônio Valadares Costa é doutor e mestre em arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e sua opinião foi passada em comunicação com a autora por correio eletrônico no corrente ano.

<sup>272</sup> A cobertura da vala do Reguinho que inundava a localidade em épocas de chuva, onde a presença de lixos e animais mortos era evidente, é datada de 1895 no trecho próximo ao largo da Conceição (FERRAZ, 2019). A morosidade nas soluções em relação ao Reguinho foi muito criticada nos periódicos locais, porém, desde o início da década de 1910, as obras no lugar eram apontadas pelo governo com intenção de embelezamento (BN DIGITAL, 1910).

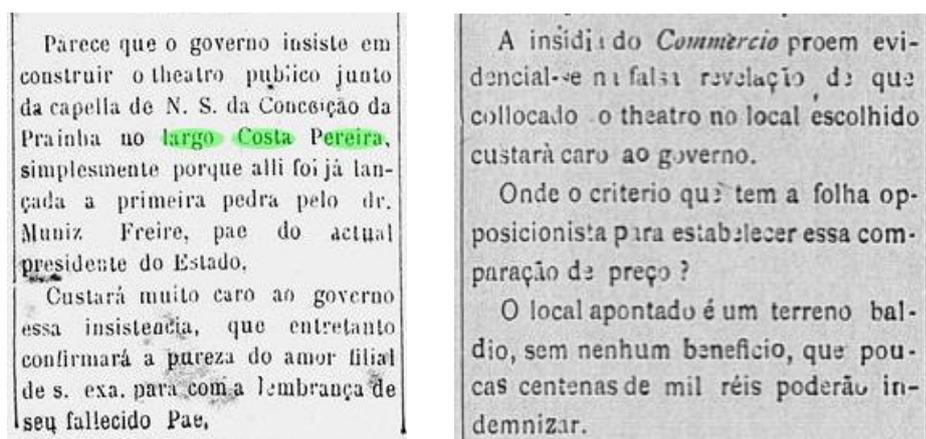
Figura 107 - Obras de infraestrutura na praça Costa Pereira no início do século XX modificam o cenário marcado por alagadiços e insalubridade do sítio físico



Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES

A condição da rua da Várzea é relatada como necessidade de canalização das águas que descem da Fonte Grande em direção ao mar em linha reta, cujo sentido fora “invadido” pela construção do teatro. Tal fato foi motivo para críticas ao governo, rebatidas no mesmo tom (Figura 108).

Figura 108 - À esquerda, críticas sobre a localização do teatro e à direita, a argumentação do governo sobre a fragilidade da área escolhida



Fontes: Commercio do Espírito Santo (BN DIGITAL, 1895a) e O Estado do Espírito Santo: Ordem e Progresso (BN DIGITAL, 1895b)

Segundo o jornal Commercio do Espírito Santo (BN DIGITAL, 1895a), a construção do teatro Melpômene alterou em parte o escoamento de águas que estava sendo executado pelo governo municipal, pois acarretou em custos com desapropriações e obras não previstas.

Ao que parece, a configuração ampla do lugar chamava atenção sob o ponto de vista fundiário e já era notada pelo então presidente Muniz Freire que, em paralelo, zelou pelos desejos de seu pai<sup>273</sup> ou mesmo agregou tal desejo às intenções políticas e especulativas sobre o sítio. Neste contexto, partindo da transformação urbana oportunamente ali engajada, a apropriação de um espaço livre, público, plano, aterrado e próximo ao mar para implantação do novo edifício singular preponderou sobre o sentido prático e técnico de se canalizar em linha reta a rua Sete de Setembro.

Na década de 1920, a demolição do teatro Melpômene e a construção do teatro Carlos Gomes em conjunto com uma série de transformações nos espaços livres públicos de Vitória, tomam a cena sobre obras de aterro. Abriu-se a avenida capixaba e em 1932 em uma das áreas remanescentes do Éden Park construiu-se o teatro Glória, o primeiro edifício com 5 pavimentos do Centro de Vitória. A Figura 109 mostra os processos de transformações impressos ao local e seu entorno.

Figura 109 - À esquerda, demolições para construção da praça Costa Pereira e à direita, obras de infra estrutura e remodelação urbana da referida praça, com visual de uma parte do terreno sobre o qual se implantou o teatro Glória em 1932

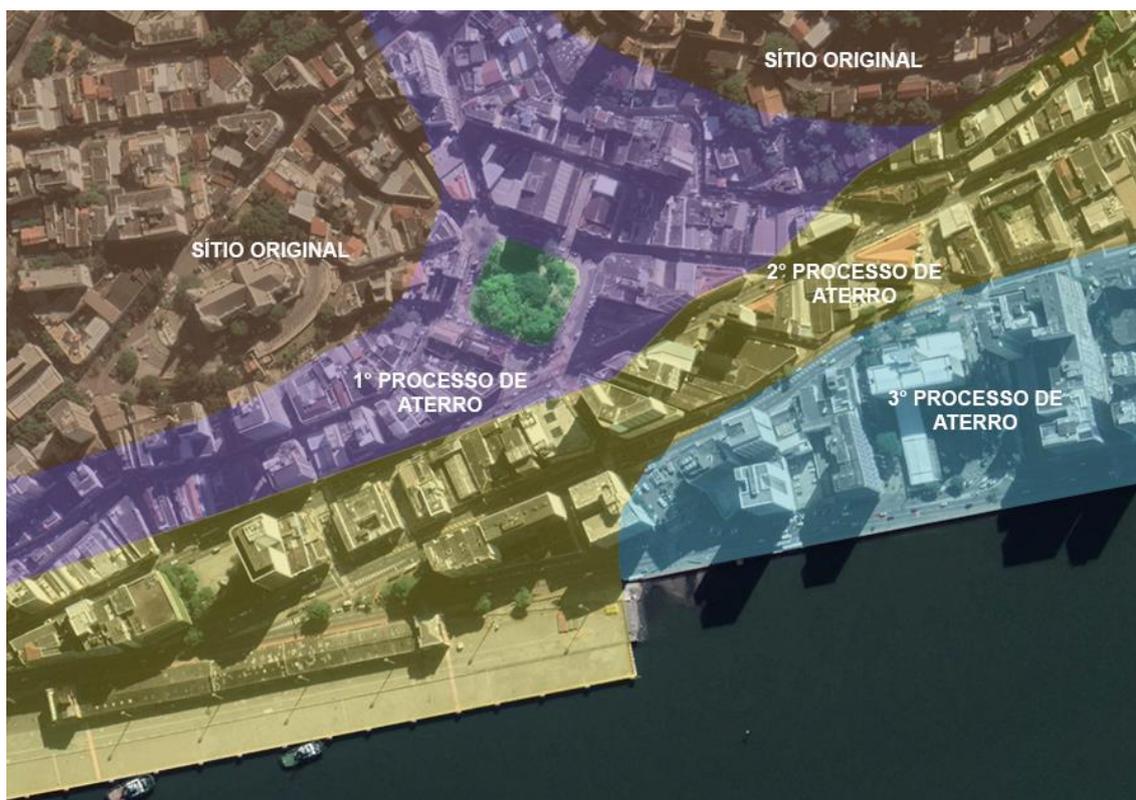


Fonte: Acervo da Biblioteca Central da UFES

Com os aterros dos anos 1920 houve apagamento dos alagadiços do Campinho e da área do Pelames no governo de Florentino Avidos (DERENZI, 1995) e expansão sobre aterros ao mar atenuando-se as relações da cidade com a água. Tal relação foi potencializada pela implantação da estrutura portuária consolidada na década de 1940 e pelo grande aterro da Esplanada Capixaba na década de 1950. A Figura 110 aponta os principais processos de aterros sobre o sítio do entorno da praça Costa Pereira nos anos de 1910, 1920/1930 e 1950.

<sup>273</sup> Manuel Feliciano Moniz Freire, pai de Muniz Freire, foi político e participou da Companhia de Teatro Melpômene e dos desejos da construção de sua sede: "A Sociedade Dramática Particular Melpômene havia se formado em 1871 sob a liderança de Manoel Feliciano Moniz Freire com o objetivo específico da construção de um edifício que fosse próprio para a apresentação de espetáculos teatrais em Vitória" (DANTAS, 2017, p. 71)

Figura 110 - Principais processos de aterro sobre o sítio físico no entorno da praça Costa Pereira



Fonte: Elaborado por Cecília Torezani (2022) a partir de *Google Earth*

Enfim, o sítio manteve sua conformação original sob o ponto de vista das áreas acidentadas, mas sofreu fortes impactos sobre a parte baixa, acomodando, por meio de aterro, as expansões urbanas e adensamentos especulativos que tenderam a provocar transformações morfológicas de grande vulto. Especificamente em relação ao largo/praça, as adaptações responderam aos desejos de remodelação urbana, suprimindo a presença e relação da área com a água.

## 5.2 As vias, o largo e a praça

### a) 1º período (1882 a 1896)

Primeiramente, é importante destacar que o termo “largo” foi devidamente empregado dada sua conformação morfológica de formato mais alargado, sem delimitações rígidas e que acolheu práticas religiosas e mundanas ao mesmo tempo, polarizando funções. No entanto, ressalta-se que a toponímia “praça” foi designada já em 1887 (BN DIGITAL, 1887b), antes

mesmo da inserção do teatro Melpômene, sendo retratada na cartografia de 1910. Tal fato já prenuncia certa intenção com o lugar de características tipicamente coloniais<sup>274</sup>.

Conforme constatado anteriormente, a relação morfológica entre rua<sup>275</sup> e largo é complementada na dinâmica das práticas socioespaciais com tendências a aspectos de centralidade urbana. Assim, resta examinar o comportamento morfológico destes dois elementos para apreensão dos efeitos de transformação e permanências impressos ao local. Para tanto, os mapas de figura-fundo do sistema viário, quarteirões e, quando possível, do parcelário, a partir das principais cartografias disponibilizadas em escala inerente à aproximação com o objeto de estudo, se inserem como estratégia investigativa complementar para aferição da variável na construção da hipótese.

As plantas de figura-fundo do sistema viário e dos quarteirões das cartografias de 1767 e 1895 retratam de maneira peculiar a relação da água com o sítio e deste conjunto com o traçado urbano (Figuras 111 e 112).

Figura 111 - Plantas de figura-fundo de sistema viário (à esquerda) e quarteirões (à direita) da cartografia de 1767, com destaque para o largo da Conceição e a capela de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de base cartográfica da PMV, cujo georreferenciamento foi gentilmente cedido por Camila Benezath Ferraz

<sup>274</sup> Nos periódicos fica claro que a toponímia “largo” fora mais empregada neste período, dialogando bem com suas características morfológicas. A exposição textual da tese reservou a toponímia “largo” e “praça”, respectivamente para primeiro e segundo períodos, sendo esta última considerada a partir do momento em que as novas configurações urbanas regidas por padrões modernizadores iriam despontar e consolidar diferentes dinâmicas socioespaciais, ou seja, a partir da inauguração da praça. Sob a condição de praça também houve emprego das denominações “praça Marcelino Fraga” e “Praça da Independência”, palavras chave também contempladas para pesquisa nos periodicos. Já, a denominação “praça Costa Pereira” foi dada em homenagem ao presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Junior, cujo mandato compreendeu os anos de 1861 a 1863 e já é identificada em periódicos de 1887. Vale destacar que entre 1922 e os anos 1960 a praça deixou de ser chamada Costa Pereira e passou a se chamar Praça da Independência.

<sup>275</sup> A nomenclatura de vias nesta análise pode ser melhor compreendida a partir das Figuras 78, 79, 81 e 86 do capítulo anterior, conforme será indicado.

Para além da presença do mar, as partes úmidas compõem significativa área livre de edificações não só sujeitas à expansão urbana, como também à configuração de espaços formais de lazer. Observa-se a presença da rua da Várzea entre os dois braços de mar, já consolidada como via longitudinal em direção à Fonte Grande, mas ainda não se prolongando diretamente até o largo. Além da rua da Várzea e dos cursos d'água do Pelames e do Reguinho que desembocam no largo, duas vielas ao sul próximas ao mar e três vias que chegam da direção da Cidade Alta configuram uma trama urbana ainda desmembrada quando no largo se encontram, mas já coesa quando para lá, em conjunto, se direcionam.

Na verdade, existem quatro ligações entre as partes alta e baixa<sup>276</sup> sendo duas em cotas de nível mais baixa e uma delas direto com a rua da Várzea, por meio da ladeira Professor Baltazar, perpendicular às curvas de nível, conforme tipologia conectiva comum em cidades colonizadas por portugueses no Brasil (MARX, 1980). A via que estabeleceu ligação direta da colina com o largo provavelmente encontrou na pedra escarpada no sopé do morro (adaptada como ladeira da Pedra), processos conectivos mais lentos<sup>277</sup>. Soma-se a presença de três pontes na Prainha, duas ao norte e uma ao sul, esta localizada nitidamente entre duas porções de solo. Novamente foca-se na questão indígena já que a referida ponte separava a parte oriental e ocidental da ilha, podendo ter sido também um marco divisório entre portugueses e índios no início da colonização.

Quanto aos quarteirões, ao norte deste espaço livre público, são maiores e circundam a área como se voltassem a um ponto focal. Ao sul, o tamanho reduzido e a disposição aparentemente aleatória, sugerem ocupações menos densas e talvez providas de edificações isoladas, sem caracterizar propriamente um quarteirão. Já, os quarteirões maiores ao sul em limite com o mar, cujas ruas apresentam certa conexão com o largo, têm relação morfológica com aqueles encontrados na rua da Alfândega, talvez reservados às atividades dos cais.

Em suma, o largo e seu entorno parecem ter sido apropriados gradativamente e espontaneamente, atraindo de forma polarizada o assentamento. Vias pareciam canalizar a área como ponto nodal de uma conformação morfológica que, aliada à presença da capela de Nossa Senhora da Conceição, despontou uma série de práticas socioespaciais sobre a vida cotidiana de pessoas simples no período colonial. Assim, a conformação morfológica de 1767

---

<sup>276</sup> Nota-se que a conformação em cota de nível elevada na Cidade Alta, onde vias e quarteirões longitudinais seguem a topografia do terreno, já prenuncia o diálogo do traçado com o sítio e sua topografia que fora aplicado também, ao que parece, para outras situações na parte baixa analisada.

<sup>277</sup> Apesar de já haver uma ligação aberta com indícios de escadas entre a Igreja Matriz e a praça (cartografia de 1895), não se sabe se tal elemento rochoso fora apropriado desde o início da colonização, haja vista o difícil acesso para transpassá-lo.

é entendida a partir de “aspectos adaptativos sobre o território” e “formação rudimentar do largo da Conceição”.

Um dos aterros mais significativos nesta área, conforme visto, ocorreu entre 1812 e 1819 conforme planta figura-fundo da cartografia de 1895 (Figura 112). Prevaleceu, no entanto, um curso de água próximo ao largo e que ainda adentrava em direção à Fonte Grande, seguindo o mesmo sentido. Interessante dizer que foram encontrados publicações nos periódicos locais nos anos de 1850 com tom especulativo sobre a adaptação do largo como praça que, assinado pelo “inimigo da inercia”, já indicava desejo na transformação da área em questão: “Mãos a obra Sr. Fiscal, Sr. Procurador, Srs. da câmara: convertão em praça o largo da Igrejinha, e um bem terão feito aos seus munícipes os Srs. Da câmara actual. O inimigo da inercia” (BN DIGITAL, 1854).

Figura 112 - Plantas de figura-fundo de sistema viário (à esquerda), quarteirões (à direita) e perfil fundiário (abaixo) da cartografia de 1895, com destaque para o largo da Conceição e a capela de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de base cartográfica da PMV, cujo georreferenciamento foi gentilmente cedido por Camila Benezath Ferraz

Na ponte ao sul, houve a expansão de ruas e quarteirões em direção ao mar seguindo a conformação precedente em uma trama regular<sup>278</sup>, onde se configurou ligação conectiva mais direta entre a rua Pereira Pinto e a rua da Alfândega formando um eixo longitudinal significativo e praticamente paralelo à linha da costa (vide Figuras 78 e 79). Nesta ocasião, a rua do Sacramento perde a ligação direta com o mar em decorrência dos aterros, a rua São Manoel se prolonga até o mar sendo interceptada pela rua Pereira Pinto e a rua General Câmara é configurada paralela à rua São Manoel a partir do surgimento de um quarteirão sobre aterro, seguindo as mesmas características de seu traçado (vide Figuras 78 e 79). As vias no entorno imediato do largo foram adequadas ao sentido linear que o aterro promovera, com transformações significativas na parte norte entre a rua do Rosário e a linha de água (vide Figura 79).

Percebem-se, pela configuração dos quarteirões e parcelários, aterros não só ao sul, como ao norte. Neste caso, os quarteirões de 1767 sofreram transformações significativas já que, sobre aterros, se conformam em formato que segue a tendência linear e norteadora do sentido do curso d'água. Um pequeno quarteirão surge em área de aterro central delimitado com o quarteirão precedente, também reformulado<sup>279</sup>. O parcelário, por sua vez, tem a menor dimensão voltada para o largo, sugerindo um maior número de parcelas com tal configuração. A impressão que se tem sobre este processo de aterro diz respeito à permanência de um sulco alongado que, ao dialogar com o sítio físico, participa da nova conformação morfológica mesmo diante dos aterros promovidos. Vale dizer que neste período já havia sido implantado nas redondezas o Jardim Municipal.

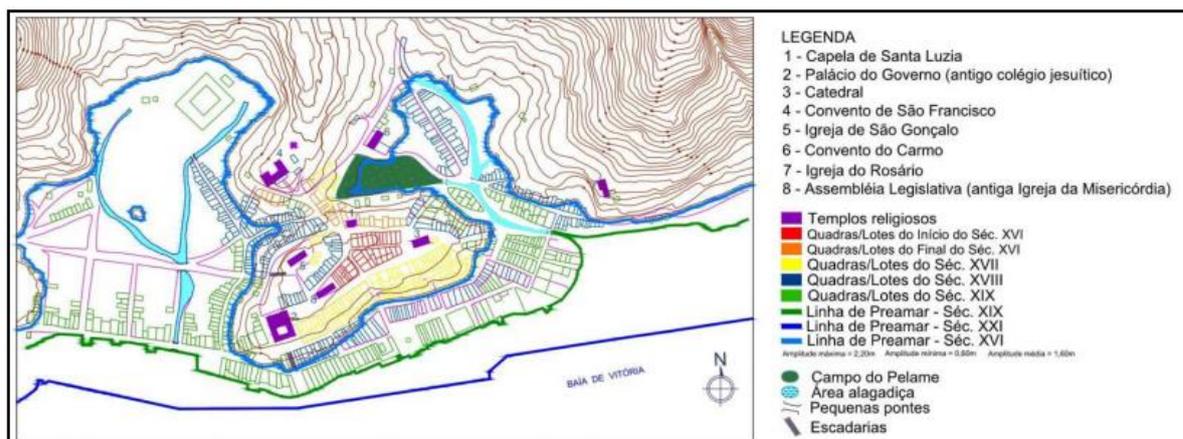
Os estudos de Souza (2010) para o Centro ilustram como o parcelário se apresenta entre os séculos XVI e XIX, mostrando aumento de parcelas no largo depois do aterro e a presença antecedente de parcelas na rua da Várzea (Figura 113).

---

<sup>278</sup> A conformação do traçado mais regular é bem característica de áreas planas em processos de aterro.

<sup>279</sup> A rua do Piolho, atual rua 13 de Maio, surge entre estes dois quarteirões (vide Figuras 79 e 81).

Figura 113 - Estrutura urbana de Vitória no século XIX



Fonte: Souza (2014)

A avenida paralela à costa que desemboca na área e tem uso do solo voltado principalmente às atividades portuárias, assim como a ladeira Professor Baltazar e a ladeira da Pedra<sup>280</sup> (atual escadaria São Diogo) fazem o papel de conexão de lugares e com certeza participaram dos processos de atravessamento, encontros e convergências dialogando com as práticas socioespaciais religiosas e mundanas examinadas no caso do largo. Ou seja, conforme Proença (2015) a rua assume o papel duplo de lugar e caminho entre lugares. Para além destas conexões, é válido também ressaltar outras, de menor hierarquia, seguindo Segawa (2010) e sua observação quanto à participação conjunta de vias importantes e secundárias nos aspectos de centralidade urbana. Assim, a conformação morfológica de 1895 é entendida a partir de **“aterros e organização viária sobre o território”** e **“estreitamento linear do largo da Conceição”**.

## b) 2º período (1896 a 1928)

Dada a consolidação do largo da Conceição associado à capela de pescadores há pelo menos 140 anos, observa-se o potencial desta inserção urbana despertando interesse público pelo local no sentido de se instaurar uma transformação vocacional aos moldes europeus, adaptando-o como praça pública<sup>281</sup>. Houve, porém, um pequeno período de transição entre 1896 e 1897, onde teatro e capela coexistiram. É válido dizer que a esta época já era prática a

<sup>280</sup> As obras de adaptação da pedra foram implementadas no século XX, depois de inaugurada a praça, conforme será ilustrado na abordagem a seguir.

<sup>281</sup> O surgimento de praças ligadas a edifícios mundanos marca um novo tempo, aspirações profanas e considerações de ordem funcional (MARX, 1980). Em sessão sobre a administração de Muniz Freire no jornal *Commercio do Espírito Santo* (BN DIGITAL, 1986), por exemplo, o teatro é contextualizado como uma das aspirações populares frente à vida pacata e “sem graça” da cidade.

definição de fronteiras e limites do solo coletivo, ou seja, a laicização dos espaços comuns (MARX, 1991)<sup>282</sup>.

Segundo Ferraz (2019, p. 144 e 145):

A partir de 1896, foram aprovados decretos para desapropriações de imóveis limítrofes à Praça Costa Pereira e em ruas adjacentes, para a construção do teatro e ampliação da praça. Era latente o interesse pela alteração do aspecto estético dessa área, especialmente por ser a primeira vista da cidade, a partir das embarcações que chegavam pela Baía de Vitória<sup>283</sup>.

Neste mesmo ano o largo Costa Pereira recebeu a primeira intervenção significativa: a demolição de um grupo de casas simples localizadas bem próximos ao teatro, dando indícios da intenção de reordenamento do espaço (PRADO, 2002), endossado pela demolição subsequente da capela de Nossa Senhora da Conceição. Sua importância como ponto nodal na circulação urbana do Centro de Vitória era retratada nos jornais, apesar de ainda demandar reformulações urbanas:

[...] apesar de ser uma das melhores que temos, acha-se em completo abandono, sem calçamento e sem luz suficiente. Entretanto, é na praça Costa Pereira que está situado o nosso Theatro, além de se ahí o mais concorrido dos pontos de parada dos bondes da Carril Suá. Com um pouco de bôa vontade e sem grande dispêndio, a referida praça poderá ser ajardinada, vindo a constituir um dos centros mais aprazíveis e preferidos pela nossa população (BN DIGITAL, 1910, *online*).

As plantas de figura-fundo do sistema viário e dos quarteirões da cartografia de 1910 retratam aspectos de vias, quarteirões e parcelários deste período (Figura 114).

---

<sup>282</sup> Da concessão das terras da Ordem de Cristo, da Coroa, passou-se ao regime da compra e venda para se obter e transmitir a terra em meados do século XIX por meio da Lei de Terras de 1850. Assim, a questão fundiária sofre mudanças significativas onde surge o conceito de propriedade privada e a oportunidade de negócio particular. Com isso, morfologicamente, “alinhamentos vão corrigindo discretamente o curso das ruas e o contorno dos largos, vão amaciando o tecido de nossas cidades e despontando a possibilidade de redesenhar o mapa da aglomeração” (MARX, 1945, p.105).

<sup>283</sup> Foi encontrado relato em periódico sobre do governo Cleto Nunes acerca da proibição de qualquer reforma ou construção na praça que iria ser preparada para se alargada e aformoseada (BN DIGITAL, 1896e).

Figura 114 - Plantas de figura-fundo de sistema viário (à esquerda) e bairros (à direita) da cartografia de 1910, com destaque para o largo da Conceição e para o teatro Melpômene (abaixo)



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de base cartográfica da PMV cujo georreferenciamento foi gentilmente cedido por Camila Benezath Ferraz

Em relação às vias, praticamente assumiram o mesmo padrão anterior com exceção daquelas cujos bairros, em menores dimensões, voltaram-se para o largo propriamente dito. Na verdade, o largo assumiu uma delimitação bem diferente, praticamente triangular não fosse a implantação do teatro que adentra tal “limite” e ainda avança no alinhamento da rua Sete de Setembro (vide Figura 81). À luz dos ideais republicanos e higienistas e da demolição da capela, a implantação do teatro e o novo formato do largo já implicam no domínio do Estado sobre o território e sua autonomia sobre as decisões, desenhos e implantações impostas ao sítio físico.

A norte, entre a rua Sete de Setembro, bairros aumentam de dimensão conservando praticamente o sentido longitudinal/linear. No antigo Pelames, a nova área aterrada sugere expansões. Já, os bairros localizados a sul sofrem alteração nas ligações com o mar. No limite com o Jardim Municipal e a rua Pereira Pinto, o bairro de maior dimensão bloqueia o acesso da rua São Manoel ao mar. Os bairros entre a rua General Câmara (cujas conexões com o mar é conservada) e o canal são desmembrados, o que já poderia

implicar em configurações visando demolições e maior acessibilidade ao largo. No canal que adentrava o mar, sobre a ponte, a rua do Oriente (atual rua Barão de Itapemirim) estabelece o contato físico e visual do largo com o mar (vide Figura 81).

A configuração do parcelário é praticamente mantida com exceção das quadras que compõem o entorno imediato do largo a nordeste, com profundidades mais generosas. Outra exceção são as quadras sobre aterro ao sul, cujas frentes têm dimensões maiores que a profundidade. Deve-se destacar, porém, a implantação do teatro, praticamente alheia a uma inserção parcelária, apresentando proporções avantajadas para o contexto edificatório. As imagens a seguir mostram aspectos do tecido urbano na década de 1910 (Figura 115).

Figura 115 - Aspectos do tecido urbano da vila de Vitória, datado de 1910, com destaque para a imponência do teatro Melpômene no contexto urbano



Fonte: Adaptado por Ferraz (2019) a partir de acervo do Arquivo Público do Estado do ES

Assim, a conformação morfológica de 1910 é entendida a partir de “aterros e reorganização viária sobre o território<sup>284</sup>” e “reordenamento impositivo no largo da Conceição”.

Pois bem, o interesse pela construção da praça ganhou importância na década de 1920:

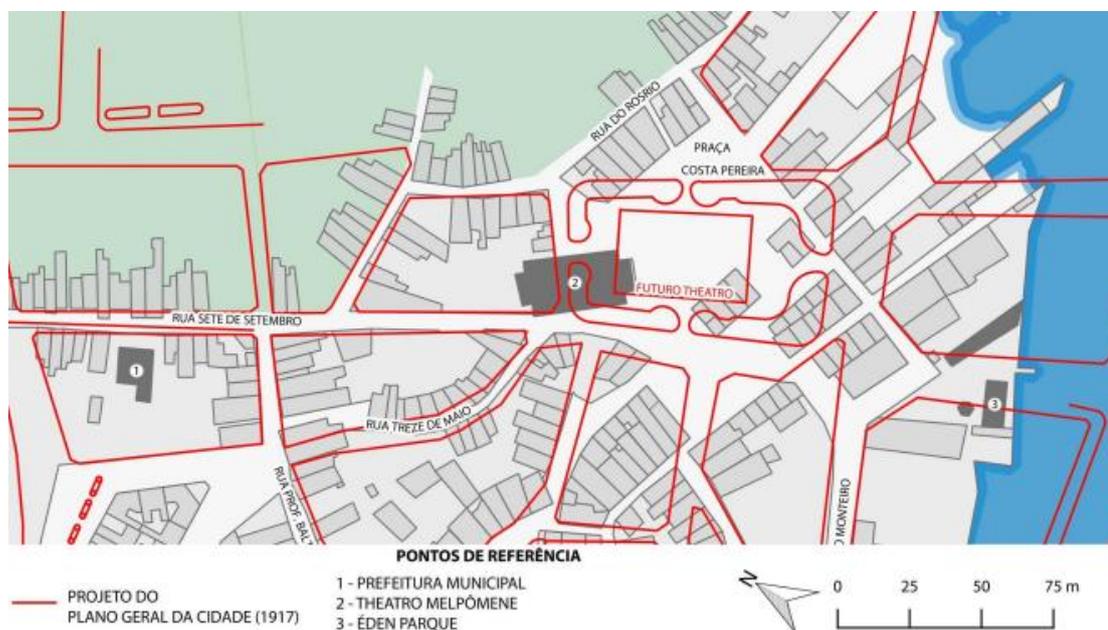
O Sr. Presidente Nestor Gomes [...] disse que era de seu grande desejo fazer alguma coisa pela parte da cidade ainda não beneficiada e cujo aspecto entristece a qualquer dos que amam o Espírito Santo, notadamente, a praça Costa Pereira e adjacências [...] tendo por coração o actual largo do Theatro, a quem devemos dar em 7 de Setembro de 1922 o nome de Praça da Independencia (BN DIGITAL, 1921, *online*).

<sup>284</sup> Não custa reconhecer que tais intervenções se encontram articuladas com muitas outras delineadas sobre os espaços livres públicos do Centro e na mesma época.

O teatro Melpômene incendiou-se em 1923 e foi demolido entre 1925 e 1926. Além de uma questão estética, questões sanitárias foram utilizadas como justificativa para a demolição do teatro e a realização de nova drenagem na rua Sete de Setembro (FERRAZ, 2019). Somam-se a isso, questões de ordem especulativa e imobiliária, haja vista as imposições construtivas sobre o território, mesmo diante de críticas quanto a custos e posição contrária do poder municipal quanto à instalação do teatro avançando no alinhamento da rua Sete de Setembro.

Vale ressaltar que já em 1917, o Plano Geral da Cidade elaborado na administração municipal de Henrique de Novaes<sup>285</sup> chegou a prever a construção de um novo teatro no centro da praça cujo limite seria adjacente ao alinhamento da rua Sete de Setembro, que se prolongaria sem obstáculos. A sobreposição do traçado projetado sobre o existente na época oferece uma boa percepção de como os desejos elitizados do poder público sobressaíam à custa dos apagamentos e da expulsão das práticas dos moradores mais humildes, sem pedir licença (Figura 116).

Figura 116 - Trecho do Plano Geral da Cidade de 1917 elaborado pelo governo municipal de Henrique de Novaes (1916-1920)



Fonte: Adaptado por Ferraz (2019) a partir de plano elabora por Luis Privat (1917)

Nesta época, as elites já pressionavam o governo para criar um novo espaço para lazer com caráter multifuncional, mas ainda visando a auto exibição. Segundo Prado (2002), tal

<sup>285</sup> O governo municipal tinha intenções baseadas na retificação e no alargamento de vias (MENDONÇA, 2010) cujas propostas em relação à praça Costa Pereira não foram executadas, prevalecendo as transformações urbanas sobre o controle do governo estadual.

demanda deve-se a função do Parque Moscoso apenas como espaço de contemplação e passeio.

Entre os anos de 1922 e 1925, o largo foi totalmente reformulado e houve apagamento significativo de ruas e edificações próximas ao mar, ao sul, constituídos por casarios mais modestos (vide Figura 115) que foram desapropriados para viabilizar, sobre aterro, a abertura da avenida Capichaba e a implantação majestosa da praça. Com influência dos jardins ingleses, o novo desenho da praça tinha seus limites bem definidos com contorno quadrado e cantos arredondados e passou a se confrontar com quatro vias<sup>286</sup>. Sua porção interna continha canteiros orgânicos ajardinados, um chafariz e mobiliário urbano os quais, em conjunto, foram alterados com o decorrer do tempo<sup>287</sup>. No entanto, o desenho limítrofe da praça praticamente permaneceu. Tal mudança, como já visto, efetuou o aburguesamento do local, fragilizando mas não apagando práticas banais e populares, conforme observado (Figura 117).

Sob moldura cênica, a praça Costa Pereira<sup>288</sup> foi considerada: “a mais central, espaçosa e linda de Victoria” (BN DIGITAL, 1927), sendo margeada por fachadas remodeladas ao estilo eclético sobre implantação herdada da urbanística colonial portuguesa. Seu entorno recebeu a construção do teatro Glória quatro anos depois de sua inauguração, em uma das áreas remanescentes do Éden Park, abrigando cinema, espetáculos teatrais e *shows* musicais e descaracterizando o uso popular que havia sido instaurado no antigo Jardim Municipal.

---

<sup>286</sup> As características seguem as configurações das primeiras praças ajardinadas propriamente ditas no Brasil (ROBBA; MACEDO, 2010).

<sup>287</sup> A praça recebeu mobiliários como bancos, luminárias ao estilo *art décor* e chafariz. Posteriormente, ganhou coreto, lago artificial e esculturas para homenagens políticas.

<sup>288</sup> A praça foi projetada pelo paisagista Paulo Motta que também responsável pelo projeto do Parque Moscoso.

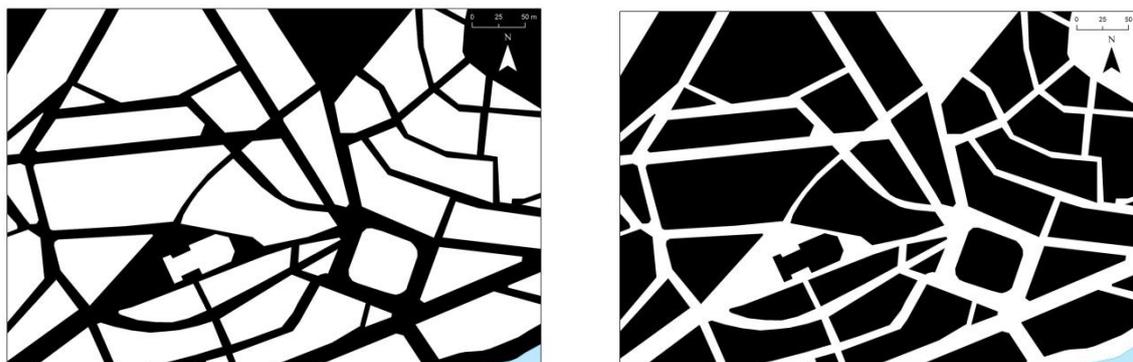
Figura 117 - À esquerda, aspectos da praça da Independência antes da implantação do novo desenho com edificações transitórias entre a arquitetura colonial e eclética. À direita, a nova configuração da praça com edificações ecléticas, tendo ao fundo o banco Hipotecário, na esquina, e o teatro Glória. Abaixo, aspectos paisagísticos e entorno já bem definidos.



Fontes: ESPÍRITO SANTO, 2020 (acima) e acervo do Instituto Jones dos Santos Neves (abaixo)

O mapa de figura-fundo de 1928 demonstra como o desenho urbano foi reformulado definitivamente, deixando para trás uma boa parte da herança colonial portuguesa (Figura 118).

Figura 118 - Plantas de figura-fundo de sistema viária (à esquerda), quarteirões (à direita) da cartografia de 1928



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de base cartográfica da PMV cujo georreferenciamento foi gentilmente cedido por Tatiana Casado

Assim, o teatro Melpômene saiu de cena para dar lugar ao teatro Carlos Gomes. Sob o ponto de vista viário, grandes transformações morfológicas são observadas no entorno imediato da praça e além dele, a exemplo de área mais íngreme a partir da rua do Rosário. A noroeste, a área do Pelames recebe um quarteirão e duas vias que vão estabelecer conexão com a rua Sete de Setembro, sendo uma delas estruturada praticamente sobre vestígios do antigo curso d'água. A rua Sete de Setembro, por sua vez, é interrompida pelo desenho da praça, mas “reaparece” sobre um pequeno trecho com outra toponímia, entre a praça e o mar. Já, as ligações entre colina e parte baixa são praticamente mantidas, com alguma reformulação viária na ladeira da Pedra (vide Figura 86).

Ao sul, o rasgamento da estrutura antiga apaga as ruas Pereira Pinto, do Sacramento, São Manoel e General Câmara (vide Figuras 81 e 86) e marca uma configuração nova protagonizada pela abertura da avenida Capixaba. Ou seja, enquanto a configuração a noroeste mostra parâmetros de permanência morfológica, às vistas das ligações mantidas com a colina e a Fonte Grande; no sentido dos aterros há transformações morfológicas significativas. No entanto, vias menores sobre aterros entre o mar e a avenida Capichaba a exemplo das ruas Barão de Itapemirim (antiga rua do Oriente) e Gonçalves Dias; seguem o mesmo sentido das vias que outrora faziam a conexão da parte ao sul do largo com o mar (vide Figuras 78, 79, 81 e 86).

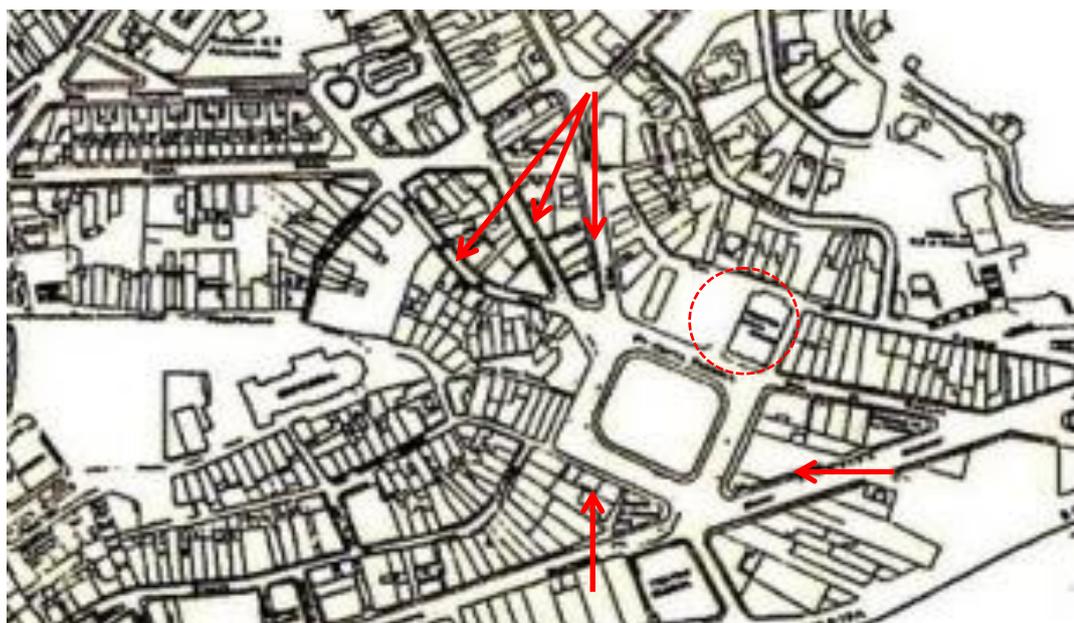
Tomando posse de uma linha imaginária no eixo da rua Sete de Setembro que desemboca no mar, os quarteirões no sentido ocidental que se afunilam na praça, estabelecendo ali um ponto de inflexão nodal. Já, no sentido oriental, os quarteirões praticamente têm suas maiores dimensões seguindo os alinhamentos limites da praça, em desenho que se enquadra às vias do entorno, que tendem a convergir para a praça, a exemplo do quarteirão triangular entre esta e a avenida Capichaba. Tal configuração aponta não só conformações dos quarteirões associados às diferenças topográficas na qual se assentam, como também processos de permanência na direção da colina e de transformações na direção dos aterros.

A Planta Cadastral de 1933 (Figura 119) permite examinar melhor o parcelário a esta época propiciando a observação de um aspecto interessante: o espaço livre de edificações ao lado do teatro Carlos Gomes (vide Figura 13) e a ausência de uma linha delimitatória compondo o respectivo quarteirão, como se a via posterior se alargasse ao encontrar com o espaço livre público. No momento, duas interpretações distintas foram conjecturadas: novas expectativas imobiliárias ou adoção de configurações morfológicas herdadas do passado como se uma espécie de espaço aberto pudesse encontrar ali uma razão de existência. Tal

espaço foi apropriado por uma via na lateral do teatro e pela implantação do prédio do IAPI, na década de 1950<sup>289</sup>.

Os demais parcelamentos apresentam-se em sua maioria com lotes estreitos que visam disputar as frentes para os espaços livres públicos, aspirando destaque na cena urbana. Há de se apontar nesta análise, três observações: (1) a ocorrência de alguns lotes maiores voltados para a praça no quarteirão de formato triangular (seta vermelha horizontal); (2) os lotes de esquina também voltados para a praça na confluência das três vias que para lá desembocam, a noroeste (setas vermelhas inclinadas) e, (3) o início de um processo de transformação na configuração dos quarteirões a sudoeste, onde parcelas com profundidades reduzidas, se “encolhem” para encontrar um lugar no novo cenário (seta vermelha vertical).

Figura 119 - Planta Cadastral da Zona Urbana da Cidade de Vitória em 1933 com indicação de características do parcelário, onde as setas indicam o comportamento das parcelas no entorno da praça e círculo tracejado aponta a localização do teatro Carlos Gomes e área livre adjacente

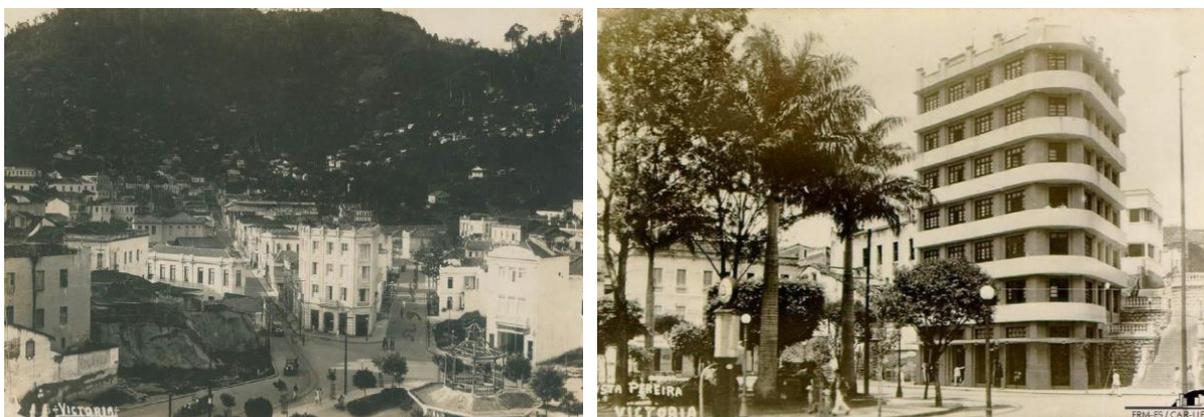


Fonte: Adaptado pela autora a partir de base cadastral da Prefeitura Municipal de Vitória

Outro ponto que chama atenção é a existência da pedra na praça cujo casario que se encontrava à sua frente já havia sido, a esta altura, demolido. Até então, a travessia era feita por precárias escadas esculpidas sobre a pedra bruta. Obras visando acessibilidade foram implementadas e na década de 1940 foi construído o edifício Antenor Guimarães e a escadaria São Diogo (Figura 120).

<sup>289</sup> Posteriormente, a referida via se adaptou para uso exclusivo do pedestre.

Figura 120 - À esquerda, confluência das ruas Sete de Setembro e Graciano Neves dão notoriedade ao hotel Império situado na esquina, com presença de pedreira ainda compondo o cenário da praça Costa Pereira recém inaugurada. À direita, a localização da escadaria São Diogo ao lado do edifício Antenor Guimarães construídos no lugar da antiga pedra



Fonte: Biblioteca Central da UFES e acervo do Centro de Artes da UFES

Apesar de não se ter informações cartográficas acerca dos aspectos de cheios e vazios, o acervo iconográfico indica que a implantação das edificações nos anos de 1767, 1895 e 1910 segue tipicamente a urbanística colonial portuguesa, com ausência de afastamentos e ocupação total do lote, mantendo construções de um a dois pavimentos.

Nos anos 1920, momento das transformações morfológicas de grande vulto, ainda se conserva a implantação das construções da mesma forma, com alterações apenas nas fachadas ecléticas dos sobrados de no máximo 3 pavimentos que ladeavam a praça (PRADO, 2002, BELLINI, 2014)<sup>290</sup>. Os novos ornamentos e platibandas de propriedade de comerciantes e pessoas mais influentes destoam das típicas construções de duas a quatro águas de um a dois pavimentos do período colonial<sup>291</sup>, estabelecendo uma nova dinâmica entre os espaços tipicamente públicos e privados.

As modificações em relação à criação de espaços vazios na implantação serão notadas depois da inauguração do teatro Glória (1932)<sup>292</sup>, onde galerias e pilotis irão aparecer como elementos inéditos nos edifícios. Interessa ressaltar que tal obra contendo cinco andares

<sup>290</sup> Segundo Prado (2012), em Vitória apenas os casarios mais modestos foram demolidos e substituídos por edificações que adotavam elementos arquitetônicos ligados principalmente ao ecletismo, sendo que em muitos casos manteve-se a construção original, a exemplo de sobrados mais elaborados aparelhando apenas a fachada.

<sup>291</sup> Segundo informações pesquisadas por Ferraz (2019) a partir de Alves (2015), 84% das edificações existentes nessa data nas ruas General Câmara, Pereira Pinto, São Manoel, do Sacramento eram alugadas. A autora acrescenta que estas moradias eram ocupadas por pescadores e famílias muito pobres que habitavam casas térreas próximas umas das outras, mas em ruas (becos ou travessas) logo na chegada da cidade pela baía de Vitória, o que alimenta o fato da procura pela expulsão da classe menos abastada da área em função dos desejos de remodelação urbana.

<sup>292</sup> Em 1928 o teatro Glória ocupou a quadra do cais do Santíssimo e do Éden Parque, no antigo Jardim Público já então frequentado pela população humilde, que se viu espoliada de um bem em prol do investimento para as elites.

inaugurou o processo de verticalização da cidade de Vitória, somado à construção, na década de 1940, do primeiro edifício em concreto armado de uso habitacional multifamiliar contendo sete pavimentos, o Antenor Guimarães (MENDONÇA, 2001). A esta época, o legado locacional da praça e as dinâmicas ali consolidadas com o tempo já a colocavam enquanto lugar público propício a alavancar novos processos urbanos<sup>293</sup>.

Assim, a conformação morfológica de 1928 é entendida a partir de “aspectos de aterros, transformações e apagamentos sobre o território” e “consolidação do reordenamento na praça Costa Pereira”.

### 5.3 O edifício singular

#### a) 1º período (1882 a 1896)

A análise compreende a transformação do largo em praça respaldada pela capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha no 1º período e pelo teatro Melpômene contextualizado aos primeiro e segundo períodos.

- **A capela Nossa Senhora da Conceição**

De acordo com a literatura e periódicos locais, a capela representou desejos, empenho e esforço de antigos pescadores. Na verdade, a irmandade sob proteção de Nossa Senhora da Conceição surgiu em decorrência dos costumes de muitos pescadores em rezar ladainhas aos sábados em local próximo a um trapiche situado no largo. No entanto, a capela foi construída por iniciativa e empenho próprio de um ajudante militar chamado Dionísio Francisco Frade. De acordo com Daemon, (2010, p. 219) o fiel:

[...] teve de lutar com os moradores que se achavam estabelecidos nos arredores do dito lugar, em consequência de um córrego que passava por detrás da dita igreja, e que ele pretendia tapar para poder fazer essa edificação, o que só depois de muito custo conseguiu, aterrando não só o córrego como terrenos ao lado da igreja onde pretendia fazer o cemitério.

---

<sup>293</sup> Além do teatro Glória, outras construções como o edifício Antenor Guimarães, o hotel Império, o banco Hipotecário, o clube social e desportivo Álvares Cabral e o edifício do IAPI, também se instalaram em prédios no entorno da praça. Os usos diversificados do solo e suas tipologias contendo várias aberturas para a via pública davam vivacidade à vida urbana, marcando o período de pompa da Praça Costa Pereira.

Há pouco relato sobre este período<sup>294</sup> e não se sabe da relação entre o fundador Dionísio Francisco Frade e os pescadores. Segundo Derenzi (1995), a capela foi construída por devoção e promessa de Francisco Frade e sua mulher. No entanto, Freire (2006) deixa dicas de relação do fiel com os beneditinos cujo mosteiro localizava-se próximo à capela: “Dionísio Fernandes Frade foi, a esse tempo, estrênuo defensor do que ainda restava aos beneditinos, cujo mosteiro, nas proximidades dessa capela, tivera também o título de Nossa Senhora da Conceição” (FREIRE, 2006, p. 194).

Na verdade, os beneditinos da Bahia fundaram em Vila Velha em 1589 o mosteiro inicial de Nossa Senhora da Conceição. Em 1605 fizeram um mini-mosteiro a partir de um terreno doado próximo ao Reguinho no Centro de Vitória (FREIRE, 2006; CARNIELLI, 2006)<sup>295</sup>, sendo provavelmente deste local e irmandade a origem da devoção de Dionísio<sup>296</sup>.

Em seus relatos sobre a história da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo, o padre Carnielli considera que “a passagem dos Beneditinos não teve nenhuma influência e nem importância para a História da Igreja no Espírito Santo” (CARNIELLI, 2006, p. 161) o que, ao que parece não se aplica, haja vista o vínculo<sup>297</sup> entre o fundador da capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha e os beneditinos.

Pois bem, aparentemente sem o apoio direto do clero local, ainda desprovido de um bispado, solicitou ele próprio, Dionísio Fernandes Frade, a aprovação da capela junto ao bispado de Salvador<sup>298</sup>: “É ereta neste ano, no hoje largo da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, por faculdade concedida pelo bispo da Bahia ao ajudante militar Dionísio Francisco Frade, em provisão datada de 22 de janeiro deste ano” (DAEMON, 2010, p. 219)<sup>299</sup>. Além de construir a capela, seu fundador ofereceu um escravo para que cuidasse da mesma. Em conjunto, os fatos sugerem que Dionísio fora um devoto de Nossa Senhora da Conceição de classe mais abastada.

---

<sup>294</sup> Os registros encontrados no livro de Tombo do acervo do Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória (CEDOC, s/d) referem-se apenas ao processo de desapropriação da capela, sendo praticamente inexistentes, até onde a coleta de dados conseguiu avançar, as informações eclesiais específicas sobre a construção da mesma.

<sup>295</sup> Dois anos depois de se instalarem em Vila Velha, os beneditinos receberam um terreno da Câmara Municipal para a construção de um pequeno mosteiro na ilha de Vitória e em 1605 se instalaram no Centro.

<sup>296</sup> A localização deste pequeno mosteiro tem relação com a atual ladeira São Bento que faz conexão com a rua Sete de Setembro (CARNIELLI, 2006).

<sup>297</sup> Não foram encontradas mais informações até onde a pesquisa pode avançar capazes de esclarecer melhor tal vínculo.

<sup>298</sup> De acordo com Marx (1991), não bastava erguer a capela, era necessário oficializá-la e torná-la sagrada para que pudesse ser atendida por um vigário. O autor acrescenta que, historicamente, as normas quanto à implantação e orientação dos templos no Brasil colonial eram norteadas pelo Concílio de Trento até serem codificadas ao arcebispo da Bahia a partir de 1707.

<sup>299</sup> A doação de terra para a capela era mediada por determinadas condições sendo uma delas a de rezar missa para o doador e sua família periodicamente e após sua morte (MARX, 1991).

Sob o ponto de vista da inserção urbana, interessa focar que a anuência da localização da capela vinculada ao arcebispado da Bahia endossa o papel de domínio da Igreja sobre a localização dos templos religiosos, mesmo em se tratando dos de menor prestígio. Conforme já visto, se a ausência de umidade e insalubridade e a existência de um espaço aberto de expressão relativa eram os principais pontos na escolha da área (MARX, 1991). No caso do largo da Conceição, a presença da área livre caracterizada pela Prainha e o solo seco ao seu redor e próximo ao mar provavelmente contribuíram em tal consentimento. Soma-se a isso, a condição de patrimônio fundiário que a edificação da capelinha poderia proporcionar à luz de futuras e prováveis expansões urbanas. Vale ressaltar que tal anuência seguiu no tempo, sendo encontrada nos documentos oficiais de nomeação e atribuições dos padres assinada pelo bispo capixaba, norma rígida hierárquica neste contexto<sup>300</sup>:

4º Fazer todas as outras bênçãos em que não intervem uso do óleo sagrado e que podem ser delegadas pelos Srs. Bispos, *jureordinario*, exceptuadas, porém, **a bênção da primeira pedra para a edificação de uma Igreja** e as bênçãos de Igrejas e Cemitério, para as quais **será necessaria licença Nossa especialíssima**<sup>301</sup>, (CEDOC, 1902-1916, s/p).

Na ocasião da construção da capela, sua área fronteira passou a se chamar largo da Conceição (ELTON, 1999) e, de acordo com Derenzi (1995, p. 99) “depois de edificada a capelinha, todos os governos se interessaram por ela. Registram-se principalmente Brás Rubim<sup>302</sup> e o conselheiro José Fernandes da Costa Pereira”. Apesar de não haver explicações complementares desta constatação do autor, acredita-se que as práticas socioespaciais ali encontradas que mesclavam atividades religiosas e mundanas já configuravam uma atmosfera de dinâmicas urbanas promissoras que, somados às condições de acessibilidade e expansão já anunciadas anteriormente, despertaram interesses políticos a partir dos aspectos fundiários que envolviam a capela.

Os processos subsequentes mostram o descaso com a igreja e o esforço dos fieis em reformá-la<sup>303</sup>. Acompanhando os periódicos, observaram-se dois processos distintos de reformas associados a esmolas e transladação de imagem: um entre 1883 e 1890 e outro entre 1893 e 1896, este para reforma do forro da capela e serviços de pintura. As esmolas eram viabilizadas não só por atividades propriamente religiosas como quermesses, mas também por eventos mundanos e beneficentes como espetáculo equestre, de circo e de banda musical,

<sup>300</sup> Nota-se que após formação do bispado no Espírito Santo, a seleção da área para o templo já ficou reservada aos deveres dos bispos capixabas.

<sup>301</sup> Grifo da autora.

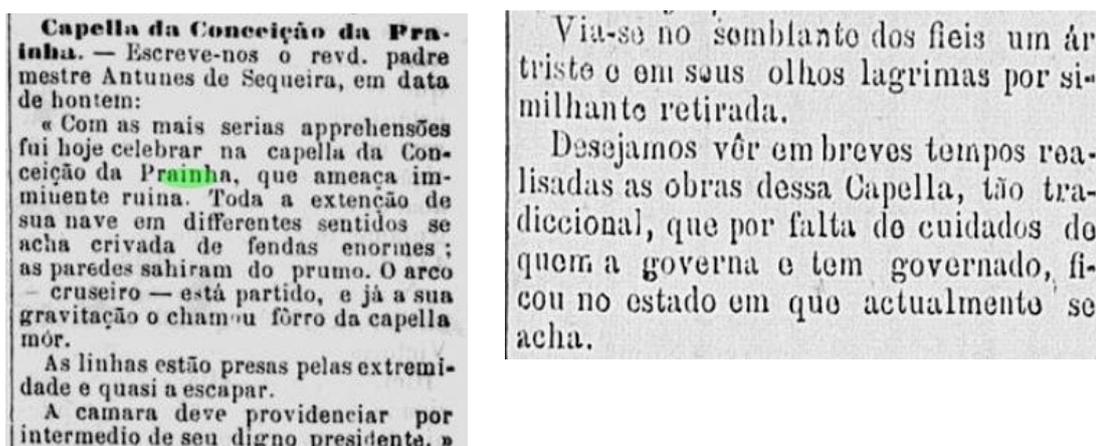
<sup>302</sup> O governo de Braz Rubim executou os aterros na área em 1818 (DERENZI, 1995).

<sup>303</sup> Dantas (2017) aponta, entre os fieis, pescadores e artistas devotos.

expondo uma combinação de atividades socioespaciais distintas vinculadas a um interesse comum.

Em 1883 o estado de ruína da capela e a tristeza dos fieis em transladar a imagem de Nossa Senhora da Conceição foram noticiados pelo jornal “O Espírito-Santense” (Figura 121):

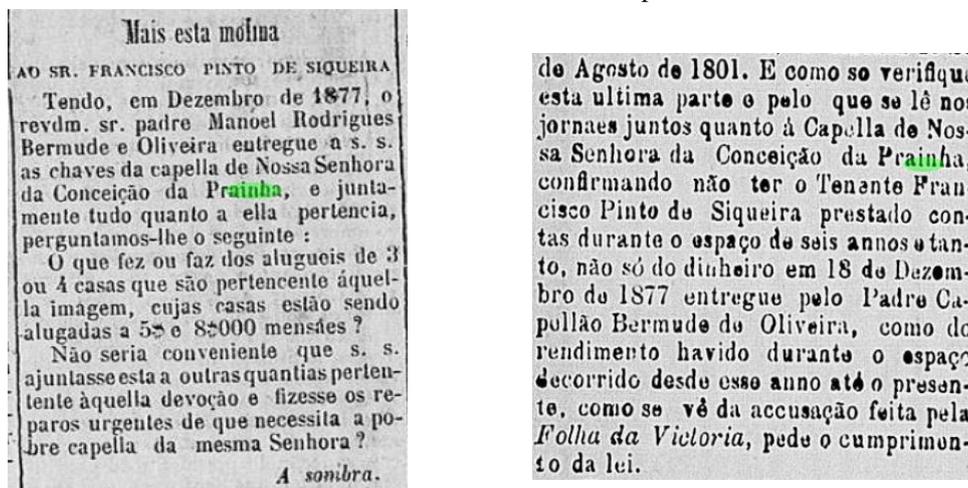
Figura 121 - À esquerda, relatos do estado de ruínas e à direita, o descontentamento dos fieis na ocasião do traslado da imagem da santa para a Igreja Matriz



Fonte: O Espírito-Santense (BN DIGITAL, 1883a; 1883b)

Dois periódicos apontam ainda, em 1884, indícios de que não houve interesse por parte do padre responsável para alavancar as reformas necessárias, além de problemas ligados a não prestação de contas por parte do tesoureiro responsável (Figura 122):

Figura 122 - À esquerda, indícios de que descaso em realizar as obras da capela. À direita, relato de possível fraude com as verbas da capela

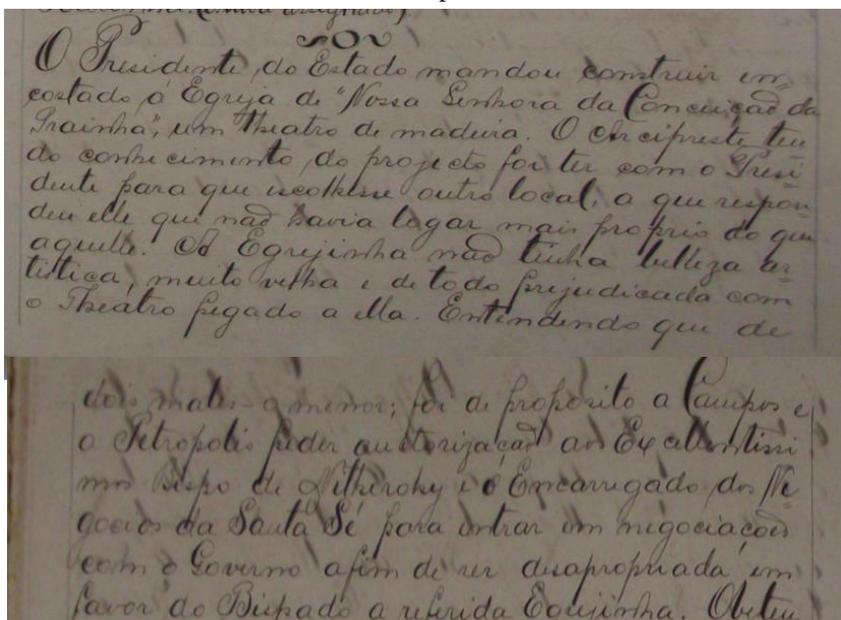


Fontes: A Folha da Victoria (BN DIGITAL, 1884); O Espírito-Santense (BN DIGITAL, 1885a); A Folha da Victoria (BN DIGITAL, 1885b)

As especulações de uma construção do teatro ao lado da capela remontam a 1871 (BN DIGITAL, 1871), ou seja, pelo menos 23 anos antes de sua implantação no largo, reaparecendo nos noticiários em 1885, no contexto da primeira reforma que durou aproximadamente 7 anos: “Andam ahi a dizer em lettra redonda que a velha igreja da Conceição da Prainha – abandonada já do culto catholico – e actualmente glorioso viveiro de morcegos – bem póde servir para o futuro theatro da capital” (BN DIGITAL, 1885c, *online*).

Paralelamente, as esmolas e as reformas seguiram até sua conclusão em 1885: “depois de condenada por seu estado ruinoso, é hoje um eloquente atestado do ardor dos devotos da Virgem, que a restauraram completamente” (BN DIGITAL, 1895c). No entanto, a insistência do governo estadual na localização do teatro inclusive avançando sobre a rua Sete de Setembro conforme já relatado, desencadearam a ida do arcebispo Pedro de Vitoria ao bispado do Rio de Janeiro<sup>304</sup> para receber instruções sobre o procedimento a ser tomado (Figura 123). O acordo de negociação de desapropriação foi autorizado e justificado pela necessidade de se construir o bispado capixaba. Sendo assim, 3 dias antes da inauguração do Melpomene em 1896 a igreja foi desapropriada<sup>305</sup> e sua demolição é tratada pela literatura tanto no mesmo ano, como no ano subsequente.

Figura 123 - Parte do documento do livro de Tombo registrando a processo de autorização para desapropriação da capela



Fonte: CEDOC (s/d, p.21-22)

<sup>304</sup> Segundo Derenzi (1995), o Espírito Santo foi elevado a bispado em 1895 na pessoa de D. João Néri que veio a tomar posse somente em 1897, o que justifica o consentimento de desapropriação vindo do Rio de Janeiro.

<sup>305</sup> A última missa na capela foi celebrada em 4/06/1896.

Os jornais noticiaram desejos a favor e contrários às decisões da Igreja. No primeiro caso pela incompatibilidade de atividades religiosas e mundanas tão próximas e no segundo, seguida por pelo menos dois apontamentos: a recente reforma da capela e o destino da indenização para a construção do novo bispado e não de uma nova capela. Na ocasião, Muniz Freire foi acusado de ter “sentimentos religiosos mal desfarçados” (BN DIGITAL, 1896a, *online*)<sup>306</sup>.

Alinhando-se com as assertivas de Derenzi de que “o largo da Conceição não recebeu melhoramentos que o destacassem e protegessem” (DERENZI, 1995, p. 161), nota-se que a condição aparentemente desprivilegiada do lugar associada ao não interesse pela capela, neste momento, foram subjugadas à força impositiva do governo viabilizando uma mutação rápida mediada por processos de apagamentos e transformações.

No caso do apagamento da capela, considera-se que fora a forma menos importante que a função, e que fora a função fragilizada pelos interesses políticos e ideais burgueses, expondo nítida relação da transição entre o sagrado e o profano. Tal fragilização é notada numa descoberta interessante e inédita, pelo menos considerando as fontes bibliográficas e documentais pesquisadas: ao analisar e comparar duas imagens iconográficas do final do século XIX, uma com e outra sem a presença do Melpômene, identificou-se a perda do frontão e da cruz pela capela, provavelmente processo da última reforma, já que o telhado e pintura aparentam melhores condições em uma das imagens. Com isso, constatou-se a materialidade simultânea das duas construções, abrindo possibilidade de identificação da capela em outras pesquisas futuras e afins, mesmo que desprovida de seus símbolos mais expressivos<sup>307</sup> (Figura 124).

---

<sup>306</sup>As acusações ao reverendo monsenhor Pedrinha foram por ele defendidas no jornal “O Estado do Espírito Santo” com os seguintes argumentos: a incompatibilidade das duas construções como imprópria ao culto católico; a possibilidade de se adquirir um pequeno patrimônio para a Mitra frente a pobreza do bispado capixaba; sua condição pessoal como elemento apenas intermediário das negociações entre o Estado e o bispado do Rio de Janeiro (BN DIGITAL, 1897d).

<sup>307</sup>Tal achado foi viabilizado sobretudo pela captura de imagens em arquivo particular nas redes sociais.

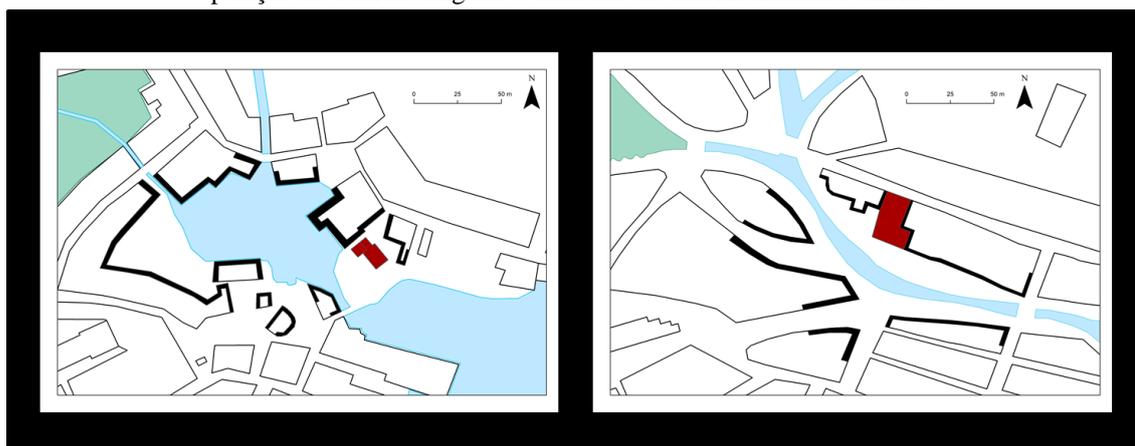
Figura 124 - À esquerda, a cruz e o frontão identificando a capela (em vermelho) e as edificações que foram demolidas para acomodação do teatro (em azul); no centro, a ausência da cruz e do frontão, símbolos expressivos da capela e à direita, o processo de demolição da capela (em vermelho)<sup>308</sup>



Fontes: Pirajá (2014b e c); e acervo da Biblioteca Central da UFES (à direita)

Sob o ponto de vista morfológico, a capela se posicionava lateralmente, não introduzindo qualquer tensão no tecido urbano (Figura 125). Além disso, sua forma singela se assemelha às demais construções do entorno de no máximo dois pavimentos, passando por uma edificação banal não fosse a existência do frontão e da cruz.

Figura 125 - À esquerda, posição do edifício singular e contorno do entorno imediato em 1767. À direita, posição do edifício singular e contorno do entorno imediato em 1895



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de base cartográfica da PMV

Na cartografia de 1767 nota-se que a posição da capela implantada de forma isolada resguarda a sua frente uma porção mais protegida de solo, sendo um dos pontos de um enquadramento quase circular que tem na Prainha, seu ponto interno. Já, na cartografia de 1895, a construção se enquadra em um quarteirão, ficando apenas sua frente livre numa porção longitudinal alongada de solo e água. Capela e entorno imediato também se acomodam, como em 1767, voltados ao espaço livre de uso público central com quarteirões mais delineados. Tal transformação foi viabilizada por processos de aterros os quais, ao que parece, tenderam a conservar o aspecto de centro geométrico do lugar adaptando-o em uma estrutura morfológica mais “organizada”. Ao mesmo tempo, tal configuração dialoga com as

<sup>308</sup> As datas das imagens provavelmente se enquadram entre os anos 1895 e 1897.

práticas socioespaciais que encontravam na área defronte à capela, um lugar de encontro e uma possibilidade de passagem.

## **b) Ponto de interseção entre o 1º e 2º períodos**

### **• O teatro Melpômene**

O teatro não é uma “aquisição” do século XIX em Vitória. Na verdade, o teatro jesuítico inaugurou tal atividade na colônia com os autos de padre José de Anchieta no século XVI e fora apropriado como “parte notável do programa de catequese dos índios e correção dos costumes “civilizados” (NOVAES, 1968, p. 462). Nas palavras da autora, os autos e outras atividades teatrais perduraram mesmo depois da expulsão dos jesuítas, apropriando-se de vias, largos e ladeiras e divertindo a multidão.

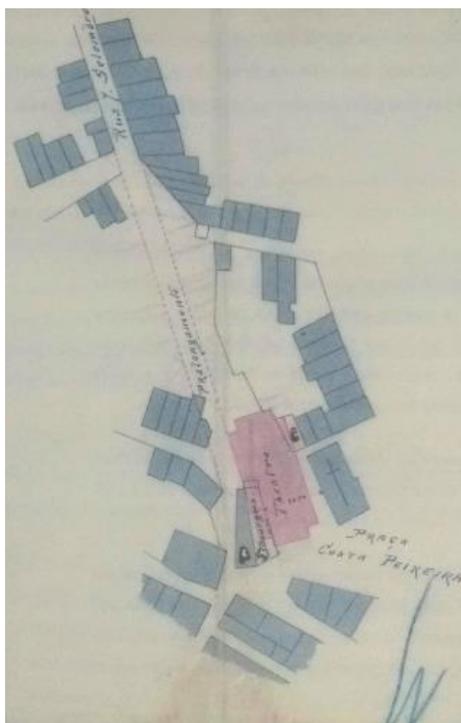
Na década de 1860 a sociedade dramática particular Melpomene surgiu sendo amparada pelo governo, por lei, em 1860, tendo em 1872 seu estatuto aprovado (NOVAES, 1968). Sendo assim, a pedra fundamental para construção de um teatro no largo da Conceição foi lançada nesta década com recursos públicos, cuja idealização não foi adiante. Conforme visto, a proposta foi retomada no governo de Muniz Freire (lei nº 83, de dezembro de 1893), filho do idealizador da sociedade dramática<sup>309</sup>, com indícios de que fosse “elegante, mas barata e ligeira” (DANTAS, 2017).

Inaugurado em 1896 em um curto espaço de tempo que precedeu o fechamento do mandato de Muniz Freire, a implantação do teatro requereu pelo menos a demolição de quatro imóveis e invadiu o alinhamento da tua Sete de Setembro, distanciando-se apenas 2,0 metros da capela. A implantação parece encaixar-se na única área a partir da qual sua imponência fosse voltada para a baía<sup>310</sup>, área já adquirida na década de 1870 pela sociedade dramática particular Melpômene (Figura 126).

<sup>309</sup> O Dr. Manoel Feliciano Moniz Freire faleceu em 1972 (DANTAS, 2017).

<sup>310</sup> Segundo Ferraz (2019), o contexto urbano de inserção do teatro e de ampliação da área fronteira para uma praça foi acompanhado de decretos para desapropriações de imóveis e proibição de novas construções, visando preparar o local a partir dos ideais de modernização, “especialmente por ser a primeira vista da cidade, a partir das embarcações que chegavam pela Baía de Vitória” (FERRAZ, 2019, p. 144 e 145). Sendo assim, “a construção do teatro, a desapropriação de imóveis e a finalização das obras de canalização do Reguinho em 1896, permitiram que a Rua Sete de Setembro fosse prolongada até a Praça Costa Pereira” (FERRAZ, 2019, p. 147).

Figura 126 - Planta de Situação do teatro Melpômene em 1895



Fonte: Adaptado por Dantas (2017) a partir do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Segundo Novaes (1968), o teatro acolhia gente de todas as posições sociais, fato também observado por Dantas (2006, p. 45) a partir das particularidades do projeto arquitetônico que previa uma divisão de públicos por classes sociais com acessos distintos: o balcão por escadas laterais independentes e a plateia e camarotes, pela entrada principal e um elegante *foyer*<sup>311</sup>.

Interessante observar que a obra acolheu diferentes classes, mas de forma segregada. Ao mesmo tempo, recorrendo-se aos jornais locais, os noticiários consideravam muito mais o *glamour* do teatro associado a classes mais abastadas do que à sua condição enquanto “diversão comum do povo”. Neste sentido, é bem provável que o acesso mediado pela compra de ingressos e a imponência construtiva do teatro no entorno tenham desencadeado processos não inclusivos e ocultos.

A sua construção é elegante e a sua fachada bem delineada, sua disposição interna bem engenhosa, guardadas todas as prescrições da arte moderna. O edifício assenta numa área conquistada ao domínio particular, e sob o plano de moderna construção. Todo de madeira, guarda proporções suficientes em plateia e cenário, resentindo-se apenas dos efeitos de toda a construção feita as pressas insalubridade do local escolhido (BN DIGITAL, 1896d, *online*).

<sup>311</sup> Os valores de ingressos também eram diferenciados a depender do local do assento (DANTAS, 2017).

No entanto, o aspecto desfavorável do sítio perdurou e o teatro já em 1921, fora taxado como “velho casarão” da praça Costa Pereira (BN DIGITAL, 1921). Além disso, sua construção, antes da finalização das obras de canalização entre o mesmo e o Reguinho, favoreceu o acúmulo de águas pluviais embaixo do prédio.

O teatro incendiou-se em 1924 em uma cabine interna de exibição de filmes cujo fato acabou ganhando proporções exageradas entre os moradores: “não houve o dantesco incêndio que hoje habita o folclore capixaba, em proporções imensamente superiores ao que ocorreu” (GAMA, 1958, p. 133). Os estudos de Dantas (2017) lançam uma série de questionamentos sobre o incêndio como pretexto para sua demolição. O desfecho de sua história se dá quando é vendido ao arquiteto André Carloni, sendo totalmente desmontado em 1925 em um cenário de transformações urbanas significativas na praça e no entorno (DANTAS, 2017), com destaque para obras na rua Sete de Setembro (Figura 127).

Figura 127 - Drenagem da rua Sete de Setembro e desmontagem do teatro em 1924



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Pois bem, a construção de um novo teatro todo em madeira<sup>312</sup> em estilo eclético (com inspiração neoclássica) e com dimensões avantajadas diante de construções simples de casarios de no máximo 3 pavimentos, ressaltou a importância do lugar para o poder público frente às novas mudanças estruturais na cidade. De acordo com Rossa (2002), a mudança simples de materiais, técnicas, cores e texturas alteram de forma substancial a imagem e o caráter do espaço urbano. Tal fato, associado aos teatros como pontos de honra no início da

<sup>312</sup> O novo teatro foi projetado pelo engenheiro italiano Filinto Santoro em 1895 que trouxe um grupo de migrantes para sua construção em madeira nobre, de boa acústica e longevidade. Além disso, houve preocupações técnicas quanto à incêndio e saídas de emergência (DANTAS, 2017).

República (MARX, 1980), inseriu tal edifício singular com aspectos fecundos sob o ponto de vista cultural, no território.

Para Dantas (2017), o teatro, que fora apagado por forças ocultas, acelerou a reconfiguração de uma localidade tornando-a central. É válido evidenciar que a centralidade já havia encontrado no largo da Conceição um lugar próprio e que o apagamento do teatro impulsionou novas adaptações e transformações subsequentes. No entanto, sua demolição rápida alcança alguns apontamentos importantes:

A demolição precoce de uma construção, antes que a mesma esteja completamente amortizada, implica destruição de capital fixo, a qual será tanto mais grave quanto mais nova e importante fora a obra. Esse movimento, contrário ao processo de acumulação do capital, encontrará inibições de toda ordem, fazendo com que o conjunto de adaptações do espaço tenha uma certa permanência (SERRA, 1987, p. 72-73).

Assim, o aspecto de permanência discutido por Serra agrega carga valoral às atividades culturais e mais elitizadas impulsionadas a partir deste contexto iminente.

### c) **2º período (1896 a 1939)**

#### • **O teatro Carlos Gomes**

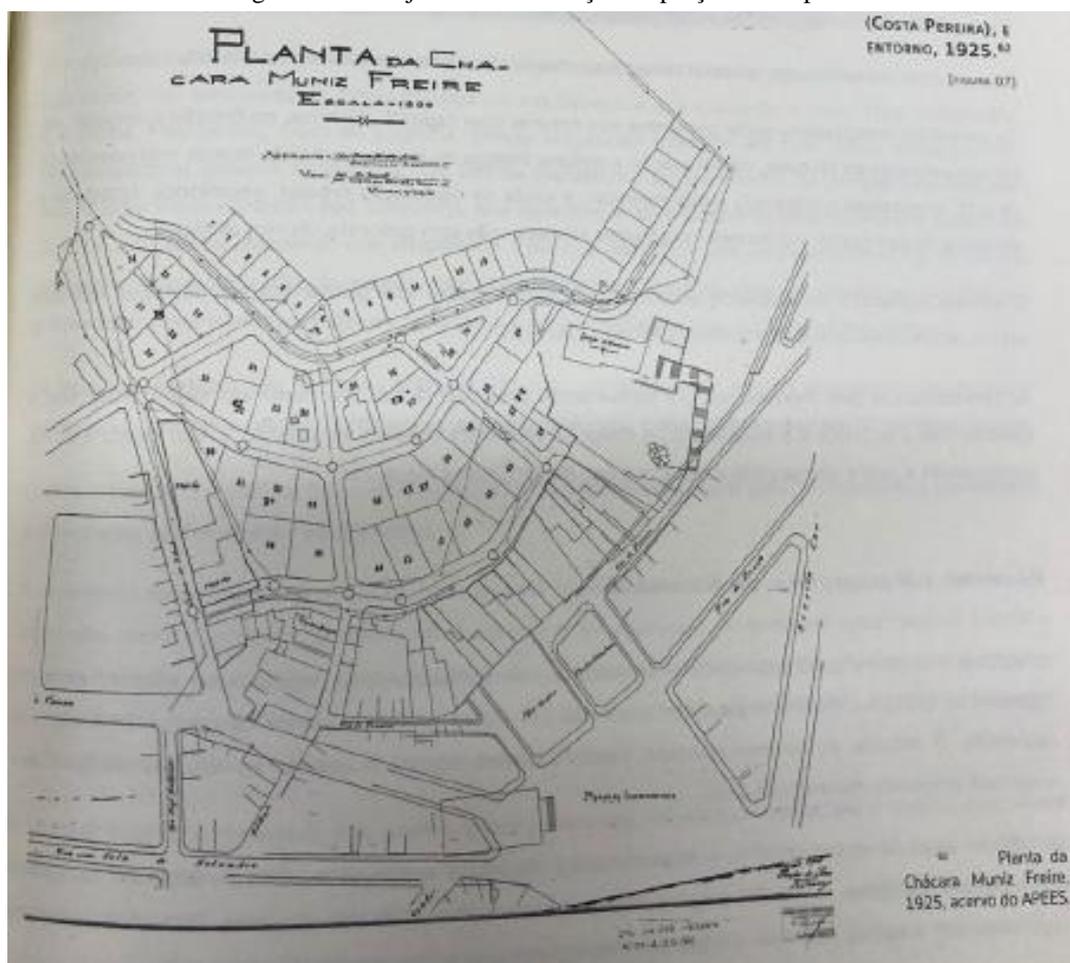
A construção do teatro Carlos Gomes foi iniciada em 1925 a partir da aquisição dos materiais do Melpômene por Andre Carlone que, na condição de proprietário e arquiteto, aproveitou as colunas de ferro fundido do Melpômene para sustentar os novos camarotes (GAMA, 1958). Dois anos depois, o teatro foi inaugurado, sendo adquirido pelo governo do Estado em 1933.

A construção do teatro Carlos Gomes remete ao governo de Florentino Avidos e ao Projeto de Urbanização da praça da Independência<sup>313</sup>. O teatro Melpômene na nova configuração é subjugado ao novo desenho urbano, onde os quarteirões vão delineando uma área quadrangular tangente à avenida Capixaba (Figura 128)<sup>314</sup>. Além disso, a quadra reservada ao teatro Carlos Gomes é acompanhada da idealização de um “novo teatro” ao lado, fato não ocorrido, justificando a área livre na lateral do teatro diagnosticada na análise de vias, anteriormente (vide Figuras 13 e 119).

<sup>313</sup> Na ocasião, Florentino Avidos implementou o Serviço de Melhoramentos de Vitória que funcionou no teatro Melpômene entre 1924 e 1925, tendo seu filho o engenheiro Moacyr Avidos, como diretor de obras e empreendimentos gerais da nova estruturação urbana da cidade (DANTAS, 2017).

<sup>314</sup> Toda a localidade compreendida pela praça Costa Pereira e entorno, denominada chácara Moniz Freire, passou por intensos processos de mudanças, com planejamento inclusive para a área mais acidentada próxima a rua do Rosário.

Figura 128 - Projeto de Urbanização da praça da Independência



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Sob o ponto de vista morfológico, ao se comparar a inserção dos dois teatros, observa-se que os processos de transformação são a ambos, inerentes. O teatro Melpômene marcou uma inserção mais impositiva, introduzindo uma tensão no tecido urbano por sua forma e sua função. Na cartografia de 1910 nota-se o largo configurado em forma triangular, onde o teatro avança no contorno envoltório e toma a cena. Já, a cartografia de 1928, cujo desenho muito se assemelha ao atual, já insere o teatro Carlos Gomes construído em alvenaria e de estilo eclético, acomodado em um dos cantos da praça quadrangular, em posição lateral sob o ponto de vista de uma estrutura morfológica mais “organizada” (Figura 129).

Os dois teatros se acomodam voltados ao espaço livre “interno”, cujos processos se deram às custas de apagamentos, sobreposições e transformações de grande vulto. Este novo cenário em mutação, bem dialoga com as práticas socioespaciais impostas à dinâmica urbana sob importação de costumes e desenhos europeus.

Figura 129 - À esquerda, posição do edifício singular e contorno do entorno imediato em 1910. À direita, posição do edifício singular e contorno do entorno imediato em 1928.



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de base cartográfica da PMV

Vale lembrar que o teatro Glória foi construído em 1932<sup>315</sup> em local estratégico na área do antigo Éden Parque. A esta época, a centralidade do local já era expressa às claras nos jornais. Segundo o “Diário da Manhã” (BN DIGITAL, 1932, *online*) o Glória estava “[...] otimamente localizado entre a nossa baía e a praça da Independência, no centro da cidade”.

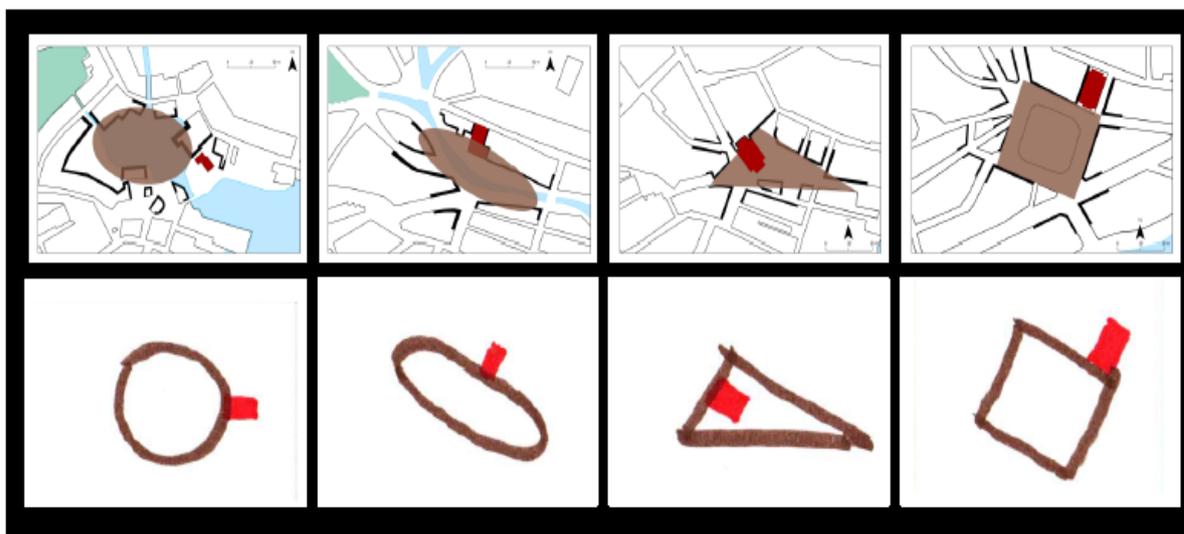
A análise sintética considerando os quatro principais cenários expõe como a inserção do edifício singular se comportou na evolução temporal a partir de sua espacialização (Figura 130)<sup>316</sup>. No caso da cartografia de 1767 onde a análise de vias e largo apontam características de “**formação rudimentar**”, a área livre sujeita ao largo acomoda um formato mais circular e espontâneo, tendo a capela um posicionamento “circundante”. Em 1895, o “**estreitamento linear do largo**” por aterros proporcionam um formato mais alongado tendendo a uma elipse, mantendo a capela em posição “circundante”.

A inserção do teatro Melpômene na cartografia de 1910 caracteriza um “**reordenamento impositivo**”, onde o largo sofre alterações na forma, agora de caráter triangular, com contornos edificatórios mais delineados. O teatro, assim, “invade” a área livre e toma a cena. Já, em 1928 o teatro Carlos Gomes se posiciona de maneira “circundante” em um desenho quadrangular com muitas possibilidades de acesso, pressupondo uma organização viária mais seleta regida pela “**consolidação do reordenamento**”.

<sup>315</sup> Apesar de se reconhecer a função do teatro Glória enquanto edifício singular na configuração da praça Costa Pereira, seguindo o recorte específico da pesquisa considerou-se apenas o teatro Carlos Gomes na análise ora empreendida.

<sup>316</sup> Cabe evidenciar que as análises a partir dos contornos envoltórios são baseadas nos estudos de Coelho (2015) exemplificados na Figura 17. Tal contorno foi expresso como síntese por meio de figuras geométricas. No caso do círculo e da elipse (cartografias de 1767 e 1895, respectivamente) os contornos não coincidem com o espaço público fronteiro e caracterizado como largo, dada a expressividade de área livre banhada pelo mar que pressupõe contornos ampliados a partir das visuais do largo.

Figura 130 - Esquema geométrico resultante da análise morfológica do edifício singular a partir das quatro principais cartografias consideradas.



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de base cartográfica da PMV

Percebe-se, por fim, que na condição religiosa o edifício singular assume expressão de elemento participante do contexto urbano. No caso da função cultural, enquanto o teatro Melpômene assume papel norteador da nova configuração, o Carlos Gomes se enquadra como participante de um contexto concebido de forma rígida, hierárquica e à custa de processo de transformação morfológica acompanhado, sobretudo de reapropriação de práticas socioespaciais no uso do espaço-tempo.

Imagem de madeira de Nossa Senhora da Conceição da Prainha encontrada em altar lateral da Igreja do Rosário



Fonte: autora, 2022

## CAPÍTULO 6: TEMPOS ENTRELAÇADOS E O LEGADO DA CENTRALIDADE URBANA

A diversidade de práticas socioespaciais na praça Costa Pereira guardam caráter popular e interacional com certo “grau” de respeito às espacialidades divergentes, onde até mesmo as apropriações habitacionais inserem-se como participantes da dinâmica local, integrando-se à vida cotidiana do Centro de Vitória. Soma-se a isso, o forte sentido comercial e de passagem e atravessamento do lugar que parecem encontrar na história, uma explicação plausível.

Tal caráter dialoga principalmente com aquele identificado no 1º período histórico analisado, consolidado sobre tempos mais fecundos. Já, o despontamento da elitização das práticas socioespaciais no 2º período se contextualiza com um ciclo relativamente rápido e mutável, que se fragilizou com o avançar da expansão urbana de Vitória a partir da segunda metade do século XX, com migração da elite e dos interesses imobiliários, econômicos e do capital para a região de praias da capital.

No entanto, nota-se que a ocorrência de práticas em caráter popular e elitizado não se manifestou de forma alternada e excludente, considerando os dois períodos históricos, o que de fato desconstrói certas abordagens bibliográficas locais, que tendem a examiná-las nesse sentido. Na verdade, algumas práticas com características tipicamente populares resistiram às mudanças que inseriram novos costumes na vida urbana e cotidiana do Centro, caminhando em direção ao presente, enquanto outras sofreram apagamentos. O Quadro 09 faz uma síntese neste sentido a partir da comparação entre as práticas pretéritas e contemporâneas<sup>317</sup>.

Guardadas as adaptações de determinadas práticas ao modo de vida moderno-contemporâneo, as atividades habitacionais e econômicas/laborais ligadas ao comércio e serviços formal e informal, por exemplo, não deixaram de ocorrer, assim como as de caráter religioso, percebidas em pregações na praça e procissões que ainda passam por ela, mesmo que ocasionalmente.

A maior parte das práticas culturais inauguradas após a instalação do teatro Melpômene consolidaram-se na década de 1920 e persistem, a exemplo daquelas de caráter tipicamente público/coletivo e seletivo/privativo, respectivamente observado na praça e nos teatros Carlos Gomes e Glória<sup>318</sup>. O circo, no entanto, enquanto arquitetura efêmera que demanda grande área plana para instalação, não encontra lugar na praça que passou a se

---

<sup>317</sup> É válido ressaltar que as investigações acerca das práticas socioespaciais com certeza não representa o universo pleno de suas ocorrências, dadas as limitações causadas pelas necessidades de recortes.

<sup>318</sup> O teatro Carlos Gomes, neste momento, encontra-se em reformas e sem atividades culturais.

configurar com divisões entre vias e calçadas. No entanto, uma apresentação de palhaços observado em pesquisa de campo revela a persistência desta atividade sobre outro formato nos dias atuais (Figura131).

Figura 131 - Apresentação de palhaços na praça Costa Pereira e o sentido de persistência da atividade circense em outro formato



Fonte: Autoria de Cecilia Torezani (2020)

Há mais vocação consolidada das atividades culturais do que recreativas. Dentre estas, o passeio e namoro na praça assumem, no presente, formato desprovido de *glamour*. Já, a ocorrência de recreação de crianças e escuta de jogos parecem não ter encontrado lugar no cenário contemporâneo, talvez em decorrência da vocação cultural que acabou assumindo papel preponderante, dada a construção de duas edificações singulares subsequentes com tal função. Já, as atividades de atrito e de caráter político também permanecem, revelando conflitos e desigualdades sociais que foram consolidados com o modo de vida moderno.

Quadro 9 - Permanências e apagamentos de práticas socioespaciais na relação pretérito x presente

(Continua)

<b>Atividades religiosas</b>	Atividades religiosas na capela e entorno
	Procissões, funerais e festas religiosas
	Translado da imagem
<b>Atividades culturais</b>	Circo ou parque
	Eventos cívicos, desfiles, bandas de música
	Festas ou eventos sociais e culturais na praça
	Carnaval de rua
	Atividade cultural privada em teatros, clubes
<b>Atividades recreativas</b>	Recreação infantil
	Passeio e namoro na praça
	Escuta de jogos esportivos em radio
<b>Atividades habitacionais</b>	Presença de moradores em situação de rua
<b>Atividades insalubres</b>	Depósito de lixo, fezes e animais mortos
<b>Atividades econômicas e laborais</b>	Atividade de venda, compra, prestação de serviços, trabalho formais
	Atividade de venda, compra, prestação de serviços, trabalho informais

(Continuação)

<b>Atividades tipicamente rurais (não urbanas)</b>	Presença de porcos e outros animais soltos ou pastando	
<b>Atividades de atrito</b>	Brigas, assassinatos, prisões, desordens, bebedeira	
	Depredações e pichações	
<b>Atividade de ordem política</b>	Comício, inauguração, evento político, manifestação política	
<b>Atividade de trabalho doméstico</b>	Busca de água no chafariz	
<b>Atividade de circulação urbana</b>	Ponto de encontro e itinerários	
<b>LEGENDA:</b>	<b>PERMANÊNCIAS</b>	<b>APAGAMENTOS</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Em relação aos apagamentos, refere-se quase que exclusivamente às atividades associadas ao 1º período, ou seja, aquelas mais subjugadas aos novos comportamentos e normativas dos Códigos de Posturas e que bem dialogam com as intervenções urbanas no território em busca de melhores condições de saneamento básico, tendo como exemplos as atividades insalubres, tipicamente rurais e do trabalho doméstico associado à busca de água no chafariz<sup>319</sup>.

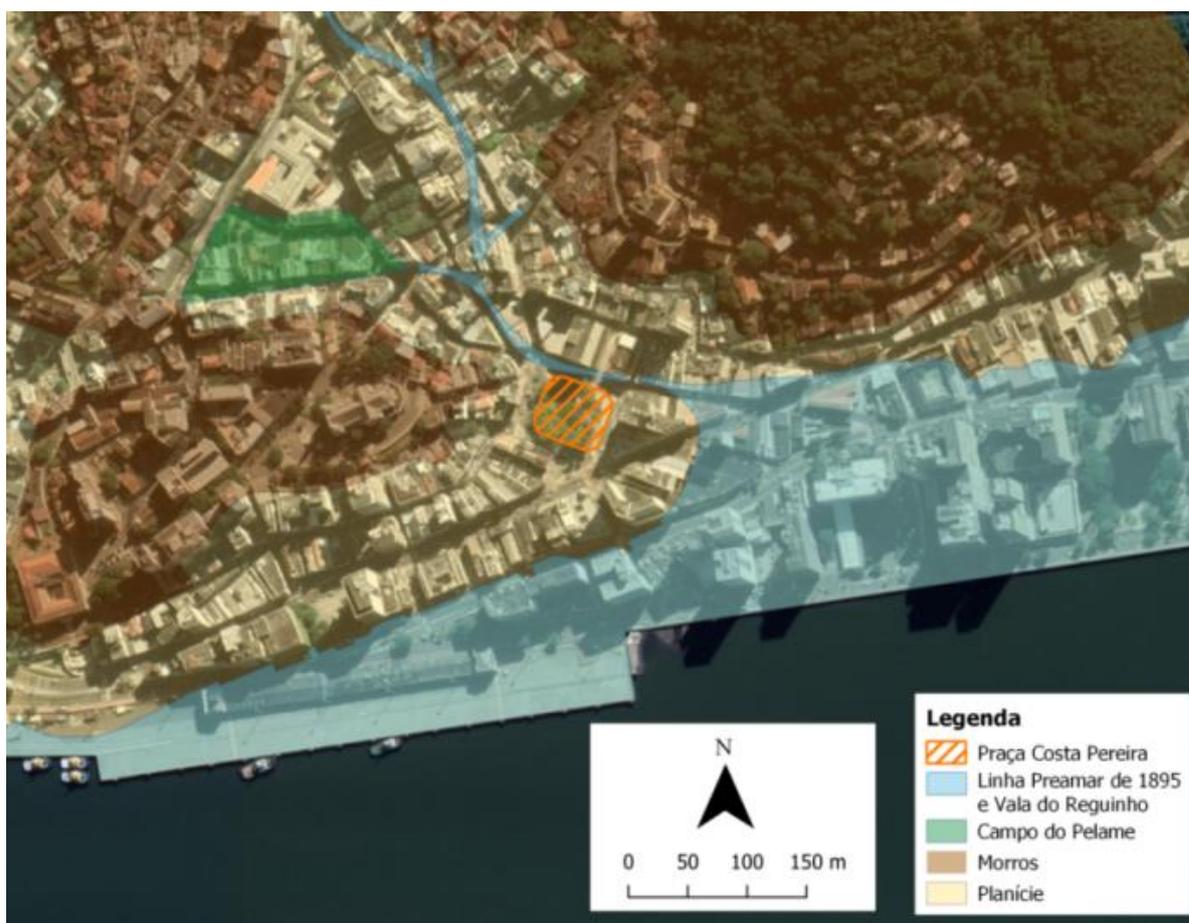
Portanto, considerando as apropriações atuais do lugar que desafiam a suposta “crise” dos espaços livres públicos e estabelecem laços com práticas pretéritas, resta debater sua relação com a inserção urbana sob o ponto de vista dos principais elementos morfológicos, para assim compreender processos de transformação e permanência e sua relação com o comportamento da forma no contexto tecidual examinado.

Pois bem, o largo como alargamento da via se comportou como elemento morfológico de exceção urbana (DIAS COELHO; LAMAS, 2007; DIAS COELHO, 2013; MARX, 1980) fortalecendo-se como “ímã” com a presença da capela (referência) e consolidando-se como espaço livre público de caráter singular ao se transformar em praça e acolher teatros (marcos arquitetônicos).

Em se tratando do papel dos edifícios singulares, é válido lembrar que fomentam traçados com características de centralidade a depender de suas relações com pontos de inflexão (TEIXEIRA, 2012). É sob este olhar que o sítio físico também assume função participativa nas especificidades da centralidade urbana, estabelecendo ainda uma relação articulatória entre a inserção da Praça Costa Pereira, a presença da água e o traçado urbano, aspectos notáveis na sobreposição georreferenciada da cartografia de 1895 sobre imagem de satélite atual (Figura 132).

<sup>319</sup> Atualmente, o passeio com cachorros na praça também poderia ser tomado como trabalho doméstico; no entanto, assume um sentido bem diferente, não podendo se enquadrar como uma adaptação desta atividade.

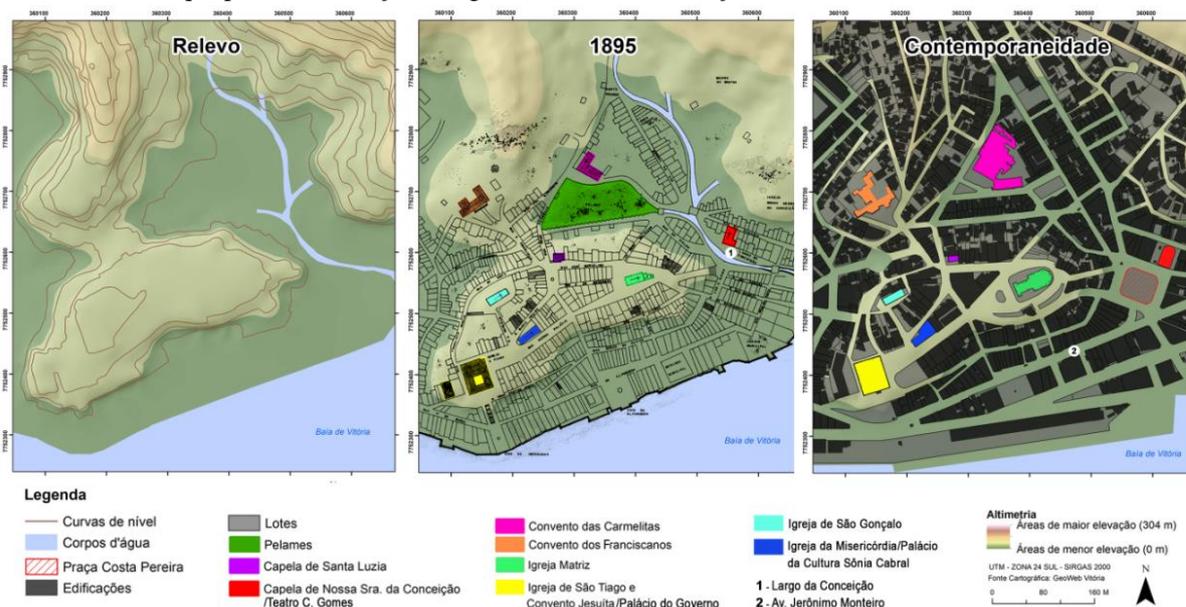
Figura 132 - Relação atual do sítio no qual a praça se insere com os cursos d'água da cartografia de 1895



Fonte: Elaborado por Cecília Torezani (2021) a partir de *Google Earth* e cartografia de 1895 a partir do acervo PMV/SEDEC/GPU/CRU

De forma complementar, a Figura 133 indica como a presença de cursos d'água desencadearam o parcelamento do solo e o traçado viário de modo longitudinal às águas, fortemente representados, no presente, pelas ruas Sete de Setembro e Graciano Neves que confluem da direção da Fonte Grande para a praça, como se “desejassem” alcançar o mar (vide Figura 86). Assim, o traçado é definido como consequência e em concordância com as características do próprio sítio físico que reserva à capela e ao teatro Carlos Gomes, posições privilegiadas sob parâmetros de acessibilidade na parte plana e frente às demais edificações de caráter singular presentes no território.

Figura 133 - À esquerda, aspectos do sítio físico (1895); no centro, a relação entre o sítio físico e o parcelamento com destaque para as edificações religiosas e, à direita, o traçado urbano atual do Centro de Vitória.



Fonte: Elaborado por Rômulo Croce (2021) a partir do acervo PMV/SEDEC/GPU/CRU

Conforme já especulado, consolidou-se um polo nesta localidade conectado não só à colina (Cidade Alta), mas também à Fonte Grande (porção norte da rua da Várzea/rua Sete de Setembro), ou seja, as duas porções de topografia elevada. Tal conexão pressupõe percursos que ligam funções importantes associadas ao “centro” primitivo do território e à fonte de água potável, tendo o largo como ponto articulatório dotado de boa acessibilidade.

Considerando o exposto e a condição da área e entorno sujeitas às mesmas tipologias e interferências viárias que tenderam a um traçado regulador das áreas de aterro do sítio, nota-se claramente a distinção de dois traçados entre a parte alta e a parte baixa em análise (Figura 134). É nesta perspectiva que a praça se insere como ponto nodal bi articulador, ou seja, enquanto elemento de torção de um mesmo traçado e enquanto elemento de ligação entre traçados distintos, cujos indícios a partir da cartografia atual são comprovados em um processo temporal inerente a um sentido embrionário de coesão articulatória protagonizada pelas vias.

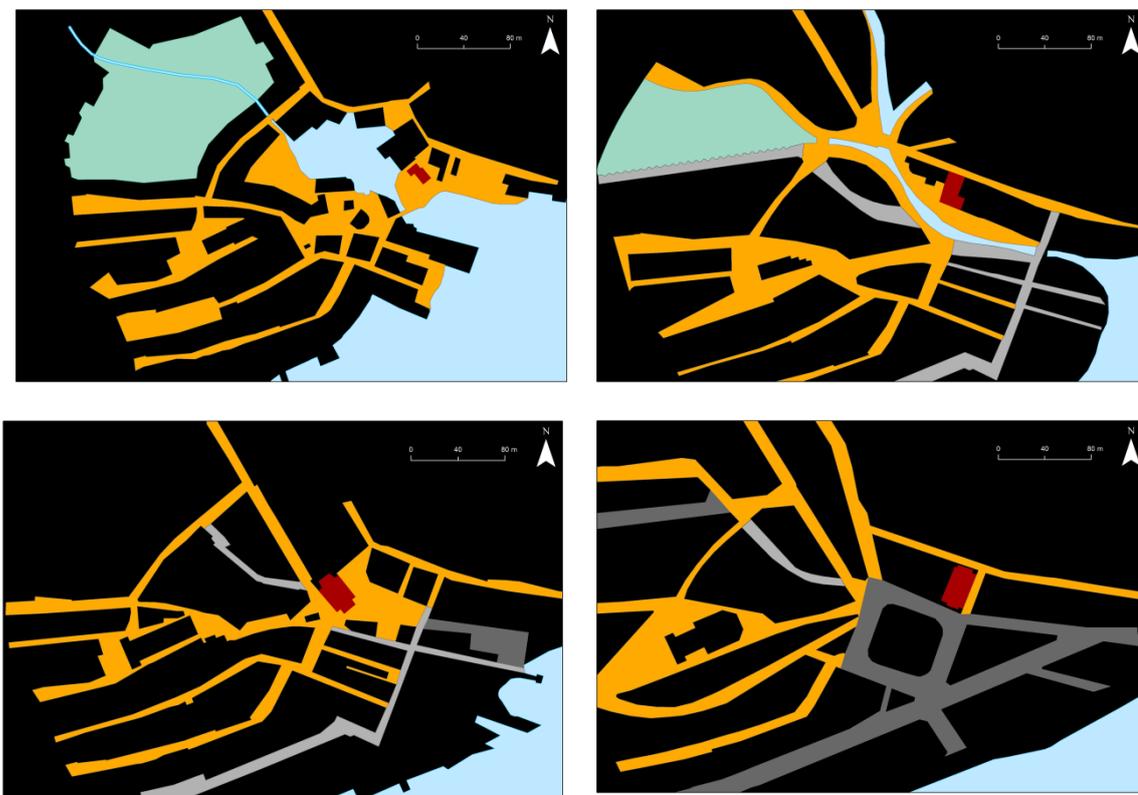
Figura 134 - Praça Costa Pereira como elemento bi articulador de dois traçados distintos



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir de croqui da autora e base cadastral da PMV

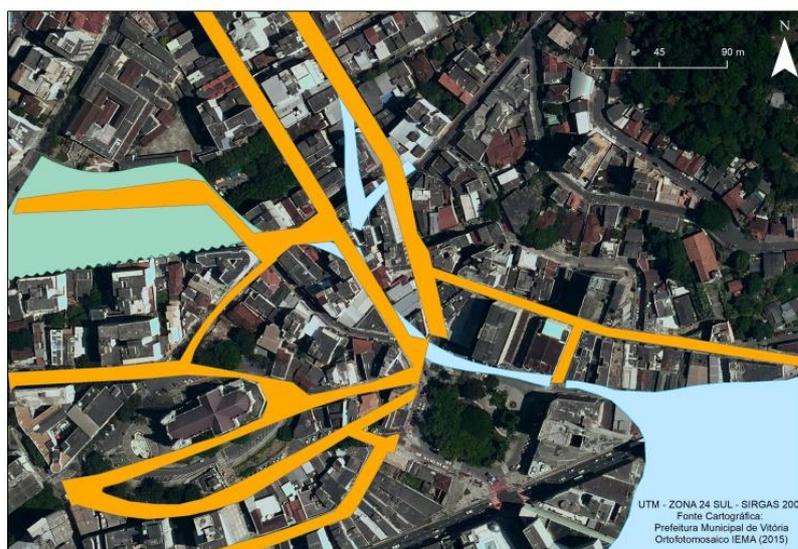
Sendo assim, a identificação das vias convergentes direta ou indiretamente à área a partir das cartografias examinadas destaca (em laranja) aquelas que persistiram no tempo, seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista adaptativo a partir de um percurso ou direção de fluxo de água precedente (Figura 135). Já, a Figura 137 indica a sobreposição das vias mais persistentes agregadas ao recorte temporal, sobre imagem de satélite atual.

Figura 135 - Cartografias de 1767, 1895, 1910 e 1928 (da esquerda para a direita e de cima para baixo) mostrando as vias que tendem a convergir para a área de estudo, com destaque em laranja para as que se comportam como mais persistentes e em cinza, aquelas que surgiram para cada cartografia considerada



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir do acervo PMV/SEDEC/GPU/CRU

Figura 136 - Destaque em laranja para as vias mais persistentes sobre imagem de satélite atual considerando as cartografias examinadas



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir do acervo PMV/SEDEC/GPU/CRU e imagem de satélite

Nota-se claramente que o traçado compreendido pelas principais vias convergentes à praça na sua porção sul e sudeste sofreram processos de sobreposição, enquanto aqueles articulados nas ligações do espaço livre público em análise com a colina e Fonte Grande, comportam-se como os mais persistentes. Neste último caso, as vias contribuíram para se firmar ali uma centralidade urbana, mesmo que já houvesse uma intenção primitiva neste sentido, conforme já especulado para o caso indígena.

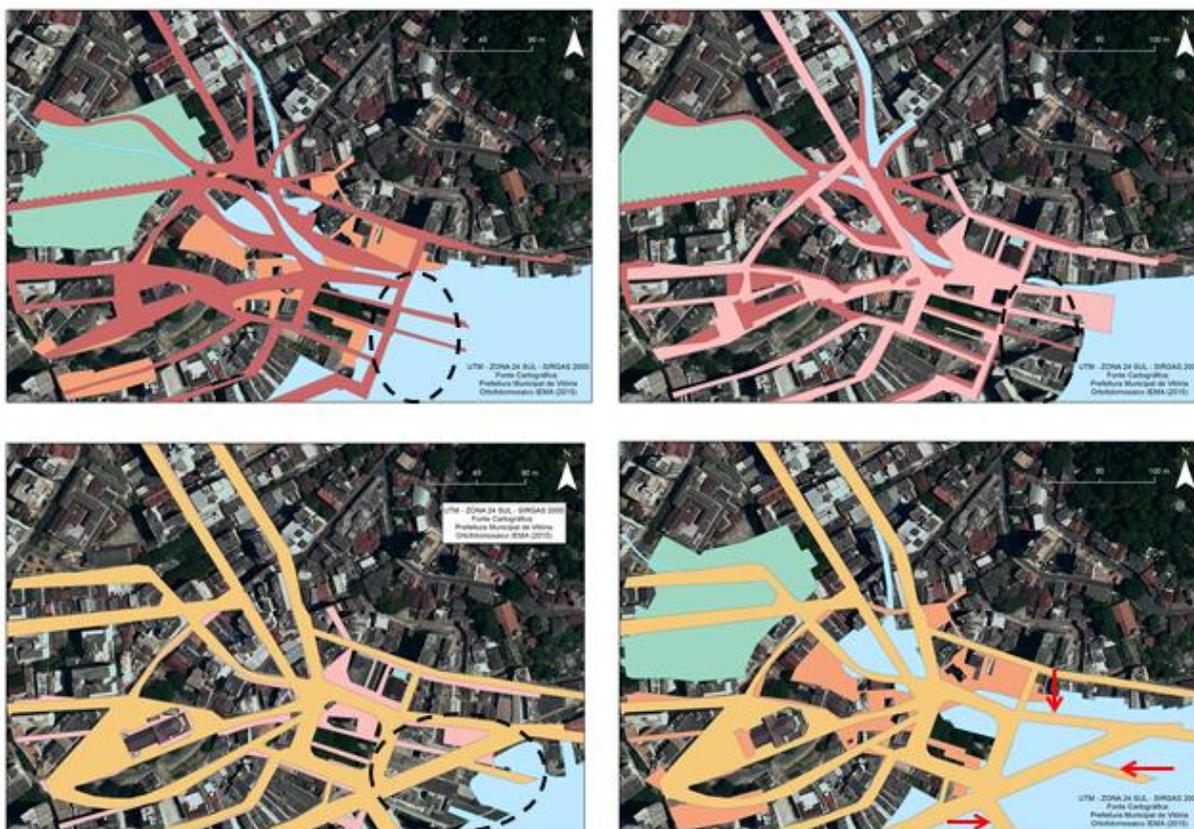
No entanto, não se pode deixar de apontar um aspecto, a sul e sudeste, sob o ponto de vista da ligação da área com o mar. Ao mesmo tempo em que as persistências não são verificadas, constata-se, por outro lado, que sempre houve uma busca de ligação com o mar por meio do traçado urbano. O conjunto de vias que ali foram adaptadas, reorganizadas e, em decorrência dos aterros, apagadas, conforme análise já realizada para as ruas do Sacramento, São Manoel e General Câmara; parece deixar marcas ou heranças da sua relação com o mar ao se observar, por exemplo, a conformação das ruas Barão de Itapemirim e Gonçalves Dias (vide Figura 86).

Soma-se a pequena extensão da rua Marcelino Duarte que abre uma visual para a praça, no sentido entre a rua Sete de Setembro e o mar (vide Figuras 78, 79, 81 e 86 e Figuras 115 e 137). As sobreposições dos sistemas de vias a seguir em cartografias subsequentes (entre 1767 x 1895; 1895 x 1910 e 1910 x 1928) e cartografias extremas (entre 1767 e 1928) tendem a embasar tal constatação na busca de se indicar, paralelamente, o sentido de permanência, sobreposição e aterros inerentes (Figura 137)<sup>320</sup>.

---

<sup>320</sup> Cabe frisar que os arquivos vetoriais (*shapefiles*) utilizados nos mapas autorais foram obtidos através da Geolocalização das plantas/mapas analógicos da cidade de Vitória. Os mapas elaborados não foram acurados no Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC) e por conta disso a sobreposição é aproximada em relação à localização real.

Figura 137 - Sobreposições cartográficas. À esquerda/acima entre 1767 (cor alaranjada) e 1895 (cor goiaba); à direita/acima entre 1895 (cor goiaba) e 1910 (cor rosa); à esquerda/abaixo entre 1910 (cor rosa) e 1928 (cor amarela) e, à direita/abaixo, entre 1767 (cor alaranjada) e 1928 (cor amarela). Destaque em círculo tracejado para o traçado viário próximo ao mar, sendo as setas da última sobreposição indicativas das ruas Marcelino Duarte (seta à esquerda), Barão de Itapemirim (seta ao centro) e Gonçalves Dias (seta à direita).



Fonte: Elaborado por Vitor Miranda (2022) a partir do acervo PMV/SEDEC/GPU/CRU e imagem de satélite

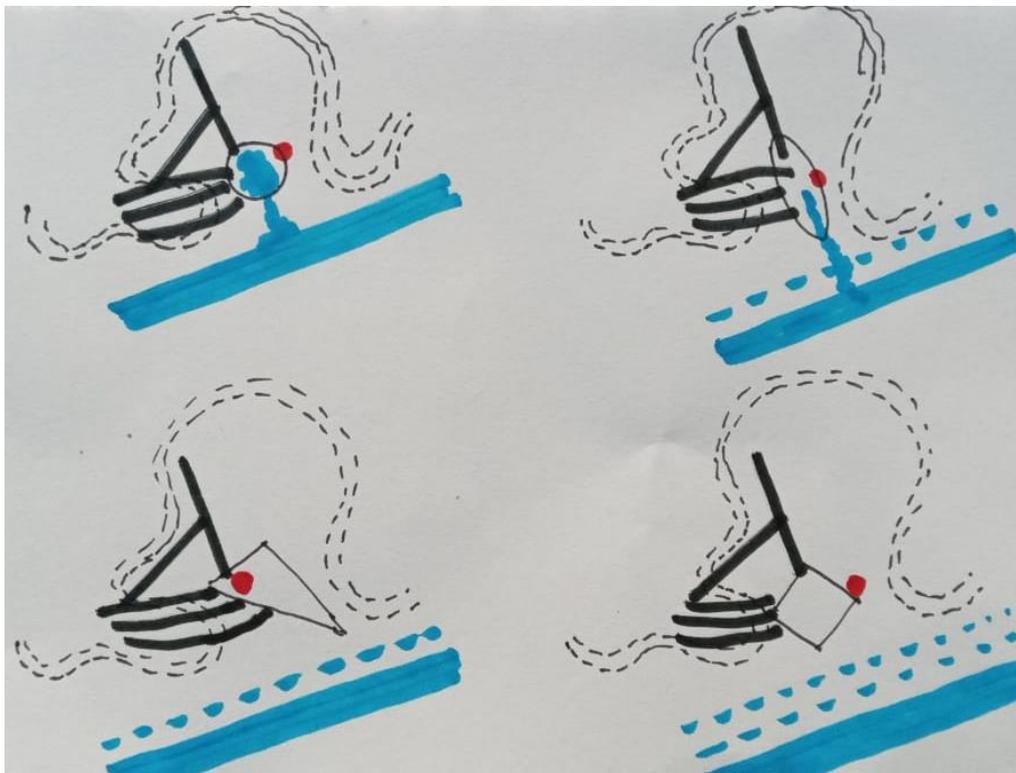
Vale destacar que o traçado teve na rua da Várzea, atual rua Sete de Setembro, uma conformação que se rendeu primordialmente a um percurso natural das linhas de água favorecendo as adaptações no território. Posteriormente, foi adaptada como traçado retificador fomentada pelo paralelismo com a rua Graciano Neves, que de certa forma também tendeu a se moldar de modo longitudinal no sentido do Reguinho.

Concomitantemente, as ladeiras na colina também se comportaram em conformidade com a topografia, com destaque para a ligação lentamente construída entre o largo e a Cidade Alta pela ladeira da Pedra, conforme indicado adiante. Já na porção leste, a ligação com a parte mais elevada onde se encontrava a Igreja do Rosário foi lentamente adaptada por uma via que tendeu a conectar as duas porções topográficas e estabelecer acesso ao espaço livre público mais representativo do lugar<sup>321</sup>. A Figura 138 refere-se a um esforço da autora no sentido de representar, considerando análises já discutidas sob o ponto de vista da relação

<sup>321</sup> O contexto que estabelece esta última ligação não é evidenciado nas abordagens sobre o sítio físico a partir da pesquisa nos periódicos, sendo também pouco expressiva do ponto de vista da bibliografia local.

entre o edifício singular e o espaço livre que o contorna, a síntese gráfica<sup>322</sup> da relação entre vias de maior permanência, espaço livre público, edifício singular, mar e aterros.

Figura 138 - Croqui com esquema representativo das conexões mais persistentes entre colina, Fonte Grande e espaço livre público/edifício singular, com destaque para a presença gradativa do mar e áreas aterradas



Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir das Figuras 125, 129, 130, 135 e 136

A ladeira da Pedra<sup>323</sup> é um bom exemplo de permanência viária a ser destacado. Conforme visto, nesta área havia um forte e não se sabe ao certo da sua real função conectando Prainha e colina. No entanto, relatos de que havia uma precária escada esculpida sobre a pedra, inclusive já presente na cartografia de 1895, e sua gradativa adaptação para acessibilidade, reforça certo sentido de que a intenção fosse materializar uma apropriação já instaurada e que se consolidou definitivamente com a construção da escadaria São Diogo depois de já inaugurada a praça Costa Pereira (Figura 139).

<sup>322</sup> A análise contempla a porção ocidental da linha imaginária passando entre a rua da Várzea (rua Sete de Setembro) e o mar.

<sup>323</sup> A ladeira da Pedra, na década de 1920, já aparece como endereço comercial (DIÁRIO DA MANHÃ, 1920).

Figura 139 - Aspectos da adaptação da ladeira da Pedra para conexão entre a Cidade Alta e Baixa pela praça Costa Pereira



Fontes: Acervo da Biblioteca Central da UFES; acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Estadual; Pirajá (2014d) e Pirajá (2017)

Os resultados vinculados aos quatro elementos morfológicos (sítio físico, vias, largo/prança e edifício singular) expõem forte sentido nodal e de legibilidade ao lugar que agiu em relação dialética com práticas socioespaciais sagradas e profanas a todo o tempo. Os princípios de legibilidade defendidos por Kevin Lynch<sup>324</sup> entendidos como “facilidade com que cada uma das partes [da cidade] pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente” (LYNCH, 1980, p.2) parecem se acomodar em tal constatação. Reporta-se tal conceito aos ideais do “fazer cidades” da urbanística portuguesa, em função não só das relações de poder nitidamente expressas na implantação colonial sobre o sítio estrangeiro, mas também com atributos captados pela percepção (visual) dos indivíduos<sup>325</sup>. Em sítio desconhecido que prescindia um ambiente legível que oferecesse segurança, é bem provável que aspirações sobre o território tenham sido embasadas em referenciais capazes de estimular a compreensão e legibilidade urbanas, seja na parte alta, seja na parte baixa da cidade apropriando-se, para isso, de adaptações qualitativas sobre o território.

Decerto, a legibilidade implica em noções de localização, já que, segundo Kohlsdorf (2017), a articulação entre orientação espacial e identificação de lugares abastece a segurança emocional de seus usuários. A abordagem de Panerai (2014), no entanto, complementa tal análise, ao considerar que a permanência de um sistema de marcos e referências torna o espaço tranquilizador. No entanto, o autor acrescenta que a identificação da cidade ultrapassa a abordagem de “legibilidade” de Kevin Lynch ao considerar um conjunto de detalhes banais neste contexto:

[...] a soma de detalhes banais que facilitam a vida cotidiana: o endereço, a indicação que dele podemos dar, a obviedade do status dos espaços, as escolhas possíveis. Essas pequenas coisas fazem parte de uma cultura local que caracteriza cada cidade e favorece o sentimento de pertencimento e coesão social (PANERAI, 2014, p. 163).

<sup>324</sup> Lynch (1980) também desenvolveu outros conceitos como o de Identidade, Estrutura e Significado, e o de Imageabilidade, os quais não foram, para esta abordagem, considerados.

<sup>325</sup> Não se desconsidera, porém, outros atributos da percepção e outros fenômenos estruturais próprios da formação de uma sociedade.

Logo, os quatro elementos morfológicos associados embasaram a historicidade de práticas socioespaciais e a sociabilidade, o que abre perspectiva de análise sob o ponto de vista da centralidade urbana considerando principalmente três práticas de maior longevidade, quais sejam: religiosas, econômicas/laborais e de circulação urbana.

Em se tratando das atividades religiosas, persistem como vestígios do passado mesmo diante da laicização dos espaços livres públicos, o que parece conferir ao trio capela, largo e vias, significado associado ao lugar que se dissipa para além de uma materialidade concreta. Sob o ponto de vista econômico e laboral, as atividades comerciais e de serviços despertam funções típicas capazes de concatenar fluxos e fixos associados às dinâmicas favoráveis do entorno, sendo subsidiadas, fisicamente, por uma rede coesa e consistente de vias convergentes. Já, nos aspectos da circulação urbana, a conformação morfológica pensada no sítio e com o sítio e as especificidades relacionadas à acessibilidade, ao uso do solo e à existência de uma expressiva área sujeita a ocupações e que fora centro de interesses e intervenções urbanas, acomodou um sentido de atravessamento, passagem e permanência indiscutíveis.

Não há dúvidas da participação dos quatro elementos morfológicos na formação de uma centralidade urbana a partir do largo da Conceição em um momento fecundo de potente sentido público e coletivo do lugar, mas, ao mesmo tempo, não se pode deixar de destacar o papel embrionário que as vias como componentes de maior persistência morfológica (CONZEN, 1969-2022) tiveram neste contexto ou, quem sabe, em contextos precedentes.

### **6.1 Subprocessos morfológicos e o Comportamento da forma na evolução tecidual da praça Costa Pereira**

Os subprocessos de evolução do tecido e do comportamento da forma (vide Quadros 03 e 04) foram analisados de forma estratégica considerando a evolução dos espaços livres públicos, não desprezando os parâmetros edificatórios resumidos aos três edifícios singulares. No entanto, as vias foram examinadas a partir de seu grau de persistência, agrupadas em vias convergentes persistentes e não persistentes<sup>326</sup>.

Entre 1767 e 1895, nota-se que há uma **adição** sobre o tecido urbano precedente provocado pelo surgimento de vias sobre aterro que se ligam as já existentes. No entanto as

---

<sup>326</sup> Vale deixar claro que “[...] a aparente clareza, simplicidade e voluntarismo de cada processo não podem ser tomados nem como processos exclusivos nem como o resultado directo de intervenções intencionais. Todos os tipos de processos ocorrem simultaneamente e as preexistências e os acontecimentos de natureza física e social concorrem para essas acções” (DIAS COELHO, 2018, p. 24).

demais vias, convergentes, mantem-se conectivas sob aspectos **sedimentares** por deformação lenta. O largo sofre um processo de **adição** morfológica subjogado a aterros que tendem a estabelecer suporte infraestrutural e uma lógica na configuração tecidual com sentido organizacional. A continuidade do edifício singular mantém uma integração funcional na medida em que fortalece a área como espaço de atividades sagradas e profanas, enaltecendo sua qualidade espacial. Quanto ao comportamento da forma, entende-se que seja regida por uma capacidade de **continuidade** a partir de sua forma original. Este cenário sintetiza, de certo modo, o 1º período de análise histórica da tese.

Entre 1895 e 1910, observa-se um curioso sentido de **sedimentação** nas vias convergentes, sendo transitória para as vias não persistentes já que seriam acometidas por processos subsequentes de sobreposição. O largo, por sua vez, já experimenta **sobreposição** simples (pontual) tecidual, com demolições e imposição construtiva de nova função protagonizada pelo teatro Melpômene. Esta análise bem se enquadra nos preceitos que regem os processos de sobreposição (DIAS COELHO, 2018) pautados na idealização de uma nova imagem de cidade que gera tensões entre valores que se herda e que se deseja, além de perdas e alterações de funções de elementos simbólicos. A presença do teatro neste panorama fragilizou as práticas religiosas, apagou outras contrárias às novas deliberações políticas sobre o tecido urbano e inaugurou características de uma vida cotidiana elitizada e até então desprovida de expressividade. Quanto ao comportamento da forma, entende-se que seja regida por uma capacidade de **adaptação** a um novo uso ou propósito. Este cenário sintetiza, de certo modo, o ponto comum entre os dois períodos, ou seja, uma conformação transitória de forte significado.

Por fim, entre 1910 e 1928, as vias surgem novamente sobre processos de **sobreposição** do tecido novo sobre o precedente, agora com caráter parcelar (parcial) já que não abrange somente o largo, mas as novas vias criadas sobre aterros, com intervenção mais radical, rasgamento, demolições, aberturas de artéria e novas configurações teciduais retificadoras convergentes à praça<sup>327</sup>. As vias de maior persistência mantêm caráter **sedimentar** mesmo diante das significativas transformações. Já, o teatro Carlos Gomes é inserido mantendo a mesma função do edifício singular precedente, consolidando a vocação cultural da área, que não se manifesta de forma isolada, dada a importância das atividades comerciais identificadas. Quanto ao comportamento da forma, esta também se adequa sobre

---

<sup>327</sup> A Vida Capichaba (BN DIGITAL, 1927) noticiou o seguinte relato a respeito das transformações e do desaparecimento por completo das ruas Sacramento, São Manuel, General Camara, São Diogo e Pereira Pinto: “trata-se de uma radical transformação, que se effectuou em poucos anos, sob as nossas vistas”.

parâmetros de **adaptabilidade**, no entanto a partir de intervenções mais radicais do ponto de vista do traçado viário. Este cenário sintetiza, de certa maneira, o 2º período de análise histórica da tese. O Quadro 10 enquadra as abordagens selecionadas para cada uma das transições embasadas pela cartografia do lugar.

Quadro 10 - Subprocessos morfológicos e o comportamento da forma na praça Costa Pereira a partir das análises cartográficas da evolução do tecido urbano

Elementos morfológicos	1º Período	Transição	2º Período
	Entre 1767 e 1895	Entre 1895 e 1910	Entre 1910 e 1928
	Capela	Melpômene	Carlos Gomes
<b>Subprocessos morfológicos</b>			
Vias convergentes mais persistentes	Sedimentação	Sedimentação	Sedimentação
Vias convergentes menos persistentes	Adição	Sedimentação	Sobreposição
Largo ou praça	Adição	Sobreposição	Sobreposição
<b>Comportamento da forma</b>			
	Continuidade (Permanência)	Adaptabilidade (Transformação)	Adaptabilidade (Transformação)
<b>RESILIÊNCIA</b>			

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Chama atenção o processo transitório que protagonizou pontualmente o largo e o apagamento da capela como viabilizadores do novo cenário sem alteração concomitante do traçado viário, o que pressupõe desejo político, econômico e ideológico pela transformação da área sobre o mesmo foco articulatório na qual a capela estava envolvida e conectada. Na verdade, as vias convergentes só receberam intervenções viárias de grande vulto a posteriori, talvez embaladas por melhores condições financeiras do Estado a partir de um processo, pelo visto, devidamente já instalado.

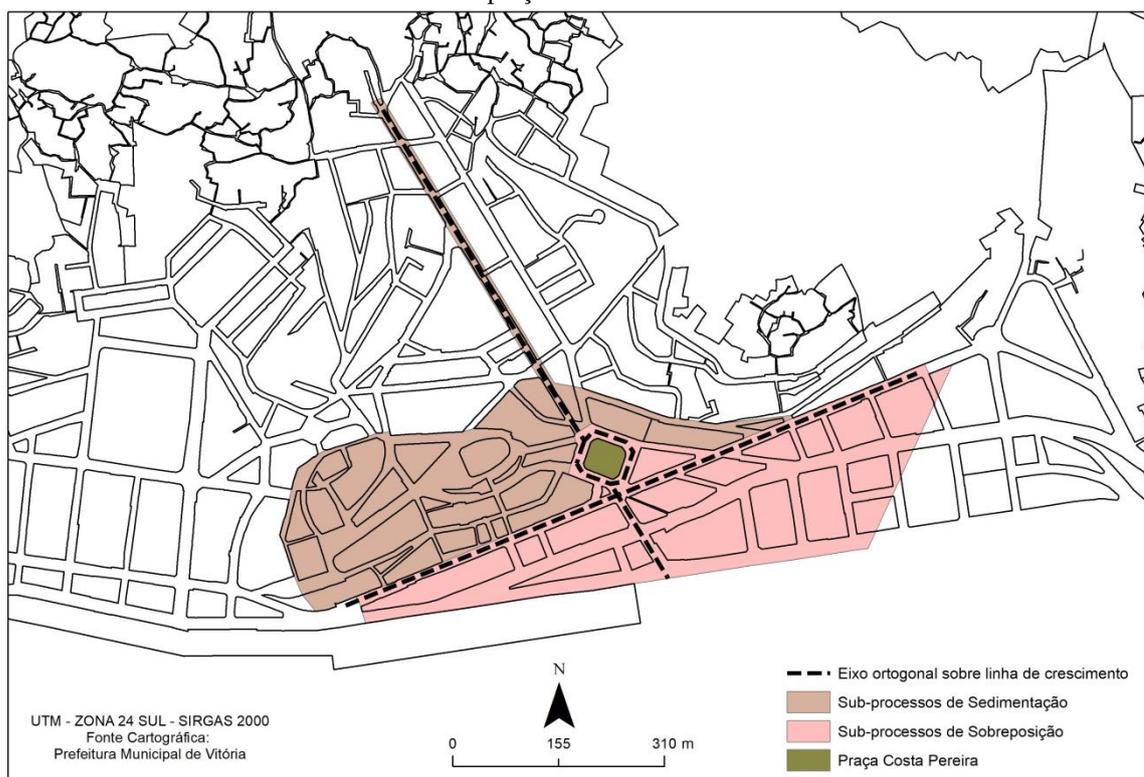
Neste caso em específico, as tensões da demolição da capela e o aparecimento de um edifício singular com função distinta, acompanhado de sua rápida defasagem construtiva em poucos anos de existência pressupõem, a partir de Serra (1987), em benefícios a serem obtidos superiores ao ônus da esterilização do valor venal existente, o que já aponta a força do capital e o poder de decisão sobre o território.

Além disso, este período de transição guarda uma inversão de valores que fomentam o novo cenário, alterando sua função de maneira nada tênue. Por mais que as transformações morfológicas sejam geralmente tratadas como radicais a partir de remodelações viárias de grande envergadura conjecturadas pelas sobreposições entre tecidos; considera-se que, no

caso da praça Costa Pereira, o auge de tal contexto nos anos 1920 porta-se muito mais como consolidação do que inauguração de um processo transformador.

De um modo geral, enquanto as vias de maior longevidade associadas à colina e à Fonte Grande estão sujeitas a subprocessos sedimentares de estabilidade formal, aquelas configuradas sobre aterros se impõem como sobreposições teciduais a qualquer tempo (Figura 140).

Figura 140 - Subprocessos de sedimentação e sobreposição a partir dos eixos de crescimento que se interceptam na praça Costa Pereira



Fonte: Elaborado por Vítor Miranda (2022) a partir de croqui da autora e base cadastral da PMV

Com isso, a síntese do comportamento da forma entre pretérito e presente, entre transformações e permanências; inclina-se à **resiliência da forma**. Supõe-se que tal característica seja uma virtude enquadrada no tempo espaço que fortaleceu a centralidade e o significado do lugar não obstante transformações significativas do ponto de vista formal, funcional e estrutural. Ao mesmo tempo, a legibilidade urbana e a vida cotidiana imbuída de práticas sagradas e profanas construíram uma noção de identidade com o lugar no que tange a sua importância como ponto nodal que se perpetua, mesmo que muitos vestígios tenham se

apagado<sup>328</sup>. Nesta abordagem, o desejo e manutenção pelo mesmo “*locus*” se comportam como herança e resiliência:

As cidades permanecem em seus eixos de deslocamento, mantem a posição dos seus traçados, crescem segundo a direção e com o significado de fatos mais antigos [...]. Às vezes, esses fatos permanecem idênticos, são dotados de uma vitalidade contínua, às vezes se extinguem; resta, então a permanência da forma, dos sinais físicos, do “*locus*” (ROSSI, 2001, p. 52).

Acredita-se, portanto, que o estudo da forma urbana em perspectiva histórica e geográfica da praça Costa Pereira assegura, a partir dessa constatação, que os princípios estruturais centralizadores que estiveram na sua origem se fixaram, conferindo, portanto, condição de legado à sua espacialidade pública.

---

<sup>328</sup> Dentre os vestígios físicos, a imagem de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, que abre o capítulo presente, foi fotografada na igreja do Rosário a partir da dica de sua localização advinda da dissertação de Andrea Della Valentina (VALENTINA, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de observações presentes associadas a debates que vêm cercando as áreas centrais e seus espaços livres públicos, a inserção urbana e a notável diversidade de práticas socioespaciais na praça Costa Pereira, aliadas ao peso material, histórico e simbólico que a envolve, despertaram investigações a tempos pretéritos. Assim, a alternativa de revisitar a história encontrou no período colonial um porto seguro para a construção de uma narrativa que pudesse ser subsidiada pelas práticas do urbanismo português na origem do processo de colonização da capital capixaba.

Percorridos os cinco capítulos estruturais do texto e os resultados e discussões finais apresentados em seguida, a tese da centralidade urbana enquanto atributo vinculado à relação dialógica e íntima entre a inserção urbana e práticas socioespaciais fica comprovada, mesmo que ainda necessite de algumas complementações. No que tange às duas variáveis, identifica-se uma lógica de interdependência entre o tecido urbano e o sentido da vida cotidiana a todo tempo, sem prejuízo da representação social que largo e praça assumem neste processo, mesmo que submetidos a transformações de grande vulto em nível político, econômico, ideológico e urbano, neste último caso, com apagamento dos vestígios de formas herdadas.

No entanto, o sentido primitivo e embrionário do atributo de centralidade pode não estar associado necessariamente ao início da colonização portuguesa. Considerando abordagens discutidas sobre o sítio físico e as questões culturais que tais adaptações envolvem, encerra-se a tese abrindo uma perspectiva de indagação de que o largo da Conceição, embora se comporte como ponto de centralidade embrionária, possa ter tais características enraizadas em um passado ainda mais remoto, pouco discutido e condizente com as apropriações indígenas sobre o território. Sendo assim, bem provável que a centralidade urbana anterior tenha contribuído para acomodação e traçado viário subsequentes, onde vestígios, caminhos e direções podem ter sido assimilados como acomodações pertinentes às aspirações portuguesas e colonizadoras sobre o sítio físico capixaba.

Além da suposição de uma centralidade associada ao período pré-colonial, acrescentam-se, na verificação da hipótese, fatos novos: o sítio enquanto elemento morfológico teve participação nos preceitos de centralidade ao se costurar de forma coerente com os demais elementos morfológicos, não agindo de forma isolada. Ou seja, sítio, vias, largo/praca e edifício singular assumiram, em conjunto, aspectos de legibilidade em um lugar de aptidão nodal que se formou e se consolidou como centro de identidade, sustentáculo de

vivacidade urbana, assumindo minimamente sentido funcional, social e simbólico. Como forma dotada de conteúdo, tal centro estrutura-se em uma unidade morfológica coesa que confere ao urbanismo português e quem sabe também à cultura indígena, a construção de uma centralidade, antes embrionária; agora explícita e perene.

Outro adendo em relação à hipótese reporta-se à condição não isolada de centralidade destinada ao objeto de estudo, haja vista a importância de outros espaços livres públicos entre mar e linhas de penetração que atraíram intervenções e favoreceram a dinâmica urbana do local em conjunto, a exemplo das vias próximas ao mar que mediavam atividades comerciais e portuárias, além da rua da Várzea, do Pelames e do Reguinho.

Apesar de sempre ter havido uma articulação do espaço edificado singular com o espaço livre público, o que parece ter sido favorável à dinâmica do local, a inserção da capela no largo evidencia a notoriedade de apropriações multifuncionais, de sagradas a profanas que, de cunho mais popular e sem um aparelhamento urbano mais rígido, indicam a espacialidade da esfera pública no papel de *locus* da vida colonial. Por sua vez, as práticas elitizadas inauguraram no final do século XIX certa seletividade no espaço público em um cenário já modificado. Interessante destacar que, na ocasião, a apropriação da praça pública como extensão das atividades privadas em clubes assumiu papel representativo na espacialidade da esfera pública, quando certas atividades culturais encontraram nela e nas ruas, um lugar para festejar e circular sobre olhares ou entre olhares de várias classes sociais.

Aqui fica explícita a condição da praça enquanto espacialidade da esfera pública que condensa diferentes experiências e acolhe conflitos e ambiguidades, onde o todo se reitera com as partes, onde forma, enquanto forma conteúdo, interage com a função a ela destinada dentro de parâmetros estruturais, em um tempo acumulado, adequando-se e adaptando-se na dinâmica local. Pois bem, tal seletividade parece encontrar no debate atual, respeitadas as diferenças inerentes ao processo temporal que as separa, um lugar propício na escala dos centros urbanos a partir dos discursos sobre a denominada “crise” ou “recoo da cidadania”. Em tempos contemporâneos, as práticas socioespaciais passaram a ser problematizadas a partir de mudanças estruturais e novos parâmetros da vida contemporânea, o que parece ter certa aderência com as apropriações em praças públicas ajardinadas no início do século XX mediadas por códigos e normas que sugeriram novos e seletos modelos de vida urbana.

Percebe-se que, enquanto as práticas pretéritas e de caráter mais popular desafiam o próprio suporte infra estrutural no qual estavam assentados que, mesmo precário, foram essenciais para apropriações multifuncionais, as práticas contemporâneas na praça Costa Pereira já enquadradas em um sítio sedimentado, desafiam o discurso da “crise” que envolve

os espaços livres públicos e áreas centrais, o que nos leva a acreditar, a todo o tempo, na expressividade física e simbólica que o lugar atrai para si. É neste sentido que práticas sobretudo econômicas e laborais associadas a comércio e serviços e de circulação urbana associadas a encontros, itinerários e atravessamentos; ao extrapolarem o recorte temporal da tese, preponderam-se ou popularizam-se. Assim, fomentam-se aspectos atrativos criados a partir de sentidos, hábitos e rotinas adaptáveis e resilientes que, vinculados ao sentido de centralidade construído, desconstroem a suposta “crise” inerente.

Em relação aos agentes modeladores do território, pode-se dizer que a Igreja e o Estado protagonizaram, respectivamente, o primeiro e o segundo períodos históricos selecionados para análise da tese. Neste sentido, a articulação de desejos, necessidades e escolhas nortearam a condução de um processo de transformações: os desejos como dependência de ideais importados advindos do fenômeno da modernização urbana, as necessidades embaladas pela realidade instaurada nas condições insalubres do sítio físico e de aterros para expansão urbana e as escolhas articuladas aos poderes da Igreja (1º período) e do Estado (2º período).

No que tange às escolhas, pactuam sobre a vida, ambientes e desenho urbanos, seja por parte do clero que definia práticas litúrgicas sobre a vida cotidiana de largos e vias, seja pela elite que encontrava nesta pactuação uma maneira de reorganizar a cidade e exibir seu poder e *status* social. Neste contexto, a instalação do teatro Melpômene foi um marco na laicização do espaço público e abriu caminhos para grandes transformações morfológicas subsequentes.

Como condição inerente às escolhas e determinações de poder, a anuência da localização da capela pelo bispado baiano e a permissão de sua demolição pelo bispado carioca, ocorreram de forma correlata com a escolha sobre a localização do teatro Melpômene pelo então presidente do Estado. No caso da substituição da capela pelo teatro, os agentes modeladores depararam-se com argumentos e desejos contrários que foram vencidos. No caso de uma possível continuidade da capela, venceu o Estado em um quadro onde o poder religioso já estava fragilizado. Vale ressaltar que tais relações de poder são percebidas no Centro de Vitória até mesmo por processo, ao que parece de gentrificação urbana, haja vista, por exemplo, a expulsão dos mais pobres da área da praça Costa Pereira e arredores cujas casas humildes foram desapropriadas, inclusive naquelas vias que desembocavam no mar tomadas para aterro da avenida Capichaba. Outro exemplo neste sentido referem-se às diferenças socioespaciais entre Cidade Alta e Baixa e a auto segregação do bairro Vila

Moscoso na ocasião de sua formação e a construção de espaços livres públicos adaptados a novos costumes da classe burguesa na transição entre os séculos XIX e XX.

Nos aspectos regidos pela possibilidade da praça se portar enquanto subcentralidade do Centro de Vitória citam-se fenômenos urbanos incipientes que parecem encontrar a partir dela, um lugar seguro para se despontarem na história, a exemplo do pioneirismo da verticalização nos anos 1930 e das situações de edifícios abandonados ou subutilizados que ganham evidência a partir do século XXI, também no entorno da praça, frente às problemáticas das áreas centrais.

Recapturando o ponto de vista da unidade morfológica e da inserção estratégica da praça Costa Pereira, pode-se dizer que estas se agigantam quando associam-se a parâmetros de polarização de alta legibilidade na trama urbana do Centro de Vitória, dialogando com o comportamento resiliente da forma onde transformações e permanências em sobreposições de traçado ou a partir de sedimentação de vias são evidentes, cabendo às últimas, uma virtude em potencial. A ideia de permanência se ampara, pois, não só nas vias que se mantiveram fisicamente, mas também naquelas delineadas sobre o mesmo sentido do curso d'água ou possíveis caminhos precedentes. Nesta perspectiva, mesmo diante de processo de sobreposição notado em área de aterro ao sul e sudeste, há de se destacar indícios de um desejo ou sentido de conexão com o mar na configuração das “novas” vias, cujas transformações não foram capazes de apagar a herança de uma característica pretérita e que bem dialogava com as especificidades do lugar.

Decerto, o legado da praça Costa Pereira não pode ser negligenciado e abre reflexão para o papel da praça pública das cidades do século XXI. Para além da inconsistência em suas nomenclaturas que revelam valorização de modelos quantitativos pela municipalidade em detrimento do papel social impresso pela praça pública, a herança do passado vem à tona como lição da cidade tradicional a possibilitar reflexões para outros centros históricos coloniais no Brasil. É neste contexto que os estudos da forma urbana podem ser ressaltados como uma boa alternativa metodológica de ser associada ao campo da Geografia Histórica, enriquecendo análises espaciais e temporais entre pretérito e presente e vislumbrando perspectivas futuras.

Nesta perspectiva, a aptidão comercial da praça aliada à sua condição enquanto local de passagem e estar significativo no Centro de Vitória indicam possibilidades para proposições projetuais que venham favorecer a difusão de tais características, inclusive no período noturno, conforme outrora, reanimando e inserindo novas e outras práticas

socioespaciais e cotidianas para além das já encontradas, considerando também possíveis fragilizações de certas práticas a partir de um cenário pandêmico nada desprezível.

Oportuniza-se também apontar os desafios encontrados no desenvolvimento da tese e possibilidades futuras de investigação. No primeiro caso, despontam na precária fonte de registros históricos capazes de embasar determinadas situações, além da dificuldade de acesso a referências bibliográficas estrangeiras e clássicas sobre a temática da morfologia urbana nas bibliotecas das universidades brasileiras. No segundo caso, estudos futuros poderiam, além de procurar respostas em tempos ainda mais pretéritos, mergulhar em outras investigações acerca das práticas ou mesmo da articulação dos elementos morfológicos a maior escala. É válido ressaltar que as investigações realizadas não representam a totalidade das práticas socioespaciais pretéritas e contemporâneas, tampouco todos os aspectos estruturais associados ao lugar, cabendo refinamentos oportunos. No entanto, o esforço aqui empreendido permitiu ricas análises, as quais, é certo, não encerram o assunto, mas possibilitam a abertura de novas questões no que tange à dinâmica urbana em praças públicas de outras áreas centrais de colonização portuguesa. Espera-se, pois, que os resultados aqui expostos possam contribuir de alguma maneira para possíveis e futuras intervenções públicas na praça e no Centro de Vitória, desdobrando-se em reflexões pertinentes acerca da convergência entre pretérito e presente.

Portanto e por fim, adota-se a ideia de que é o sentido de permanência que preserva valores e conecta pretérito e presente, potencializando a praça Costa Pereira enquanto legado histórico, que desponta parâmetros de centralidade e superioridade pública, como se fosse réplica, pulsante, da dinâmica do próprio Centro. Ou seja, entre apagamentos, transformações e permanências, as práticas e formas resilientes participaram como articuladoras da construção identitária do lugar, cujos testemunhos foram dados por índios, escravizados, negros e tantos pereiras que por este sítio atravessaram e fizeram história!

## REFERÊNCIAS

- A GAZETA. **Carnaval acabou, mas tem folia até o fim do mês.** Crédito da foto: Beto Moraes. A Gazeta, 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/03/carnaval-acabou-mas-tem-folia-ate-o-fim-do-mes-confira-os-blocos-1014029627.html>. Acesso em: 07 abr. 2021
- A GAZETA. **Quanto mais organizado, mais longo será o carnaval de rua de Vitória.** Crédito da foto: Ricardo Medeiros. A Gazeta, 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/editorial/quanto-mais-organizado-mais-longo-sera-o-carnaval-de-rua-de-vitoria-0220>. Acesso em: 07 abr. 2021
- ABREU, M. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo** [recurso eletrônico], v. 4, n. 1, p. 13-25, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123400>. Acesso em: 4 set. 2022.
- ABREU, M. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. In: SOUZA, L.P.; RIBEIRO, N.P. **Urbanismo colonial: vilas e cidade de matriz portuguesa.** Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. p. 117-149.
- ABREU, M.A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro.** 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.
- ABREU, M.A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia I.** Vol. XIV, Porto, 1998. p. 77-97.
- ALEX, S. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público.** São Paulo: Editora Senac, 2008.
- ARAGÃO, S; SANDEVILLE JUNIOR, E. O Passeio Público do Rio de Janeiro na literatura, na pintura e na fotografia do século XIX. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 30, p 187-202, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/78116>. Acesso em: 04 out.2021.
- GIMMLER NETTO, M.M.; COSTA, S.A.P.; LIMA, T.B. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. **Paisagem E Ambiente**, v.33, n.2, p.29-48, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361>. Acesso em: 22 Dez. 2022.
- ARAÚJO, J.T. A centralidade de Alcântara e a história urbana de São Gonçalo-RJ: A atuação dos agentes sociais na consolidação de um núcleo urbano e na transformação de um espaço público. **XVIII Anais...** Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ). Natal, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviii/anpur/anais>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ASSUNÇÃO, V. **Catedral e praça Tiradentes (Curitiba 1948)**. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/360358407679104541/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BARRETO, R. O centro e a centralidade urbana – aproximações teóricas a um espaço em mutação. **Cadernos curso de doutoramento em geografia FLUP**, v.10, n.20, p. 23-41, 2010.

BASTOS, F.M. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. 2019. 110fl. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

BELLINI, A.K. **Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 a 1916 – Vitória, ES, 2014**. 80 fl. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BENCHIMOL, J.L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BESSE, J-M. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BITTENCOURT, J. **Vídeo mostra Praça da Sé cercada de barracas de moradores em situação de rua**. Revista Forum, 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/redes-sociais/2021/9/17/video-mostra-praa-da-se-cercada-de-barracas-de-moradores-em-situao-de-rua-103464.html>. Acesso: 03 fev. 2022

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. A Folha da Victoria. Vitória: 1887b. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. A Folha da Victoria. Vitória: edição 224, n. 1, 1885b. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. A Folha da Victoria. Vitória: edição 69, n. 1, 1884. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. A Província do Espírito Santo. Vitória: edição 1396, n. 1, 1887a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. A Província do Espírito Santo. Vitória: edição 1839, n. 1, 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. A Província do Espírito Santo. Vitória: edição 51, n. 1, 1882a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. A Província do Espírito Santo. Vitória: edição 842, n. 1, 1885c. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Commercio do Espirito Santo. Vitória: edição 108, n. 1, 1897a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Commercio do Espirito Santo. Vitória: edição 160, n. 1, 1895c. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Commercio do Espirito Santo. Vitória: edição 21, n. 1, 1897c. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Commercio do Espirito Santo. Vitória: edição 310, n. 1, 1895a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Commercio do Espirito Santo. Vitória: edição 94, n. 1, 1896a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Commercio do Espirito Santo. Vitória: edição 135, n. 1, 1896b. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Commercio do Espirito Santo. Vitória: edição 166, n. 1, 1896c. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Commercio do Espirito Santo. Vitória: edição 121, n. 2, 1896d. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Correio da Victoria. Vitória: edição 11, n. 1, 1854. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor. Vitória: 1909. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor. Vitória: 1921. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor. Vitória: 1923a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor. Vitória: edição 226, n.1, 1923b. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor. Vitória: 1924. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor. Vitória: 1928. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor. Vitória: edição 205, n. 1, 1897b. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor. Vitória: edição 2811, n. 1, 1932. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Espirito-Santense. Vitória, edição 126, n. 1, 1875. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Espirito-Santense. Vitória: 1871. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Espirito-Santense. Vitória: 1882b. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Espirito-Santense. Vitória: edição 104, n. 1, 1883a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Espirito-Santense. Vitória: edição 24, n. 1, 1888. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Espirito-Santense. Vitória: edição 33, n. 1, 1885a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Espirito-Santense. Vitória: edição 381, n. 1, 1883b. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso. Vitória: 1892. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso. Vitória: 1894. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso. Vitória: 1896e. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso. Vitória: edição 66, n. 1, 1910. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso. Vitória: 1897d. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. O Estado do Espírito-Santo: Ordem e Progresso. Vitória: edição 4064, n. 1, 1895b. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 set. 2020.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Vida Capichaba. Vitória: edição 280, n. 1, 1931a. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Vida Capichaba. Vitória: edição 260, n. 1, 1931b. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BN DIGITAL. **Hemeroteca Digital**. Vida Capichaba. Vitória: edição 84, 1927. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espaciopúblico, ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2000.

BOTECHIA, F.R. **A forma indelével**: estudos morfológicos sobre a persistência elementar em Maruípe, Vitória. 2017. 80fl. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

BOTECHIA, F.R. **A forma indelével**: um estudo sobre a persistência morfológica em Maruípe. Vitória: edição do autor, 2018b.

BOTECHIA, F.R. A forma urbana persistente: gênese e metamorfose da praça na área central de Vitória. In: XI Seminário Internacional de *Investigacion en Urbanismo*, 2019b. **XI Seminário Internacional de Investigacion en Urbanismo**. Universidad del Chile, Santiago, 2019b, p. 1-11.

BOTECHIA, F.R. De que tempo é este lugar? ou sobre a persistência das formas urbanas em Vitória. *In: XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Anais do XVI SIMPURB.* Vitória: Biblioteca Central da UFES, v. 01, p. 2099-2114, 2019.

BOTECHIA, F.R. **Resiliência da forma urbana ou sobre a persistência do espaço público de exceção no centro de Vitória.** 14ª Jornada Urbanere e 2ª Jornada Cires, 2018a. Universidade Federal do Espírito Santo, 2018a, s/p. Disponível em: <https://atlasurbanistico.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/disseminacao/FRB-CIRESURBENERE-2018.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

BRÉVILLE, B. **A vingança do campo.** Le monde diplomatique Brasil. França: Edição 161, 2020, p. 12-13.

CAMPOS JUNIOR, C.T. **A construção da cidade:** formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Florecultura, 2002.

CANAL FILHO, P. **Vitória Republicana:** um salto para a modernidade, a história do ecletismo do Centro de Vitória contada por André Carloni, Josef Pitlik e a praça Oito de Setembro, 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CARLOS, A.F.A. **O Espaço Urbano:** novos escritos sobre a Cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, A.F.A. **A condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARMONA, M.; et al. **Public Spaces Urban Spaces:** the dimensions of Urban Design. 2.ed. Burlington: ElsevierLtd, 2010.

CARNIELLI, A.A.P. **História da Igreja Católica no Estado do Espírito Santo, 1535-2000.** 2 ed. Vila Velha: Comunicação impressa, 2006.

CASADO, T.C.; MENDONÇA, E.M.S.; GOMES, G.Z. As águas e a modernização em Vitória (es): a paisagem como estética. **Revista Terra Livre**, ano 35, n. 54, v.1, p. 508-541, 2020.

CASSETTE, M.L.Q. O conceito de esfera pública nas obras de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. **Revista Três Pontos**, v.5, n.1, p. 29-36, 2008.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

CATRAIEIROS. **Prefeitura de Vitória.** 2019. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/turista/catraeiros>. Acesso em: 16 mai. 2021.

CEDOC. Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória . **Livros administrativos.** Dom Fernando, cx 2, v.332, 1902-1916.

CEDOC. **Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória**. Tombo: transcrições. BR.CMV.ADM.L.218, s/d, p. 21-22.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAESA. Centro de Pesquisa e Extensão FAESA e Prefeitura Municipal de Vitória. Projeto de Extensão. **Imóveis em abandono**: mapa da ociosidade no Centro de Vitória/ES, 2022. 242 fl. Centro Universitário FAESA: Vitória, 2022.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHOAY, F. **O urbanismo**: utopias e realidades. 7ed. São Paulo: Perspectiva, 2003

CONZEN, M.R.G. **Alnwick, Northumberland**: Análise do plano de cidade. Londres: Instituto Britânico de Geografia, 1969. Tradução de Vítor Oliveira e Cláudia Monteiro. Porto: UrbanForms, 2022.

CORRÊA, R.L. Corporações, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.54, n.3, p.115-122, jul/set, 1992.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, P. A História de Vitória Contada Por Uma Praça. **Memória capixaba**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y2L4W-dTQHM>. Acesso em: 10 abr. 2021

COSTA, S.A.P.; GIMMLER NETTO, M.M. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

CRUZ, P.S. **Territórios da mobilidade na metrópole portuária da Grande Vitória (ES)**: escalas, velocidades e conflitos. 2010. 89 fl. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DAEMON, B.C. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DANTAS, C. **Revivendo o Melpômene**: cinco atos das memórias de um teatro de madeira. Vitória: Diálogo Comunicação e Marketing, 2017.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. 1. ed. São Paulo: Pini, 1990.

DELGADO, M. **El animal público**. Barcelona: Editorial Anagrama S.A., 2001.

DELGADO, M. **El espacio público como ideología**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2011.

DERENZI, L.S. **Biografia de uma Ilha**. Vitória : Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

DIAS COELHO, C. (Org.). **Cadernos de Morfologia Urbana: o tempo e a forma**. Lisboa: Argumentum, v.2, 2018.

DIAS COELHO, C. (Org.). **Cadernos de Morfologia Urbana: os elementos urbanos**. Lisboa: Argumentum, v.1, 2013.

DIAS COELHO, C.; LAMAS, J.G. **A praça em Portugal** : inventário de espaço público - continente. Lisboa :Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007.

DUARTE, C.F. **Forma e movimento**. Salvador: EDUFBA, 2016.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Entrada do Passeio Público**. Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra11679/entrada-do-passeio-publico>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ELTON, E. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Relatórios e Mensagens**. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FARIA, W. **Parque Moscoso: um fragmento do passado histórico, presente na vida atual da cidade**. De olho na Ilha, 2019. Disponível em: [http://deolhonailha-vix.blogspot.com/2011/05/parque-moscoso-um-fragmento-do-passado\\_8228.html](http://deolhonailha-vix.blogspot.com/2011/05/parque-moscoso-um-fragmento-do-passado_8228.html). Acesso em 23. fev 2021.

FARRET, R. Prefácio. *In*: VARGAS, H.C.; CASTILHO, A.L.H. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2006. p. VII-XII.

FERNANDES, S.P. Fundação e Evolução dos traçados urbanos: matrizes elementares de assentamento e derivações complexas. *In*: DIAS COELHO, C. (Org.). **Cadernos de Morfologia Urbana: o tempo e a forma**. Lisboa: Argumentum, 2018, p. 70 – 93.

FERNANDES, S.P. O traçado: o sítio e a forma da cidade. *In*: DIAS COELHO, C. (Org.). **Cadernos de Morfologia Urbana: os elementos urbanos**. Lisboa: Argumentum, 2013, p.36 - 57.

FERRAZ, C.B.R. **Devir-Criança e Infantilização pela Rua Sete em Vitória (ES): Narrativas para a Ilha Rever**. 2019. 70 fl. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FERREIRA, G.L. **A reinvenção da cidade**: a transformação das ruas e o reordenamento da vida na cidade de Vitória/ES. 2016. 80fl. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FREIRE, M.A. **A capitania do Espírito Santo. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)**. 2. ed. Ilha de Vitória: Flor&Cultura editores, 2006.

FREITAS, J.F. Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata. *In*: Seminário de História da cidade e do urbanismo, 2004. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: ANPUR, 2004, p.17.

FREITAS, J.F.B.; AZEVEDO, M. N. S. A conquista de áreas ao mar: repercussões em áreas urbanas preexistentes. *In*: FREITAS, J.F.B. **Diálogos**: urbanismo.br. Niterói e Vitória: EDUFF e EDUFES, 2010. p. 125-163.

G1. **Witzel prorroga medidas de combate à Covid-19 no RJ até 30 de abril**. G1 Rio, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/13/witzel-prorroga-medidas-de-combate-a-covid-19-ate-30-de-abril.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2022.

GAMA, O. **História do teatro capixaba**: 395 anos. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Fundação Cultura do Espírito Santo, 1958.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, J.; SVARRE, B. **A vida na cidade**: como estudar. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GIL A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIMMLER NETTO, M.M.; COSTA, S.A.P.; LIMA, T.B. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. **Paisagem E Ambiente**, v.33, n.2, p.29-48, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361>. Acesso em: 22 Dez. 2022.

GOMES, P.C.C. **A condição urbana**: ensaios da geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GONÇALVES JUNIOR, J.L.H. **História do Urbanismo**. 4 ed. São Paulo: Papirus, 1990.

*Google Arts & Culture*. **Rua Direita, Rio de Janeiro**: Félix Émily Taunay, 1823. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. *Google Arts & Culture*. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/rua-direita-rio-de-janeiro/zQEfgEYjYi9Ajw?hl=pt-BR>. Acesso em: 29 set. 2018.

GOTTIDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2016.

GUERREIRO, M.R. O Território e a Edificação: O Papel do Suporte Físico Natural na Génese e Formação da Cidade Portuguesa. 2002. 112fl. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) - ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2002.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HISTÓRIA CAPIXABA. **Carta Topographica da Barra e Rio do Espírito Santo do qual toma nome toda a Capitania...**, de João Pedro de Gusmão Vasconcellos Moris (1853). Historia Capixaba, 2015. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/carta-topographica-da-barra-e-rio-do-espírito-santo-joao-pedro-de-gusmao-vasconcellos-moris-1853/>. Acesso em: 03 julho. 2022.

HISTÓRIA CAPIXABA. **Exposição: O Estado do Brasil**. Historia Capixaba, 2018. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/expo/placa11/>. Acesso em: 03 julho. 2022.

HOFMEISTER, B. The study of urban form in Germany. **Urban Morphology**, v. 8, n. 1, p.3-12, 2004.

HOLANDA, F.; RHEINGANTZ, P. **A cidade pós pandemia**. Urbanidades. Frederico Holanda e Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Iep3iWiJXgs>. Acesso em: 22 jan. 2021.

HOLANDA, F; et al. Forma urbana: que maneiras de compreensão e representação? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.3, n.4, p. 9-18, 2000.

IPatrimônio. Patrimônio Cultural Brasileiro. **Teatro da Paz**. IPatrimônio.org. Disponível em: [https://www.ipatrimonio.org/belem-teatro-da-paz/ipatrimonio\\_belem-teatro-da-paz-\\_imagem-secult-pa/](https://www.ipatrimonio.org/belem-teatro-da-paz/ipatrimonio_belem-teatro-da-paz-_imagem-secult-pa/). Acesso em: 01.mai. 2022.

J MISSIONÁRIA. **JMJ alcança público recorde de 3,7 milhões de pessoas em Copacabana**. 2013. Disponível em: <http://jmissionaria.blogspot.com/2013/07/jmjrio2013-jmj-alcanca-publico-recorde.html>. Acesso em: 28 dez. 2022.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JACQUES, P.B. **Breve histórico da Internacional Situacionista – IS (1)**. Ano 3. Vitruvius, 2003. Disponível em: [https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/03.035/696\\_Pg](https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/03.035/696_Pg). Acesso em: 28 dez. 2019.

KLUG, L.B. **Vitória: sítio físico e paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.

KOHLSDORF, G.; KOHLSDORF, M.E. **Ensaio sobre o desempenho morfológico dos lugares**. Brasília: FRBH, 2017.

KROPF, K. Aspects of urban form. **Urban Morphology**, v.13, n.2, 2009. p.105-120.

LAMAS, J.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 6.ed. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2011.

LAROCA, M.N.C. **Manual de Morfologia do Português**. Juiz de Fora:ontes, UFJF, 1994.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática,1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LEVY, A. Formes urbaines et significations. Revisiter la morphologie urbaine. **Espaces et sociétés**, v.20, n.122, p. 25-48, 2005. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-espaces-et-societes-2005-3-page-25.htm>. Acesso em: 19 dez. 2021.

LING, A. **Epidemias**: o fracasso das cidades? ArchDaily Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/935986/epidemias-o-fracasso-das-cidades>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LYNCH, K. **A Imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MACEDO, S.S. Produção da paisagem urbana contemporânea brasileira no final do século 20. **Revista Paisagem e Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 14, p. 143 – 170, 2001.

MACEDO, S.S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Coleção QUAPÁ, 2003

MAGNOLI, M. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. 60 fl. Tese (Livre-docência) – São Paulo, FAUUSP, 1982.

MAIA, D.S. Geografia Histórica Urbana. [recurso eletrônico]. **Terra Brasilis**, v.2, n. 12, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/478>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MARAT-MENDES, T. Adaptabilidade, continuidade, flexibilidade e resiliência. Algumas considerações sobre as propriedades das formas urbanas. **Revista de Morfologia Urbana**, v.3, n.2, p. 132-134, 2015.

MARTINS, P. A fragmentação: do edificado monumental ao tecido urbano comum. *In*: DIAS COELHO, C. **Cadernos de Morfologia Urbana**: o tempo e a forma. Lisboa: Argumentum, 2018.

MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MARX, M. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 2003.

MEEROW, S.; NEWELL, J. P.; STULTS, M. **Defining urban resilience: a review**. *Landscape and Urban Planning* 147, p. 38–49, 2016.

MELO, C.; et al. Ensaio aplicado sobre morfologia urbana: Centro histórico de Vitória (ES). *In: Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana – PNUM. Anais[...]*. Vitória: UFES, 2017, p.120-131.

MENDONÇA, E.M.S. **A atuação de Henrique de Novaes no urbanismo na cidade de Vitória**. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, E.M.S. Contribuição dos investimentos públicos municipais para a conformação de novo centro em Vitória - ES. *In: Anais do X 236. Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo, 2005. p. 303-310.

MENDONÇA, E.M.S. Sistema de espaços livres e forma urbana na ilha de Vitória. *In: Actas do PNUM 2013. Forma Urbana nos Territórios de influência portuguesa*. Análise, desenho, quantificação. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013, p. 978-993.

MENDONÇA, E.M.S. **Transferência de interesse no percurso da verticalização de construções em Vitória (ES)**. 2002.197 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MENDONÇA, E.M.S. Uma descrição cronológica do desenvolvimento urbano de Vitória. **Revista do IJSN**, V.3, n. 2, p. 38-40, 1985.

MESQUITA, N. **Para caçar Pokémon vale deixar o quarto e ir ao Parque das Nações pela 1ª vez**. *Capo Grande News*, 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/para-cacar-pokemon-vale-deixar-o-quarto-e-ir-ao-parque-das-nacoes-pela-1a-vez>. Acesso: 03 fev. 2022

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG. **Desembargador expõe obras em Mariana**. TJMG, 2020. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/desembargador-expoe-obras-em-mariana-8A80BCE56FAFC45E016FC86450FA49F0.htm#.YiJcNnrMLIU>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MIRANDA, C.L. Projeções da enunciação: a cartografia portuguesa da Baía de Vitória (Século XVI-XVIII). *In: SOUZA, L.P.; RIBEIRO, N.P. Urbanismo colonial: vilas e cidade de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009.

MORAR NO CENTRO. **Prefeitura Municipal de Vitória.** Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/morar-no-centro-2723>. Acesso em: 10. jun. 2019.

MORRO DO MORENO. **Ano de 1552 e 1553 - Por Basílio Daemon.** Morro do Moreno, 2019. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/ano-de-1552-e-1553-por-basilio-daemon.html>Acesso em: 11fev. 2021.

MORRO DO MORENO. **Curiosidades de Vitória.** Morro do Moreno, 2019. Disponível em: <https://morrodomoreno.com.br/materias/curiosidades-de-vitoria.html>. Acesso em: 11fev. 2021.

MORRO DO MORENO. **Praça Oito.** Crédito da foto: Silvio Davel. Morro do Moreno, 2014. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/praca-oito.html>. Acesso em: 11fev. 2021.

MORRO DO MORENO. **Sobre os Escombros da Misericórdia:** A Assembleia Legislativa. Morro do Moreno, 2020. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/sobre-os-escombros-da-misericordia-a-assembleia-legislativa-.html>. Acesso em: 11fev. 2021.

MOUDON, A.V. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. **Revista De Morfologia Urbana**, v.3, n.1, p.41-49, 2015.

NOVAES, M.S. **História do Espírito Santo.** Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, Vitória, 1968.

OLIVEIRA, J.T. **História do Estado do Espírito Santo.** Vitória: IBGE, 1975.

OLIVEIRA, V. (Org). **Planeamento Urbano:** investigação, ensino e prática profissional. Porto: Edições Afrontamento, 2018c.

OLIVEIRA, V. As origens da morfologia urbana e a geografia alemã. **Revista de Morfologia Urbana**, Rede Portuguesa de Morfologia Urbana, v. 2, n. 1, p.37-40, 2014

OLIVEIRA, V. **Diferentes abordagens em Morfologia Urbana:** contributos luso-brasileiros. 2 ed. Urban Forms, *E-book*, 2018a.

OLIVEIRA, V. **Urban Morphology:** an introduction to the Study of the Physical Form of Cities. The Urban Books Series. Springer, 2016.

OLIVEIRA, V.; MONTEIRO, C. Debate sobre temas fundamentais em morfologia urbana. **Revista de Morfologia Urbana**, v.2, n.1, p. 37-46, 2014.

OLIVEIRA, Vítor. **Os elementos da Forma Urbana.** Aulas de Morfologia Urbana. Disponível em: [https://vitoroliveira.fe.up.pt/pdf/aulas-morfologia-urbana\\_aula2.pdf](https://vitoroliveira.fe.up.pt/pdf/aulas-morfologia-urbana_aula2.pdf). Acesso em dez/2018b.

PALIMPSESTO. *In*: DICIO. **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/palimpsesto/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PANERAI, P. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

PECHMAN, R. **Cidades estreitamente vigiadas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEGORETTI, M.S.; TOREZANI, C.C. A forma urbana em perspectiva histórica: um olhar a partir da praça Costa Pereira, Vitória/ES. *In*: XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana. **Anais do XVI SIMPURB**. Vitória: Biblioteca Central da UFES, 2019, p. 2219-2238.

PEGORETTI, M.S.; TOREZANI, C.C.; MENDONÇA, E.M.S. O Comum urbano sob o ponto de vista da historicidade de práticas socioespaciais: o caso da Praça Costa Pereira, Vitória/ES. *In*: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021, *online*. **A Geografia que fala ao Brasil: Ciência Geográfica na pandemia ultraliberal**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 1-18.

PEGORETTI, M.S.; VALFRÉ, L.G.; MENDONÇA, E.M.S. Praças públicas de Vitória/ES: afinal, que praças são estas?. *In*: PNUM 2019. Forma urbana e natureza, Maringá, Brasil. **Anais do PNUM 2019**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2019, p. 1557-1574.

PIMENTEL, V. L. **Espaços Culturais e Processos de Revitalização Urbana: A Avenida Jerônimo Monteiro no Centro de Vitória- ES (1970-2018)**. 2019. 238p. Tese (Doutorado em Ciências da Arquitetura). Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PIRAJÁ, F. *Facebook*: Fábio Pirajá, 2017. Acesso em: 16 jul. 2022

PIRAJÁ, F. **Praça Costa Pereira antiga Independência (Porto das Lanchas). Largo da Conceição da Prainha, Antiga Praça da Independência**. *Facebook*: Fábio Pirajá, 2014a. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=10203393082562078&set=oa.668560756506255>. Acesso em: 16 jul. 2022

PIRAJÁ, F. **Praça Costa Pereira antiga Independência (Porto das Lanchas). Largo da Conceição da Prainha, Antiga Praça da Independência**. *Facebook*: Fábio Pirajá, 2014b. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=10204037569953860&set=oa.668560756506255>. Acesso em: 16 jul. 2022

PIRAJÁ, F. **Praça Costa Pereira antiga Independência (Porto das Lanchas). Largo da Conceição da Prainha, Antiga Praça da Independência**. *Facebook*: Fábio Pirajá, 2014c. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=10202318973230016&set=oa.668560756506255>. Acesso em: 16 jul. 2022

PIRAJÁ, F. **Praça Costa Pereira antiga Independência (Porto das Lanchas). Largo da Conceição da Prainha, Antiga Praça da Independência.** *Facebook*: Fábio Pirajá, 2014d. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=10203588592489704&set=oa.668560756506255>. Acesso em: 16 jul. 2022

PIRAJÁ, F. **Theatro Melpômene: Empresa Santos & Cia - 1896/1924.** *Facebook*: Fábio Pirajá, 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=oa.669072249788439&type=3>. Acesso em: 16 jul. 2022

PRADO, M.M. **A modernidade e o seu retrato: imagens e representações das transformações da paisagem urbana de Vitória (ES) 1890-1950.** 2002. 100fl. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

PROENÇA, S.B. A resistência da forma urbana: a persistência dos traços na forma urbana. *In*: DIAS COELHO, C. **Cadernos de Morfologia Urbana: o tempo e a forma.** Lisboa: Argumentum, 2018.

QUEIROGA, E.F. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa.** 2001. 70fl. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2001.

QUEIROGA, E.F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.** 2012. 89fl. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

QUEIROGA, E.F.; et al. **Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações.** 2009, 101fl. Especialista (Pós Graduação em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

REIS FILHO, N. G. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2001.

REIS FILHO, N.G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720).** São Paulo: Pioneira, 1968.

REIS FILHO, N.G. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 13 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Rio de Janeiro. **Rua direita, a principal rua do rio colonial.** Rio450anos, 2018. Disponível em: <https://www.rio450anos.com.br/rua-direita-a-principal-rua-do-rio-colonial/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

ROBBA, F.; MACEDO, S.S. **Praças brasileiras.** 3ed. São Paulo: Editora da USP, 2010.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. *In*: SESC/WLRA (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p 179-184.

ROLNIK, R. Um novo lugar para o velho centro. **Revista Eletrônica Vitruvius**, n. 071.01, 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.071/1945>. Acesso em: 10 set. 2021.

ROMERO, J.L. **América Latina**: as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

ROSSA, W. A metamorfose do edificado: a parcela de Santa Cruz de Coimbra, um caso de estudo. *In*: DIAS COELHO, C. **Cadernos de Morfologia Urbana**: o tempo e a forma. Lisboa: Argumentum, 2018.

ROSSA, W. **A Urbe e o Traço**. Uma década de estudos sobre o urbanismo português. Lisboa: Almedina, 2002.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. São Paulo: EDUSP e Livraria Itatiaia, 1974.

SAMPAIO, A.R.; SOARES, G.V. Preservar não é (só) tomar: o caso da rua da Carioca, Rio de Janeiro. **Revista Eletrônica Vitruvius**, n. 252.07, 2021.

SANTOS, E.S. **Praça Costa Pereira... primeira metade do Século XX**. *Facebook*: Elberth Seufitelli Santos, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3600640239995753&set=gm.4036112729751024>. Acesso em: 18 mar.2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SEGAWA, H. Arquitetura Paisagística até 1930. *In*: FARAH, I.; SCHLEE, M.B.; TARDIN, R. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. p. 35-48.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: As tiranias da intimidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SENNETT, R. **The State of Exception Becomes the Norm**. New Cities, 2020. Disponível em: <https://newcities.org/the-big-picture-the-state-of-exception-becomes-the-norm/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SERPA, A. Lugar e centralidade de um contexto metropolitano. *In*: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016. P. 97-108.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERRA, G. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, J.M. A reinterpretação do espaço público na valorização dos conjuntos patrimoniais no século XX. *In*: DIAS COELHO, C. **Cadernos de Morfologia Urbana: o tempo e a forma**. Lisboa: Argumentum, 2018, p.82-99.

SILVA, O.T. **O conceito de centro e centralidade como um instrumento de compreensão da realidade urbana**. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, L.P. Patrimônio Ambiental Urbano de Vitória/Espírito Santo: rupturas e permanências do traçado colonial na contemporaneidade. *In*: VI Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, 2014, Barcelona. VI Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo – Actas. Barcelona; Bogotá. Universitat Politècnica de Catalunya; Pontificia Universidad Javeriana, 2014. v.1, p. 129 – 145.

SOUZA, L.P. Vila de Nossa Senhora da Vitória: por uma perspectiva urbana no Brasil Colonial. *In*: SOUZA, L.P.; RIBEIRO, N.P. **Urbanismo colonial: vilas e cidade de matriz portuguesa**. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009. p. 163-199.

SOUZA, M.L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SPOSITO, M.E.B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geografia**, São Paulo, v.10, n.2, p. 1-18, 1991.

TEIXEIRA, M.; VALLA, M. **O Urbanismo Português séculos XII –XVIII**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, M.C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

TOREZANI, C.C. **Valorização do comum na praça Costa Pereira e arredores: um ensaio projetual**. 2021. 70fl. Monografia (Trabalho Final de Graduação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021

TOREZANI, C.C.; PEGORETTI, M.S; MENDONÇA, E.M.S. Forma urbana e uso nas praças Costa Pereira (Vitória/ES) e da Liberdade (Belo Horizonte/MG): uma análise comparativa. *In*: PNUM 2021. Identidades e dinâmicas de reconfiguração urbana na Era Digital. **Anais do PNUM 2021**. Lisboa, Portugal: Instituto Superior Técnico / Universidade de Lisboa, 2021.

VALENTINA, A.A.D. **Crônica de uma dispersão anunciada**: as imagens da capela da ordem terceira da penitência e da igreja conventual de São Francisco de Vitória, 2009. 70 fl. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

VALFRÉ, L.G.; PEGORETTI, M.S.; MENDONÇA, E.M.S. Praças públicas e forma urbana: o Centro de Vitória - ES. *In: XIII Colóquio QUAPÁ-SEL*, 2018, Santa Maria. **Anais do XIII Colóquio QUAPÁ-SEL**: Os sistemas de espaços livres e as transformações na paisagem: políticas e projetos. Santa Maria, 2018.

VALVERDE, R.R. **A transformação da noção de espaço público**: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca. 2007. 80 fl. Tese (Doutorado em Geografia) - UFRJ, Rio de Janeiro. 2007.

VARGAS, H.C.; CASTILHO, A.L.H. **Intervenções em Centros Urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2006.

VASCONCELOS, P.A. A Igreja Católica como agente estruturador da cidade do Salvador no período colonial. *In: Revista do programa de pós-graduação em geografia e do departamento de geografia da UFES*, Vitória, 2020. p.30-64. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/31791>. Acesso em: 20 mai. 2021.

VASCONCELOS, P.A. Os agentes modeladores da cidade colonial. *In: SOUZA, L.P.; RIBEIRO, N.P. Urbanismo colonial*: vilas e cidade de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009, p. 10-25.

VASCONCELOS, P.A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica”. *In: VASCONCELOS, P.A.; MELLO E SILVA, S.B. Novos estudos de geografia urbana brasileira*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2009.

VASCONCELOS, P.A. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). 2ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal de Vitória. **Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória: PMV, 2006.

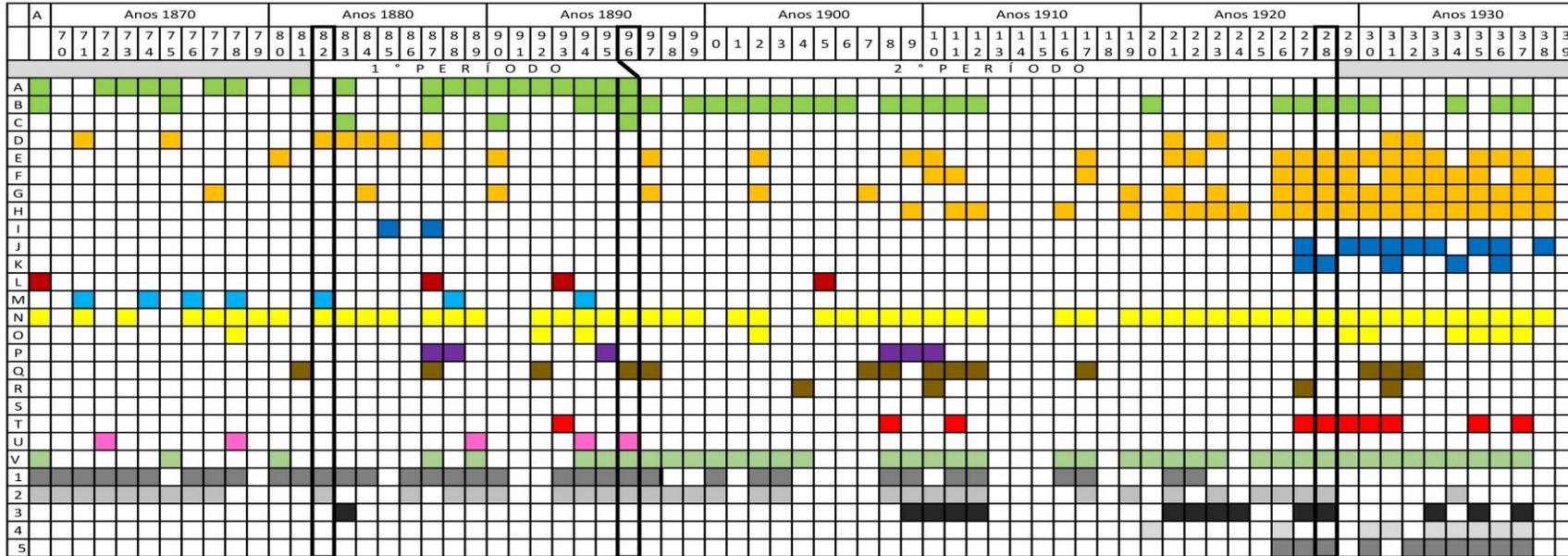
VIVACIDADE. *In: DICIO. Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vivacidade/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

WHITEHAND, J.W.R. Morfologia urbana Britânica: a tradição Conzeniana. **Revista de Morfologia Urbana**, 2001, v. 1, p. 45-52.

WINGLER, L.B. **Modernidade, estabelecimentos cinematográficos e dinâmica da centralidade intraurbana:** relações e processos na constituição do espaço urbano de Vitória. 2020. 50 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.



## APÊNDICE B



Atividades Religiosas
A: Atividades religiosas na capela e entorno como missas, quermesses e B: Procissões, funerais e festas religiosas passando pelo largo/praça C: Translado da imagem N.Sª. Conceição para a Igreja Matriz
Atividades Culturais
D: Circo ou parque de diversões no largo/praça E: Eventos cívicos, desfiles, bandas de música na praça F: Festas ou eventos sociais na praça, como Ano Novo, eventos de associações e empregados, chorinho, festa de caridade G: Carnaval de rua H: Atividade cultural privativa em teatros, clubes
Atividades Recreativas
I: Recreação infantil J: Passeio e namoro na praça K: Escuta de jogos esportivos em rádio
Atividades Habitacionais
L: Presença de moradores em situação de rua
Atividades Insalubres
M: Depósito de lixo, fezes e animais mortos no largo
Atividades econômicas e laborais
N: Atividade de comércio e prestação de serviços formais O: Atividade de comércio e prestação de serviços informais

Atividades tipicamente rurais (não urbanas)
P: Presença de porcos e outros animais soltos ou pastando
Atividades de atrito
Q: Brigas, assassinatos, prisões, desordens, bebedeira, barulhos R: Depredações e pichações S: Prostituição
Atividade de ordem política
T: Comício, inauguração, evento político, manifestação política
Atividade de trabalho doméstico
U: Busca de água no chafariz
Circulação urbana
V: Ponto de encontro para eventos em geral (viagens, procissão, funeral, manifestação, recreação) e itinerários (procissões, funeral, bonde, ônibus)

CONDIÇÕES DO SÍTIO FÍSICO
1. Situação insalubre do sítio/inundação
2. Obras no sítio
3. Presença de bondes na circulação urbana
4. Presença de ônibus na circulação urbana
5. Presença de carros/taxis na circulação urbana